

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA INDÚSTRIA
CANAVIEIRA: O CASO DE GOIANÉSIA

JOSÉ PAULO PIETRAFESA

Dissertação de mestrado apresentada
à Coordenação do Curso de Mestre
em Educação Escolar Brasileira da
Universidade Federal de Goiás-UFG
para obtenção do título de mestre.

Aprovada por:

Maíra Tereza Lourenço de Almeida

Wanderlei

Pietrafesa

Goiânia, Goiás, abril de 1995

Dedico este trabalho à Wânia, companheira paciente nas horas em que eu estava estudando, e aos meus filhos Pedro e Ana, que no final das contas falavam: "Pai, você não vai estudar hoje?, Pai, ainda não acabou seu estudo?"

Seria muito difícil para mim não dedicá-lo também aos meus pais, Luiz e Leonor, pelo apoio que me deram. Apesar de estarmos fisicamente distantes, sempre demonstraram preocupação e interesse pelos meus estudos.

A revisão deste trabalho foi feita por Hamilton Pereira, que me ajudou a dominar um pouco "mais" a língua portuguesa, agradeço de coração o apoio nestes longos anos de amizade. A companheira Wânia também esteve presente na correção deste trabalho. A revisão de conteúdo, e as vezes também de ortografia, bem como a ajuda na diagramação, foi feita por Sérgio Sauer. Este "gringo" gaúcho foi de muita importancia para a realização do estudo. Amigos valeu!!!

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo central estudar os efeitos da política de modernização agrícola adotada pelo Estado brasileiro e o capital e seus reflexos na organização do trabalho. Para desenvolver a análise foi escolhida a indústria canavieira como um espaço de implantação desta política. A modernização neste caso é entendida sob dois aspectos: 1. designar o processo de transformação por que passou o capital em sua intervenção na agricultura e, 2. surge para garantir ao capital maior mobilidade em suas formas de exploração do trabalho. Este processo está ligado ao aumento de produtividade do trabalho e valorização do capital. Em seus dois aspectos levou, também, a uma transformação na forma de organizar o trabalho, onde os principais efeitos foram a seletividade da mão-de-obra, aumento do desemprego, concentração de renda devido ao aumento de produtividade do trabalhador. Por fim, este estudo buscou entender como o movimento sindical tem se comportado frente aos novos desafios colocados neste processo.

THE ABSTRACT

The main goal of this dissertation is to study the effects of the agricultural modernization policy adopted by Brazilian Government and the Capital and its consequences to the organization of labour. It was chosen the sugar-cane industry to develop the analysis as a locus of implementation of this policy. Modernization in this case is understood in two different aspects: 1. to designed the transformation process which the Capital went through in its intervention within the agriculture, and 2. (this process) was developed to garanty the Capital's greater mobility in its forms of labour's exploitation. This process is related to the increase of productivity of work and valorization of Capital. Also its two aspects led to a transformation of labour organization, where the main effects were selectivity of workers, increasing of unemployment, wealth concentration in consequence of the increasing of worker's productivity. Also, this study tried to understand how farmers unions' movement has faced the new challenges rised within this process.

AGRADECIMENTO

É muito difícil escrever agradecimentos, pois sempre corremos o risco esquece alguém e, sem dúvidas cometer injustiças. Companheiros injustiçados me desculpem, mas muitos de vocês me conhecem e sabem o quanto sou agitado e esquecido.

Em primeiro lugar é um dever agradecer aos trabalhadores e dirigentes sindicais da FETAEG e STRs pela paciência e disponibilidade em fornecerem informações, entrevistas e documentos. Aos amigos da equipe do IFAS, Sérgio Antonio, Ione, Sérgio Sauer, Hamilton, Tasso, Chiquita, Eunice, Thito, Leonice, Adelson, Paulo Henrique, Emerson, Lourdes, dois agradecimentos. O primeiro por terem me liberado do trabalho nos anos em que recebi bolsa de estudo do CAPES, e o segundo pela ajuda nas horas de "desespero" e vontade de desistir do trabalho, substituindo-me em alguns compromissos profissionais e empurrando-me para dentro do estudo.

Em segundo lugar quero registrar a importância da convivência com os colegas de curso de Mestrado em Educação Escolar (MEEB) e os professores, em especial os das 4ª e 5ª turmas. Pois com o passar do tempo, nas aulas e nos estudos em grupo, percebi o quanto fui descendo de um pedestal (que eu mesmo tinha colocado), e fui entendendo que para analisar as relações sociais não era suficiente estar vinculado, ou mesmo trabalhando, com o movimento social. Na convivência com os companheiros de curso e os professores percebi que as reflexões deveriam ser uma somatória de experiência de vida com teorias já acumuladas sobre o conteúdo estudado. Alguns amigos dizem que mudei um pouco. Ainda bem!

Posso dizer que o encontro entre minha "curiosidade" intelectual e a professora Maria Teresa Lousa como orientadora, foi de "sorte" única. Ela deixou-me a vontade para desenvolver todas as etapas de pesquisa e elaboração. Quando tinha dúvidas sobre um determinado conteúdo, por mim apresentado, indicava outra pessoa para me ajudar. Nunca se colocou na condição de superior. Foi gratificante esta relação porque foi livre, acho que aprendemos juntos.

A amiga Dagmar Pereira, e os amigos Luciano Aldé, Aldenor Queiroz, sempre prontos a "pressionarem-me" para continuar este trabalho.

Acho que no final das contas um dissertação é obra coletiva de muitas pessoas.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
ELEMENTOS HISTÓRICOS DA EVOLUÇÃO DO SETOR CANAVIEIRO E SUAS RELAÇÕES DE TRABALHO	
1. A Ação do Estado na Economia Canavieira Moderna no Brasil	18
2. Movimento do Capital e Ação do Estado	20
3. Aspectos Gerais da Produção de Cana-de-açúcar e seus Derivados	23
4. A Implantação do Programa Nacional do Álcool (Pro-álcool) e os Novos rumos para o setor canavieiro	27
5. Produção No Centro Oeste e em Goiás	31
6. O Movimento dos Trabalhadores frente à ação do Estado e o Desenvolvimento da Indústria Canavieira	34
7. Organização do Trabalho na Indústria Canavieira de Goiás	37
7.1. Região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo	43
7.2. Região Nordestina	45
8. Conclusão	48
CAPÍTULO II.	
HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONOMICAS DE GOIANÉSIA	
1. A Criação do Município e a Ocupação dos Espaços	50
2. Estrutura Fundiária do Município de Goianésia	54
3. Situação populacional	57
4. Agricultura e pecuária	62
4.1. Lavouras de Café	62
4.2. Lavouras de arroz, milho e feijão	65
4.3. A pecuária	66
5. A entrada da Cana-de-açúcar em Goiás	67
5.1. A Produção da Cana-de-açúcar e de álcool em Goianésia.....	73
6. A Situação do Trabalho nas Lavouras de Cana em Goiás e em Goianésia	78
7. Conclusão	84

CAPÍTULO III

CONSTRUÇÃO DE NORMAS PARA ORGANIZAR O TRABALHO: As Convenções Coletivas

1. A mesa de Negociação	86
2. O Conteúdo das Convenções	95
3. As visões sobre a Convenção	101
3.1. A Visão Patronal	101
3.2. Visão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais sobre a "Convenção".....	105
4. A Ação Sindical	112
4.1. Movimento Sindical: Um panorama geral	112
4.2. Movimento Sindical: Ação sindical em Goianésia e Goiás	117
5. Conclusão	127

CAPÍTULO IV

ALGUNS ELEMENTOS DE REFLEXÃO SOBRE AS CONSEQÜÊNCIAS DO ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO, E A AÇÃO SINDICAL.

1. Alguns elementos de reflexão sobre as conseqüências do atual modelo de desenvolvimento, e a ação sindical	129
2. Volta a Goianésia: como ler o processo de desenvolvimento	134
3. Uma revolução que exige repensar o sindicalismo	137
CONCLUSÃO.....	143
FONTES BIBLIOGRÁFICAS	148

ANEXOS

INTRODUÇÃO

*Era ele que erguia casas
onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo
Que a casa de um homem é um templo
Um templo sem religião
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo sua liberdade
Era a sua escravidão.
(Vinícios de Moraes)*

A "curiosidade" intelectual de realizar o presente estudo e até mesmo a necessidade de trabalhá-lo está vinculada a dois aspectos básicos. O primeiro foi minha entrada para a equipe de assessores do IFAS-Instituto de Formação e Assessoria Sindical. Nesta entidade desenvolvi atividades de assessor sindical junto a secretaria de assalariados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás - FETAEG a partir de 1990, e, acompanhando as mesas de negociações coletivas para o setor canavieiro nos anos de 1990 a 1992, percebi que haviam algumas questões que os trabalhadores não entendiam nos discursos patronais. Era cobrada a pontualidade de horários, a presença diária nos locais de trabalho e principalmente a manutenção de uma média diária de produção no período das safras desta cultura. Houve mudanças de discursos e mentalidade do setor patronal, para os trabalhadores era necessário entender este processo. Estas mudanças estavam relacionadas ao custo do investimento feito nas lavouras e indústrias com a exigência de rentabilidade esperada. Portanto, se o trabalhador mantivesse o ritmo e as relações trabalhistas anteriores, prejudicariam o volume de capital investido na produção.

Um segundo aspecto, que motivou este estudo foi a necessidade de compreender as novas formas de relações criadas entre trabalho e capital nas lavouras canavieiras. Estudar apenas os mecanismos que constituíam as mesas de negociações não era suficiente para perceber o novo conteúdo dado diretamente no processo produtivo, nas relações de produção. Portanto, a minha "curiosidade" intelectual transformou-se em necessidade de compreensão deste movimento produtivo e a partir daí criou-se, também, a necessidade de qualificar minha assessoria aos

trabalhadores e suas organizações. Não será a partir de meus conhecimentos teóricos que os trabalhadores superarão sua situação de explorados pelo capital, mas sim a partir das suas ações práticas de enfrentamento e de conhecimento das formas como o capital se organiza, que eles se transformarão em sujeitos de suas histórias. Minha tarefa é socializar o conhecimento e a deles é avaliar onde este processo pode ajudá-los a superar esta relação social de desigualdade.

A ação prática dos sindicatos municipais buscando o cumprimento das cláusulas assinadas anualmente nas "Convenções Coletivas" esbarrava numa grande dificuldade: os dirigentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STRs, além de não dispor de estruturas materiais (carros e sedes apropriadas) para as devidas fiscalizações nas usinas também não compreendem as mudanças que vêm ocorrendo nas relações de trabalho e sua organização dentro das usinas e lavouras de cana. Desfavorecidos na correlação de forças com o capital (baixo controle de estruturas físicas e pouca inserção na categoria) estas entidades pouco compreenderam das mudanças ocorridas entre o trabalho e sua forma organizativa. Um dado importante que pode ser analisado neste contexto é a quantidade de trabalhadores que compõem a categoria. Segundo a FETAEG existia no Estado cerca de 15 mil cortadores de cana no início da década de 80, hoje conta-se com aproximadamente 9 mil vagas, sendo que a área plantada com a cultura não diminuiu. Ou seja, houve um aprimoramento na execução desse tipo de trabalho que beneficiou o capital e pressionou o trabalho. De um lado temos maior produtividade do canavieiro que foi selecionado e se qualificou, de outro o gerenciamento empresarial voltado não só a esta qualificação, mas também a implementos tecnológicos como variedade de cana, uso de vinhoto como fertilizante natural, rotação de cultura para melhorar o solo. Este processo resultou em diminuição de mão-de-obra, com maior produtividade para o setor empresarial. É justamente este processo que procuro entender e analisar: a "Organização do Trabalho". E a partir dela as novas relações entre Trabalho X Capital.

Através das reflexões deste estudo percebe-se, por outro lado, que as novas relações não eliminaram a "velha" e "tradicional" luta de classes. Mesmo onde a implantação de sistemas modernos de produção estão em andamento, há informações de descumprimento das chamadas "Convenções Coletivas de Trabalho", de greves e paradesios reivindicando melhorias nas condições de trabalho, transporte, salário, saúde. Portanto, partindo do pressuposto de que as relações de trabalho

expressam a continuidade da luta de classes, e as transformações em benefício dos trabalhadores que possam surgir, serão encontradas também, neste mesmo processo. Evidente que um dos elementos chaves é a consciência que cada uma das classes em luta têm dele. Meu entendimento sobre este movimento de conquista de consciência de classe está de comum acordo com o estudo da professora Walderês Nunes Loureiro, entendendo que só é possível adquiri-la no conflito das lutas, mas não é um movimento automático e linear. Muitas vezes os trabalhadores entram em confronto com a classe patronal, mas não constroem a consciência de que são uma classe diferente.

*"A consciência de classes é vista aqui como um elemento dinâmico que é perceptível no momento em que se enfrentam outros interesses de classe. É a capacidade que os camponeses terão de analisar a situação concreta da luta e de elaborar ações adequadas a seus interesses, independentes das outras classes em conflitos. A consciência de classe poderá estar presente num momento, e ausente em outro, numa mesma luta. Para que o camponês tenha consciência de classe é preciso que ele se desvencilhe de uma visão de mundo dominante e adquira uma visão própria de sua classe."*¹

Ante de definir-me pelo estudo da "Organização do Trabalho", as primeiras idéias indicavam para a análise dos discursos construídos pelos patrões, seja no ato das mesas de negociações ou em nossas visitas aos canaviais. A princípio estes discursos apresentavam-se com uma conotação de disputa ideológica² onde cada grupo de interesse em ação, disputava a construção de uma visão de mundo que se sobrepunha à outra.

Recolhendo material sobre o assunto (negociações e convenções coletivas, documentos de denúncias de descumprimento de acordos feitos, estudos - dissertações e teses) deparei-me com uma realidade um pouco diferente. O discurso patronal voltado para produtividade e qualidade da mão-de-obra e as denúncias feitas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais-STRs de descumprimentos das Convenções, na verdade, eram a

1. LOUREIRO, Walderês Nunes. O Aspecto Educativo da Prática Política. Dissertação de Mestrado, Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988, p.23.

2. O termo ideológico é compreendido como "visão social de mundo". "Visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista de classes sociais determinadas. As visões sociais de mundo poderiam ser de dois tipos: visões ideológicas, quando servissem para legitimar, defender ou manter a ordem social do mundo; visões sociais utópicas, quando tivessem uma função crítica, negativa, subversiva, quando apontasse para uma realidade ainda não existente". In.: LOWY, Michael. Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista, 7ª edição, Cortez Editora, São Paulo 1991.

expressão do surgimento de uma nova mentalidade empresarial que se pautava pela revisão das formas organizativas do trabalho. Tínhamos em andamento mudanças estruturais em algumas indústrias de álcool e açúcar que poderiam e podem influenciar a maioria delas, ou até sua totalidade, no tocante à introdução de tecnologias e relações de trabalho.

Mediante este quadro e após ter definido o tema geral, passei a focalizar as reflexões em áreas locais. A amplitude e a possibilidade de generalizações eram demasiadamente perigosas para entender o processo de mudança em andamento. A partir desta constatação limitei o estudo ao tema "Organização do Trabalho na Indústria Canavieira".

A partir do levantamento deste material surgiu a necessidade de entender, pelo menos em linhas gerais, os conceitos de "reorganização do trabalho", "qualificação da mão-de-obra", "parceira no processo produtivo", "modernização agrícola", enfim as mudanças que o capital vinha implantando no processo produtivo para ampliar seus lucros e controle sobre a natureza e o trabalho.

O termo Trabalho é entendido em sua gênese com

*"suas diferentes formas, enquanto fundamento da humanidade do indivíduo, o trabalho não é uma invenção ou uma escolha teórica. É um fato histórico posto na perspectiva da construção e desenvolvimento do ser humano"*³.

Porém este mesmo trabalho que em sua origem tem um valor universal e indispensável para as pessoas construírem suas formas de se relacionar, tornou-se na economia capitalista um instrumento desprazeroso e alienado

*"Na condição descrita pela economia política, o trabalho, enquanto exatamente princípio da economia política, é a essência subjetiva da propriedade privada e está frente ao trabalhador como propriedade alheia, a ele estranha e é prejudicial e nocivo a ele; ainda mais, sua própria realização aparece como "privação" do operário..."*⁴

O tema apresentou-se muito vasto, foi preciso focalizá-lo em apenas uma linha de produção, a área da cana-de-açúcar. Considerando que o estado de Goiás conta com 17 unidades produtivas de álcool e açúcar espalhados em várias regiões, e como o tempo de estudo não era tão longo, escolhi apenas uma área, para analisar de forma mais detalhada a implantação deste processo. O município de Goianésia serviu-me como

3. RESENDE, Anita Cristina A. Fetichismo e Subjetividade, Tese de Doutorado, FUC-1992, p. 34.

4. MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a Pedagogia Moderna, Cortez Editora e Editora Autores Associados, São Paulo, 1991, p. 44.

estudo de caso para, a partir da análise local, poder ou não generalizar as reflexões. Neste município existem duas indústrias canavieiras. Uma produzindo açúcar desde a década de 60 e uma segunda que surgiu com a implantação da política expansionista do Pró-Álcool no início da década de 80. Esta última seguiu as exigências do Programa do Álcool e fez grande investimento com "novas" tecnologias buscando a eficiência produtiva.

Utilizei como método de trabalho a coleta de informações in locus, de pesquisa empírica, entrevistando dirigentes da Usina Jalles Machado, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais-STR e visitas à Secretaria do Trabalho e da Agricultura na cidade de Goianésia para coleta de material sobre a história local. Foi também entrevistado o secretário de assalariados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás-FETAEG. Foram, ainda, utilizadas entrevistas realizadas pelo IFAS em 1992 sobre a situação dos canavieiros e suas condições de trabalho. Para a compreensão do processo de assinatura das Convenções entre trabalhadores e patrões, foi de grande valia ter acompanhado (observações diretas) as "mesas de negociações" trabalhistas do setor canavieiro para o Estado de Goiás nos anos de 1993 e 1994. Quanto aos dados estatísticos, estes foram pesquisados junto aos Anuários da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-FIBGE e da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás-SEPLAN-GO. Por fim, foi feito um levantamento do material existente sobre o assunto em Goiás e no Brasil, buscando neles elementos que poderiam indicar semelhanças e diferenças nos processos produtivos e organização do trabalho.

O presente estudo é dividido em quatro capítulos, que procuram dar uma visão geral sobre relações trabalhistas e reorganização do trabalho na indústria canavieira. O primeiro capítulo mostra um visão panorâmica da produção de cana-de-açúcar e seus derivados no Brasil. Reflete sobre as mudanças de políticas ocorridas nesta cultura com as várias ações daí decorrentes. O papel do Estado e do patronato na ampliação das indústrias e lavouras e também a reação dos trabalhadores aos problemas surgidos.

O segundo capítulo analisa as conseqüências do processo de modernização e organização do trabalho nas usinas de Goianésia. Fez-se necessário um levantamento histórico da criação do município e as relações econômicas e políticas locais, pois nestas se definiam os demais aspectos da vida social e cultural, de uma visão de mundo onde a base era as relações de trabalho e o necessário controle desta relação. É visto

também, de forma mais genérica, dados sobre a produção de cana-de-açúcar e seus derivados no Estado de Goiás.

A perspectiva do terceiro capítulo é mostrar como se construíram as relações de trabalho propriamente ditas. Ou seja, como as Convenções Coletivas feitas a partir de 1984 foram se transformando em normatização de relações do trabalho. O caminho percorrido, desde a preparação das pautas de reivindicações dos trabalhadores até o cumprimento das cláusulas assinadas entre estes e os usineiros, é a construção desta normatização. Aqui se percebe mais claramente como o processo de modernização tecnológico e de reorganização do trabalho agiu e age na vida dos trabalhadores. Não é apenas um discurso ideológico que pode ou não interferir nas relações de domínio do capital frente ao trabalho, mas concretamente como o capital dá conta de organizar esse trabalho e interferir até mesmo no ritmo da natureza para maximizar seu ganho e a partir daí consolidar seu domínio. A ação prática do capital na organização do trabalho criou uma nova teoria sobre esta relação: qualidade do produto com baixo custo devido a crescente produtividade. Houve uma construção dialética neste processo.

No quarto capítulo buscou-se identificar as disputas criadas a partir do "novo" modelo de desenvolvimento. Como as relações entre trabalho e capital são sempre conflitivas, são lançados, com esse modelo, uma nova ordem de disputas entre estes setores sociais, forçando cada um dos lados a repensar seus projetos de organização.

Os limites teóricos deste trabalho podem ser identificados em alguns campos de análise. Primeiro não se propôs aprofundar o papel do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool) no que se refere à construção de uma política nacional de criação de uma matriz energética e as conseqüências dessa política para a modernização agrícola. Sem sombra de dúvida o Pró-Alcool interferiu diretamente em vários outros setores produtivos (desde a ampliação da produção de implementos agrícolas até na linha das pesquisas científicas com o surgimento de novas variedades de cana, tipos de fertilizantes, adubos). O estudo pautou-se apenas em apresentar as linhas gerais de implantação de uma nova mentalidade empresarial para o setor alcooleiro. Segundo, as citações sobre o papel do Estado no contexto geral deste setor produtivo se limitou a definições de políticas pontuais e a identificação dele como agente financiador do desenvolvimento do capital. Portanto, não foi realizada uma longa análise sobre o Estado e suas mediações sociais.

Um terceiro limite caracteriza-se pela ausência de material sobre o assunto em nosso Estado. Neste caso abre-se a necessidade de pesquisadores do Estado de Goiás buscarem mais informações sobre o processo de mudanças que vem ocorrendo nas relações de trabalho e sua forma de organizar-se. Estas informações são sempre de difícil acesso. Ou porque o Estado não se propõe a mapear a real situação do trabalho e do grau de desenvolvimento, ou porque as empresas fecham essas informações, qualificando-as como sendo elemento de "ordem" interna. Ou ainda porque as entidades sindicais não dispõem de estruturas capazes de pesquisar, analisar e estudar o quadro de mudanças ocorridos com o modelo de desenvolvimento (modernização) que vem sendo implantado em Goiás e no Brasil.

Após as várias e necessárias leituras, correções e reformulações vejo em meu estudo um "que" de determinismo econômico. Em todos os capítulos as relações sociais são analisadas a partir das relações de produção. Posso dizer que não procurei outra matriz teórica, provavelmente porque me formei neste ambiente. A graduação em Ciências Sociais na UFG entre os anos 1981 a 1985 e a assessoria prestadas aos trabalhadores rurais deste o início da década de 80 até os dias de hoje reforçaram esta visão que tenho das relações sociais. É evidente que quem pretende fazer ciência, pesquisa e elaboração precisa superar a si mesmo e as correntes teóricas que pertence. No caso deste estudo e neste momento histórico em que a impressão que se tem é que o fim da história chegou, mais do que nunca está viva a necessidade de recuperarmos os pressupostos marxistas da exploração do capital frente a pessoa. Fica o desafio de não se limitar as reflexões às relações de produção. As demandas por emprego, políticas públicas, novo papel do Estado, informática, revolução biológica fazem parte dos elementos que indicam novas formas de relações humanas. Marx em seu tempo não viveu estas relações e obviamente não as analisou.

Enfim este trabalho teve como objetivo lançar o desafio de aprofundarmos de forma sistemática o que significa reorganização do trabalho e as conseqüências do modelo neo-liberal de desenvolvimento econômico-social para as classes trabalhadoras. Sem dúvida, mais que uma dissertação acadêmica, o desafio é lançado às direções sindicais e seus assessores, que no cotidiano enfrentam os resultados do atual modelo de desenvolvimento, ou seja, desemprego, recessão, medo de participar do sindicato, baixos índices de sindicalização.

Para a classe capitalista o quadro é bem diferente. Constroem seus argumentos como se não houvesse conseqüências para a sociedade como um todo, do atual modelo que estão implantando

"Não há vilões nesta história, apenas as forças inexoráveis da mudança econômica e tecnológica estão agindo. A reformulação do trabalho é apenas um meio para um fim - incrementar a produtividade.⁵ "

5. Gazeta Mercantil, A revolução gerada pela competição, dia 18.10.94, p. 4, artigo extraído pela GM da Business Week.

CAPÍTULO I

ELEMENTOS HISTÓRICOS DA EVOLUÇÃO DO SETOR CANAVIEIRO E SUAS RELAÇÕES DE TRABALHO.

*"Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
- Garrafa, prato, facção
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
(Vinícios de Moraes)*

1. A Ação do Estado¹ na Economia Canavieira Moderna no Brasil.

O primeiro lugar mundial em produção e área plantada de cana-de-açúcar não trouxe apenas glórias ao Brasil. No período colonial, os portugueses trouxeram a experiência destas lavouras do Caribe Junto veio uma série de problemas. Dentre esses, destacam-se dois problemas na origem da cultura : 1) ela foi responsável pela escravidão de milhões de negros africanos trazidos ao Nordeste brasileiro para o trabalho nas

1. O Estado, neste estudo, é entendido como sendo a estrutura criada pela sociedade para estabelecer relações de controle e coerção de uma classe sobre a outra, ou de um setor social sobre outro. Para assegurar esse controle seus membros valem-se de disputas de várias ordens, utilizando-se do poder que dispõem nos aspectos econômicos, políticos ou militares. Uma das funções do Estado é regular a luta de classe, com vistas a manter os benefícios e o status-quo de quem o controla, bem como estabelecer correlações de forças entre as classes sociais existentes. Sobre este tema ver: 1. MARX, K., Guerra Civil em França: O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte e As lutas de classe na França, in.: Obras Escolhidas, Vol 1 e 2, Editora Alfa-Omega-São Paulo, 1982. 2. ENGELS, F., A Origem da família da propriedade privada e do Estado, 8ª edição, Civilização Brasileira, 1982; 3. LENTIN, V.I., O Estado e a Revolução, Editora HUCITEC - São Paulo, 1983; 4. GRAMSCI, Antonio, Maquiavel a Política e o Estado Moderno, 4ª ed. Editora Civilização Brasileira - Rio de Janeiro-RJ 1981. 5. POULANTZAS, Nicos, O Estado e Poder... o Socialismo, Editora Graal, Rio de Janeiro-RJ 1981. No caso brasileiro o Estado é visto, por muitos estudiosos e analistas como sendo a expressão de uma classe e por ela este instrumento é dominado. Esta visão é concordante com a linha de reflexão dos autores acima. Para Fernando H. Cardoso, que analisa-o tendo como referência a realidade da América Latina e do Brasil, o Estado é visto como: " qualquer estado expressa uma relação de dominação de classes (e, portanto tem bases sociais), alicerça-se numa ideologia assumida como de interesse, desenvolve-se em organizações burocráticas e produtivas e implementa políticas que, além de responderem ao Pacto de Dominação fundamental, pretendem atender, variável e assimetricamente, as aspirações dos grupos dominados". In.: CARLOS, Estevam Martins, Estado e Capitalismo no Brasil, Ed. Hucitec-Coabrap-São Paulo-SP 1977. Texto CARDOSO, Fernando H. Desenvolvimento Capitalista e Estado: Bases e Alternativas. p.214.

plantações de cana e 2) estas lavouras disseminaram a monocultura e concentração fundiária, base sobre a qual se consolidou o poder econômico e político dos coronéis nordestinos.

É muito difícil contextualizar a realidade da produção de cana-de-açúcar no Brasil, sem cairmos nas tradicionais imagens de senhores de escravos nordestinos, com chicotes à mão, ordenando que se amarrassem negros em troncos para chicoteá-los. Porém, vamos fazer este exercício, identificando as questões de mudanças de políticas governamentais e empresariais, e o uso de novas tecnologias no trato desta cultura. É evidente que as relações entre força de trabalho, escrava ou não, e capital são determinantes em todo o processo de utilização da cana-de-açúcar como matéria-prima na produção de açúcar ou mesmo álcool no âmbito do desenvolvimento agrícola brasileiro.

No início do século XX, os baixos preços praticados pelo mercado exterior, provocaram o aprofundamento da crise do setor canavieiro do Brasil, basicamente instalado no Nordeste e na cidade de Campos, no Rio de Janeiro². Os usineiros, para enfrentar a crise pressionaram o Estado e transferiram parte de suas dívidas, ocasionadas pelos prejuízos nas exportações de açúcar, ao poder público.

Superada a crise dos anos 10 e 20, o governo federal³ brasileiro criou o Instituto do Açúcar e do Alcool-IAA, nos anos 30. Este nasceu controlado pelos interesses de usineiros do Nordeste, que centralizavam a maioria das usinas e áreas plantadas, em detrimento de outras regiões. Não só fruto da crise do próprio setor, o IAA surge fortalecido pela crise da cultura do café no Brasil. Segundo Marcelo J.P. Paixão, em sua Dissertação de Mestrado,

"A história moderna da economia canavieira em nosso país inicia-se nos anos 30, associada ao processo de crise que assolou as principais economias e mercados mundiais nesta década. Neste momento gestou-se um impetuoso processo de intervenção do Estado na economia brasileira no sentido de sua industrialização. Os principais produtos agropecuários do Brasil, como o café e o açúcar, também sofreram medidas específicas

² A crise vivida pelo setor canavieiro do Brasil vem se agravando desde os meados do século XIX destacando-se: 1. o setor é forçado a competir com o mercado das Antilhas, onde a produção é mais dinâmica, sendo executada por norte-americanos, holandeses, franceses e ingleses; 2. a Europa passa a produzir seu açúcar de beterraba, encolhendo o espaço do mercado brasileiro; e 3. a produção brasileira tinham altos custos e baixa qualidade. Cfe. Marcelo Jorge de Paula Paixão: "No coração do Canavial: Estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucro-álcoolero e das relações de trabalho na lavoura canavieira. Dissertação de Mestrado, UFRJ, março de 1994.

³ Neste trabalho a utilização do termo Governo (seja federal, estadual ou municipal) refere-se à expressão institucional do Estado. Ou seja, o governo representa a concretização (materialização) das relações econômicas, políticas e sociais estabelecido por setores, ou classes que controla a estrutura do Estado com a sociedade.

visando o controle da crise de superprodução que assolava estas culturas. No caso da economia açucareira, o governo passou a intervir sistematicamente no setor criando um órgão e controle e regulamentação normativa, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), através do decreto-lei nº 22.981 de 25/07/1933. A instituição visava "promover o reerguimento da indústria açucareira e dar solução ao problema do álcool combustível. O primeiro destes objetivos seria alcançado pela eliminação da superprodução e pela estabilização de preços. Já o segundo seria atingido através da construção ou equipamento da destilaria para a produção do álcool anidro"⁴.

Esta crise abre possibilidades às atividades agrícolas de natureza diferente. Em muitas áreas de cultivos, os velhos e tradicionais cafezais deram lugar a "novos" e "modernos" canaviais.

2. Movimento do Capital e Ação do Estado

O setor empresarial da área canavieira, representado pelos usineiros nordestinos, interferiu de forma organizada na determinação e critérios do planejamento das políticas para o setor, principalmente no tocante à distribuição de cotas de produção, fixação de preços da cana, do açúcar e do álcool e, logicamente de subsídios. O setor canavieiro do Brasil consolidou-se neste período graças ao Estado, que lhe garantiu suporte financeiro e infra-estrutura. Na verdade o Estado tinha uma intervenção multifacetária. Era legislador nas relações trabalhistas, mediador entre os diversos interesses dos usineiros, além de ser o financiador do processo. Esta intervenção tinha também, marcas estruturais de concessões e privilégios ao setor em detrimento de outros setores produtivos. Este período, (década de 30), é marcado por uma completa ausência de legislação trabalhista. O Estado é fiscalizador apenas das disputas entre os usineiros, não se preocupa em atuar nas relações trabalhistas, ou em promover a criação de uma legislação que desse conta de, pelo menos, normatizar as relações de trabalho. Ou seja, atuar na criação de instrumentos institucionais que poderiam aliviar a exploração exercida sobre os trabalhadores assalariados da cana.

O domínio dos usineiros nordestinos no setor entrou em declínio durante os anos 40. Usineiros paulistas pressionaram o IAA para rever critérios, subsídios e financiamentos. Exigiram que fosse levada em conta a nova realidade do Sul/Sudeste, tendo em vista a grande

4. PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. op.cit. p. 70.

propensão de investimento do setor privado nesta área⁵. A supremacia econômica do Sul, principalmente de São Paulo, no final da década de 50, levou o IAA a rever seus critérios de distribuição de cotas de produção de açúcar. Em São Paulo, neste período, encontravam-se as unidades industriais capazes de se adaptarem às novas exigências de desenvolvimento. Essa situação gerou um processo de disputa, que em si nada tinha de competitivo num sentido econômico restrito, entre o Nordeste e Sudeste, pois não contribuiu significativamente para melhorar as condições dos trabalhadores nem para provocar a superação do atraso tecnológico do setor. Por conseguinte a produção de açúcar e álcool no Brasil foi alvo de denúncias levantadas pelo "Relatório do Conselho Internacional do Açúcar", no final dos anos 50. O Relatório

"considerava que a produção de açúcar no Brasil apresentava ainda um baixo perfil tecnológico: das 303 usinas operando no Brasil, 218 (71,9%) tinham uma capacidade de moagem de até 1000 toneladas/ de cana por 24 horas, enquanto apenas 25 usinas (8,35%) do total operavam com uma capacidade de esmagamento diário superior a 2.000 toneladas de cana, demonstrando o baixo rendimento deste setor".⁶

No início da década de 60, entretanto, o setor canavieiro paulista atendia aos padrões de desenvolvimento desejado para esta cultura produtiva. Segundo Francisco J. C. Alves, a região de Ribeirão Preto, em São Paulo, atendia essas exigências, devido à sua articulação com os vários setores do capital.

"O processo de modernização da agricultura, ao promover a articulação dos interesses industriais e agrícolas, com o sistema financeiro, possibilitou uma crescente integração de capitais, que tornou a agricultura uma opção de investimento dentro da lógica da valorização e acumulação de capital."⁷

5. O movimento de transferência do peso econômico na produção de álcool e açúcar, neste período no Brasil, acompanha as mudanças ocorridas na economia mundial e nacional. Marcelo J.P. Paixão destaca três fatores: 1. com a II guerra mundial, o consumo de açúcar brasileiro na Europa cai drasticamente, havendo uma crise nas exportações; 2. As grandes distâncias dificultavam a chegada do açúcar nos mercados centro-sul do Brasil, o que encarecia em muito o produto, e 3. na década de 40 iniciou-se uma paulatina migração do capital cafeeiro para o da cana-de-açúcar, devido a sua proximidade com o mercado consumidor e de uma visão de gerenciamento mais eficiente que os produtores nordestinos. (p.71/72).

6. NOVAES, Jose R. Modernização, Relações de Trabalho e Poder, Um Estudo das Transformações Recentes na Agroindústria Canavieira do Nordeste, Tese de doutorado, UNICAMP - Campinas - SP, 1993, p. 26.

7. ALVES, Francisco J da Costa. Modernização da Agricultura e sindicalismo: Lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto-SP, Tese de doutoramento, UNICAMP-Campinas-SP, p.51.

As definições de linhas centrais, dadas no mesmo período, faziam parte de uma grande articulação entre os interesses da burguesia industrial, nacional e internacional, com os setores modernos.

Na metade da década de 60, nova baixa nos preços internacionais e o esgotamento de recursos públicos com o fim do "Fundo Especial de Exportação", resultou em uma crise de caráter mais profundo. A crise forçou o fechamento de algumas unidades produtivas, enquanto outras apostaram na modernização⁸, adaptando-se ao modelo de desenvolvimento.

O golpe militar de 1964 representou a expressão política daquela articulação. Viabilizou o surgimento de um padrão de desenvolvimento que atendia às exigências de concentração de capitais e riquezas, com modernização em termos de equipamentos e pesquisas. Este processo voltado para o aumento de produtividade e qualidade atendia à demanda do mercado internacional-exportador.

O Governo Federal lança um novo programa de recuperação para o setor. Foram criados em 1971/72 os Programas de Racionalização e Apoio da Agroindústria açucareira-PLANALÇUCAR. O objetivo central do governo era investir capital em quem buscasse se modernizar industrialmente. Neste reordenamento setorial, a parte agrícola ficou de fora do processo e o fornecimento de matéria-prima se deu graças à expansão da área plantada de cana-de-açúcar. Ainda durante a vigência deste programa, foi lançado outro de abrangência ainda maior, o Programa Nacional do Alcool - PRO-ÁLCOOL, concretizado em 1975.

8. O termo modernização sera usado, neste trabalho sob dois aspectos: 1. para designar o processo de transformações por que passou o capital em sua intervenção na agricultura. Ele se divide, segundo José Graziano da Silva em três níveis: 1. "inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho; 2. inovações físico-químicas que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho; e 3. inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas". Estas inovações estão vinculadas diretamente ao processo de produção. Cfe. Francisco J.C. Alves. *Modernização da Agricultura e Sindicalismo: Lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto-SP*, idem, pp. 59ss., 2. Porém, no conceito de modernização cabe também a análise de que ele surge para garantir ao capital maior mobilidade em suas formas de exploração do trabalho, ampliando a capacidade de sua reprodução, ao mesmo tempo que reduz a necessidade da mão-de-obra. Há portanto, neste processo, uma valorização do capital: "Considero a modernização como um processo que está ligado ao aumento de produtividade do trabalho, fundamentalmente da valorização do capital, ou seja, um recurso que é utilizado pelos capitalistas para promoverem a valorização do capital. A modernização está sempre ligada, portanto, a aumentos da produtividade do trabalho, no sentido da valorização do capital e também está ligada à questão da subordinação real do trabalho ao capital... Já a subordinação real do trabalho ao capital, é um processo onde o trabalhador deixa de ter a gestão sobre seu processo de trabalho, que passa a ser feita pelo capitalista ou pela forma de produção empregada." - ALVES, Francisco. J. Relatório do Seminário: Setor Canavieiro baiano. Dinâmica e perspectivas, organizado pela CEBE, CEDI/KOINONIA e OXFAM, realidade de 1 a 3 de agosto/93 em Salvador-BA. p.19

A estratégia montada a partir destes dois programas era a ampliação da capacidade produtiva nas agroindústrias açucareiras no Brasil. A ampliação foi baseada na "concentração das atividades do setor, a eliminação das empresas 'arcaicas' pela difusão tecnológica entre unidades de produção e pela eliminação do protecionismo governamental"⁹. O governo federal editou dois Decretos Leis para garantir esta estratégia. O DL nº 5654 de maio/71 propunha uma seleção um pouco mais rigorosa das unidades. As que ficassem sem operar por três safras consecutivas teriam decretado seu fechamento definitivo. Enquanto o DL nº 1186 de agosto/71 estimulava as fusões, realocações e incorporações das empresas. O conjunto de medidas, na verdade, além de incentivar fortemente a modernização industrial, mantinham a interferência do Estado no setor, pois era este quem definia políticas de desenvolvimento. Os usineiros pediam o fim do protecionismo do governo apenas no tocante ao apoio às usinas do Nordeste, mas quando se tratava de pensar o conjunto da produção, era o Estado o promotor delas. Os recursos necessários para a implantação dos programas vieram através de empréstimos externos, feitos pelos usineiros, com intermediação e aval do Estado, aumentando consideravelmente nossa dívida externa penalizando a sociedade como um todo.

A eficiência dos DLs pode ser medida através da desativação de algumas unidades produtivas. Neste período foram fechadas 43 usinas, sendo 36 no nordeste e 7 no Centro/Sul, garantindo o sucesso das políticas governamentais para o setor. O sucesso, não deve-se ao fechamento dessas unidades, mas pelo contrário, ao aumento de produtividade de outras usinas com a melhora da qualidade de seus produtos, e por conta disso, capazes de enfrentar as exigências de mudanças e do mercado, fosse esse nacional como internacional.

3. Aspectos Gerais da Produção de Cana-de-açúcar e seus Derivados

Os elementos que compõem as relações de trabalho na cultura canavieira não são exclusividade das relações criadas apenas na realidade regional e nacional. Eles estão inseridos num contexto internacional dentro de características muito próprias: 1) o país é o maior produtor mundial de cana e de açúcar, representando sozinho 29% do total da produção mundial deste tipo de cultura. A Índia é a segunda

⁹ J. NOVAES, José R. op.cit, p. 32.

colocada com apenas 14% da produção, o que corresponde a menos da metade do Brasil e, 2) esse quadro se repete, quando analisamos a produção de açúcar, onde o Brasil é o maior produtor mundial, com uma safra de 20% do total produzido. Esse índice é obtido somando-se a produção de álcool e seu equivalente em açúcar.

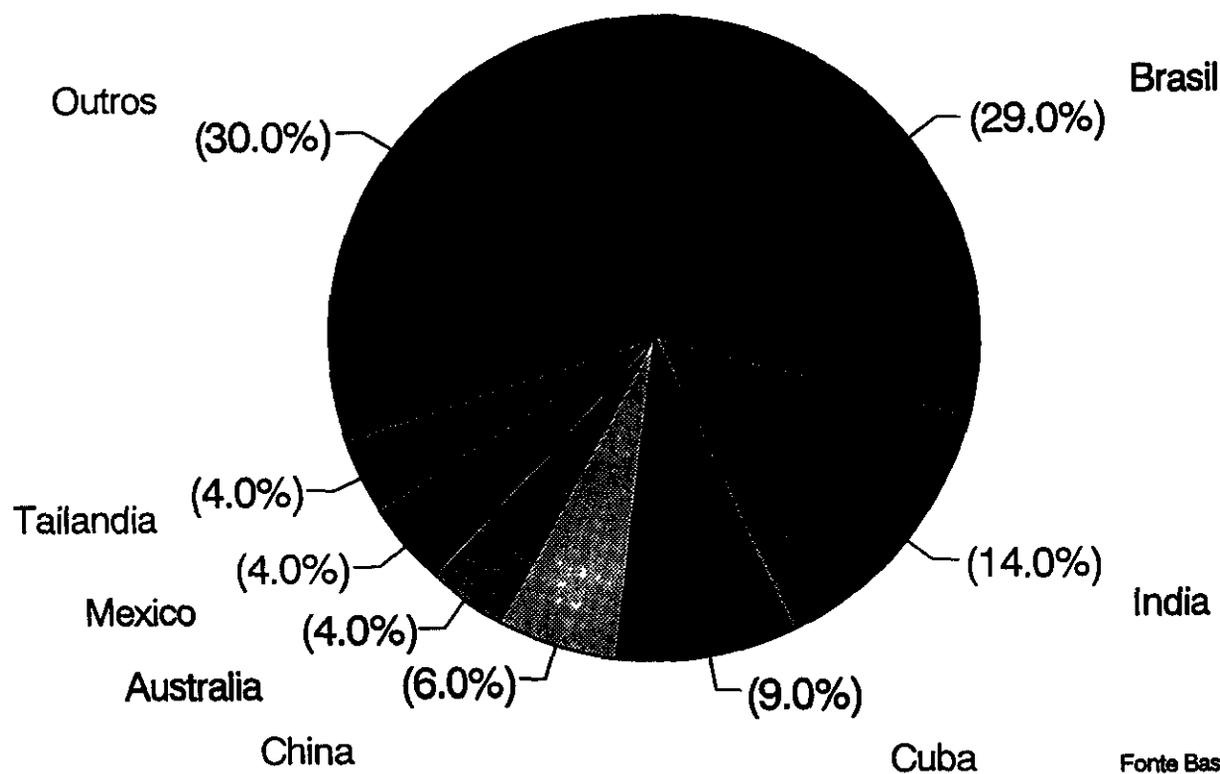
Os gráficos, abaixo, da produção mundial de cana-de-açúcar, tem por finalidade ilustrar a importância do Brasil nesta lavoura.

Não discorreremos sobre os elementos componentes no jogo internacional desta produção por não ser o objetivo deste trabalho.

Eles são aqui necessários para demonstrar que no Brasil, o governo os trabalhadores e os usineiros, estão inseridos num mercado de grande repercussão na economia agrícola internacional.

Produção Mundial de cana-de-açúcar por País

Safra - 1990/91

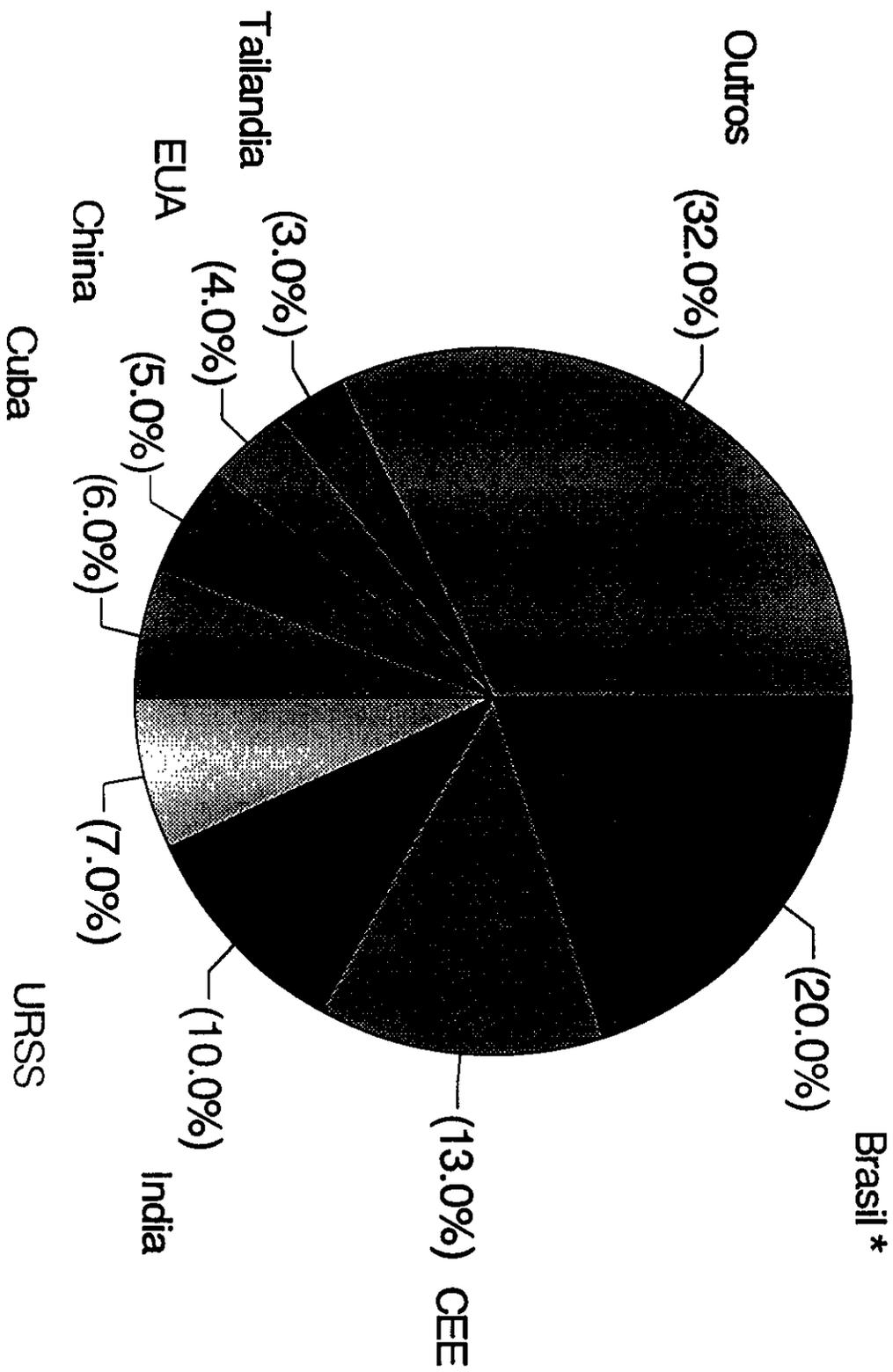


Fonte Básica: F.D.Light

Gráfico: CEDI

Producao Mundial de Acucar por Pais

Safra - 1990/91



* Producao brasileira inclui alcool, expressa em seu equivalente em acucar

Fonte Basica: F.D.Light
Grafico: CEDI

Para alcançar e manter-se em primeiro lugar na produção de cana-de-açúcar, o Brasil optou pelo caminho da apropriação e concentração fundiária e pelo pesado investimento governamental através de políticas fiscais destinadas a este setor econômico. O Estado brasileiro agiu aqui como expressão de uma classe, ou melhor, de um setor dentro da classe economicamente dominante.

Neste quadro, o Estado assume o papel de coordenador da apropriação das riquezas produzidas para um setor da sociedade. Mais ainda, trabalha no sentido da valorização do capital, e como este precisa explorar o trabalho, o Estado "representa" uma das formas de organização desta exploração. Ele é a expressão da classe que o controla (uma somatória de vários setores) e, no caso brasileiro, desde a proclamação da República, vinculado aos proprietários de terra e donos do capital.

O mais grave é que eles encontram-se sempre em "crise", ou em débito com o Estado. O relatório da Comissão Interministerial (setembro/91) traz denúncias de dívidas em bilhões de dólares do setor canavieiro com o Banco do Brasil,

"o endividamento dos usineiros atingia US\$ 2,4 bilhões...Esta dívida se encontra distribuída por diversos estados, das diferentes regiões do país, demonstrando que não se trata de uma questão regional"¹⁰.

Parte desta dívida vem rolando de ano a ano, segundo o Jornal do Brasil do dia 28 de maio de 1993

"O Banco do Brasil está cobrando na Justiça dívidas pendentes de 56 usinas de açúcar e álcool no valor de US\$ 602 milhões,..., o banco optou por fazer a cobrança judicial porque concluiu que essas usinas não tinham qualquer capacidade administrativa nem possibilidade de recuperação"¹¹.

Os usineiros recebem recursos públicos subsidiados, não o administram corretamente e não pagam suas dívidas. Como a receita do Estado é feita através de impostos/taxas/serviços pagos pela população, as dívidas dos usineiros penalizam não apenas o Banco do Brasil mas a população como um todo.

O processo de expansão fez com que o setor canavieiro se desprendesse do tradicional polo nordestino e alcançasse outras regiões

10. NUVAES, Jose R. op cit, p.60

11. Notícia extraída do PROJETO CRONOLOGIA-IBASE, na Conferência ax.cnra do Alternex, material de arquivo do IFAS sob nº C-1927.

do país. Tal expansão provocou aumento na produção (principalmente) pelo alargamento da área plantada e pela adoção de novas tecnologias.

4. A Implantação do Programa Nacional do Alcool (Pro-álcool) e os Novos rumos para o setor canavieiro.

O PRO-ÁLCOOL¹² merece um breve destaque, pois teve repercussões significativas em vários campos, principalmente nos aspectos econômicos e sociais para o setor sucroalcooleiro. Desempenhou, também, um papel decisivo na modernização tecnológica da agricultura. Apesar de constatar o peso do Programa, faz-se necessário uma advertência. Como este trabalho não tem por objetivo estudá-lo, serão descritas apenas suas políticas. Um tratamento mais detalhado a ele deveria considerar a enorme repercussão que provocou na agroindústria nacional em geral e na transformação da nossa política energética.

O Programa do Alcool surgiu no meio de outra grande crise, desta vez a do petróleo, que pressionou o Brasil a encontrar substituição de parte de suas necessidades de combustível, deixando de importar grande volume de petróleo, para se tornar produtor de combustível alternativo com recursos naturais próprios. Um dos mecanismos desenvolvidos foi o programa do álcool como substituto da gasolina. No ano de sua criação, 1975, o Pro-álcool aplicou 59 milhões de dólares. Já em 1981, as cifras ultrapassam a casa dos 1,4 bilhões de dólares, com duas direções bem distintas.

A primeira fase, de 75 a 80, pautou-se pela expansão das novas unidades e melhoria das já existentes, com ampliação da produção de álcool anidro para misturar na gasolina. A segunda fase foi a implantação de destilarias de álcool hidratado para consumo 100% em automóveis, substituindo totalmente o uso de gasolina. Este processo interferiu na produção de automóveis, forçou as montadoras de veículos, e a indústria de auto-peças, a produzir inovações técnicas nos motores que possibilitasse a utilização de álcool como combustível. Como reflexo desta mudança, os usineiros e os fornecedores da cana-de-açúcar ganharam um mercado estável para seu produto.

As repercussões do programa atingiram também relações de ordem externa. O mesmo capital internacional que o financiou, num primeiro momento, através de empréstimos aos usineiros, com garantias oficiais do

12. O Pro-álcool foi criado pelo Governo Federal através do Decreto-Lei nº 75.593 de 14 de novembro de 1975.

governo brasileiro, num segundo momento buscou solapá-lo. Conforme Joaquim Corrêa de Andrade¹³, as multinacionais quando perceberam as possibilidades de consolidação de uma indústria alcoolquímica nacional, produtora de combustível alternativo, passaram a pressionar o mercado internacional de açúcar para elevarem seus preços. Isso forçou, os produtores nacionais a alterarem o ritmo de produção do álcool substituindo pelo açúcar, destinado ao mercado exportador com potencial de ganhos maiores. A elevação dos preços ocorreu no final da década de 70 e no decorrer dos anos 80. Os mesmos atores voltam a pressionar os preços do açúcar para baixo, estabilizando o mercado internacional. Esta movimentação não alterou a política governamental sobre o programa e, apesar das pressões, o PRO-ÁLCOOL se consolidou, em duas direções.

A primeira diz respeito à ação organizada dos usineiros, pressionando o Estado para assumir políticas protecionistas para o setor. O objetivo era minimizar os impactos das mudanças conjunturais, abrir novas linhas de créditos e subsidiar a exportação de açúcar. Além disso, recolocaram para o Estado a "inadimplência" do setor junto ao Banco do Brasil.

A situação de dívida dos usineiros não foi e tampouco é um problema conjuntural. Desde sempre eles deveram à instituições públicas e através de pressões econômicas e, político-partidárias conseguiram adiar ou, refinar suas dívidas. Segundo relatório da Comissão Interministerial, o setor devia aos cofres da União nada menos que 2,4 bilhões de dólares, em setembro de 1991¹⁴. Este montante de dívida era distribuído pelas várias regiões do Brasil, demonstrando ser um problema de caráter nacional.

O movimento do Estado, atendendo sempre as exigências dos usineiros, consolida uma estratégia geral de salvaguarda do setor canavieiro. Ele assume aqui um outro aspecto, além de ser coordenador da apropriação das riquezas, como já vimos, é também no Brasil, uma expressão de correlações de forças, onde predominam os interesses da elite controladora do capital. Ele coordena o desenvolvimento econômico e gerencia relações políticas a favor de uma classe.

O Estado age, por conta disso, penalizando duplamente a sociedade como um todo. Primeiro as sucessivas linhas de créditos aos usineiros

13. ANDRADE, Joaquim C. "A formação Econômica da Região Canavieira no Nordeste", In.: II. Seminário Regional sobre a Crise e Reestruturação do Complexo Sucro-Alcooleiro do Nordeste, realizado em Recife-PE nos dias 31/05 a 03/06 de 1993.

14. NOVAES, José R. op.cit. p. 80.

impediram a aplicação de recursos públicos em outras áreas, "também" importantes. Segundo, o refinanciamento ou a aceitação da inadimplência retirou novamente os recursos da sociedade. Houve a privatização dos recursos do Estado, com o agravante de que não se tem como fiscalizar a aplicação destes recursos.

A segunda direção em que se consolidou o setor canavieiro e a sua política de modernização, se relaciona com a rentabilidade, produtividade e qualidade da produção. Isto foi possível graças às inovações técnicas, ocorridas através do planejamento da expansão das atividades canavieira, controle de qualidade e modernização das unidades produtivas. E, agora, entra em cena o desenvolvimento da parte agrícola do programa do Governo, ou seja, as pesquisas de diferentes tipos de cana e métodos de gerenciamento de mão-de-obra para a maximização do rendimento no campo. Estas tiveram um destaque grande no decorrer da década de 80. O relatório anual do IAA de 1980 já sinalizava para um maior rendimento. Na safra de 79/80 foram colhidas 117 milhões de toneladas de cana, em 2,4 milhões de hectares plantados. No ano agrícola seguinte, a área não aumentou muito, atingindo 2,5 milhões hectares, mas a colheita saltou para 132 milhões de toneladas. Estes dados demonstram um aumento significativo de produtividade, respondendo satisfatoriamente aos investimentos de capital dos setores privados e público.

Como os dados estatísticos servem apenas para demonstrar a evolução da rentabilidade do capital, é necessário ressaltar que estes avanços não repercutiram na dimensão social. Para os trabalhadores sobraram apenas um refinamento da seleção de mão-de-obra, e pequenos ganhos econômicos as custas de um sobre-trabalho, que foi a instituição do ganho por produção, onde o fator físico tem pesado muito no ganho final do canavieiro. O aprimoramento tecnológico não implicou em ganhos para os trabalhadores como um todo. A ciência, financiada pelo Estado, beneficia apenas o capital privado. Exemplo nos dá a análise dos ganhos econômicos dos trabalhadores e sua possibilidade de reprodução enquanto classe social, em comparação à rentabilidade de sua produção. A produtividade de cana plantada das safras 79/80 e 80/81 obteve um aumento de 15 milhões de toneladas, ou quase 10% em apenas uma safra. Com o rendimento da matéria-prima as usinas puderam ampliar seu estoque e produção, sem necessidade de expansão da área plantada. Enquanto o ganho salarial dos canavieiros, de Goiás particularmente, saltou de um salário mínimo, para 1,35 SM num prazo de dez anos. Este mesmo salário vem sofrendo perdas frente a inflação. A situação de

segurança, saúde e qualidade do trabalho melhoraram, mas as condições de vida do assalariado não.

Mais de 10 anos após a implantação de uma política de modernização agrícola nas lavouras canavieiras, é perceptível a rapidez com que avançam os ganhos do capital. Em 1992, informações levantadas pela CEPA-GO, confirmam as políticas de aceleração da rentabilidade. Houve diminuição da área plantada, frente a 91, mas um aumento de rentabilidade de toneladas por hectares. Em 1991 foram plantados 4,21 milhões de hectares de cana, e colhidos 260 milhões de toneladas, com rendimento médio de 61,94 toneladas/hectares. Já em 1992 os dados revelam: 4,18 milhões de hectares plantados, e com colheita de 270 milhões de toneladas, com rendimento médio de 64,49 toneladas/hectares.

Esse processo vivido nos canaviais foi fruto de uma política implantada já no final da década de 70 e início de 80. Isso interferiu diretamente nos critérios de definições dos preços da cana. Deixou-se, em 1983, de classificar preços a partir da produção por tonelada, substituindo para rendimento industrial da matéria-prima, ou seu teor de sacarose. Esta mudança estimulou os produtores a reverem seus sistemas produtivos.

Ainda na década de 80, o Pro-álcool, possibilitou a expansão da área geográfica das lavouras de cana, bem como a melhoria de sua qualidade técnica. Já na safra de 83/84, encontramos novas lavouras e destilarias implantadas na região Centro-Oeste do Brasil (GO, MT e MS). É justamente neste período que foi implantada uma das maiores indústrias do setor em Goiás. Trata-se do Complexo Jalles Machado, no município de Goianésia. É justamente este movimento será nossa referência neste estudo, uma vez que ali se realizou a implantação da indústria e das lavouras dentro dos marcos de uma política de modernização tecnológica, concomitantemente com o surgimento de uma nova relação entre capital e trabalho, onde o primeiro estabeleceu as formas organizativas do segundo com vistas a ampliar sua margem de lucro e seu domínio do processo produtivo.

O caminho percorrido por esta cultura agrícola no Brasil e, também após os incentivos do Pro-álcool, traz a sina de um passado muito remoto. Em todas as regiões onde foram implantados, os projetos canavieiros basearam-se na grande propriedade, com concentração de capital, máxima exploração da mão-de-obra, encontrada em abundância pelo interior do Brasil e também de Goiás. No início dos projetos, sem fiscalização do Estado, houve problemas ecológicos com derrame de

vinhoto em riachos e rios poluindo-os, matando peixes e inviabilizando a utilização destas águas para consumo humano.

Agora, na década de 90, superada a monocultura (com a utilização de plantações casadas entre cana e soja, por exemplo); os problemas ecológicos (todo o vinhoto é reutilizado em forma de fertilizante); a mecanização já é rotina na vida das empresas e, o gerenciamento da mão-de-obra é comum, ficam os problemas sociais a serem avaliados. Por um lado a produtividade quase dobrou, por outro lado os benefícios aos trabalhadores não se alteraram. Foram precisos muitos anos de greves no Brasil e em Goiás para a conquista de transporte seguro, pagamento adicional por trabalho insalubre. Enfim, os benefícios alcançados pelo capital ficaram restritos a ele mesmo. No máximo podemos dizer que houve um aumento na arrecadação municipal e estadual dos impostos gerados pela implantação das usinas, mas a utilização desses recursos para o conjunto da sociedade é duvidosa, pois ele se dilui na arrecadação geral e não se pode mensurar os seus resultados.

5. Produção No Centro Oeste e em Goiás

A produção de cana de açúcar, no Centro Oeste é a terceira maior do Brasil, atingindo as cifras de 15.524.230 toneladas, entre as safras de 1992/93. Goiás é o maior produtor nesta região, de acordo com os dados do gráfico sobre Estimativa de produção de cana por região. (Anexo).

Os dados da safra de 1991 indicam que o Estado produziu 7,13 milhões de toneladas, com rendimento médio de 70.017 toneladas/hectare. No estado do Mato Grosso do Sul a área plantada atinge 65.358 hectares, com uma produção de 3,93 milhões de toneladas e rendimento médio de 60,168. Já o Mato Grosso tem 51.293 hectares de lavouras, com rendimento de 3,11 milhões de toneladas e média de 60,649¹⁵. Como podemos ver, Goiás tem o rendimento médio mais elevado na região Centro-Oeste.

O Brasil plantou em 1991 4,2 milhões de ha de cana, atingindo uma produção de 260,8 milhões de toneladas, e média de apenas 61,943 t/ha. As piores médias de produtividade ficam por conta das regiões Norte e Nordeste, com variação entre 42,251 no Tocantins. e 55,121 no Sergipe. O Estado de Goiás está com média bem superior à do Brasil, superando em muito os tradicionais Estados produtores do Nordeste. Este fato traz pelo menos, duas questões de relevância: 1. As terras agricultáveis do estado

15. Na safra 74/75 a produção de cana na região Centro-Oeste correspondeu a 0,003% da produção nacional, na safra de 87/88 atingiu 4,24%. NCMAES, José R. op.cit. p. 54

de Goiás, destinadas ao plantio de cana, são de melhor qualidade frente às do Nordeste e 2. Os usineiros de Goiás, pela proximidade com os seus colegas de São Paulo apropriaram-se de tecnologias já desenvolvidas naquele Estado especialmente no preparo e plantio das lavouras.

Acompanhando a evolução da área plantada, a partir de 1975, ano da implantação do Programa Nacional do Alcool (Pro-Alcool), até 1990, temos o seguinte quadro:

Anos	GOIÁS		BRASIL	
	áreas	produção (ton)	área	produção (ton)
1975	15.350	614.000	1.969.227	91.524.559
1984	72.690	4.960.090	3.655.810	222.317.847
1990	97.950	8.896.320	4.269.314	263.604.425

Fonte: IBGE, Anuário Estat.do Brasil 78/81/84/85/89
CEPAGRO 88/89 e DEAGRO 90.

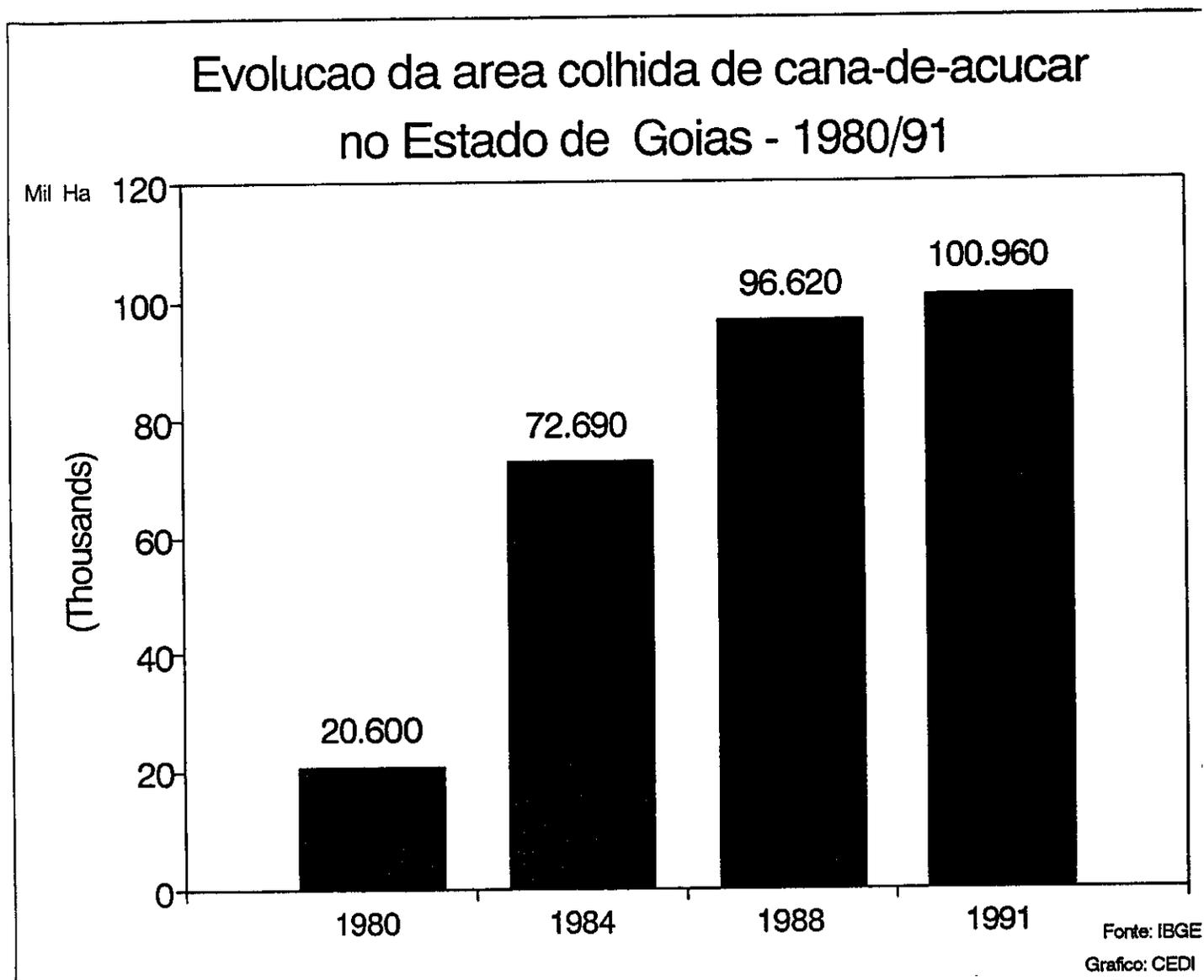
Em Goiás, há uma evolução na área plantada de cana-de-açúcar que, no geral, coincide com a implantação das usinas de álcool e açúcar, financiadas com recursos federais do Pro-Alcool e, das necessidades de matéria-prima destas indústrias. Em 1980 existiam apenas 20.600 hectares plantados. Em 1988 as lavouras haviam-se expandido para 96.620 hectares, e em 91 o Estado já atingia a casa dos 100.960 hectares. Duas outras coincidências ocorreram no período. Uma se refere às transferências de um número razoável de usinas do Nordeste para outras regiões do Brasil, inclusive, para Goiás. A outra diz respeito ao programa do Pro-álcool, promovido pelo Governo Federal, que necessitava se consolidar nacionalmente, através da viabilização da produção energética, na linha dos combustíveis. Esta realidade fez com que a produção do Estado quintuplicasse em apenas dez anos. No jogo de interesses e implantação de programas oficiais do Governo Federal, Goiás teve entrada garantida no processo,

"na década de 80, o chamado setor moderno, mesmo diante dos frequentes ajustes conjunturais, despregou-se de sua base regional e se estendeu para outras regiões. A soja ocupou os cerrados, a agroindústria se estendeu a outros produtos e outras regiões do país, tais como fruticultura no Nordeste, a cana-de-açúcar em Goiás e Mato Grosso, o

*reflorestamento com seringa, eucalipto no sul da Bahia e norte do Espírito Santo.*¹⁶

O aumento da área plantada, bem como o interesse de usineiros por este tipo de investimento no estado de Goiás estão relacionados, como visto acima no texto de Novaes, pela política oficial do Governo. Esta facilitava o acesso aos financiamentos através de subsídios, deixando o custo do dinheiro baixo; garantia de retorno do capital investido devido ao mercado certo para a produção; abundância de mão-de-obra que não elevava os custos finais.

O gráfico a seguir demonstra a evolução da área colhida de cana.



6. O Movimento dos Trabalhadores frente à ação do Estado e o Desenvolvimento da Indústria Canavieira.

A partir de 1950, com a descentralização das lavouras do Nordeste para o Centro-Sul, o capital reproduziu sua política de utilização expansionista e concentradora de terras em novas plantações de cana. Manteve o controle sobre as relações de trabalho com a mão-de-obra, buscando deter a crescente organização dos trabalhadores rurais. Começou uma forma diferenciada de casamento com o Estado. Este último passou a financiar, com recursos públicos, pesquisas e estudos para viabilizar mudanças nas lavouras e nas indústrias canavieiras, que deveriam atender às exigências de melhorias na qualidade do açúcar e do álcool apresentados no mercado internacional.

Os frutos dessa nova articulação surgiram nas décadas de 70 e 80. Ampliam-se as variedades de cana com maior concentração de sacarose e maior rendimento industrial, máquinas colheitadeiras e carregadoras de cana foram criadas e lançadas no mercado. Conseqüentemente a produtividade/rentabilidade quase dobrou em apenas 20 anos de pesquisas. Do início dos anos 70 aos 90, os usineiros conseguiram aumentar sua produtividade de 40 toneladas por hectare de cana plantada para 73 toneladas por hectare em média.

Todo esse processo, que transformou a cultura canavieira, estaria longe de beneficiar os trabalhadores não fosse a velha disposição do ser humano em gritar quando o cinto aperta demais.

Os direitos trabalhistas no Brasil transformaram-se em lei a partir de 1943 com a CLT-Consolidação das Leis Trabalhistas, editadas pelo Governo Vargas. Porém, esta legislação não alcançava as áreas rurais do país. Os diversos tipos de trabalhadores das lavouras de cana-de-açúcar não dispunham de aparatos legais para a defesa de seus interesses. Os principais sindicatos se encontravam nas áreas urbanas, e mesmo assim muitos dos direitos trabalhistas conquistados, não eram cumpridos pelos patrões.

Na primeira República, até 1930, haviam muitas lutas reivindicativas dos trabalhadores urbanos por questões de ordem trabalhista, os trabalhadores rurais ainda não haviam conquistado seu espaço nas lutas sociais.

"As reivindicações referentes às oito horas de trabalho, descanso semanal, trabalho da mulher, do menor e outras, eram apresentadas aos empresários, dos quais se pretendia o acordo e o compromisso pessoal de

respeito ao combinado. Qualquer lei a esse respeito era visto como ato do Governo, representativo do patronato em resposta à pressão contínua do movimento operário. Na primeira República, O Estado não deixou de legislar a respeito do trabalho de mulheres e menores, higiene nos locais de trabalho e férias. No entanto, esses regulamentos permaneceram "letra morta" posto que o patronato não se dispunha a cumprí-los, chegando até mesmo a ignorá-los completamente"¹⁷.

Como afirmado acima, apesar da ação dos trabalhadores resultar em conquistas trabalhistas e o governo criar legislação sobre a questão, os patrões não se sentiam obrigados a cumprí-la. O papel do Estado, de fiscalizador de relações sociais estava comprometido com sua posição política favorável ao patronato. Quando não usava da força policial para controlar os trabalhadores, se fazia valer de discursos ideológicos, conclamando toda a nação para caminhar rumo ao desenvolvimento, disseminando a idéia de que para crescer era necessário não haver conflitos sociais. A conciliação entre as classes deveria ser o caminho natural para o crescimento sócio-econômico.

A ação dos trabalhadores rurais, mesmo sem garantir maiores conquistas e direitos, de forma mais geral, só começa a ganhar repercussão nacional a partir de 1950.

"A troca de experiência e a unificação das lutas era feita através de congressos. O primeiro congresso com expressão nacional foi realizado em 1954, em São Paulo, e criou a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil). Será neste Congresso que serão lançadas as bandeiras para a unificação das lutas dos trabalhadores rurais: Reforma Agrária; direitos trabalhistas; direito à sindicalização e livre organização e direito à previdência social".¹⁸

Os trabalhadores rurais só conquistaram alguns direitos trabalhistas em 1963 com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, quando o estado brasileiro reconheceu-lhes os direitos trabalhistas e de sindicalização. Foram necessários doze anos de lutas sindicais para esta conquista.

As primeiras tentativas de organização sindical para os trabalhadores rurais datam de 1950, com a realização do Congresso da categoria em Belo Horizonte-MG. Ali elaboraram uma pauta nacional unificada contendo suas reivindicações por salário mínimo, férias, 13º salário. As conquistas dessa pauta só vieram a ser vislumbrada com o direito de sindicalização em 1963.

17. MARTINS, Heloisa T.S. O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1979, p.17

18. ALVES, Francisco J. Costa. op.cit. p.264.

Quanto às garantias legais para a sindicalização e, portanto, institucionalização da organização dos trabalhadores rurais, só veio a acontecer em 1962, obedecendo os mesmos trâmites dos sindicatos urbanos. Os sindicatos foram atrelados ao Estado, com estrutura vertical e hierárquica¹⁹. Guardaram, porém, uma maior autonomia de organização, pois podia-se sindicalizar trabalhadores assalariados, pequenos produtores, parceiros, arrendatários, posseiros, ou seja, um conjunto maior de categorias num mesmo sindicato.

Deste período para cá, eles adquiriram o direito de terem carteira de trabalho, férias, 13º salário. Mesmo assim se percorrermos, hoje, algumas usinas, pelo Brasil afora, encontraremos milhares de canavieiros sem seus direitos assegurados. É comum as denúncias de Convenções Coletivas não cumpridas pelas usinas.

Este quadro trabalhista, todavia, não significou qualquer mudança nas políticas empresariais e governamentais frente a seus projetos de expansão para as indústrias de álcool e açúcar. Mesmo surgindo as primeiras articulações sindicais de caráter nacional, elas não foram capazes de interferir, satisfatoriamente, para garantir ganhos reais aos trabalhadores. Conquistaram espaços de denúncia, de organização sindical, mas não houve qualquer mudança da política oficial no setor canavieiro por causa destes movimentos. A força organizada do trabalho não alterou o ritmo das ações do Estado e das empresas.

As organizações sindicais dos trabalhadores não dispunham de acúmulo de força suficiente para reverter um quadro desfavorável, continuando suas lutas por conquistas pontuais. A debilidade estava vinculada a duas questões de fundo: 1) O Estado usou a repressão para conter as lutas reivindicativas, proibindo os imigrantes (em especial os italianos) em participar das direções sindicais e expulsando os que resistiam; e 2) A massa de trabalhadores aceitou o discurso de conciliação de classes como suporte político para o crescimento. O Estado passou a ser a única referência para estabelecer regras entre o trabalho e o capital.

Mesmo sabendo que as relações entre trabalho e capital se modificaram, registrando ganhos econômicos e sociais para os trabalhadores, devido à pressão sindical, o desenvolvimento desse modelo de modernização trouxe consigo novos desafios. Dentre eles destacamos:

19. Sobre o tema sindical e suas relações com o Estado ver: MARTINS, Heloisa H.T. Souza. *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. Hucitec, 1979, e VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Paz e Terra, 3ª edição, 1989.

processo seletivo que privilegia o profissional polivalente; a seletividade que exigiu um gerenciamento da mão-de-obra que utilizasse de forma racional/impessoal o tempo de cada trabalhador, aumentando sua produtividade e ao mesmo tempo deixando outros trabalhadores no desemprego; a introdução de máquinas que estão acelerando o ritmo do trabalho, exigindo maior esforço físico de cada trabalhador, submetendo-os a sua velocidade; a organização sindical que não está conseguindo renovar sua pauta de reivindicação frente a reorganização do trabalho levada a cabo pelo setor patronal.

Goiás está inserido neste contexto dentro da ótica da descentralização e modernização das unidade produtivas de açúcar e álcool. Questões como produtividade/rentabilidade agrícola e industrial, gerenciamento de mão-de-obra, uso de variedades de cana, adequação dos canaviais às inovações mecânicas vão nos mostrar como tem sido os procedimentos dos setores envolvidos no processo. Como verificado no quadro nacional, Goiás tem demonstrado um desenvolvimento desigual de suas unidades produtivas. Existem aquelas que iniciaram o processo de modernização somente no início da década de 90 e outras, como a usina "Jalles Machado" no município de Goianésia que implantou deste sua inauguração, um modelo de gerenciamento diferenciado, adaptado aos requisitos do seu agente financiador, o governo federal, através do Pro-Álcool.

7. Organização do Trabalho na Indústria Canavieira de Goiás.

Antes de entrarmos na demonstração da realidade e das mudanças ocorridas na organização do trabalho dentro das usinas, se faz necessárias algumas advertências preliminares.

A primeira diz respeito à compreensão que temos do trabalho. Ela está construída em cima da visão de que o trabalho é fruto da mão do homem que estabelece relações com a natureza, para transformá-la e transformar o próprio homem.

"Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. ... Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza"²⁰.

20. MARX, Karl. O processo de produção do Capital, livro 1, In.: O CAPITAL, volume 1, 7ª edição, DIFEL, p.202.

A segunda é sobre a transformação capitalista do trabalho. Ele tem uma apropriação privada de seus frutos e uma separação das atribuições dele na vida humana. Deixa de ser uma relação entre os homens e a natureza para ser instrumento de dominação de um homem sobre o outro. Esta nova relação cria uma situação em que o modo de produção material determina, em geral, o processo social, político e intelectual da vida, e por conseguinte dos homens e das sociedades. Com a organização capitalista não poderia ser diferente. Apesar dos teóricos e pensadores do mercado afirmarem que esta sociedade é fruto do desenvolvimento natural das relações humanas, com certeza não foi a natureza que transformou os homens em mera mercadoria negociável no mercado. Marx combateu a idéia de relações naturais e remeteu a discussão aos limites das relações humanas:

*"A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadoria, e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formulações da produção social"*²¹

A estrutura capitalista transformou o ser humano e seu trabalho em "partes" de um todo, criando um quadro de não compreensão da totalidade. O homem passou a conhecer apenas a sua tarefa imediata, particular e fragmentada. O produto final, criado através do trabalho ou, como preferem os capitalistas, as mercadorias, deram a compreensão da totalidade. O mercado realiza a visão total do bem produzido e não o trabalho humano contido na mercadoria.

A problemática criada por este modo de produção tem vários momentos:

1. O trabalhador, transformado em mercadoria, vende sua força de trabalho no mercado e já não possui os meios e instrumentos necessários para executar suas tarefas produtivas. A separação se deu entre o sujeito e o objeto, meios e instrumentos para produzir.

2. Para que as mercadorias sirvam aos interesses de seus controladores, os capitalistas, passaram-nas por um processo de inversão de suas qualidades. Elas realizam a valoração do capital no ato de sua transação mercantil. Ou seja, no ato de sua venda no mercado. Deixam de

21. MARX, Karl. O Capital. Idem, p. 189.

ter valor porque incorporou trabalho humano em elementos da natureza para se realizar fora do espaço e das condições de sua criação. Significa dizer que elas não precisam satisfazer necessidades humanas imediatas, podendo ser negociadas a partir dos interesses de seus possuidores e de melhores ofertas no mercado. O mercado passou a ser o regulador das vontades e necessidades humanas.

3. Ocorreu a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. A praxis humana -relação entre a ação concreta dos homens e a natureza e impulsionadora da ciência e conhecimento científico - foi apropriada por alguns membros da sociedade. Estes detém o poder e a capacidade de conhecer todo o processo produtivo até a realização final da mercadoria, pronta para entrar no mercado. O trabalhador manual só conhece a parte que executa no processo de produção. Ele deixou de ter uma visão completa, que projetava e executava seu trabalho globalmente, para transformar-se em um operário parcial. Ao mesmo tempo foi transformado em trabalhador coletivo, pois a mercadoria só é produzida quando o conjunto da força de trabalho realiza suas tarefas. O indivíduo é transformado em operário coletivo desprovido dos meios de produção e dono apenas de sua força física. Conseqüentemente, por ser um novo ser coletivo, passa a membro de uma nova classe social, a dos vendedores de força de trabalho e despossuídos de instrumentos e conhecimento de trabalho com seus meios para executá-lo.

Na sociedade capitalista a alienação (elemento que separou os homens de sua própria criação) ganha o conceito de cisão, falta de algo que complete e dê globalidade às relações humanas. Ou ainda, é neste tipo de organização social que separou-se o sujeito do objeto.

Marx identifica dois caminhos de alienação. De um lado, o trabalhador se aliena porque o processo de produção não lhe pertence mais. Os valores criados pertencem a outros.

"O trabalhador põe sua vida no objeto, e sua vida, então, não mais lhe pertence, porém ao objeto...A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas ainda que existe independentemente, fora dele mesmo, e a ele estranho, e que se lhe opõe como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como força estranha e hostil"²².

É a divisão capitalista do trabalho que cria este trabalhador incapaz de se reconhecer em sua tarefa produtiva. Ele perde a dimensão

22. MARX, K. L. MANUSCRITOS ECON. E FILOSOFICOS, idem, p.91.

de construtor de sua própria vida. O trabalho passa a ser penoso, forçado, representando apenas a necessidade de se reproduzir enquanto ser parcial. Não é mais a expressão de sua criação, nem instrumento para satisfazer necessidades humanas como valor universal.

De outro lado, reflete a alienação enquanto relação social, enquanto domínio de uma classe sobre a outra. A separação do sujeito frente a seu objeto, criou a dominação do homem pelo homem. Não pela força de exércitos como em períodos passados, mas pela força do capital, pelo controle da força física do operário e em conseqüência, pelo controle de sua vontade e sua mente.

"A Economia Política oculta a alienação na natureza do trabalho por não examinar a relação direta entre trabalhador (trabalho) e a produção. Por certo, o trabalho humano produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Ele produz palácios, porém choupanas é o que toca ao trabalhador. Ele produz beleza, porém para o trabalhador só fealdade. Ele substitui o trabalho humano por máquinas, mas atira alguns dos trabalhadores a um gênero bárbaro de trabalho e converte outros em máquinas. Ele produz inteligência, porém também estupidez e cretinice para os trabalhadores"²³.

É evidente que, para se estabelecer uma relação de domínio, é necessário controlar as instituições macro da organização social, o aparelho do Estado (compreendendo o monopólio da força armada, o aparelho jurídico e os mecanismos de controle ideológico) além da economia. Os capitalistas, após longos períodos de enfrentamento com a nobreza conquistaram esses instrumentos, e por esse motivo conseguiram hegemonizar as relações sociais.

A terceira advertência está relacionada à necessidade de desenvolvermos novos paradigmas para a compreensão do termo trabalho. Muitos autores, inclusive marxistas, afirmam que não é mais o trabalho que define as relações sociais, e tampouco que é o motriz das relações sociais-econômicas. Ele já não é mais elemento fundamental na criação das coisas necessárias para a sobrevivência humana. As ciências, a química fina, a informática, a genética, a robótica teriam, num futuro próximo, a capacidade de substituir o homem em seus trabalhos. Ou seja, as máquinas realizariam a transformação da natureza e assim poderiam criar valores e riquezas para satisfazer os homens. Portanto o trabalho e o seu controle, não são mais fundamentais para analisar as relações

²³. MARX, Karl. Manuscritos, idem, p. 92.

capitalistas modernas, mas sim o controle do conhecimento que gerou as transformações nas máquinas e das leis químicas e físicas.

É com a premissa das três advertências acima que prosseguiremos na compreensão da realidade que compõe as relações entre capital e trabalho nas lavouras canavieiras.

Esta nova fase das relações entre o trabalho e o capital sofrem as conseqüências de um poderoso processo de transformação do trabalho. Perceberemos que as formas de reorganizar os canaviais desde o gerenciamento de pessoal, contando com uma forte tendência seletiva e exigência de qualidade no serviço, até as linhas para as plantações de cana e a descoberta de novas variedades com teor de sacarose mais elevado, serviram para maximizar os lucros das usinas e controlar o tempo necessário para completar o ciclo de produção. *"O progresso técnico em geral, e especialmente na agricultura visa superar limitações naturais existentes à valorização do capital"*²⁴ .

Por se tratar de um processo concentrador e privado, não houve recíproca em forma de ganho para o trabalho. Cada canavieiro selecionado passou a exercer sua atividade puxado pelo ritmo das máquinas. No geral este trabalhador detém o conhecimento e as técnicas de todo o processo de plantação até o corte da cana, passando pelos tratos culturais. Ele sabe o período do plantio; formas de fazê-lo, aplicação e uso de pesticidas e agrotóxicos; tempo de maturação da cana e finalmente o período de colher a matéria-prima. Porém, o mesmo trabalhador não detém o conhecimento de como se chegou a tal variedade de cana, como se fabrica o álcool e o açúcar. O capital também não permitiu que esse trabalhador "polivalente" desfrutasse dos resultados do conhecimento que tem de seu trabalho, e muito menos dos ganhos gerados por ele. Portanto, o modelo de desenvolvimento técnico implementado pelas usinas e financiado pelo Estado não tem melhorado as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Nos canaviais de Goiás, o gerenciamento do trabalho ainda esta longe de atingir a performace desejada pelo capital. Está se tornando comum nos meios industriais a utilização de um novo tipo de trabalhador, o "operário multifuncional". Este novo elemento é uma superação da forma fordista de organização da produção. A Gazeta Mercantil de 10.08.94 traz uma matéria de capa escrita por Sandra Nascimento sobre o assunto.

24. ALVES, Francisco J. Costa, op.cit. p.58

"O termo multifuncional está diretamente ligado ao sistema conhecido como células, processo originado na forma japonesa de produção, que vem ocupando rapidamente as já consideradas obsoletas linhas de montagem criadas por Henry Ford no início do século.²⁵"

Neste sistema cada célula de operários, ou trabalhadores em geral, recebem todo o treinamento para produzir a totalidade da mercadoria. "Todos tem a responsabilidade, são chefes e chefiados".

As novidades na organização do trabalho e a capacitação profissional traz novos problemas para o trabalhador. Não porque a modernização é prejudicial ao homem. Muito pelo contrário, pois não é humano cortar cana queimada o dia inteiro e ainda por cima numa posição "corcunda". O conhecimento e através dele o desenvolvimento de máquinas e até de formas de organizar o trabalho, deveriam beneficiar os homens. Porém, os problemas começam quando o controle de máquinas e da organização do trabalho servem exclusivamente para valorização do capital. Este processo faz com que o canavieiro goiano ainda não conheça os métodos industriais de manejo com os equipamentos das usinas. Porém ele já sofre o processo de seleção "natural" na parte agrícola, onde seu rendimento e sua capacidade de adaptação às inovações são determinantes para sua permanência no posto de trabalho.

As usinas de Goianésia, em suas plantações de cana trazem este quadro, permitindo-nos fazer comparações com outras regiões do Brasil. Suas estratégias de produção tem muito em comum com seus parceiros paulistas, principalmente no tocante à organização do trabalho.

Sem nos determos em demasia em informações, optamos por descrever as formas de organização e processo de reorganização do trabalho em duas outras regiões. Uma no Estado de São Paulo, mais precisamente Ribeirão Preto, por ser uma área onde se implantou fortemente as inovações tecnológicas e gerenciais no trato da cultura canavieira. A outra é o Nordeste, sem analisar Estado por Estado, mas considerando as mudanças ocorridas na região nos últimos anos.

25. A fábrica Multibrás (montadora dos produtos da Brastemp, Consul e Sener) de São Bernardo do Campo já implantou o sistema. Sua unidade de Rio Claro, interior de São Paulo, a mais de quatro anos vem operando com as chamadas células produtivas. Outra empresa que adotou o sistema foi a Construtora ROSSI, que está preparando seu pessoal para conhecer todo o processo de construção. Vem treinando seus operários para conhecer as técnicas de pedreiros, carpinteiro, ferreiro, encanador, eletricitista. (Gazeta Mercantil, 10.08.94, p.7).

7.1. Região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

A chegada da cultura canavieira, na região de Ribeirão Preto-São Paulo é datada do início da década de 50, sendo que o processo de trabalho veio sofrendo modificações constantes desde então. Antes da década de 60 não se queimava a cana para o seu corte, o que dificultava em muito o trabalho. A partir desta inovação, a produtividade do trabalho cresceu de 2,5 toneladas/dia (t/d) por homem, para 4,0 t/d.

Uma segunda etapa de mudança ocorreu quando separou-se o cortador do carregador. Um homem cortava, outro carregava até uma pequena estrada interna ao canavial, colocando a cana em cima do caminhão-transporte, que também sofreu modificações. As usinas, para maximizar o trabalho deste carregador, aumentaram o tamanho das carrocerias dos caminhões-transporte.

Numa terceira etapa, os carregadores foram substituídos por guinchos mecânicos, que colocavam a cana diretamente nos caminhões. Porém esta mudança obrigou as usinas a contratarem um novo tipo de trabalhador. O "bituqueiro" ou catador de cana. Estes fazem os serviços que os guinchos mecânicos não conseguiam fazer, pegar as canas caídas nas lavouras. Os guinchos tem uma "mão" que apanha feixes de cana, porém muitos pedaços caem no chão. Este novo trabalhador segue o ritmo de produção das máquinas. Seu trabalho não precisa de muita qualificação ou o mesmo conhecimento exigido no corte da cana. O cortador precisa de habilidade para cortar a cana o mais próximo possível do solo e, destreza na hora de cortar as folhas em sua parte superior.

Os três momentos trazem em si a mesma marca. Com as inovações dos equipamentos e formas de organizar o trabalho, a produtividade aumentou, ao mesmo tempo diminuiu o número de trabalhadores, e o ganho salarial não representou sequer a possibilidade de reprodução da própria mão-de-obra. Na região de Ribeirão Preto (onde concentra-se o grosso das lavouras de cana), houve greves sucessivas por preço do corte da cana. Elas ocorrem nos anos de 1984 a 1987. Passados alguns anos do processo de modernização dos canaviais, o capital só atendeu algumas reivindicações dos trabalhadores sob pressão forte de greves. Inclusive de greves violentas como as ocorridas em Guariba, onde os cortadores de cana colocaram fogo em carros da PM e em instalações públicas. Neste confronto ocorreu a morte de duas pessoas.

No processo de trabalho que envolve máquinas uma grande inovação ficou por conta das colheitadeiras. Elas surgem no período de implantação do Pro-álcool, meados da década de 70. Colhem a cana caída, em pé, cortam as folhas da parte superior e ainda colocam a cana cortada em cima dos caminhões-transporte. Aqui as inovações técnicas modificam profundamente a forma de organizar os canaviais, pois as lavouras deveriam ser feitas em áreas planas, com ruas internas capazes de serem percorridas por caminhões que vão acompanhando as máquinas. Esta inovação passou a exigir outros tipos de trabalhadores.

*"Com a introdução das máquinas que cortam em cima e embaixo, desfolham, picam e carregam o caminhão, o saber específico do cortador de cana foi transferido para a colheitadeira, que é uma máquina-ferramenta. Os trabalhadores agora são meros apêndices da máquina-ferramenta. São agora bituqueiros-cortadores, sua tarefa é acompanhar a máquina e ir cortando as canas que a máquina não cortou, ou os bicos de talhão, que para serem cortados pelas máquinas exigem complexas manobras do operador, com enorme perda de tempo e elevado consumo de combustível."*²⁶

No casamento entre processo agrícola e industrial, como se vê, não foi possível a eliminação pura e simples dos trabalhadores manuais, como o ocorrido em alguns setores industriais. Houve, isto sim, uma transformação nas relações e nas condições de trabalho. Eles sofreram uma mudança qualitativa e quantitativa. Na medida que as máquinas determinam o ritmo de trabalho do trabalhador, elas também interferem na produtividade dele. Embora haja uma subordinação do trabalho frente ao capital, transformado em máquinas, é ainda necessário haver "bituqueiros", e até uma nova categoria de trabalhadores: operadores de máquinas. Esta nova forma de subordinação beneficia o capital no tempo necessário para a colheita da matéria-prima, ao mesmo tempo que para o trabalhador, seu acréscimo de ganho na produção diária do corte não renuncia o esforço físico que ele faz em acompanhar as máquinas.

Nesse processo, as relações com os trabalhadores também se transformaram. As usinas passaram a selecionar os trabalhadores "polivalentes", ou seja, aqueles que se adaptavam facilmente tanto ao corte de cana nos talhões, onde a máquina não o fazia, como à capina das lavouras novas, à aplicações de agrotóxicos, ou ao replantio de mudas. O pagamento de salário sofreu também modificações. Os pagamentos passaram de salários diários, ou mensais, de acordo com o

salário mínimo, para o pagamento por produção. Isso aumentou a intensidade do trabalho. Primeiro, o cortador deixou de carregar a cana, ele apenas a corta, aumentando sua produtividade, forçando Conseqüentemente o aumento da produtividade do carregador. Mesmo o trabalho não mecanizado passou a receber condicionantes que fazem aumentar seu rendimento para o capital. O pagamento por produção passou a exigir do trabalhador a utilização de todo seu potencial físico, permitindo a extração de um salário maior do que o normal. Porém, o aumento de seu rendimento acelerou ainda mais o rendimento do capital. Este último obteve mais matéria-prima, em menos tempo, aproveitando com maior intensidade a utilização de suas caldeiras na fabricação de álcool e açúcar. O capital aumentou seu rendimento, explorando ainda mais o potencial da força de trabalho, sem com isso pagar mais salário. O possível acréscimo no pagamento do trabalhador, devido à sua produção, estava compensado pelo seu maior rendimento.

7.2. Região Nordeste²⁷

A organização do trabalho nas lavouras canavieira do Nordeste, nas três últimas décadas, viveram dois momentos bem distintos que acompanharam as políticas dos usineiros e do Governo Federal Brasileiro, frente à este setor agroindustrial. Inicialmente a organização do trabalho, tinha características arcaicas,

*"muitas das quais transmitidas por gerações passadas, pouco contribuindo para a ampliação dos índices de produtividade, diante das dificuldades para recuperar os solos (desgastados pela intensiva utilização da monocultura) e para combater, com rapidez e eficiência, ataques de doenças e pragas nos canaviais."*²⁸.

O trabalho era organizado e pensado apenas para a utilização de grandes extensões de terras para as lavouras, corte da cana manual, dependente apenas da destreza do trabalhador. Nesta primeira fase, o que se tinha era a despreocupação com inovações técnicas, onde os usineiros obtinham altos lucros com dois tipos de políticas: a) recebiam incentivos públicos do Estado e b) exploravam a mão-de-obra local.

27. Compreende as áreas plantadas com cana nos Estado de Pernambuco (nas microrregiões da Mata úmida e seca), de Alagoas (no norte do estado, microrregiões da Mata Alagoana e Litoral Norte) e na Paraíba (microrregiões do Brejo e no Litoral Paraibano). Cfe. NOVAES, José Roberto, 1993.

28. NOVAES, José Roberto, idem, p.91.

No início da década de 80, algumas unidades produtivas, em consonância com as políticas do Pro-Álcool e pressionadas pelo avanço tecnológico e alta produtividade das usinas do Centro-Sul do Brasil, implantaram paulatinamente técnicas modernas nos canaviais.

A reorganização do trabalho no Nordeste caminhou em duas direções complementares. A primeira dizia respeito a novos sistemas de gerenciamento da produção que, através de intensos treinamentos do IAA, já no início da década de 80²⁹, preparou o pessoal "técnico" (gerentes agrícolas, industriais, administrativos) para um processo modernizante. Estes técnicos, no geral engenheiros agrônomos, economistas, administradores, tornaram-se agentes imprescindíveis nesta etapa da modernização. Eles foram os implantadores dos "sistema racional" e "sistema misto" de produção. Segundo José Roberto Novaes, o sistema era definido como "racional"³⁰ por que incorporou tecnologia nas indústrias, com novas máquinas. Modernizou também a agricultura, com o cultivo de novas variedades de cana e plantio adequado à utilização de máquinas para arar, colher e carregar a cana. Este sistema compreendia também a recriação das relações de trabalho, baseadas em seleção de pessoal, impessoalidade, qualificação e produtividade da mão-de-obra. A mecanização vem acontecendo com a utilização de apanhadeiras que pegam a cana cortada do chão e colocam em cima de caminhões, tratores de esteira que preparam o solo e abrem estradas dentro dos canaviais. Com a entrada destes equipamentos na parte agrícola, houve um aumento de produtividade no corte da cana de 1.200 kg homem/dia para 3.000 kg homem/dia.

O sistema "misto", já indicado pelo próprio nome, é a utilização do sistema racional, mantendo em alguns lugares, relações tradicionais e atrasadas de produção. No caso do Nordeste, isto foi patente em áreas de encostas ou onde a mecanização está se atrasando devido a renovação das lavouras. Como a utilização de máquinas é impossibilitada ou retardada, fica inviável a implantação do "sistema racional".

A utilização da mão-de-obra para o trabalho de lavouras seguem a um ritmo determinado pela natureza das próprias lavouras. De março a agosto, que é o período do "inverno", ou seja o chuvoso, há muito trabalho em dois tipos de atividades. Trabalho nas culturas de ciclos

29. cf. Relatório Anual do IAA, 1981.

30. De acordo com o conceito trabalhado por José R. Novaes em sua tese de doutorado "racional" é a utilização de inovações tecnológicas feitas nas usinas de álcool e açúcar, novas máquinas, variedade de colheita e gerenciamento da mão-de-obra. Este sistema é utilizado em algumas usinas do Nordeste e de São Paulo.

mais longos (cana-de-açúcar), onde é feito o plantio e o da produção em lavouras de ciclos curtos (feijão, por exemplo). No caso dos canaviais, a primeira etapa dos trabalhos é a preparação do solo que é feita de duas formas distintas. Nas áreas planas, as máquinas que substituem muitos homens, preparam o terreno. Nas várzeas e encostas o preparo é feito por tração animal, utilizando-se mais mão-de-obra humana; a segunda atividade é a "limpa" do canavial. Aqui se usa a enxada para a capina, quando esta é feita manualmente, bem como se aplicam herbicidas. Este ciclo se completa seguindo o esquema: *"aplicação de herbicida, 60 a 90 dias antes do plantio, capina do mato em janeiro e uma nova capina, nos meses de março e abril"*³¹. O ciclo é realizado simultaneamente de forma "racional" e "mista". Há lavouras mecanizadas e com sistemas de gerenciamento de seleção de mão-de-obra e há lavouras que ainda mantêm relações tradicionais, com utilização do trabalho do "morador", que são os que vivem dentro das terras das usinas, fazem vários tipos de serviços no decorrer do ano. Trabalham como canavieiros em períodos de safra.

Cumprido estes dois ciclos de trabalho, o terceiro grande momento é a safra da cana. Chegando a hora da colheita, nos meses de agosto a janeiro são contratados milhares de cortadores de cana, vindos das regiões do agreste e do sertão (formados por pequenos produtores com terras insuficientes para seu sustento e reprodução e por desempregados) para os canaviais nas partes litorâneas do Nordeste. Aqui também se confundem os sistemas de trabalho, seja "racional" ou "misto". Os índices de mecanização ainda são baixos, longe dos atingidos na região Centro-sul. O que se vê de forma mais clara diz respeito ao gerenciamento do trabalho. Temos uma maior seleção de pessoal, uma maior separação do trabalhador com a terra, pois ao deixar de ser morador das usinas, eles são encontrados nas favelas de centros urbanos maiores, ou nos fins das ruas das cidades menores, criando novos bolsões urbanos e seus tradicionais problemas de habitação, educação, saúde e saneamento básico onde antes haviam apenas cidades "interioranas".

A utilização dos sistemas "racional" e "misto" reestruturou o mercado de trabalho, separando ainda mais o trabalhador tradicional da terra. Utiliza um certo número de pequenos produtores com terras

31. ROVINS, José Roberto. *idem* p.139.

insuficientes como assalariados da cana. Há uma nova onda de expropriação e proletarização da mão-de-obra nordestina.

As mudanças ocorridas nas novas relações de trabalho, também no Nordeste, não dão conta de eliminar por completo os serviços braçais. Temos um cortador de cana manual, que passou por um longo processo de seleção e especialização. Porém, ele não foi eliminado, enquanto trabalhador da cana. Este processo criou, novos tipos de trabalhadores especializados: engenheiros de tráfego, químicos, agrônomos, contadores, analistas de sistemas, operadores de máquinas, mecânicos, técnicos industriais. Enfim, temos uma nova hierarquia funcional nas relações organizativas do trabalho na agricultura do Nordeste, puxada pelas lavouras canavieiras. Houve mudança no seu enfoque. No geral, as usinas deixaram de lado o antigo administrador que resolvia as coisas na base do compadrio ou da violência, para ter técnicos preparados em universidades e escolas especializadas para coordenar as novas relações criadas.

8. Conclusão:

1. A implantação das agroindústrias canavieiras em Goiás está vinculada à política geral do Estado em expandir esta cultura pelo Brasil, promovendo a descentralização e a modernização de suas relações. Para concretizar este processo foi feita uma aliança do Estado com o capital. O Estado financiou a reestruturação, a pesquisa e ajudou a privatização do lucro das usinas. Com isso, perderam a sociedade e canavieiros.

2. O Estado na realidade brasileira, e dentro da correlação de forças existente, é portanto incentivador, protecionista e auxiliar do processo de concentração e valorização do capital. Realiza esse processo com a mediação dos Governos Federal, Estadual e Municipal, sendo estes braços institucionais nas relações criadas. Mais ainda, estabelecem (no sentido de concretização) as mediações políticas, econômicas e sociais.

3. A modernização separou ainda mais os lados sociais. Agora os trabalhadores têm a visão de conjunto da produção nas lavouras, mas não têm o conhecimento científico de como se chega a ela. Não sabem como se chegou a uma variedade de cana que tem maior concentração de sacarose, por exemplo. A dominação ampliou-se. Ela se revela nos que têm e nos que não têm capital e, também nos que tem ou não o controle sobre as novas tecnologias.

4. Nos municípios onde se encontram as usinas e destilarias as mudanças ocorreram de formas diferenciadas. Não há um modelo de modernização padronizado para todas as unidades do Estado de Goiás e de outras regiões do Brasil. De modo particular, a usina Jalles Machado, de Goianésia, se destaca nos itens produtividade e rentabilidade porque sua criação no início dos anos 80 coincidiu com as políticas federais do Pro-Álcool de financiar as unidades que tinham um padrão avançado de tecnologia. Houve um bom casamento entre possibilidade de investimento, alianças políticas e condições favoráveis de terreno, clima e mão-de-obra abundante.

CAPÍTULO II

HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DE GOIANÉSIA

*"E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não.
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:
Notou que sua marmita
Era o prato do patrão
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão
Que seu macacão de zuarie
Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que seus pés andarilhos
Eram as rodas do patrão
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão
Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.
E o operário disse: Não!
E o operário fez-se forte
Na sua resolução".
(Vinicius de Moraes)*

1. A Criação do Município e a Ocupação dos Espaços.

O município de Goianésia teve como marco de sua fundação a lenta "marcha para o oeste"¹, promovida pelo Governo Federal, e obedeceu a uma lógica de ocupação dos espaços no Estado de Goiás na primeira

1. "A cruzada da Marcha para o Oeste, seja no plano discursivo, seja no plano das justificativas administrativas, constitui um precioso exemplo dessa fabricação de imagens. Elaboradas crucialmente na virada do ano novo de 38, pouco depois do golpe, e retrabalhadas cuidadosamente nos anos seguintes, a Marcha para o Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização." "Procede do discurso de Vargas a afirmação de que a conquista da brasilidade seria ultimada através da interiorização do país: "O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha pra o oeste". (discurso de Getúlio Vargas proferido em janeiro/39 em São Paulo) LENHARD, Alcir. *Sacralização da Política*, 2ª. edição, Papyrus-Campinas-SP, 1986. p.55/6. No caso de Goiás esta "Marcha" deve ser vista da seguinte forma: "Com a Marcha para o Oeste, Goiás se insere na política de substituição de importações, que visava industrializar o Sul e Sudeste brasileiro, enquanto periferia encarregada da produção de gêneros alimentícios e matéria-prima para ampliar o abastecimento dessas regiões". Cfe. VAZ, Eber. *A modernização da agricultura e as relações de trabalho no sudoeste goiano: A situação do trabalhador volante no corte da cana (1964-1989)*, Dissertação de Mestrado-UFV, 1992, p. 42. Sobre o tema na realidade goiana ver também o estudo de DAYRELL, Eliana Garcia. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás-Análise de uma Política de Colonização na Expansão para o Oeste*, São Paulo, USP, 1974, Dissertação de Mestrado.

metade deste século. Este movimento é parte do que poderíamos chamar de um macro-movimento, que caminhou com três fases bem distintas.

A primeira fase caracteriza-se como sendo a da expansão dos territórios da coroa de Portugal. O grande objetivo era o descumprimento do Tratado de Tordesilhas, e a conseqüente ampliação das terras portuguesas. Neste período não se desenvolveram atividades econômicas e políticas na região, apenas se consolidou a expansão territorial.

Na segunda fase, na metade do século XVII, em torno de 1647, já se falava na descoberta do ouro em territórios goianos. Estas áreas estavam vinculadas à capitania de São Vicente, que envolviam ainda: Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso. Foi pouco produtiva em termos de ocupação dos espaços e possibilidade de desenvolvimento da região, pois o ciclo do ouro conseguiu apenas a constituição de pequenos núcleos populacionais em território goiano. Um deles foi a fundação do povoado de Vila Boa (que depois tornou-se Cidade de Goiás), isso já pelos idos de 1739, quase cem anos após a expansão do território português. Além do ciclo do ouro, por volta de 1749/52, se tentou explorar diamantes, nos Rios Claro e Pilões, porém as minas se mostraram improdutivas, e logo foram esquecidas. Portanto a organização econômica para a exploração e beneficiamento de minerais preciosos em Goiás não resultou em desenvolvimento e sedimentação populacional.

A terceira fase, foi a que definiu a estruturação da sociedade goiana. Trata-se da consolidação de atividades agrícolas, em especial a pecuária. Dois fatores ajudaram neste movimento. Um deles foi, com o fim do ciclo do ouro, a população envolvida com esta atividade, se dispersou pelo território, formando pequenas vilas. E o outro, a extensão das terras. Tudo era muito grande, sem fronteiras que viessem impedir atividades pastoris.

Esta fase, porém, teve a particularidade de manter a população dispersa, sem muitos contatos entre si e com o mundo exterior. Apesar de Goiás contar com uma população mais fixa, o Estado ficou quase dois séculos, em estado de semi-isolamento, perdurando até os anos 1930.

Para a análise das relações de trabalho e sua organização, é de fundamental importância a compreensão do contexto mais geral do local estudado. Montando o cenário, não apenas das relações de trabalho, mas também das relações de poder e domínio político, do capital e controle econômico e, da atuação do Estado, seja na ocupação dos espaços políticos e econômicos, seja na coordenação das relações sociais enquanto representante de interesses dominantes desta sociedade.

A organização do trabalho não é algo isolado, criado apenas dentro de uma unidade produtiva e ali possibilitando que as relações sociais se materializem. Ela é um dos elementos fundamentais para estabelecer formas organizativas de sociedade. Mas para se concretizar sofre mediações de um conjunto de outros fatos, tais como: estruturação de espaços físicos urbanos, criador de relações comerciais e distribuidor dos bens produzidos; disputas de ordem política, para coordenar as relações criadas a partir do trabalho e a produção de bens para a reprodução humana. Como o objeto desse estudo será o de entender a forma como se dá a organização do trabalho na agroindústria canavieira no município de Goianésia e no estado de Goiás, os dados reutilizados aqui, são para nos ajudar na leitura desse objeto, e nos permite a percepção de vermos que o desenvolvimento dessa agroindústria está ligado a algumas condições históricas pré existentes. Entre elas destacamos: ocupação dos espaços vazios no processo de desenvolvimento do município, através da chamada "marcha para o oeste"; necessidade de grandes extensões de terras para plantio da cana; conhecimento no trato com monocultura; grande volume de capital na instalação das unidades de produção.

Não há, a rigor, uma determinação temporal nas datas e nas descrições de alguns dados e produtos, pois era muito difícil limitar as informações a uma década específica, tendo em vista que um produto agia como porta de entrada para outro. O caso mais importante foi o do café. Após o fim de um ciclo de aproximadamente quinze (15) anos, deu lugar ao arroz e a pecuária. Estes se tornaram elementos de significativa influência na economia local. A cultura da cana-de-açúcar também foi ocupando os espaços, sendo uma, entre os carros-chefe da economia de Goianésia já na metade da década de 70.

Torna-se necessária uma breve reflexão sobre a "marcha", que na década de 30, o Governo Federal dizia, capaz de por o Brasil em movimento, e chegou a influir na região de Goianésia. O movimento de que deriva a proposta Getulista é o movimento do capital, criador de novas áreas para sua expansão e, evidentemente, novos mercados consumidores.

"Portando a expansão da agricultura e da pecuária em Goiás, a partir do século vinte, intensificada após a década de 40, significou, na verdade, a adequação da organização espacial do país às necessidades do avanço do capital, pois este consegue minar as bases da economia natural,

através da instituição da economia de mercado, incorporando as regiões não capitalistas" 2.

Este assunto está, intrinsecamente ligado ao da colonização de áreas ditas vazias e de despovoamento do nordeste, que vivia graves problemas sociais. Muito mais que um discurso da nação em movimento, que caminha com as próprias forças, o governo federal sob Getúlio, procurou vender a idéia de que a nação é um grande corpo e como tal, todo o espaço dele deve ser ocupado de forma ordenada, integrada, sem contradições e segura. Entre outras questões, a idéia de resolver os problemas sociais sem conflito estava lançada. Alcir Lenharo, em seu livro "Sacralização da Política" nos revela alguns destes elementos aqui levantados:

"Quando se fala de colonização no período, se fala de Marcha para o Oeste, apenas para apontar seu caráter retórico e mítico, distante de uma possível factibilidade material. Num texto de resultados parciais, pude alinhar, no entanto, o peso relativo das realizações materiais dos programas nascidos dessa proclamação. À medida em que a pesquisa evoluiu, os desdobramentos da proclamação permitiram-me perceber como foi sendo articulada a política geral de colonização do Estado Novo, estrategicamente centrada sobre a criação de colônias agrícolas nacionais no interior do país, nas áreas ditas "vazias". Tal política foi sendo implantada simultaneamente à manutenção de alianças com os grandes proprietários de terras que não foram afetados diretamente pelas obrigações trabalhistas aplicadas nas cidades.

Ao se atentar para a localização das colônias agrícolas nacionais percebe-se que elas foram programadas para compor uma linha divisória entre as áreas "vazias" e as "ocupadas". Dessa forma, objetivava-se "cercar" as áreas ocupadas com a nova proposta de colonização escorada sobre a pequena propriedade e, principalmente sobre o sistema cooperativo de produção e comercialização, todo centrado nas mãos de burocratas ligados à alta administração. Mais importante que isso, tratava-se de criar um novo conceito de trabalho e trabalhador, uma contrapartida do que já se praticava no setor urbano-industrial: o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo."

Achei por bem fazer esta citação de Lenhard, por entender que Goianésia surge dentro desta lógica pré-estabelecida na década de 30^a e,

2. PAULO, Sérgio Moreira. Caracterização do Estado Segundo Categorias de Análise-Terra, Capital e Estado, texto mimeografado, sem data.

3. LENHARO, Alcir. Idem, pp. 14 e 15.

4. Podemos ainda, relacionar o surgimento e crescimento urbano de Goianésia dentro de um quadro mais geral de ocupação dos espaços vazios do Centro-Oeste brasileiro. Para a concretização da política de "marcha" o Governo de Getúlio Vargas cria com o Decreto Lei de nº 3.059 de fevereiro/41 a Colônia Agrícola Nacional, que em Goiás é implantada no município de Ceres. "As colônias Agrícolas Nacionais, entre elas a de Goiás, foram criadas para receber e fixar cidadãos brasileiros pobres, aptos para a agricultura, dentro daquele amplo programa de superação das carências do modelo brasileiro de desenvolvimento". Cfe. DAYRELL, Eliane Garcia, Colônia Agrícola Nacional de Goiás, op. cit. p. 88.

evidentemente, criou relações sociais de acordo com ela. Primeiro, concretizar o discurso Getulista de Brasil em Movimento e, claro, para o capital. Segundo, criar no interior do país, uma sociedade dócil, submissa a este mesmo capital. Estes mecanismos influenciam outras variáveis da vida do município. Poderemos observar nas disputas políticas um fenômeno de destaque. O mesmo grupo político permaneceu na administração do poder executivo por trinta e nove anos, perdendo as eleições somente em 1992.

2. Estrutura Fundiária do Município de Goianésia.

Em linhas gerais esta região acompanha o desenvolvimento sócio-econômico do Estado de Goiás, baseado na concentração de terras e economia agropecuária. No tocante ao controle das propriedades rurais, encontramos grandes semelhanças, onde a maior parte das terras concentra-se sob domínio de poucas famílias. As relações de semelhanças não são apenas entre o Município e o Estado. José de Souza Martins, em seu livro "Expropriação e Violência: A questão política no campo" nos traz o seguinte quadro:

*"A questão da propriedade da terra no Brasil, e da situação das pessoas que nela trabalham ou dela precisam para trabalhar, é hoje extremamente grave. O Censo Agropecuário de 1975 revelou que dos 52,3% dos estabelecimentos rurais do país com menos de 10ha ocupam tão somente a escassa área de 2,8% de toda a terra utilizada. Em contrapartida, 0,8 dos estabelecimentos tem mais de 1.000ha e ocupam 42,6% da área total."*⁵

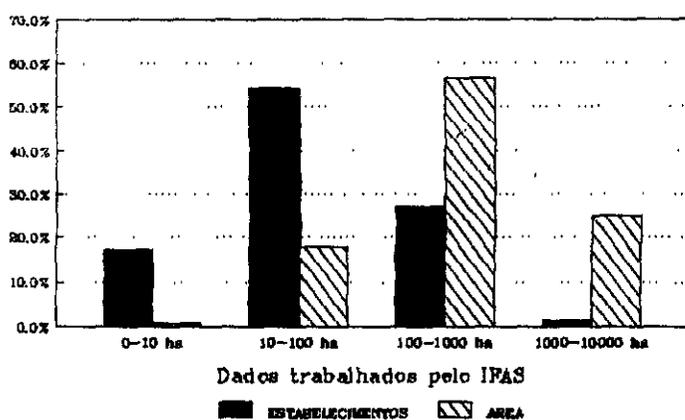
O processo de ocupação dos espaços demonstra que está na origem do município a consolidação de propriedades grandes e médias. Goianésia nasceu sob o signo da grande propriedade rural. A estrutura fundiária concentrada foi e tem sido seu sustentáculo econômico e político. Econômico porque desde as lavoura de café até a agroindústria moderna de cana o alicerce sempre esteve nas áreas de médio e grande porte. Os pequenos proprietários, às vezes que se associaram, tiveram participação secundária no processo, sendo apenas produtores de algo que interessava ao setor hegemônico na produção econômica do município. No aspecto político temos um movimento muito parecido ao primeiro, devido

5. MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: A questão política no campo*. Editora Hucitec, São Paulo-SP, 1980, pp. 45 e 46.

ao controle que os proprietários de terras exerceram e exercem nesta área. Os mesmos grupos sociais controlavam os partidos, bem como os pleitos eleitorais, ficando no poder, desde a emancipação administrativa do município até o ano de 1992.

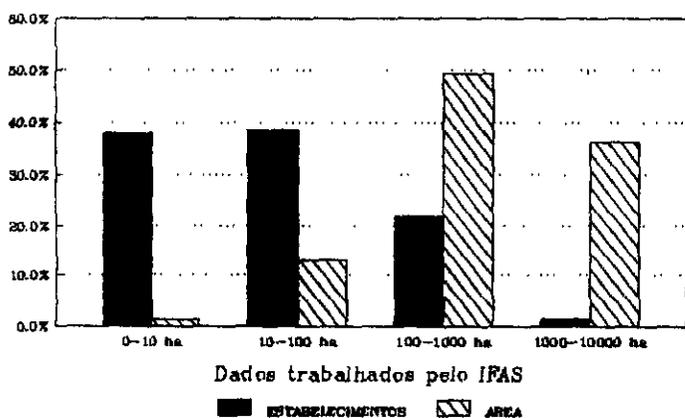
Os gráficos abaixo nos mostram o pequeno movimento que sofreu a estrutura fundiária de Goianésia. Não será muito difícil perceber que esta estrutura quase não se alterou, pelo menos nos últimos vinte anos.

ESTRUTURA FUNDIARIA-1970 MUNICIPIO DE GOIANESIA



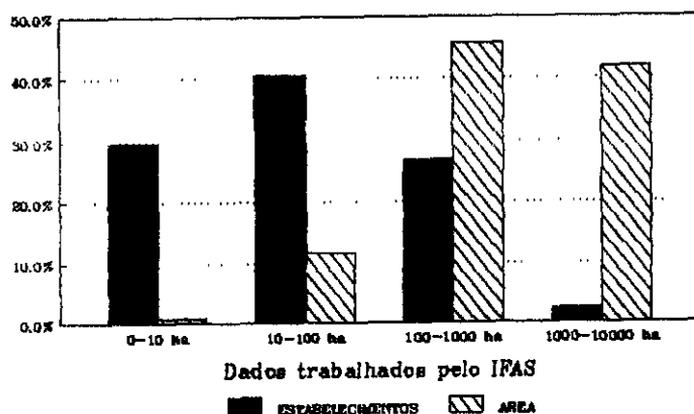
Fonte: IBGE

ESTRUTURA FUNDIARIA-1980 MUNICIPIO DE GOIANESIA



Fonte: IBGE

ESTRUTURA FUNDIARIA—1985 MUNICIPIO DE GOIANESIA



As características apresentadas pelos dados indicam a predominância de uma estrutura fundiária de concentração, envolvendo grande contingente de proprietários de "menos de 10 a menos de 100 hectares", controlando pequenas extensões de terras. Este setor exerce atividade de subsistência, produzindo arroz, feijão e milho para a sua própria reprodução. Quase não há possibilidade de acumular ganhos, para reinvestir nas propriedades, com vistas a capitalizá-las, ou mesmo potencializá-las e lhes dar lucros excedentes. Se tomarmos como referência a década de 70 veremos que não há grandes alterações neste quadro. Em números absolutos temos 936 estabelecimentos ocupando uma área de 30.743 hectares (média de 32,84 ha por estabelecimento). Em 85, estes números sofrem alterações, somando 689 estabelecimentos com uma área de 19.026 hectares (média de 27,61 ha por estabelecimento). Estas alterações não chegam a mudar a estrutura fundiária do município.

Já os estabelecimentos com área de 100 a 1000 ha, na década de 70, somam 352 unidades ocupando 92.588 hectares (média de 263,03 por estabelecimento). Em 1985, data do último censo oficial do IBGE, o quadro era o seguinte: 266 unidades ocupavam 67.941 hectares (média de 255.41 por estabelecimento).

Um destaque importante sobre a estrutura fundiária fica por conta das áreas superiores a 1000 ha. Em 1970, 19 unidades ocupavam 40.916 hectares, e em 1985 os 24 maiores proprietários controlavam 62.863

hectares. Se tomarmos o total da área do município, temos o seguinte quadro: dos 149.831 hectares ocupados, quase a metade pertence a 24 famílias. A população de Goianésia, neste período (80-90) oscilou entre 33.213 a 43.447 pessoas.

Entre 1979 e 1980 o município de Goianésia perdeu para Barro Alto uma área muito grande de suas divisas territoriais e populacionais. Temos, por isso, uma diminuição nos números absolutos dos estabelecimentos pequenos e médios e respectivas áreas. O mesmo não ocorrendo com os números relativos. Houve variações numéricas, mas a estrutura da distribuição das áreas continuou a mesma. A mesma situação de concentração e poder político verificou-se.

3. Situação populacional

Goianésia, enquanto agrupamento urbano, está dentro da lógica de ocupação dos espaços do Estado de Goiás. Foi através da "marcha para o oeste", que um empresário da construção civil e da agricultura e pecuária, residente na cidade de Anápolis, adquiriu em 1940, uma parte da fazenda "Calção de Couro", com uma extensão de 648 alqueires (equivalentes a 3.110,4 hectares) situada no município de Jaraguá-Go. Terras adquiridas de representantes da oligarquia da Cidade de Goiás⁶. O novo proprietário mudou-se para a área em 1943, fincando um "cruzeiro" às margem do córrego "Calção de Couro", dando início ao povoado. Quanto ao nome do local temos a seguinte história:

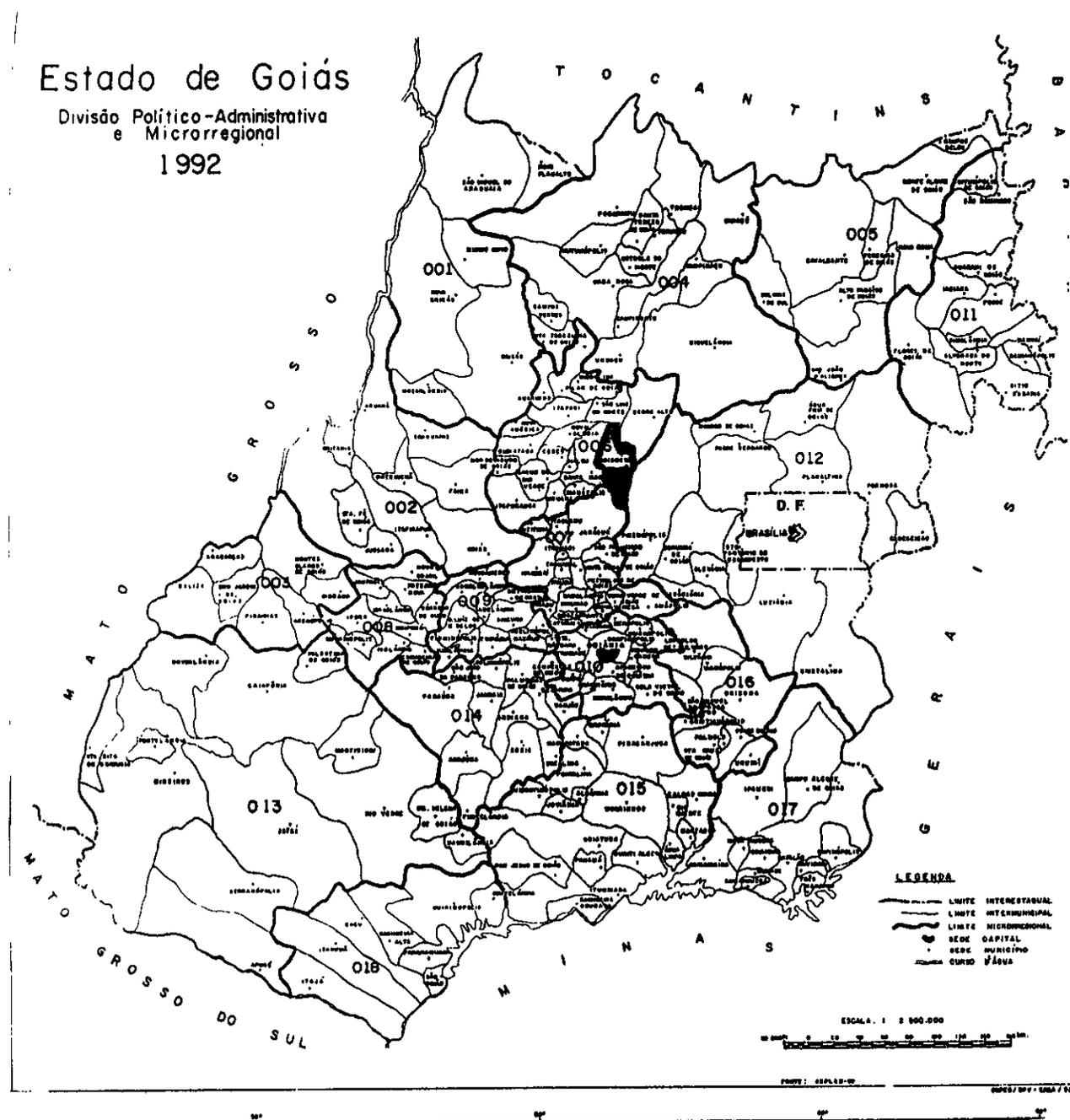
"O nome GOIANÉSIA foi escolhido a partir de um consenso entre os Senhores Laurentino Martins Rodrigues, Paulo Bergamelli e José Carrilho Arantes⁷. Segundo Bergamelli, em agosto de 1946 reuniram-se os três sob a tutela de Laurentino para escolher o nome. O fundador do povoado, mineiro de Araguari, gostaria que o nome evocasse a região mineira donde o mesmo era originário. A tônica, contudo, era a denominação com o prefixo 'goia', ou seja, nome de Goiás no prefixo, que por sua vez origina-se dos índios Guaiás, que vem do tupi GWA YA, e que significa indivíduo igual, semelhante, da mesma raça. Para atender gregos e troianos, Laurentino concordou com o nome GOIANÉSIA cujo sufixo 'nésia' entendia lembrar a cidade mineira de Guaranésia, da região onde originava-se o mesmo. Pode-se dizer então que o nome Goianésia é uma corruptela da fusão de Goiás com Guaranésia"⁸.

6. Srs. Albaténeo Caiado de Godoi e sua Mulher Maria Fleury de Godoi.

7. Estes senhores representaram os iniciadores do povoado, o Sr. Laurentino era um empresário de Anápolis, Paulo veio de São Paulo para a fazenda São Carlos plantar café, sendo seu gerente por mais de 7 anos e José Carrilho gerenciou as plantações de café na fazenda Itajá.

8. MFLU, Moacir L. História de Goianésia, Gráfica O Popular, sem data, Goiânia-GO, p. 39.

Após a sua emancipação do município de Jaraguá, Goianésia passou a fazer divisas com Itapaci, ao norte, acompanhando os Rios dos Bois, São Patrício e das Almas; com Pirenópolis junto aos córregos Laranjal, Limoeiro, Calção de Couro, Anda-só, Margarida, São José, Muquém e seguindo este último até a sua barra no rio do Peixe. A divisa com Barro Alto começa na barra do córrego Taquaral, seguindo até o córrego Grotão, passando pela Serra Geral até a nascente do rio dos Bois. E finalmente com Jaraguá, começando no córrego Muquém até o rio do Peixe, do ribeirão Lages, no rio dos Bois até a barra do rio São Patrício e no rio das Almas.



A população do município se formou de vários modos. A produção de café na fazenda Itajá S/A trouxe trabalhadores do sul de Goiás e do Estado de Minas Gerais, pois os seus proprietários já plantavam café naquelas regiões. Os empresários de São Paulo, do grupo Lunardelli, que compraram a fazenda Monte Alegre, trouxeram pessoas do nordeste brasileiro, principalmente de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Seu objetivo não era o de apenas plantar café. Obtinham maiores lucros nos seus projetos de colonização. Após adquirir grandes áreas, as revendiam em pequenas parcelas. Foi o que fizeram na fazenda Monte Alegre. Já na fazenda São Carlos, a maior produtora de café do local, trazia sua mão-de-obra da região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, pois, segundo o Sr. Paulo Bergamelli, estes eram mais experientes no trato com as lavouras de café.

A formação populacional de Goianésia nos ajuda a compreender o significado da "marcha para o oeste" e para o capital, pois não só fixou homens nos espaços vazios, como também possibilitou o surgimento de uma nova área de concentração fundiária. Houve quase que uma conjugação entre ocupação de espaços vazios, sem conflitos (fazendas Itajá e fazenda "Caução de Couro"), por pessoas advindas de vários Estados, com projetos de colonização (caso empresas Lunardelli), ocupados na produção de café.

Este movimento migratório (marcha) e a implantação das lavouras de café, consolidou relações sociais e criou as possibilidades de sedimentação populacional na região.

O salto demográfico que se verificou em Goianésia entre os anos de 1945 a 1957 é derivado da somatória dos processos de colonização dos empresários paulistas com as plantações de café.

Esta população se dirige para a cidade em busca de emprego no final da década de 50 e início da década de 60, pois as fazendas de café começaram a viver profundas crises. A necessidade de replantio, devido às pragas e ao clima da região desfavorável à cultura cafeeira, que encarecia os custos das lavouras por um lado e, de outro a política do Governo Federal de erradicar cafezais, para manter os preços que estavam em queda no mercado internacional, levaram os proprietários desta cultura a substituí-la por lavouras brancas (plantações de arroz, milho e feijão) e pela pecuária⁹.

9. Informações obtidas através da entrevista realizada com o Sr. Otavio Lage de Siqueira, proprietário da fazenda ITAJÁ S/A, ex-prefeito de Goianésia e ex-governador do Estado de Goiás.

O processo de transformação gerou menor necessidade de mão-de-obra ao mesmo tempo concentrou, ainda mais as terras, passando a provocar o êxodo rural, criando uma situação não apenas cíclica (crise do café) mas de caráter estrutural e permanente. Além do fator concentração de terra e desemprego, o êxodo aconteceu também com a saída do pequeno produtor de suas terras. Estes buscavam benefícios sociais nas áreas de educação e saúde, para seus familiares, somente encontrados nos centros urbanos em desenvolvimento. Esses benefícios sociais não atingiram a área rural por uma opção política deliberada do Estado. Aqui devemos nos reportar a uma outra situação estrutural. Os pequenos produtores não tinham acesso ao crédito agrícola, restando-lhes apenas a possibilidade de financiamento da produção através da penhora de suas propriedades. Isso dificultava a entrada desse agente na produção para o mercado, dificultando-lhe também a capitalização de sua propriedade. Agindo seletivamente, a estrutura estatal cumpria seu papel de gerenciador do capital, com políticas definidas para este setor social, reforçando a média e grande propriedade de caráter empresarial¹⁰.

O quadro abaixo mostra a variação da população de Goianésia, bem como o seu êxodo.

ANOS	ZONA RURAL	ZONA URBANA	TOTAL
1945	1.850	750	2.600
1948	6.650	1.450	8.100
1950	6.728	2.150	8.878
1957	18.818	3.182	22.000
1960	19.507	3.386	22.893
1970	27.017	13.752	40.769
1980	9.961	23.252	33.213
1990*	6.735	36.712	43.447

Fontes: 1945/48 Dados Estimados

1957 Revista Vera Cruz

Censo Econômico IBGE 1950/60/70/80

* Anuário Estatístico do Estado de Goiás-1992.

O movimento do êxodo rural nos salta aos olhos a partir da década de setenta. Coincide com as transformações econômicas já citadas nas

10. A política militar para a agricultura estava desenhada desde 64, com o golpe, e tinha como objetivo privilegiar as empresas: "Pouco tempo depois do golpe de 64, o governo do Marechal Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional um projeto, elaborado meses antes por empresários e militares, destinado a concretizar uma reforma agrária que não representasse um confisco de terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com preservação da propriedade capitalista e da empresa rural. Esse projeto, aprovado rapidamente, transformou-se no Estatuto da Terra." MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Ed. Vozes, Petrópolis, 1964, p. 22.

lavouras de Goianésia. Acompanha a realidade estadual e nacional no que tange à política militar de desenvolvimento para o setor agropecuário.

*"desde os anos 50 a região centro-oeste, que engloba Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, vem se destacando pelos maiores níveis de populações geralmente oriunda dos Estados do Leste e do Nordeste. Na década de 1960-1970, esta região apresentou as mais elevadas taxas de crescimento tanto de população urbano quanto de rural; 9% e 3% respectivamente. Este fenômeno é explicado, tanto pela expansão da fronteira agrícola quanto pelas oportunidades de trabalho surgidas nas obras de infra-estrutura, construção civil e serviços urbanos, que se fizeram necessários para a construção de Brasília e pela conseqüente expansão da rede viária (...). Nota-se ainda que o fluxo migratório inter e intra regional mudou de tendência no período 1970/80. Enquanto na década de 1960/70 o fluxo manteve-se predominantemente rural, seja de ponto de vista da origem (rural-urbano e rural-rural - 58%) na década de 1970/80 o fluxo se torna predominantemente urbano: ou seja, a parcela da população migrante que buscou residência na zona urbana foi da ordem de 69%, sendo 28% procedente da zona rural e 41% de zona urbana."*¹¹

Ou seja, incentivo à criação de empresas rurais, acelerado processo de modernização da agricultura através da utilização de equipamentos e insumos agrícolas e repasse de recursos públicos, por meio de incentivos fiscais para concretizar este processo. A população, no geral, participa deste movimento, em duas direções: primeira como fornecedora de mão-de-obra a baixo custo devido ao exército de reversa criado pelo êxodo, que será utilizada nos estabelecimentos agrícolas modernos e nas cidades, cobrirá a demanda da construção civil, limpeza pública, e serviços em geral (comércio, bancos, hospitais...); na segunda direção, esta população se torna expectadora dos processos políticos e econômicos. A somatória do projeto militar de modernização do Brasil com as aspirações das elites não permitiu a participação destas camadas em processo decisório nestes dois planos.

Ainda sobre o êxodo, é necessário fazer um destaque de importância. Ele provoca um movimento que tem duas caras distintas, mas inseparáveis. A expropriação do trabalho do colono, ou arrendatário, ou ainda pequeno proprietário, terá a face da exploração na contratação da mão-de-obra, seja nas empresas rurais, ou nas urbanas. "Expropriação e exploração" fazem parte de um processo combinado para o capital¹². É claro que o processo não é intencional, mas ocorre combinadamente.

11 MIFANON, Tereza Guimarães. Expropriação e Desestruturação: Tradição de vida e representações de um grupo migrante em Goiás, dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da UFRJ, Belo Horizonte, 1984, p. 195.

12 MIFANON, Tereza Guimarães. Expropriação e Violência, op. cit., p. 49.

4. Agricultura e pecuária.

4.1. Lavouras de Café

Na agricultura destacamos a produção de café, iniciada por Jalles Machado de Siqueira, que adquiriu parte da fazenda ITAJÁ em 1930. Após a ampliação de seu imóvel, na mesma fazenda em 1938, deu início à preparação do solo para plantio de café. Foi contratada a família do Sr. José Carrilho Arantes e Florinda Maria Arantes. O desenvolvimento da lavoura seguiu um ritmo acelerado. De 38 a 43 foi feita a derrubada da mata e preparação do solo. Neste ano iniciou-se a plantação e, no ano de 1948 já tinham 180.000 pés de café. Em 54 alcançaram a 450.000 pés. Nesta data assume a fazenda o Sr. Otávio Lage de Siqueira.

Outro grupo acompanhou a família Jalles e iniciou uma grande plantação de café. Em 1944, a Companhia Agrícola e Pastoril de Goiás, com sede em São Paulo e de propriedade da família Monteiro de Barros, adquiriu uma área de 14.700 alqueires goianos (70.560 hectares) dentro do imóvel Lavrinha de São Sebastião. Os novos proprietários passaram a chamar esta área Fazenda São Carlos. Com a chegada do administrador, Sr. Paulo Bergamelli, vindo de Ribeirão Preto-SP, foi iniciada a plantação de café no ano de 1945. Em 1949, a fazenda já cultivava 600.000 pés de café.

O terceiro grupo a explorar café na região foi a Sociedade Civil Agrícola Lunardelli Ltda, que adquiriu, em 1949, 2.500 alqueires (12.000 hectares) de terras incultas e matas dentro da fazenda São Carlos. Esta nova área recebeu o nome de Fazenda Monte Alegre, e no ano de 1951 contava com 900.000 pés de café.

No auge da safra de café, o município apresentava o seguinte quadro:

LAVOURAS CAFEEIRA EM GOIANÉSIA - 1957

Fazendas	Quantidade de Pés
Itajá	450.000
Monte Alegre	2.100.000
São Carlos	1.500.000
Outros	410.000
T O T A L	4.460.000

A organização desse trabalho se deu de forma semelhante nas várias fazendas. O Sr. Paulo Bergamelli, da fazenda São Carlos, diz que acertava com cada trabalhador um contrato de colonato, aos moldes do realizado em São Paulo. Cada família cuidava de alguns milhares de pé de café e recebia um pequeno pedaço de terra para cultivar lavouras de subsistência¹³. Na Itajá S/A, o Sr. Otávio Lage estabelecia contrato por escrito, cabendo a cada família de colono os seguintes direitos: moradia, pequeno pedaço de chão para roçado e pasto para alguns animais. As famílias podiam comprar em um armazém da fazenda. O pagamento das dívidas era feito após a colheita. Em troca elas deveriam "zelar" de uma quantidade de pés de café. Cada homem adulto dava conta de zelar de 2.000 pés. Quanto à colheita, está era acertada em separado. Cada trabalhador recebia por saca colhida, ou seja, pela produção de cada família¹⁴.

Esta cultura foi tão importante para a economia regional e do município, que em setembro de 1958, a Revista Atualidades Vera Cruz publicou:

"...quando se fala em terras boas de culturas em Goiás, a primeira região a ser lembrada é a de Goianésia. E é na Fazenda São Carlos que a gente vai encontrar a prova concreta da extraordinária fertilidade daquelas terras fabulosas. Lá está um administrador apaixonado pelas maravilhas da agricultura, dedicado aos misteres da lavoura cafeeira, pronto a mostrar a quem queira ver o que é cultura: pés de café de dois anos de idade abortando em flores, prometendo safra... Tanta admiração os cafezais da margem direita do rio do Peixe tem causado aos visitantes que, quando se diz Goianésia é o mesmo que dizer "lavouras de café"¹⁵.

Esta lavoura, contudo, sobreviveu pouco mais de 10 anos. Na fazenda Itajá se utilizou a técnica da irrigação, na busca do aumento de produtividade e de lucros, mas não se obteve resultados favoráveis. Na verdade, segundo seu proprietário, a irrigação trouxe problemas, que pode ser vistos em dois blocos: 1. No geral os colonos não conheciam essa técnica e não houve condições de acompanhá-los adequadamente, pois o proprietário da lavoura, promotor da irrigação, era candidato a prefeito da cidade e não dispunha de tempo para gerenciar o processo e, 2. com a terra constantemente úmida, e o clima quente de Goianésia, a

13. Dados obtidos em entrevista feita com o Sr. Paulo Bergamelli em sua residência na cidade de Goianésia no dia 26.01.94.

14. Dados obtidos em entrevista feita com o Sr. Otavio Lage de Siqueira em sua residência na cidade de Goianésia no dia 26.01.94.

15. MELO, Moacir L. HISTÓRIA de Goianésia, op.cit. p. 69

broca (praga comum em cafezais) encontrou terreno fértil para tomar conta das lavouras, destruído quase a totalidade dos grãos nascidos.

Os empresários do setor imaginavam uma durabilidade e rendimento por volta de 15 a 20 anos. Isso não se confirmou e o replantio passou a ser de elevado custo. Para se ter um exemplo, na fazenda São Carlos, em 1957 foram replantadas 20.000 mudas, além da necessidade de utilização de adubação química, que tornou o processo muito caro e inviável. Neste mesmo ano a Companhia Agrícola e Pastoril de Goiás iniciou as plantações de cana-de-açúcar, em fase experimental. Esta experiência se mostrou viável, e a ela a Revista Atualidades Vera Cruz se referiu:

"os canaviais-viveiros crescem numa orgia de viço e numa porfia de rebentos tão extraordinárias que destroem qualquer dúvidas sobre as qualidades da terra para o cultivo de mais essa grande riqueza agrônômica. Em breve haverá profundas modificações naquela analogia famosa - Goianésia/cafezais - o nome daquela terra lembrará então café e cana, o mesmo que prosperidade"¹⁶.

Já no início da década de 70 os proprietários da Companhia Agrícola e Pastoril de Goiás criam a Sociedade Açucareira Monteiro de Barros e conseguem licença do IAA - Instituto de Açúcar e Alcool, para uma cota anual de fabricação de 200.000 sacas de Açúcar. Com este novo processo produtivo, as plantações de cana iam substituindo paulatinamente as de café.

Nas outras fazendas de cultura cafeeira viu-se um movimento muito parecido à São Carlos. O Grupo Lunardelli vendeu em 1967 parte da sua fazenda, ao Sr. Pedro Falco, incluindo toda infra-estrutura. O novo proprietário retirou de imediato o cafezal, plantando capim colômbio, formando pastagem. Com isso a fazenda Monte Alegre passou a ter a pecuária como elemento produtivo. As outras áreas da fazenda foram vendidas separadamente, criando no local novos proprietários de menor porte econômico. Os proprietários majoritários da fazenda Itajá S/A (família Jalles Machado de Siqueira), aproveitando a política do Governo Federal de erradicar a cultura cafeeira do Estado de Goiás, eliminou toda a sua plantação e investiu na pecuária. Este era o fim do ciclo do café em Goianésia.

Dois elementos importantes acerca desta economia. Em primeiro lugar ela não criou na região, uma burguesia fortalecida pelos ganhos da lavoura cafeeira. E tão pouco, possibilitou o surgimento de capital

excedente para investimento na industrialização regional, como em São Paulo e Paraná. Em segundo lugar, houve um crescimento demográfico significativo neste período. Estima-se que 8.000 pessoas migraram para o povoado "Calção de Couro" entre os anos de 1944 a 1948. Este contingente populacional veio em grande parte de Minas Gerais e do Nordeste e destinava-se às lavouras de café. No final do ciclo da cafeicultura, em 1957, a população era de 22.000 pessoas. O café possibilitou um crescimento grandioso da população, chegou-se quase a triplicar o número de habitantes de Goianésia. Conforme o gráfico acima e os dados dos Censos Demográficos, em 1950 a população era de 8,8 mil passou para 22,8 mil em 1960.

4.2. Lavouras de arroz, milho e feijão

As outras culturas de destaque foram as de arroz, milho e feijão. Por razões conjunturais estas só conseguiram se consolidar após o ciclo do café. Elas encontravam-se à margem do processo produtivo de destaque, cabendo ao café ter atuação de carro chefe da economia. Por isso elas só se firmaram em uma conjuntura desfavorável ao café. Tomando a data de 1957, temos o seguinte quadro:

PRODUÇÃO DE ARROZ EM CASCA, MILHO E FEIJÃO - GOIANÉSIA/GOIÁS
(sacas de 60 kgs)

ANOS	ARROZ	FEIJÃO	MILHO
1957	90.000	7.300	70.000
1964	260.000	25.000	205.000
1970	370.166	57.633	231.283
1975	117.000	17.000	180.000
1976	308.333	76.000	384.000
1980	93.600	2.633	231.000

FONTES: Revista Atualidades Vera Cruz - 1957.

Censos Econômicos do IBGE - Banco do Brasil S/A.

As três culturas obtiveram um desenvolvimento e um rendimento extraordinários, ao mesmo tempo que Goianésia saía da monocultura cafeeira e buscava alternativas de sobrevivência para sua população. Essas culturas tinham alguns aspectos em comum. Um deles era a utilização de novas terras em lavoura, incorporando áreas ociosas em plantações. Assim como o arroz e o milho foram utilizados na preparação das terras para o desenvolvimento da pecuária. No geral estas culturas

eram tradicionalmente as responsáveis pela reprodução do pequeno e mini produtor rural enquanto segmento social, por isso, há uma tendência marcante deles neste processo produtivo.

No caso do arroz deve-se fazer um destaque. Esta cultura vinha sendo desenvolvida conjuntamente com a do café, mas não era a de maior peso econômico. Aproveitava-se das lavouras novas de café para plantar arroz entre uma rua e outra. No final das lavouras de café se usou o arroz como preparador das terras que viriam a constituir pastagens de capim para o crescente rebanho bovino, dos médios e grandes proprietários, portanto ela era uma cultura de pequenos e grandes produtores. No caso dos grandes proprietários, obtinham lucros nesta cultura e na adubação das pastagens, ao mesmo tempo. Na década de 70, o município chegou a ser o maior produtor de arroz do Estado de Goiás.

O declínio destas lavouras, verificado entre 1976 e 80 se deve a três fatores. O primeiro foi as secas dos anos 77 a 79. O segundo foi a concentração das terras em mãos de poucos que, num prazo máximo de três anos trocavam as lavouras por pastagens. Terceiro a crise econômica que vinha assolando o Brasil deste a década de 80 impossibilitou o mesmo patamar de investimentos na agricultura verificado na década anterior.

4.3. A pecuária

Esta atividade econômica avançou sobre todas as outras culturas agrícolas. É evidente o seu avanço quando comparamos os dados entre o fim do ciclo do café, as crises nas lavouras de arroz, milho e feijão e o aumento de cabeças de gados. O custo de produção deste setor é menor que os outros. Em pelo menos dois itens fundamentais ele diminui os custos finais da produção: 1. diminui drasticamente a mão-de-obra rural, que inclusive liberou trabalhadores, causando o êxodo em direção à cidade de Goianésia, acelerando o processo de urbanização; 2. as despesas com manutenção das pastagens é muito inferior às despesas das lavouras tradicionais.

Outro fator de destaque na pecuária é a sua necessidade infundável de terras, muitas terras. Ela contribuiu enormemente para a manutenção e expansão das grandes fazendas, concentrando as propriedades em mãos de poucas pessoas. Cumpriu, com isso, com a mesma tarefa dos cafezais: concentração de riquezas e poder em mãos de poucos.

O rebanho bovino teve a seguinte variação:

**REBANHO BOVINO - EM CABEÇAS
GOIANÉSIA/GOIÁS**

ANOS	CABEÇAS
1.957	6.000
1.9	8.000
1.970	48.000
1.975	70.000
1.980	131.800
1.990*	143.000

Fontes: Ano de 1957 Revista Atualidades Vera Cruz
Censos Econômicos do IBGE (60/70/80)
*Anuário Estatístico do Estado de Goiás/92-SEPLAN

Acompanhando o crescimento da pecuária, assistiu-se a um vertiginoso aumento da base leiteira do município. Esta atividade deu suporte financeiro ao produtor, que se utilizava dos recursos vindos da venda do leite para reinvestir na manutenção das pastagens e melhoria da qualidade do gado. Para se ter uma idéia da produção de leite, em 1973 Goianésia produziu 2.993.000 litros/ano, em 1980 saltou para 19.800.000 litros/ano. Em apenas sete anos a produção cresceu mais que seis vezes.

5. A entrada da Cana-de-açúcar em Goiás

No Estado de Goiás encontramos a cultura canavieira espalhada pela totalidade de seu território. Geralmente essa lavoura serve para reforçar a ração do gado no período da seca, quando as pastagens ficam escassas. Não podemos afirmar que os 147 municípios cadastrados pelo Anuário da SEPLAN-GO, plantam cana com o objetivo de transformá-la em matéria-prima para produção de álcool ou açúcar. As informações da CEPA/GO (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola) mostram a evolução desta cultura ao longo dos últimos 17 anos. Em 1975, Goiás tinha 15,3 mil hectares de cana plantados. Era o décimo-quinto (15º) Estado em área cultivada. Em 1983, ano da consolidação da segunda fase do Pro-álcool (ou seja, expandir as usinas e destilarias pelo Brasil de forma moderna e produtiva) salta para 53 mil hectares, tornando-se o oitavo (8º) Estado produtor. Em 1992 vai aos 99,5 mil hectares plantados e no sétimo (7º)

lugar na classificação geral dos produtores do Brasil. O rendimento médio do produto saiu das 40 toneladas/hectares em 75, para 73,21 t/ha em 92. Durante toda a década de 80 Goiás obteve rendimento médio superior ao do Brasil. Nos anos 90 o índice médio é superior em 10% aos índices do país.

Os dados da SEPLAN-GO/92, que fazem os levantamentos anuais da produção do Estado, apontavam em 91, os principais municípios produtores de cana-de-açúcar:

MAIORES MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR-1987-1988

MUNICÍPIOS	1987			1988		
	AREA	QUANTIDADE	RENDIMENTO	AREA	QUANTIDADE	RENDIMENTO
	COLHIDA	PRODUZIDA	MEDIO	COLHIDA	PRODUZIDA	MEDIO
(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	
Acreeuna	9,300	725,000	77,957	9,000	675,000	75,000
Alto Paraíso de Goiás	3,000	120,000	40,000	1,000	40,000	40,000
Barro Alto	4,000	320,000	80,000	1,610	112,700	70,000
Carmo do Rio Verde	4,500	360,000	80,000	5,000	400,000	80,000
Formosa	9,100	591,500	65,000	10,100	656,500	65,000
Goiânia	8,350	668,000	80,000	10,140	831,480	82,000
Ipameri	4,000	200,000	50,000	2,600	130,000	50,000
Jandaia	8,500	680,000	80,000	8,050	644,000	80,000
Santa Helena de Goiás	10,500	840,000	80,000	7,080	495,600	70,000
Serranópolis	5,706	285,300	50,000	4,200	210,000	50,000

Fonte: Fundação IBGE, Produção Agrícola Municipal - GO 1987-88
SEPLAN-GO/SEPIN/DESTAT - 1989
Anuário Estatístico do Estado de Goiás/1989
1988 - Dados Preliminares
Dados trabalhados pelo IFAS

MAIORES MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR-1990-1991

MUNICÍPIOS	1990			1991		
	AREA	QUANTIDADE	RENDIMENTO	AREA	QUANTIDADE	RENDIMENTO
	COLHIDA	PRODUZIDA	MEDIO	COLHIDA	PRODUZIDA	MEDIO
(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	
Carmo do Rio Verde	5,316	425,280	80,000	4,946	420,410	85,000
Goiânia	12,000	1,020,000	85,000	9,800	882,000	90,000
São Francisco de Goiás	2,700	167,400	62,000	2,142	180,000	84,034
Formosa	4,000	260,000	65,000	4,500	290,000	64,444
Maurilândia	2,800	224,000	80,000	2,800	196,000	70,000
Santa Helena de Goiás	8,330	666,400	80,000	8,500	697,000	82,000
Serranópolis	11,008	550,400	50,000	10,508	525,400	50,000
Jandaia	9,050	687,800	76,000	9,050	687,800	76,000
Turvelândia	9,770	781,600	80,000	9,100	637,000	70,000
Ipameri	3,600	180,000	50,000	4,500	225,000	50,000

Fonte: Fundação IBGE - GO 1990-91
SEPLAN-GO/SUPEQ/DESTAT - 1991
Anuário Estatístico do Estado de Goiás/1991
1991 - Dados Preliminares
Dados trabalhados pelo IFAS

Deste quadro, observa-se que há uma relação entre estes municípios e as sedes das destilarias. Obviamente, que onde encontramos grandes lavouras de cana plantadas, estas servirão de matéria-prima para as indústrias.

Outra observação diz respeito às variações entre um e outro lugar. Por exemplo em Acreúna, na safra de 87 foram colhidos 9.300 hectares, com 725 mil toneladas. No mesmo lugar, em 1991, foram colhidos apenas 1.500 hectares, com 120 mil toneladas. Há, ainda, localidades onde existem pequenas variações, para mais ou para menos. Isso se deve à renovação das plantações em algumas áreas, ocasionando diferenças. O primeiro caso, indica um movimento mais radical, provavelmente ocorreu a desativação total ou parcial da indústria e em pouco tempo as plantações de cana foram substituídas, seja por pastagem ou por lavoura branca.

Os dados dos últimos quatro anos apresentam ainda, informações importantes. O rendimento médio das lavouras variam muito. Em 1987, dos dez maiores produtores, cinco obtiveram rendimento de 80,00 toneladas/hectare (t/ha). O menor rendimento foi de Alto Paraíso com apenas 40,00 t/ha. Em 1991, não houve tanta homogeneidade. Goianésia supera todos os municípios com rendimento de 90,00 t/ha, enquanto Carmo do Rio Verde, o segundo colocado, foi de 85,00 t/ha. Em Alto Paraíso de Goiás as lavouras de cana somaram apenas 100 hectares, ou seja, não se produziu esta cultura para a indústria. A usina "Jalles Machado" de Goianésia condiciona os altos índices de produtividade, às pesquisas que fazem com assessorias de São Paulo. Segundo seu gerente, a indústria tem convênios com usinas e universidades na Região de Ribeirão Preto, interior paulista.

O rendimento médio por hectare indica, entre outras coisas, o investimento das usinas e destilarias nos tipos de cana plantados, bem como nas formas de organizar as plantações. O investimento tecnológico nas lavouras traduzem o rendimento médio obtido por cada produtor. Na safra 92 tivemos um novo tipo de fenômeno que confirma as hipóteses de melhoria da qualidade da cana, em relação ao volume total da área plantada. A Comissão Estadual de Planejamento Agrícola-CEPA-GO, no seu relatório de 1993, indicou a variação deste quadro. No ano de 92 foram plantados 99.500 hectares de cana, produzindo 7,32 milhões de toneladas, com rendimento médio 73,58 t/ha. Em 91, a área total foi de 100.960 hectares, com média de 70,017 t/ha. Esta realidade de diminuição de áreas e aumento de produtividade está vinculada à política nacional, como vimos anteriormente. Ou seja, Goiás também tem reorientado sua produção

de cana-de-açúcar visando em uma menor área obter produto de maior qualidade. Este processo inclui a utilização de novas variedades de cana, reaproveitamento do vinhoto como fertilizante e da palha como cobertura natural do solo.

Goiás contava em 1991 com 16 unidades produtoras, com uma capacidade nominal de 496.800 m³ e real de 645.840 m³ de álcool. As possibilidades de estoque poderiam atingir a 645 mil m³, pois as usinas tinham e têm instalações para isso. Elas trabalham com uma estimativa de produção 30% inferior à capacidade de armazenagem em suas instalações. Esta margem pode servir como reserva para futuros investimentos. Porém a capacidade industrial está longe de ser atingida. Entre o álcool anidro e o hidratado, ficou-se numa produção de 368.199 m³, deixando ocioso um espaço de mais de 277 mil m³. É muito difícil explicar este quadro. Temos unidades industriais que diminuem sua produção de álcool para aumentar ou entrar na produção de açúcar, que também tem mercado certo. Outras não chegam perto nem mesmo da capacidade nominal de suas instalações por falta de um gerenciamento adequado ou mesmo de financiamento da produção.

A capacidade instalada das 16 unidades tem ocioso um espaço equivalente a 277 mil m³, possibilitando aumento da produção em pelo menos 40% dos índices de 1991. Há um potencial de expansão muito grande. Em Goiás, esta cultura poderia empregar muita gente, mesmo porque se trabalha com uma mercadoria que tem demanda certa, visto que nossa frota de carros utilitários à base de álcool é significativa¹⁷.

O rendimento médio industrial acompanha o rendimento agrícola. Não há homogeneidades no conjunto das unidades. As variações acompanham desde o tempo de instalação até o investimento em novas tecnologias. O menor rendimento industrial foi verificado no município de Pires do Rio, povoado de Urutai, com 64,89 litro/tonelada, na Destilaria Engenho Bom Jesus da Cana Verde Ltda. O maior ficou em Goianésia que atingiu as altas cifras de 92,85 l/t, na Usina Jalles Machado, quase 20 l/t a mais que a média do Estado de Goiás, que chegou a 75,43 l/t.

17. Seria muito importante demonstrar as possibilidades de mercado desta indústria caso pudessemos obter dados sobre o número de carros a álcool que circulam no Estado de Goiás, porém não conseguimos tal informação. O quadro nacional indicava: 1980 a produção de veículos a álcool era de 247.700 unidades, saltando para 648.200 no ano de 1985. Ou seja em apenas cinco anos a produção mais que dobrou. Cfe. relatório ANFAVEA, in.: NOVAES, José Roberto, op.cit. p.50.

TABELA 02

DESTILARIAS, CAPACIDADE NOMINAL E REAL E PRODUÇÃO, SEGUNDO MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS - 1991.

MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS	DESTILARIAS	CAPACIDADE		PRODUÇÃO
		NOMINAL	REAL	TOTAL
TOTAL DO ESTADO	-	496.800	645.840	348.179
006 - CERES	-	151.200	196.560	112.033
Carmo do Rio Verde	COAVE - Coop. Agroalcoól de Carmo do Rio Verde	21.600	28.080	2.370
Goiandésia	Goiandésia Alcool S/A	54.000	70.200	67.921
	Sociedade Açucareira Monteiro de Barros Ltda	27.000	35.100	4.074
Itapaci	Destilaria Vale do São Patrício S/A	27.000	35.100	9.340
Rubiatuba	COOPER-RUBI - Coop. Agroindustrial de Rubiatuba Ltda	21.600	28.080	27.700
007 - ANÁPOLIS	-	48.600	63.180	29.429
Inhumas	Centroalcoól S/A - CENASA	27.000	35.100	19.129
São Francisco de Goiás	COASF - Coop. Agroindustrial de São Francisco de Goiás	21.600	28.080	10.294
009 - ANICUNS	-	27.000	35.100	10.130
Anicuns	Anicuns S/A Alcool e Derivados	27.000	35.100	10.130
012 - ENTORNO DE BRASÍLIA	-	27.000	35.100	19.350
Formosa	Destilaria Brasil Central S/A	27.000	35.100	19.350
013 - SUDESTE DE GOIÁS	-	129.600	168.480	119.321
Maurilândia	Destilaria Vale do Verde S/A - Açúcar e Alcool	54.000	70.200	74.075
Santa Helena de Goiás	Usina Santa Helena de Açúcar e de Alcool S/A	43.200	56.160	31.913
Serranópolis	GOALCOOL - Destilaria Serranópolis Ltda	32.400	42.120	12.433
014 - VALE DO RIO DOS BOIS	-	64.800	84.240	45.177
Acreúna	DENUSA - Destilaria Nova União S/A	64.800	84.240	45.177
015 - MEIA PONTE	-	27.000	35.100	14.439
Goiatuba	GOIASA - Goiatuba Alcool Ltda	27.000	35.100	14.439
016 - PIRES DO RIO	-	810
Urutaí	Engenho Bom Jesus da Cana Verde Ltda	810
017 - CATALÃO	-	21.600	28.080	8.810
Ipanema	Destilaria Lago Azul S/A	21.600	28.080	8.810

FONTE: SIFAEQ.
SEPLAN-GO/SUPEQ/DESTAT - 1992.

TABELA 03

PRODUÇÃO DE ALCOOL, CANA MOÍDA E RENDIMENTO INDUSTRIAL, SEGUNDO MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS - 1989-91.

MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS	1989					1990					1991				
	PRODUÇÃO DE ALCOOL (m³)			CANHA MOÍDA (t)	REND. INDUS-TRIAL (1/1t)	PRODUÇÃO DE ALCOOL (m³)			CANHA MOÍDA (t)	REND. INDUS-TRIAL (1/1t)	PRODUÇÃO DE ALCOOL (m³)			CANHA MOÍDA (t)	REND. INDUS-TRIAL (1/1t)
	TOTAL	ANI-DR	HIDRA-TADO			TOTAL	ANI-DR	HIDRA-TADO			TOTAL	ANI-DR	HIDRA-TADO		
VAL DO ESTADO	279.809	39.279	240.530	4.046.582	69,15	298.685	16.990	281.615	4.079.957	73,19	368.199	39.738	328.461	4.081.560	75,43
- CERES	99.356	10.533	88.823	1.324.898	74,99	105.067	4.019	101.048	1.443.016	73,73	112.833	24.077	88.756	1.452.437	77,69
Caramoão do Rio Verde	1.389	-	1.389	30.698	45,25	743	-	743	-	-	2.598	-	2.598	35.152	73,91
Coaraci	1.389	-	1.389	30.698	45,25	743	-	743	-	-	2.598	-	2.598	35.152	73,91
Goiânia	63.267	18.533	44.734	816.907	77,45	70.956	4.019	66.937	975.761	74,09	72.225	24.077	48.148	944.836	92,83
Goiânia Alcool S/A	60.727	18.533	42.194	765.408	79,33	64.177	4.019	60.258	749.351	85,62	67.921	22.045	45.876	729.333	92,83
Monteiro de Barros	2.540	-	2.540	51.419	49,40	6.779	-	6.779	226.210	-	4.874	2.032	2.842	235.483	-
Itapaci	11.562	-	11.562	155.985	74,16	7.668	-	7.668	130.000	58,98	9.540	-	9.540	114.052	83,65
Vale do São Patrício	11.562	-	11.562	155.985	74,16	7.668	-	7.668	130.000	58,98	9.540	-	9.540	114.052	83,65
Rubistaba	23.138	-	23.138	321.388	71,99	25.700	-	25.700	337.255	76,20	27.900	-	27.900	338.397	82,45
Cooper-Rubi	23.138	-	23.138	321.388	71,99	25.700	-	25.700	337.255	76,20	27.900	-	27.900	338.397	82,45
- ANAPÓLIS	23.204	-	23.204	335.912	69,08	28.294	-	28.294	371.743	76,11	29.429	-	29.429	382.612	76,92
Inhumas	14.401	-	14.401	210.537	68,40	19.528	-	19.528	246.609	79,19	19.135	-	19.135	236.792	80,81
Cenasa	14.401	-	14.401	210.537	68,40	19.528	-	19.528	246.609	79,19	19.135	-	19.135	236.792	80,81
São Francisco de Goiás	8.803	-	8.803	125.375	70,21	8.766	-	8.766	125.134	70,05	10.294	-	10.294	145.820	70,59
Coast	8.803	-	8.803	125.375	70,21	8.766	-	8.766	125.134	70,05	10.294	-	10.294	145.820	70,59
- ANICUMB	4.110	-	4.110	59.226	69,53	10.628	-	10.628	139.646	76,11	18.130	-	18.130	234.060	77,46
Anicumb	4.110	-	4.110	59.226	69,53	10.628	-	10.628	139.646	76,11	18.130	-	18.130	234.060	77,46
Anicumb S/A	4.110	-	4.110	59.226	69,53	10.628	-	10.628	139.646	76,11	18.130	-	18.130	234.060	77,46
- ENTORNO DE BRASÍLIA	16.500	-	16.500	208.175	79,26	13.500	-	13.500	-	-	19.350	-	19.350	243.854	79,35
Formosa	16.500	-	16.500	208.175	79,26	13.500	-	13.500	-	-	19.350	-	19.350	243.854	79,35
Brasil Central S/A	16.500	-	16.500	208.175	79,26	13.500	-	13.500	-	-	19.350	-	19.350	243.854	79,35
- SUDESTE DE GOIÁS	103.071	20.746	82.325	1.661.489	62,52	93.616	12.971	80.645	1.481.142	63,21	119.221	15.661	103.560	1.743.688	68,37
Maurilândia	63.464	20.746	42.718	958.689	66,20	43.619	12.971	30.648	651.499	66,95	74.875	15.661	59.214	931.572	80,37
Vale do Verdão	63.464	20.746	42.718	958.689	66,20	43.619	12.971	30.648	651.499	66,95	74.875	15.661	59.214	931.572	80,37
Santa Helena de Goiás	27.770	-	27.770	527.305	-	23.880	-	23.880	520.877	-	31.913	-	31.913	666.743	-
Santa Helena S/A	27.770	-	27.770	527.305	-	23.880	-	23.880	520.877	-	31.913	-	31.913	666.743	-
Serranópolis	12.637	-	12.637	175.415	72,04	26.117	-	26.117	308.766	84,59	12.433	-	12.433	145.373	85,52
Goiatuba	12.637	-	12.637	175.415	72,04	26.117	-	26.117	308.766	84,59	12.433	-	12.433	145.373	85,52
- VALE DO RIO DOS BOIS	23.905	-	23.905	333.950	71,58	36.174	-	36.174	464.500	77,88	45.177	-	45.177	535.996	84,29
Acreúna	23.905	-	23.905	333.950	71,58	36.174	-	36.174	464.500	77,88	45.177	-	45.177	535.996	84,29
Denusa	23.905	-	23.905	333.950	71,58	36.174	-	36.174	464.500	77,88	45.177	-	45.177	535.996	84,29
- MEIA PONTE	-	-	-	-	-	2.842	-	2.842	55.756	50,97	14.439	-	14.439	161.547	89,38
Goiatuba	-	-	-	-	-	2.842	-	2.842	55.756	50,97	14.439	-	14.439	161.547	89,38
Goiassa	-	-	-	-	-	2.842	-	2.842	55.756	50,97	14.439	-	14.439	161.547	89,38
- PIRES DO RIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	810	-	810	9.400	64,89
Urutai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	810	-	810	9.400	64,89
São Jesus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	810	-	810	9.400	64,89
- CATALÃO	8.855	-	8.855	122.932	72,03	8.484	-	8.484	124.154	68,33	8.810	-	8.810	117.966	74,60
Ipameri	8.855	-	8.855	122.932	72,03	8.484	-	8.484	124.154	68,33	8.810	-	8.810	117.966	74,60
Lago Azul S/A	8.855	-	8.855	122.932	72,03	8.484	-	8.484	124.154	68,33	8.810	-	8.810	117.966	74,60

SIFREG.
SEPLAN-GO/SUPEO/DESTAT - 1992.

5.1. A produção da cana-de-açúcar e de álcool em Goianésia

Goianésia, no tocante à produção de matéria-prima para a fabricação de açúcar e álcool, tem particularidades frente à maioria dos outros produtores do estado de Goiás.

Em primeiro lugar, como vimos no item 1.1 deste capítulo, é neste município que se encontram os maiores índices de produtividade, tanto nas lavouras onde se atingiu em 1991 um rendimento médio de 90 toneladas/hectare, como na indústria com a proporção de 92,85 litros de álcool por tonelada. Evidentemente este desempenho está vinculado a uma adaptação da usina Jalles Machado às propostas política do Pro-álcool. Desde o início do seu funcionamento, em 1983, vem optando por uma administração "racional", casando gerenciamento seletivo da mão-de-obra agrícola, preparação do pessoal da indústria através de cursos do SENAI e adaptação das lavouras e indústrias às novas máquinas.

Em segundo lugar, o município se constitui em uma ilha de produção de cana, num mar de pecuária. No geral as áreas de Goiás que desenvolveram esta cultura, tem também outros tipos de agroindústrias. O sudoeste goiano, além da cana, é forte produtor de algodão e um dos princípios polos de soja do Centro-Oeste. Nos municípios de Rubiataba e Itapaci, no centro-norte do Estado, onde encontramos lavouras de cana, também temos grande produção de tomate, que está vinculada às empresas de processamento de seu extrato.

O município de Goianésia conta com 149 mil hectares. Na safra agrícola de 1991 aproximadamente 10 mil eram de lavouras de cana; 1 mil com arroz de sequeiro; 2,5 mil em plantações de milho; 200 ha com feijão de 2ª safra; 600 ha com soja, mandioca 200 ha, e café 45 ha. Uma série de outras culturas com áreas menores a 50 ha, caracterizam as plantações de usufruto familiar.

Em terceiro lugar, destaca-se a boa qualidade do solo, que somada a utilização dos subprodutos da cana como fertilizantes (palha e vinhoto) facilitou uma boa produtividade nas lavouras. A topografia, por outro lado não permitiu a utilização de máquinas colheitadeiras como no sudoeste goiano, grande parte das plantações de Ribeirão Preto-SP e Nordeste brasileiro. Estes dois elementos combinados - produtividade e topografia - levaram as duas usinas a optarem por uma adequação mais aprimorada no gerenciamento da mão-de-obra. A qualidade do solo somada à necessidade de manter um padrão de produção industrial gerou um

controle maior da mão-de-obra, provocando uma exigência maior dos cortadores de cana deste município do que em outras regiões.

Do processo migratório da cultura cafeeira para a canavieira dois elementos importantes são revelados. Primeiro, hoje a produção de café é totalmente inexpressiva. O produto responsável pela criação da cidade representa, apenas uma cultura de "fundo de quintal". O movimento do capital demonstrou-se mais eficiente que possíveis resistências de tradicionais vontades culturais, ou se quisermos, quando a crise de um setor produtivo chega a seu limite, o melhor caminho é substituí-lo. As implicações de ordem social e cultural não entram na "lógica" capitalista. Outro elemento visível aparece na questão das áreas plantadas de arroz e milho. Elas são razoáveis, mas não são expressivas frente a outras regiões. Dos principais produtos agropecuários do Estado de Goiás, Goianésia figura como um dos maiores produtores apenas em lavouras de cana-de-açúcar.

O segundo elemento se refere à somatória de todas as principais lavouras do município. Elas juntas atingem apenas 14.549 hectares, o que não representa 10% do total das terras agricultáveis do município. Podemos considerar que parte dos 149 mil ha não são agricultáveis, neste caso o aproveitamento em lavouras poderia aumentar seus índices, mas não mudaria substancialmente o quadro estrutural. O que temos na verdade é o domínio de duas atividades econômicas: as duas agroindústrias canavieiras, e a pecuária.

Na divisão do Estado em micro-regiões a que compreende a micro-região 006, representada por CERES, em 1991 tinha 948 mil cabeças de gado. Deste total, 143 mil estão no município de Goianésia. O peso econômico para a região é muito grande, pois ela contém 18 municípios, sendo que Goianésia sozinha tem aproximadamente 15% do total do rebanho de gado da micro-região¹⁸. As lavouras de cana e as indústrias, apesar de representarem menos de 10% das terras agricultáveis, tem um peso grande nas relações econômicas e sociais. Elas empregam nas safras anuais mais de dois mil trabalhadores. Nenhuma outra atividade econômica chega pelo menos perto deste número. A pecuária gera pouco emprego direto, quase não utilizando mão-de-obra e é fonte de concentração de terras e poder econômico-político.

18. Dados obtido no "Anuário Estatístico do Estado de Goiás 1992", item Pecuária, tabela 01: Efetivo dos rebanhos de bovinos, editado pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional-SEPLAN, p. 320.

Mesmo representando menos de 10% do total das terras utilizadas em lavouras, a cultura da cana-de-açúcar tem um peso econômico, social e político expressivo na vida do município. Para se ter uma idéia traçaremos um quadro que se a partir de 1980. Neste ano haviam 69 indústrias instaladas, que ofereciam 1.422 empregos diretos. Segundo dados da Comissão de Educação do Lions Clube de Goianésia, em 1983 seriam implantadas mais três unidades, um laticínio, uma cerâmica e uma destilaria de álcool. As três teriam capacidade de absorver 220 trabalhos diretos. Em 1991, este número cresceu para 93 instalações industriais, segundo as informações levantadas pela SEPLAN-GO. Não dispomos de informações de empregos diretos que este crescimento dos estabelecimentos industriais gerou, porém houve um significativo aumento de unidades produtivas, o que certamente implicou em aumento de empregos. Há aqui, uma coincidência. O crescimento das unidades de pequeno porte acompanharam a evolução e a expansão da agroindústria canavieira do município. As novas demandas em serviços de mecânica e assistência técnica geral (eletricidade, hidráulica, manutenção de equipamentos) são atendidas por novos agentes econômicos, desvinculados das usinas e destilarias, acompanhando o processo de terceirização da economia, evitando a elevação desnecessária de custos de produção.

Do quadro geral de empregos em dezembro de 1993, somente o complexo empresarial "Jalles Machado", composto de cinco empresas, tinha registrado, 1.628 empregos diretos¹⁹.

Este complexo merece maior atenção na análise. Compreende as empresas: 1. Jalles Machado S/A Açúcar e Álcool; 2. Solo Verde S/A Adubos Químicos e Sal Mineral; 3. Agropecuária Jalles Machado S/A; 4. Cooperativa dos Produtores de Cana (que fornece a matéria-prima e a mão-de-obra rural à indústria) e 5. PLANAGRI S/A-Seleção de Sementes. Este complexo, segundo o administrador da empresa Jalles Machado Açúcar e Álcool, representava em 93, 12% do total de empregos diretos de Goianésia. Na safra são contratados mais 1.000 trabalhadores safristas nas lavouras de cana. A influência da usina é tão grande na cidade que, quando chega a safra, os comerciantes aceitam os cheques do pagamento de salário dos cortadores de cana como dinheiro vivo. Caso a compra não atinja o valor do cheque, o troco é devolvido em dinheiro.

Segundo o gerente, os cheques da "Jalles" passaram a ser reconhecidos como moeda circulante no município.

19. Informação cedida pelo gerente administrativo daquela unidade produtiva, em entrevista feita no dia 26.01.94.

Somente para produzir álcool e açúcar nesta destilaria, temos o seguinte quadro: Em dezembro de 1993, haviam 1.586 empregados para produzir 291 mil sacas de açúcar de 50 kg sendo que o projeto da Jalles é atingir 700 mil sacas de açúcar na safra de 94. Provavelmente será o maior produtor do Estado de Goiás. A produção anual de álcool atinge a 67.921 m³ em média. Sua produção é a segunda maior do Estado de Goiás, ficando atrás apenas da usina Vale do Verdão, no município de Maurilândia, sudoeste goiano. Esta produziu 74.875 m³ de álcool no ano de 1993.

Com as atividades destas duas linhas de produção (álcool e açúcar) o complexo "Jalles Machado" gera em ICMS cerca de 5 milhões de dólares, 20% são devolvidos à prefeitura de Goianésia. Perto de 1 milhão de dólares voltam à cidade em forma de imposto direto. Como eles empregam 12% da PEA local, há ainda, uma arrecadação em impostos indiretos, devido ao volume de dinheiro circulante no comércio da cidade.

O começo deste empreendimento é datado de 79. Segundo o administrador da usina, o Sr. Jalles Fontoura, neto do Deputado Federal Jalles Machado, filho do ex-governador Otávio Lage, foi eleito prefeito de Goianésia. O então prefeito se mostrou preocupado com o nível de desemprego de jovens e pensou em resolver o problema de forma mais definitiva. Convocou uma reunião com seu pai, alguns empresários e fazendeiros locais para fundarem uma usina de álcool. Havia na época incentivos do Governo Federal para a instalação deste tipo de indústria, trata-se do período de expansão do Pro-álcool. Com a idéia lançada, estabeleceram como meta a produção de 120 mil litros/dias como capacidade inicial da usina. O processo caminhou rápido, a obtenção da cota inicial veio através do amigo pessoal do Sr. Otávio Lage, o então Ministro das Minas e Energia Aureliano Chaves. A Goianésia Álcool S/A entrou em operação após três anos. Posteriormente mudaram o nome da unidade para "Jalles Machado S/A". Os investidores locais receberam de uma só vez os recursos subsidiados do Pro-álcool (influenciado por sua política de descentralizar a produção canavieira nacional) e instalaram modernas unidades produtivas. Os contratos foram firmados com doze anos de carência para financiamento da área a ser plantada com cana. As instalações permitiram a incorporação de alta tecnologia, requisito essencial da proposta do Programa e a contratação de mão-de-obra barata, devido à falta de emprego na região.

O relato da fundação desta usina parece simples e normal. Um grupo de empresários se juntam e fundam uma empresa. Mas as relações

são mais complexas, especialmente se considerarmos que os proprietários das usinas eram os mesmos que controlavam a vida política de cidade desde sua fundação. Também estas pessoas eram aquelas que detinham as maiores riquezas do local. A associação do poder econômico com o político influenciou nos trâmites oficiais, possibilitando a liberação imediata das primeiras cotas para produção de álcool. As relações estabelecidas entre os poderes econômico e político locais com o Estado gerou uma das mais importantes usinas do Centro-Oeste do Brasil. Segundo a Revista Visão em sua edição do "Balanço Anual" de 1993, esta usina é a 18ª maior unidade do setor alcooleiro do país, registrando uma Receita Operacional Líquida na produção de álcool de Cr\$ 62.511,4 milhões no ano de 1992.

Segundo informações obtidas na pesquisa de campo, as empresas do complexo "Jalles" tem vida própria. Elas dependem apenas de si mesmas para desenvolver quaisquer serviços que estejam vinculados à atividade canavieira. Tem máquinas e equipamentos, que nem mesmo a prefeitura tem. As estradas e carreadores (estradas internas dos canaviais) por onde passam as canas cortadas, são feitas pelos seus técnicos e operários. Outros tipos de serviços necessários são repassados às pequenas e médias empresas que surgiram na cidade após a instalação da usina.

A segunda unidade, a usina Monteiro de Barros, ou melhor, Sociedade Açucareira Monteiro de Barros tem sua origem em períodos mais remotos. Está vinculada ao fim das grandes lavouras de café na década de 60. Como vimos anteriormente, seus primeiros proprietários vieram de São Paulo que, na crise do café, optaram pela produção da cana-de-açúcar. Esta unidade produtiva, apesar de ter recebido igualmente recursos subsidiados do Pro-álcool, não acompanhou as chamadas transformações modernizantes requisitadas pelo Governo Federal. Seu parque industrial é um dos mais antigos de Goiás; a administração ainda não é totalmente informatizada, e não se percebe um Departamento de Recursos Humanos atuante²⁰. Ela só trabalhou com a produção de álcool hidratado e tinha até 1991 uma das menores produções do Estado. Em 1989, atingiu a marca dos 2.540 m³ de álcool, com capacidade de armazenamento de 27 mil m³. Em 1991 chegou a 4.874 m³. Esta unidade produtiva foi vendida para um grupo econômico de

20. Estas afirmações se baseiam em observações de campo, realizadas durante as entrevistas feitas nas usinas. Na Usina Monteiro de Barros não foi possível falar com o Gerente Administrativo, pois o mesmo não recebeu o pesquisador. Os dados obtidos fazem parte das informações anuais editadas pelo Governo Estadual, através de sua Secretária de Planejamento-Anuário Estatístico do Estado de Goiás-SEPLAN.

Pernambuco. O atual representante legal é conhecido como Dr. Arnaldo. Ele participou de, pelo menos, duas mesas de negociações até o ano de 1993, com os trabalhadores da lavoura canavieira. Há informações ainda desconhecidas do interesse do capital nordestino em adquirir várias unidades em Goiás. Fala-se em reinvestimento de capital dentro do mesmo setor, possibilitando o controle de unidades produtivas fora de regiões tradicionais, como é o caso do Nordeste. Houve uma transação não concluída com a Usina Vale do São Patrício do município de Itapaci e grupos de Alagoas. Eles administraram-na por um ano, mas devolveram aos antigos proprietários, não conseguindo recursos financeiros para saldar dívidas firmadas.

6. A Situação do Trabalho nas Lavouras de Cana em Goiás e em Goianésia

Para compreendermos a construção e as relações criadas na organização do trabalho nos canaviais precisamos visualizar como estas são pensadas e concretizadas. Desde o tipo de solo, seu relevo, até as técnicas de plantio da cultura. Haverá, por conta disso, uma mistura nas descrições entre organização das lavouras e do trabalho, pois uma situação está diretamente ligada à necessidade de formação da outra.

No que se refere ao tipo de relevo, que recebem as lavouras de cana em Goiás, percebe-se uma certa semelhança aos de São Paulo, em particular as da região de Ribeirão Preto. As semelhanças são mais acentuadas no sudoeste goiano, onde há muitas áreas planas. Sendo ali a única região do Estado que colhe cana com máquinas colheitadeiras vindas de São Paulo.

Em Goianésia, como vimos, as plantações são feitas em terrenos com ondulações, isso dificulta o processo de mecanização, e exige a contratação de trabalhadores. Porém já é comum a preparação do solo com máquinas. As lavouras são preparadas com ruas e linhas para facilitar a entrada dos caminhões de transporte de matéria-prima, seja para levar cana crua para plantio, seja para retirar cana queimada para a indústria.

A totalidade das usinas utilizam tratores, guinchos mecânicos, canhão de irrigação e caminhões para a realização dos trabalhos de lavouras. Máquinas colheitadeiras de cana só existem em Santa Helena de Goiás, que atualmente conta com seis unidades. Quando chegaram na região sudoeste, no final da década de 80, houve "paradeiros" (greves rápidas) dos trabalhadores, contrários à utilização deste equipamento,

pelo alto grau de desemprego que provocam. Durante as safras mais recentes, entretanto, elas entraram em operação. Segundo informações da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, estima-se que são responsáveis pela colheita de 60 a 70% do total da área plantada com cana naquele município. Estas máquinas cortam, picotam, limpam e jogam a cana, para dentro da carroceria dos caminhões, que andam em paralelo a elas. O restante do corte é feito manualmente, sendo realizado nas áreas onde as máquinas não conseguem fazer a manobra.

As inovações não são apenas de ordem tecnológica incorporadas aos equipamentos, mas também nas formas de cultivo. Na maioria das usinas do Estado de Goiás, incluindo Goianésia, é utilizado um sistema de irrigação com o vinhoto, feito através de gravitação. Elas fazem reservatórios dos detritos²¹, em um grande tanque, no local mais alto e próximo de suas indústrias, abrem canais nas lavouras localizadas abaixo deste tanque, fazendo pequenos poços, onde com bombas de irrigação espalham este vinhoto nas plantações novas ou nas que estão rebrotando. Este sistema de adubação é completado com utilização da palha da cana, que é espalhada no solo, em preparação ao novo plantio, ou mesmo para servir de adubo orgânico para a rebrota do canavial. O novo uso da palha e da irrigação vem exigindo um novo tipo de trabalho, para controlar os "canhões de irrigação", e espalhar a palha. As usinas têm utilizado os trabalhadores já contratados para a realização destas atividades. Este processo indica ainda que a modernização da agricultura tem possibilitado o uso da matéria-prima não apenas para transformação industrial, mas seus subprodutos são utilizados no aprimoramento desta mesma matéria-prima, aumentando sua produtividade.

Este novo procedimento não cria a necessidade de aumentar a contratação de mão-de-obra. Resulta, torna a ressaltar, em maior produtividade e num remanejamento de funções de trabalhadores já contratados. Há uma alteração na organização da atividade de algumas pessoas.

Está se tornando comum na região sudoeste de Goiás, o uso de aviões que jogam produtos químicos nas lavouras para forçar a maturação da cana. Por enquanto esse procedimento não é uma prática comum em outras áreas do estado de Goiás. Isso serve para antecipar o

21. O vinhoto é um subproduto da fermentação da cana na produção de álcool, não pode ser jogado em rios, riachos, ou mesmo deixado em local próximo à residências, devido ao alto grau de danos ecológicos. Após alguns estudos, técnicos concluíram que este material era um bom adubo para as lavouras. Passou-se recentemente a utilizá-lo com esta finalidade, aumentando a produtividade dos canaviais.

início da safra, ampliando o período de utilização das caldeiras para a fabricação de álcool e açúcar. O trabalhador começa a cortar a cana mais cedo, mas também pará mais cedo. Os resultados são os mesmos do ponto de vista de ganhos salariais. O que muda é o ritmo do círculo produtivo. Com esta prática, as usinas definem qual o melhor período de corte e a quantidade de cana a ser enviada para as caldeiras. A mudança verificada no tempo "natural" da maturação das lavouras beneficia apenas as empresas, não altera as relações de trabalho e o ganho econômico do assalariado. O capital submete ao seu ritmo a natureza (tempo necessário naturalmente para maturação da cana) e o trabalhador que inicia sua atividade a partir das exigências do funcionamento das caldeiras.

A safra em Goianésia, o corte da cana propriamente dito, tem início na segunda quinzena do mês de abril. Este trabalho dura até novembro, aproximadamente. Porém, estes meses são apenas referências gerais, algumas usinas deixam para iniciar o corte somente após acertarem a "Convenção Coletiva" com os trabalhadores, o que acontece entre final de maio e início de junho. Há, ainda, usinas que cortam cana até o mês de setembro ou outubro, pois suas unidades produtivas tem menor capacidade de processamento. Sendo menor a potência de beneficiamento destas unidades, são também menores as lavouras e a necessidade de mão-de-obra.

O transporte dos trabalhadores é feito de formas diferenciadas no Estado de Goiás. No sudoeste, região de Santa Helena e Rio Verde, as usinas já utilizam ônibus e caminhões com lonas para o transporte de pessoal. Estão equipados com caixas de madeira para separar as ferramentas dos trabalhadores, garantindo-lhes maior segurança no percurso até as lavouras. Maurilândia e Serranópolis, também na região sudoeste, começaram a introduzir o ônibus há pouco tempo. Ali temos ainda caminhões sem caixote de madeira, sem lonas de proteção do sol e da chuva e sem bancos fixos. Os trabalhadores levam suas ferramentas (podão, enxada, enxadão) de trabalho em "capangas", pequenas sacolas de pano, ou simplesmente soltas no assoalho da carroceria do caminhão.

Na região central do Estado, municípios de Inhumas, Itaberaí, Itauçu, o transporte é feito nas mesmas situações de Santa Helena e Rio Verde, ou seja, ônibus e caminhões com caixote de madeira e caixa para transporte de ferramentas em separado. O município de São Francisco tem um sistema de transporte muito precário, os trabalhadores são levados às lavouras em caminhões sem nenhuma proteção. Segundo a

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado-FETAEG, houve momentos em que se usava caminhão de carregar cana para o transporte de pessoal²².

A conseqüência mais séria do uso de caminhões é a falta total de segurança. Há sempre denúncias de motoristas que dirigem em alta velocidade, sem habilitação profissional, com os caminhões em estado de conservação duvidoso. Somente neste ano de 94 ocorreram dois acidentes com este tipo de transporte. Apesar de ter sido com trabalhadores da lavoura de algodão, e não da canavieira, o saldo de vítimas indica a gravidade da situação, pois também os cortadores de cana são transportados desta forma. No primeiro acidente, ocorrido em 28.01.94, o saldo foi de doze mortos e trinta e sete feridos. O segundo, em fevereiro/94 com um morto e 19 feridos no município de Edéalina.

Em Goianésia o transporte é feito com caminhões e ônibus. Segundo o presidente do STR local o transporte

"melhorou muito, mas muito mesmo, porque antes, como todo mundo sabe, eles carregavam o pessoal naqueles caminhões de transporte de cana queimada. E hoje lá na Destilaria Jalles Machado 80% ou mais, é ônibus. Quer dizer, aquilo que a gente sonhava, hoje a gente pode dizer que é uma realidade. E os 20% ou menos são caminhões com casinha de compensado. Não é mais aquelas lonas. As ferramentas são separadas dos trabalhadores em caixote de madeira. Como eu ia dizendo, nestes caminhões, antes o pessoal ia sofrendo frio, porque era apenas uma loninha, com os lados abertos, hoje melhorou muito. A outra usina, Monteiro de Barros, eles fizeram, nos caminhões, caixote de zinco, com forro para não esquentar, ficando muito bom, pintando-os internamente para evitar o excesso de aquecimento. A gente concorda com eles porque a topografia da usina é muito ruim, onde ônibus, principalmente nas águas, é inviável. Então estes caminhões ficaram muito bem feito. A gente tem conversado com os trabalhadores e a aceitação foi muito boa" ²³.

A fala do presidente do STR mostra que as duas usinas estão cumprindo seus compromissos com este item da Convenção Coletiva. Sendo uma situação já resolvida, registra-se aqui um ganho social dos trabalhadores deste município.

Os trabalhadores levam vários tipos de ferramentas para as lavouras nas duas usinas de Goianésia. O argumento levantado por eles é fundamentado na questão de que há dias que grupos de trabalhadores fazem serviços na produção, ou seja, corte da cana crua ou queimada. Há dias, porém, que grupos fazem serviços de capina e plantio. Geralmente

22. Informações extraídas da entrevista realizada com Alair L. dos Santos, Vice-presidente da Fetaeg, maio de 1994.

23. Entrevista realizada com Francisco da Silva, presidente do STR de Goianésia durante as negociações coletivas, maio de 1994.

na entre-safra, meses de novembro a abril, estes tipos de trabalhos são os mais comuns.

No corte, o pagamento é feito por produção, onde os salários correspondem aos metros lineares cortados por dia. Há diferenças de valores a serem pagos de acordo com o grau de dificuldades encontradas em cada "talhão". Se o trabalho for de capina ou plantio, os salários são pagos pela diária. Todos estes valores são acertados na "negociação coletiva" que, após assinada pelas usinas e sindicatos de trabalhadores, passa a ser reconhecida como "Convenção Coletiva de Trabalho para a Área da Cana".

No corte da cana, cada fiscal²⁴ recebe um grupo de cortadores, cabendo ao trabalhador um "talhão" com cinco (5) linhas de cana. O grau de dificuldade no trabalho do corte depende, em certa medida, da "sorte" de cada trabalhador. Num determinado espaço de lavoura, se faz uma curva de nível ou terraço, que protege o solo da erosão. Para maximizar a utilização do espaço, é comum plantar cana em cima destes terraços. Quando um trabalhador se depara com "talhões" com linha de cana sobre estes terraços, seu trabalho físico é muito maior. Ele sobe, corta a cana, desce, deixa-a amontoada para a coleta da mão-mecânica. O movimento é constante, cansativo e diminui muito o rendimento. Há, ainda, casos onde as linhas não estão em cima dos terraços, mas as canas estão caídas (geralmente por causa do vento), dificultando o seu corte e aumentando o tempo necessário para a execução da tarefa.

A estrutura hierárquica de pessoal não é muito complexa nestas lavouras. Segundo o gerente da Usina Jalles Machado, nos canaviais encontramos uma divisão de trabalho muito simples: 1) os encarregados gerais das lavouras, geralmente engenheiros-agrônomo ou, em alguns casos, técnicos agrícolas, que definem o tipo de cana a ser plantado no período de plantio e capina, uso do agrotóxico e início do corte para a produção de álcool e açúcar; 2) fiscais de frente que controlam a produção dos grupos de canavieiros. Em algumas usinas discutem com os trabalhadores os valores a serem pagos por tonelada de cana cortada, seguindo a tabela assinada na "Convenção" anual; 3) fiscais de compasso que medem a produção diária, marcando em planilhas esta produção, a ser entregue ao cortador no fim de cada dia ou no início do dia seguinte; 4) trabalhadores manuais (cortadores, aplicadores de

²⁴ O termo fiscal será usado neste trabalho para designar a pessoa que a usina contrata para controlar os trabalhadores nas lavouras canavieiras. Sempre que encontrarmos esta referência será para identificar um agente do empregador, que se relaciona com os assalariados.

agrotóxicos, capinadores, plantadores) e bituqueiros que fazem a recatagem da cana cortada. As máquinas que pegam a matéria-prima deixam escapar muita cana no meio das lavouras, forçando as usinas a contratarem os "bituqueiros", que são pagos em diárias para fazer um segundo recolhimento de cana. Além destes, há os operadores de máquinas, tratoristas, que fazem aplicação de adubo e capina mecânica; motoristas de caminhões que transportam cana crua para o plantio e a cana queimada para a usina; operadores de guinchos mecânicos (mão mecânica) que fazem a coleta da cana nas linhas; operadores dos canhões de irrigação.

Se olharmos apenas a descrição desta organização do trabalho, poderemos achar que elas seguem um curso normal de unidades produtivas que vão se constituindo ao longo do tempo. Porém as relações que produzem não são assim tão simples, nem tampouco naturais. Temos dois grandes movimentos acontecendo ao mesmo tempo neste processo. De um lado o capital cria e recria formas organizativas para melhorar a produtividade e qualidade do trabalho; as pesquisas científicas são voltadas para o aprimoramento das máquinas e das variedades de cana, diminuindo o tempo da produção da matéria-prima e aumentando a rentabilidade industrial. Por outro lado, o gerenciamento "racional" da mão-de-obra tem servido para diminuir o número de trabalhadores necessários ao processo de produção, aumentando a produtividade dos contratados, sem que isso cause elevação de custos.

Há dois anos, as usinas de Goianésia fazem convocação dos cortadores de cana pela Rádio, dizendo que estão "selecionando" os trabalhadores. Antes, o discurso era convocando todos os que já tinham cortado cana na safra anterior. Agora para se conseguir uma vaga, cada pretendente passará a ser contratado mediante bons apontamentos em fichas de safras anteriores. São considerados os "bons" aqueles que vão pouco aos postos médicos, dóceis aos fiscais e gerentes e que tenham um rendimento médio na produção diário do corte da cana²⁵.

De outro lado os trabalhadores de Goianésia viveram, nestes últimos anos, um processo de seleção de pessoal nunca visto antes. Como veremos no terceiro capítulo, os trabalhadores passaram a ser escolhidos pela capacidade física (destreza e resistência ao trabalho; número de vezes que vai ao serviço médico; participação sindical). Mesmo assim os ganhos salariais, não tem melhorado. A seletividade no trabalho cria

25. Informações extraídas da entrevista realizada com Francisco da Silva, presidente do STR de Goianésia.

relações de medo e dependência frente às usinas. Ao mesmo tempo os "eleitos" se sentem privilegiados, pois além do emprego, lhes é oferecido a oportunidade de participar de clubes de lazer. Por conseguinte alguns passam a defender alguns interesses dos patrões em detrimento de seus próprios e de sua classe.

As relações de trabalho nos canaviais deveriam seguir as regras básicas da legislação trabalhista vigentes no Brasil e contidas na Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, elaborada pelo Governo de Getulio Vargas em 1943. Ali está definido um conjunto de direitos e obrigações que o trabalhador e o empregador tem a cumprir no ato da contratação para execução de atividades econômicas. Porém, como esta legislação existe a mais de cinquenta anos, é necessário adequá-la às novas realidades das relações entre trabalho e capital, justificando-se, assim, em muitas áreas de trabalho as chamadas "Convenções Coletivas"²⁶. Veremos a seguir como elas funcionam na organização do trabalho em áreas canavieiras do Estado de Goiás.

7. Conclusão:

1. Goianésia tem sua história marcada pela ocupação dos espaços, onde o elemento predominante foi a média e grande propriedade da terra. Somado a isto, os proprietários e fundadores da cidade controlaram sua vida política por mais de 30 anos.

2. Os proprietários do capital que implantaram as usinas e destilarias em Goianésia são os mesmo que controlaram a vida econômica e política do município desde sua fundação. A aliança com o Estado, a concentração de terras e a não revelação de conflitos latentes são parte de uma "situação" histórica favorável a estes agentes. As transformações econômicas nas várias culturas agrícolas (café, pecuária, arroz, cana),

26. A CLT foi criada através do Decreto Lei nº 5452 de 01.05.1943, e para pesquisar sobre Direitos e Obrigações ver os seus Titulos nº 2 e 4 que tratam das normas gerais sobre as tutelas e proteção do trabalhador e seu título 6 onde trata das questões de contratos individuais e coletivos de trabalho. Cfe. CHAMPAHULLI, Adriano, Consolidação das Leis do Trabalho, Editora Atlas, São Paulo-SP 1995. Para pesquisa específica sobre relações de trabalho no Campo ver do mesmo autor nas pps. 328/330 a Lei Complementar nº 5889 de 08.06.1973 que trata sobre a legislação específica aplicável às relações de trabalho no campo, que determina para contratos de trabalho em áreas rurais a aplicação das normas gerais, já citadas, em seus Titulos nº 2, 4 e 6 da CLT. Esta legislação trabalhista também encontra-se na atual Constituição Federal em seu Artigo 7º que Dispõe sobre os Direitos Sociais (em particular sobre jornada de trabalho, horas-extra, descanso semanal, férias com acréscimo de 1/3...). Cfe. BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo-SP, 1988

indicaram que houve uma adequação do capital às "crises" de cada cultura e a superação das "dificuldades" apresentadas. A diversificação entre elas não foi prejudicial ao capital.

3. A modernização agrícola/industrial preconizada pelo Pro-álcool (financiada, analisada, estudada) encontrou campo fértil para expansão em território goiano. A conjugação de bom solo, áreas planas, mão-de-obra abundante e barata com a visão empresarial de alguns fazendeiros abriu o caminho para a implantação de unidades produtivas de grande rentabilidade. Entretanto foi um movimento desigual. Em regiões como o sudoeste foi possível implantar uma linha de mecanização adequada à região. Em Goianésia dois elementos são destaques: 1. gerenciamento de mão-de-obra capacitando ao "limite" seus trabalhadores. Para tanto, foi necessária uma nova organização do trabalho e, 2. melhorias nas variedades de cana e do solo com vistas a aumentar a rentabilidade industrial dos canaviais. 4. A organização do trabalho conjugada com a utilização de técnicas de plantio, adubação orgânica, maturação antecipada, variedades de cana, e outros elementos, dá ao capital maior controle sobre os trabalhadores. O capital define o ritmo da produção. Não há tanta dependência da qualidade da mão-de-obra, pois ele a "educa" e a "prepara". Como também não há tanta dependência dos elementos naturais, pois a tecnologia cria as condições para que a natureza se adapte às demandas do capital.

CAPÍTULO III

CONSTRUÇÃO DE NORMAS PARA ORGANIZAR O TRABALHO: As Convenções Coletivas

*"Sentindo que a violência
Não dobraria o operário
Um dia tentou o patrão
Dobrá-lo de modo vário,
De sorte que o foi levando
Ao alto da construção
E num momento de tempo
Mostrou-lhe toda a região
E apontando-a ao operário
Fez-lhe esta declaração:
--Dar-te-ei todo esse poder
E a sua satisfação
Porque a mim me foi entregue
E dou-o a quem bem quiser.
Dou-te tempo de lazer
Dou-te tempo de mulher.
Portanto, tudo o que vês
Será teu se me adorares
E, ainda mais, se abandonares
O que te faz dizer não.
(Vinicius de Moraes)*

1. A mesa de Negociação.

A importância de fazer as chamadas "Convenções Coletivas", segundo a Federação dos Trabalhadores, está vinculada à necessidade de garantir direitos mínimos aos canavieiros e espaços para uma melhor organização sindical. O vice-presidente da entidade diz que elas, na verdade, vêm aprimorar a velha CLT-Consolidação das Leis do Trabalho que, não dá conta das atuais necessidades dos trabalhadores, levando-se em consideração que ela está em vigor por mais de 50 anos.

"No meu modo de entender, como a legislação é muito falha, antiga, após o avanço do capitalismo, as relações mudam em todas as formas. A convenção vem disciplinar, vem compor aquilo que é falho. O empresariado goiano trabalha no sentido de explorar mais e mais o trabalhador, haja visto que em outros setores que não tem as convenções a exploração ainda é pior. Nós temos no setor canavieiro uma relação melhorada"¹.

Para as usinas, estas "Convenções" também têm um significado disciplinador. Os usineiros entendem que com elas o trabalhador sabe

1. Entrevista feita no dia 26.07.94, com o Sr. Fábio Luiz dos Santos, vice-presidente e secretário de associados da FETABG.

quais são seus deveres e limites, que o trabalho tem normas a serem seguidas, desde horários à obediência de hierarquias internas. O objetivo das Convenções é "disciplinar", "normatizar" as relações de trabalho. Os dois lados usam estas mesmas palavras para identificar coisas diferentes. Para os trabalhadores, representam um avanço frente à CLT e a garantia de ganhos sociais e econômicos. Para os patrões servem como regras utilizadas contra as atitudes inadequadas que provocam desperdício de tempo e perda de produtividade dos trabalhadores na organização do trabalho.

Há Estados, principalmente os do Nordeste, onde as mesas de negociações não são práticas comuns como no estado de Goiás. Lá os usineiros optaram por dissídios coletivos, julgados nas Delegacias Estaduais do Ministério do Trabalho. Nestes casos, a Convenção é elaborada pelos trabalhadores através de seus sindicatos e federações que, por sua vez encaminham a pauta completa ao órgão do Ministério do Trabalho. Os usineiros fazem contrapropostas à Delegacia do Trabalho que faz o julgamento das propostas. Se a contraproposta for avaliada como insatisfatória, os meios para pressioná-los é a deflagração de greves, antes da decisão final sobre o dissídio.

Para se chegar a um "acordo" ou Convenção Coletiva na área da cana de Goiás é necessário percorrer um longo caminho. A proposta completa da pauta, contendo as reivindicações dos canavieiros é preparada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado-FETAEG, após consultar os sindicatos municipais. Cada sindicato, dos municípios que tem cortadores de cana, faz uma assembléia convocada exclusivamente para aprovar sua pauta local. As assembléias municipais devem ser feitas através de comunicado à categoria profissional (os trabalhadores sindicalizados ou não) e à opinião pública antecipadamente, através do rádio, edital fixado no sindicato e jornais locais, esclarecendo que a atividade será realizada seguindo as normas da Constituição Federal de 1988. A discussão da "pauta de reivindicação" da categoria canavieira é complementada, deixando inclusive deliberado o indicativo de greve caso não houver acordo. Na Federação Estadual dos trabalhadores é feita a unificação da pauta, e daí sai uma proposta unitária dos canavieiros do Estado de Goiás. Fechado este primeiro momento, a proposta é entregue à Federação da Agricultura, que encaminhar para seus sindicatos patronais nos municípios. A partir de 1994, a pauta é entregue ao recém criado Sindicato das Indústrias de Produção de Alcool

e Açúcar do Estado de Goiás. Essa pauta é a base inicial das mesas de negociação.

Desde as primeiras "convenções" foi fixado o final do mês de maio como data base da categoria. Após o acordo inaugural de 84 em Goianésia, ficou estabelecido o início das safras nas lavouras canavieiras como data para negociação. Concretamente a partir do dia 21 de maio de cada ano dá-se início às negociações coletivas, também chamada de mesa de negociação. Maio não é um mês escolhido aleatoriamente. O período do corte da cana em Goiás tem início no final do mês de abril, o que propicia um maior poder de barganha aos cortadores. Pois como estes trabalhadores são contratados apenas para as safras anuais deste período, encontram-se em maior número nas lavouras, facilitando suas ações reivindicativas.

Os dirigentes sindicais têm conseguido manter esta data a muito custo, pois é o período que eles detêm o maior poder de pressão sobre as usinas. A cada ano os empresários vêm tentando antecipar as mesas para os meses de março ou abril. Nestes períodos não há corte de cana queimada e as caldeiras das usinas ainda não estão aquecidas, sendo poucos os cortadores contratados.

A mesa é composta paritariamente por dezesseis (16) pessoas, sendo oito (8) representantes dos trabalhadores e oito (8) dos empresários. A escolha da representação é livre. Geralmente a mesa é composta de dirigentes sindicais dos municípios onde se concentram os canavieiros e a Federação, bem como um assessor jurídico e um econômico. Os empresários trazem para a mesa diretores das usinas e destilarias e seus assessores jurídicos. Até hoje não foi registrada a presença de dirigentes de sindicatos patronais.

A cada ano uma das partes coordena os trabalhos e sedia as negociações. É comum haver convidados e ouvintes, que têm sido aceitos sem qualquer questionamento pela mesa. Estes não podem fazer uso da palavra, nem intervir nas negociações.

Conforme observação in locus, realizada nas mesas de negociações dos anos de 1993 e 94, o procedimento comum entre as partes tem sido: após a apresentação dos componentes da mesa e dos convidados, os empresários, que receberam a pauta de reivindicação dos trabalhadores, tomarem posição sobre a mesma. Na abertura das discussões os empresários apresentam as cláusulas que aceitam, deixando para debates as entendidas como "polêmicas". Geralmente as aceitas têm sido aquelas de cunho social, tipo fornecimento de agau potável, assinatura de

carteira de trabalho, atendimento médico em caso de doença ou acidente, e às que a CLT já garante como direito dos trabalhadores, como por exemplo o pagamento de salário mínimo. As cláusulas de ordem econômicas ou as que avançam em novos direitos ou ganhos para os trabalhadores (como as tabelas de preços a serem pagos na produção do cortador) tem sido deixadas para o processo de debates e negociações.

Quando finalmente abrem-se os debates para solucionar as divergências das questões "polêmicas", assiste-se a momentos pitorescos, porque em certa medida os dois lados fazem um "jogo de cena" provocando impasses. Cada um quer ganhar tempo e repensar as propostas. O pitoresco fica por conta das acusações que uns fazem aos outros. Fala-se em desrespeito às Convenções anteriores. O diálogo é alternado entre gritos e longos silêncios. Passados os primeiros momentos de "desentendimento", as partes pedem calma, pedem para manter o nível das conversações. Os usineiros "lembram" que em Goiás as negociações sempre foram feitas de forma "amigável" que nunca foi preciso fazer dissídios na Delegacia Regional do Trabalho-DRT. Estas lembranças são claras alusões às possíveis perdas para os trabalhadores com os dissídios ali realizados. Os processos de dissídios são demorados e não se tem a mesma liberdade de, se necessário, fazer assembléias e consultas às bases dos cortadores de cana.

O coordenador da mesa, ou uma das partes, encaminha um pedido de tempo. As partes se retiram da sala, fazendo pequenas reuniões para apresentarem novas propostas ou para reconhecer a impossibilidade de continuar o diálogo. Geralmente o procedimento é a suspensão temporária das negociações, o que pode perdurar por um ou mais dias. Cada lado reavalia a situação, e quem solicitou tempo fica encarregado de chamar a outra parte.

Para uma melhor visualização desse processo, tomamos os anos de 1993 e 1994 como parâmetros de funcionamento das negociações para acompanharmos o discurso de ambos os lados envolvidos nas negociações.

Nas mesas de negociações de 1993 houve apenas um impasse que, do ponto de vista dos trabalhadores e seus representantes, foi o mais importante. Não se chegava a um "bom" termo sobre a tabela de preços para pagamento da produção dos canavieiros. Os trabalhadores argumentavam que os fiscais não davam o preço certo para cada tipo de

tonelagem de cana² mesmo recebendo o mapa de cada talhão das usinas, com todas as informações sobre o estado das lavouras.

Os patrões queriam fixar preços abaixo dos que estavam sendo praticados no mês de abril/93. Queriam fixar a tabela de preços abaixo do que estava sendo pago antes da mesa de negociação. Este procedimento rende altos lucros aos usineiros, tendo em vista que, em cada safra são colhidas milhões de toneladas de cana. Se cada trabalhador receber seu talhão com o preço estipulado abaixo do real, sempre receberá menos salários que o efetivamente produzido. O controle da classificação propicia maior exploração da mão-de-obra com a conseqüente redução salarial. Com isso os patrões podem até vir a aceitar nas mesas de negociação tabelas com valores mais elevados, porém não cumprem estes acordos. Os fiscais de turma dão preços inferiores a cada cortador que acaba cortando cana tipo "1" como se fosse tipo "2", ocorrendo conseqüentemente, uma redução dos valores a serem pagos na sua produção diária.

A retenção capitalista dos valores produzidos pelo cortador através da maquiagem na classificação da cana é, a princípio, um descumprimento da Convenção Coletiva do setor. Esta manobra é um jogo interno que ocorre nas usinas para aumentar o grau de exploração do trabalhador. O descumprimento se confirma, por exemplo, na medida em que as empresas classificam a cana tipo 3, e pagam como se fosse tipo 4. A superação desta situação está vinculada à uma ação sindical eficiente, decorrente de um trabalho de esclarecimento e informação aos canavieiros sobre esta prática patronal.

Nas negociações de 1993 os trabalhadores pressionaram através da realização de duas greves. Uma em Santa Helena, sudoeste goiano e outra em Goianésia, região central do Estado. Elas atingiram as duas mais importantes áreas produtoras de cana, álcool e açúcar do Estado. Após a deflagração das greves, chegou-se a um acordo que estipulou a classificação da cana em nove tipos diferentes, partindo de variáveis de 10 em 10 toneladas por hectare, começando com 40 até 140 toneladas/hectare³. Esta nova classificação prejudicou os trabalhadores.

2. Os tipos de cana são classificados por tonelada/hectare. Daí se define qual o preço a ser pago ao cortador. Quanto mais pesada for a cana, mais se paga por metro linear cortado. Nos casos em que as canas estão caídas ou com muitas pragas (capim, por exemplo) paga-se um preço maior ao cortador.

3. Segundo os usineiros de Goiás, não há canavieiro que produza cana abaixo de 40 toneladas por hectare e ainda não se tem notícias de lavouras produzindo acima de 140 toneladas. Por isso nas "Convenções Coletivas" as tabelas são pensadas a partir de 40 e não ultrapassa 140 t/ha. Os tipos de cana podem variar dentro destes parâmetros.

Segundo a FETAEG, com uma variação maior de tipos de cana, ficou ainda mais difícil acertar os preços com os fiscais. Eles tinham nove possibilidades de classificação em vez de apenas seis do ano anterior.

Em 1994 os entraves deram-se novamente em cima da tabela. As negociações foram interrompidas logo no início do processo e cada lado foi fazer suas consultas. Em Santa Helena houve uma greve antes do estabelecimento da mesa de negociação, pois a usina local estava corrigindo o preço na tabela abaixo dos percentuais legais. Isso certamente puxaria para baixo o preço a ser negociado na Convenção. Com a greve de Santa Helena e a deliberação em assembléia da maioria dos sindicatos de trabalhadores para entrarem em greve, os usineiros cederam às pressões e chegou-se novamente a uma tabela com a classificação de seis tipos de cana. A diminuição beneficiou os cortadores, pois com variáveis de 20 em 20 toneladas por hectare para cada tipo, as usinas tiveram reduzida sua margem de manobra na classificação.

O processo de definição das variedades de cana existente é muito complicado para os trabalhadores. Eles reconhecem cada tipo somente por intuição ao ver os talhões. A identificação se dá a partir da grossura e do tamanho dos pés de cana. Porém, as usinas tem um mapa contendo todas as informações sobre a plantação e suas linhas, com possibilidades de peso e rendimento por hectare. A partir daí os fiscais deveriam dar o valor a ser pago no corte dos canaviais.

O argumento dos trabalhadores, foi que, com os nove tipos de cana classificados em 93, eles tinham poucas chances de interferir na definição, feita pelos fiscais, de qual tipo iriam começar a cortar em cada talhão. Se, por exemplo, eles achavam que a cana tinha um peso de 90 a 99 ton/ha, os fiscais diziam que era de 80 a 89, pagando um nível abaixo da tabela. Com isso, no final da produção diária, o cortador teria registrado em sua planilha um rendimento inferior ao realizado. Como o trabalhador não conhece os elementos de classificação de seu próprio trabalho, não pode pressionar para receber sua remuneração.

Superado os tradicionais impasses nas negociações por preço da cana cortada, os usineiros, em 94 construíram um novo tipo de discurso. Desta vez as usinas se apresentaram à mesa com dois argumentos diferentes. Primeiro que todos participantes da mesa, trabalhadores, sindicatos e usineiros, eram "parceiros" na produção, não havendo lados em disputa. Segundo, que ninguém quer enganar ninguém, portanto, não se pretende "explorar" um dos lados.

O discurso de parceria entre a empresa e os trabalhadores no processo produtivo, vem de fora para dentro do Brasil. Desde o final dos anos 70 no Japão, a indústria automobilística Toyota vem fazendo parceria com o sindicato dos trabalhadores. Estes tem ajudado a definir contratação e demissão de mão-de-obra, linhas de concorrência com outras empresas, participação acionária. Nos EUA a General Motors (GM) implantou um projeto chamado "Saturno", com o apoio do sindicato nacional dos trabalhadores em empresas de automóveis para dividir o "poder" da empresa com seus servidores. Estes opinam desde o horário de trabalho até quais serão as empresas subcontratadas.

A materialização desta parceria esta vinculada diretamente à capacidade de assimilação do discurso. O patronato goiano além dos limites de seu próprio lucro, não coloca à disposição de seus empregados uma única informação sobre o balancete financeiro da empresa, quanto mais o "poder" de decidir que tipo de contrato estabelecer entre as partes. Do lado dos trabalhadores, os cortadores de cana não tem participação ativa na vida sindical⁴ o que limita sua compreensão do que viria a ser uma parceria deste porte. As relações trabalhistas no setor canavieiro de Goiás nem mesmo chegaram ao limite mínimo de relações de cidadania, quanto mais de uma parceria, de relação paritária de poder ou próxima a isso.

Há reclamações de descumprimento da Convenção em muitas usinas. Segundo denúncias da FETAEG, após visitas aos canaviais da Destilaria Nova União S/A - DENUSA, município de Jandaia, os trabalhadores reclamaram de desrespeitos em pelo menos quatro (4) itens da Convenção. A primeira queixa foi motivada pela falta de equipamento de proteção e de ferramentas de trabalho.

"Os cortadores de cana-de-açúcar estão trabalhando ainda sem os equipamentos de segurança individual: caneleiras, luvas, botas (cláusula 18ª, parágrafo único - Convenção 1994). A empresa está descontando em folha os valores das ferramentas (podão, enxada, foice, afiadores). Isso contraria a mesma cláusula 18ª. Apesar de repetidamente avisada e cobrada pelo STR e pela FETAEG...a DENUSA está descumprindo a Convenção ao não fornecer água potável aos trabalhadores (cláusula 29ª). E ainda mais, ela está obrigando os cortadores a fazerem horas extras sem comunicá-los com

4. Segundo o STR de Goiânia existem aproximadamente 12000 assalariados da cana no município. Nas eleições sindicais de 1994 estavam aptos a votarem 200 sindicalizados. Ou seja, o STR de Goiânia acompanha os índices nacional de sindicalização que atinge uma média de 10% do total de trabalhadores da categoria. Destaca-se porém que a participação dos trabalhadores nos momentos das negociações coletivas são bem maiores que o número de sindicalizados.

antecedência. O horário de comunicar os preços nos canaviais é as 10:00 da manhã, a usina não está fazendo isso (cláusula 4a)"⁵.

Estas denúncias foram feitas durante o mês de junho/94, um mês após a assinatura da Convenção. Não é um quadro generalizado. O setor empresarial tem heterogeneidade em suas relações com os trabalhadores. Mas, mesmo assim, como pensar por em prática um novo conceito de trabalho, pautado pela parceria aos moldes japoneses?

A possibilidade de realizar estes conceitos está longe, tanto quanto a visão das usinas frente a seus servidores.

Como há uma abundância de mão-de-obra, o setor patronal não se preocupa com a sua reprodução, nem mesmo enquanto trabalhador. O mercado está abarrotado desta mercadoria. Pois com o processo seletivo, a qualificação dos cortadores, o número de contratados vêm diminuindo e o reverso disso é uma abundância de trabalhadores sem trabalho.

O mais grave deste discurso, seja no Japão, EUA ou em Goiás, é o que ele esconde.

"Para os trabalhadores, optar pela parceria é imitar Caim, trocar primogenitura por um prato de lentilhas e entrar numa luta de morte com seu próprio irmão. A parceria significa o trabalhador vestir a camisa da "sua" empresa contra as outras e contra os trabalhadores que estão nelas. Qualquer "vitória" se dá às custas da derrota dos outros. É o caminho para todos perderem enquanto classe."⁶

Os dirigentes sindicais, participantes da mesa de negociação de 1994, reagiram imediatamente ao discurso. Francisco da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goianésia, enfatizou:

"Olha, questão de parceria aqui no Brasil é muito desconhecida de nossa parte. O trabalhador não aceita nem a teoria, porque ele sofre opressão. Tudo isso que foi falado, está descartado a questão do parceiro. Isso não existe, eu acho que para ser parceiro do outro teria que, no mínimo, ter acesso as informações da empresa, no lucro. Não sofrer nenhum tipo de perseguição. Isso no mínimo."⁷

O vice presidente da FETAEG e secretário de assalariados, Alair Luiz dos Santos coloca que:

5. Cf. Nota a imprensa distribuída pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás que poderia ser encontrado em anexo no final deste trabalho. A cláusula referida encontra-se na Convenção Coletiva do Setor Canavieiro do Estado de Goiás para o ano de 1994.

6. JOFFILY, Bernardo. Uma revolução que desafia os sindicatos. In: Revista DE FATO E LUTA, ano 1, nº 2, São Paulo, dez/93-jan/94, p. 21.

7. Entrevista realizada com o presidente do STR de Goianésia, Sr. Francisco da Silva, no dia 26.05.94.

"Este é um discurso para poder amenizar a situação um pouco. É para o trabalhador não cobrar tanto, para tentar ter o trabalhador ao seu lado. A FETAEG e os STRs não reconhecem que são parceiros dos empresários. Tanto não somos parceiros que quando levantamos a discussão do ganho real, medindo o custo da mão-de-obra no produto, os patrões não aceitam. Estamos exigindo 10% de ganho real. Os patrões estão oferecendo 10% de perda real. Há uma diferença muito grande nesta concepção de sermos parceiros nesta questão"⁸.

Em resumo, é muito difícil ser parceiros numa relação que apenas um lado é dono dos mecanismo de produção. Sempre caberá aos trabalhadores serem para-peitos das contradições existentes entre o capital e o trabalho. Até mesmo ser o elemento que "tentará" resolver os problemas de mercado que um tipo de produto poderá enfrentar com outro, assumindo assim, conflitos entre capitais.

Os usineiros goianos jogaram na ordem do dia a discussão sobre o tema parceria, esperando que houvesse maior repercussão entre os trabalhadores. Nas negociações de 1994 os resultados não foram significativos para eles. Os dirigentes sindicais dos trabalhadores neutralizaram, por enquanto, a aplicação deste termo como conteúdo de negociações. Porém, com a velocidade da adaptação empresarial ao novo modelo de desenvolvimento, estes elementos serão lançados a cada nova negociação. A aplicabilidade destes conceitos, contudo, se dará nas relações do dia-a-dia entre as usinas que se modernizaram e seus funcionários industriais, administrativos e agrícolas. As referências à questão da não exploração, serve como suporte de argumento para criar o "clima" de parceria nos locais de trabalho, que propõe serem os lados iguais, sem supremacia de um sobre o outro.

É aqui que a atividade sindical não dá conta de entender sua "nova" tarefa, ou seja, organizar a ação nestes locais de trabalho. Pois é justamente aí que os patrões interagem com os trabalhadores. As relações de trabalho, por se tornarem mais exigentes coloca os fiscais das empresas em contato cada vez mais direto com o canavieiro, controlando-o desde sua produtividade (ritmo de trabalho) até as suas condições físicas. O STR está longe desta realidade, o que dificulta a interação com a categoria.

Claro que temos que considerar que o STR não dispõe de estrutura material e humana para enfrentar a mobilidade empresarial. É preciso levar em conta que os canaviais não são concentrados numa única lavoura e, que em média podem ficar longe uma da outra até 50 km. Se o

8. Entrevista realizada com o vice-presidente de Federação dos Trabalhadores Rurais e secretário de assalariados, no dia 26.05.94.

Sindicato tiver carro será possível visitá-los regularmente, ou se tiver os delegados sindicais em cada turma também poderá atingir a base e, a partir daí, organizá-la para a defesa de seus interesses. A desigualdade de condições materiais e humanas, entre capital x trabalho está, por enquanto, impondo limites de ação para os canavieiros e beneficiando os usineiros.

2. O Conteúdo das Convenções.

O início das "Convenções Coletivas"⁹ dos trabalhadores na área da cana-de-açúcar em Goiás, é datado de julho de 1984, um ano após a primeira safra em Goianésia¹⁰. Sendo ali realizada a primeira mesa de negociação. A Convenção reunia 22 cláusulas, divididas em três temas centrais: econômicos, sociais e sindicais. Estes temas não tinham uma ordem fixa na composição geral da Convenção. Optamos por colocá-los assim para facilitar a compreensão de seu conteúdo. Podemos encontrar assuntos econômicos na primeira, como na décima-quinta cláusula, ocorrendo assim com os outros temas. Existem, ainda, questões que se confundem entre ganhos sociais e econômicos. Por exemplo, para trabalhadores que faziam serviços com agrotóxicos havia um acréscimo de insalubridade em sua remuneração. Este ganho é social pois exigia da empresa um salário maior para este trabalhador dado o grau de perigo que ele era submetido na execução da tarefa. Também é econômico pois aumenta a sua renda.

Dos temas econômicos, destacava-se uma tabela de preços, pagos em forma de salário por produção. Como critérios para estabelecer o preço da produção, a "Convenção" classificava seis tipos diferentes de cana, desde "forte" em pé e caída (tipo 1), até cana sapé (tipo 6), tendo como base suas respectivas medidas em toneladas por hectare. A "Convenção" incluía também o pagamento de diárias para os safristas que não trabalhavam por produção e itens como direito a férias e 13º salário,

9. Anexo segue um resumo de três "Convenções", dos anos de 84/89/93, onde poderemos acompanhar as mudanças de conteúdos ocorridas no decorrer do tempo.

10. Sobre as Convenções Coletivas do estado de Goiás para a área sucroalcooleira ver: VASZ, IBER. *A Modernização da Agricultura e as Relações de Trabalho no Sudoeste Goiano: A Situação do Trabalhador Volante no Corte da Cana (1964-1989)*, Dissertação de Mestrado. Em seu capítulo IV trata sobre as Convenções: "Foi assinado em 16 de julho, ..., pelo SIR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Goianésia e a Sociedade Açucareira Monteiro de Barros Ltda, o acordo que regulamentava o corte da cana destinada a usina." ... "No ano seguinte foram assinados vários acordos nos principais municípios produtores de cana do estado." ... "As conquistas trabalhistas destes acordos seriam a base para as convenções coletivas, firmadas em caráter estadual, a partir de 1985". p.122/23.

adicional noturno (direitos já conquistados pelos trabalhadores desde 1943 e fixado em lei a partir da CLT). Instituiu-se, ainda, a entrega de comprovante de produção aos cortadores. A medição da cana para o pagamento era feito com um compasso de 2 metros, aferido pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas-INPM.

Os temas sociais, em sua maioria também garantidos na CLT, partiam do compromisso das usinas em assinar Carteira de Trabalho, que antes não era feito; pagamento dos dias em que o trabalhador ficava doente; adicional de insalubridade; repouso semanal remunerado. Os itens que eram extra-CLT tiveram características muito especiais, próprias do canavial, como por exemplo, as usinas deveriam levar água potável ao local de trabalho, o transporte deveria ser feito em caminhões apropriados ou em ônibus e era proibido a contratação de canavieiros através de agenciadores (também conhecido como "gatos"). Ficou estabelecido que somente se contratariam trabalhadores do mesmo município ou dos vizinhos.

Os temas sindicais diziam respeito à participação dos trabalhadores em movimentos "pacíficos" para pressionarem os patrões a aceitarem suas reivindicações. Os sindicatos tinham liberdade de instituírem delegacias sindicais nos canaviais para melhorar as condições de trabalho, promover sindicalização e dar assistência aos filiados do sindicato. Estabelecia também uma taxa assistencial, que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás-FETAEG cobrariam de todos os cortadores de cana por ocasião das negociações coletivas. A taxa deveria ser equivalente ao valor de meia diária, sendo repassados 50% ao STR local e 50% à Federação. Estes recursos, segundo os dirigentes sindicais, serviam para cobrir despesas de suas entidades sindicais no processo de organização dos trabalhadores. Os patrões descontariam em folha de pagamento e repassariam estes valores aos destinatários no prazo máximo de 30 dias. Esse processo tem ocorrido dentro de uma certa normalidade. Não se tem notícias que usinas tenham retido os valores dos sindicatos.

Após estabelecer as balizas da ação sindical, este tema tratou ainda de disciplinar as representações. Qualquer parte que infringisse cláusulas do "acordo" deverá pagar multa. Este mecanismo de acordo deveria ser respeitado entre as partes, sem a participação de terceiros. Por fim, o "Acordo Coletivo" teria duração de 12 meses, ou seja, até julho de 1985.

O resumo acima apresenta um esboço dos principais pontos das primeiras "convenções" entre os canavieiros e usinas de açúcar e álcool. Faremos algumas comparações com anos mais recentes para acompanharmos a evolução das negociações. Em 1989, cinco anos após o primeiro "ato" institucional, as mesas de negociação coletiva já tinham um caráter estadual¹¹. As usinas passaram a ser representadas pela SOPRAL-Sociedade dos Produtores de Álcool e os trabalhadores pela FETAEG. Os "Acordos" sofreram substanciais acréscimos, sendo fechados em 34 cláusulas. As questões econômicas receberam mudanças. A tabela de preços passou a conter a tonelagem de cada tipo de cana, que passaram de seis para cinco. Esta cláusula passou a ter cinco parágrafos, com novas condições de preços, regulamentando desde reajustes mensais da tabela até cana considerada de tipo "extra", que passou a ter livre negociação de preços. Alguns itens trouxeram ganhos econômicos, pois o corte da cana crua para moagem e para plantio receberam acréscimo de 20% e 35% respectivamente.

Outras cláusulas demonstram claramente que o grau de fiscalização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e dos cortadores de cana se elevou. Entre outros exemplos, a cana passou a ser retirada do canavial somente depois de ser devidamente medida e cada cortador receber um comprovante de sua produção diária.

No tocante às questões sociais, houve mudanças no horário de trabalho aos sábados. Passou-se a encerrar a jornada às 11:00 e não às 15:00, como em 1984. Além disso, o pagamento semanal ou quinzenal passou a obedecer este novo horário. Nas atividades com agrotóxicos, além de serem acordadas com preço superior de 20%, exigiu-se equipamento apropriado gratuito, envolvendo apenas pessoas com idade nunca inferior a 18 ou superior a 50 anos. Outra mudança importante foi a obrigatoriedade dos empregadores em fornecer gratuitamente ferramentas para o conjunto do trabalho (podão, luvas, caneleiras, enxadas, foices).

Antes não haviam referências aos comunicados de Aviso-prévio, mas a partir de 1989 passou-se a considerar demitidos apenas os cortadores comunicados oficialmente. Temas como discriminação sexual ou de idade e repouso menstrual passaram a ter referências por escrito. A grande

11. Os municípios abrangidos pelas convenções coletivas de trabalho na área do cana são: Bonópolis, Coratuba, Feres, Itapaci, Leme do Rio Verde, Inhumas, Itaçu, Itaocara, Itapiranga, Jataí, Rio Verde, Santa Helena, Maurilândia, Serranópolis, Arceburgo, Turvânia, Cordeópolis e Jandara. Esses municípios contêm com sindicatos de trabalhadores organizados, onde não encontramos indivíduos, as representações ficam a cargo das federações de base estadual.

novidade ficou por conta da reivindicação de creches para filhos dos cortadores de cana.

Nas questões sindicais ficou assegurada a participação de delegados de base nas mesas de negociação sem perigo de demissão. A taxa assistencial sofreu alterações apenas no volume de dinheiro cobrado. Inovações ficaram por conta da entrada de dirigentes sindicais em seus vários níveis (local, estadual e nacional) nos canaviais para fiscalização do cumprimento do acordo. São considerados dirigentes sindicais aqueles que pertencem à central sindical da qual o STR ou Federação é filiado (no caso de Goiás a FETAEG é filiada à Central Única dos Trabalhadores-CUT).

Nas resoluções finais foi mantido o conceito de não participação de agentes estranhos seja no processo das mesas de negociação seja nas visitas aos canaviais. Houve ainda uma pequena inovação no item divergências a serem resolvidas na justiça do trabalho. Como parte final deixou-se em aberto a possibilidade de revisão e prorrogação do acordo, em conformidade com a CLT em seu artigo 615.

Na "Convenção" de 1993 podemos observar a repetição de quase a totalidade das cláusulas feitas em 89. Isso se deve, em grande medida, por não haver mudanças substanciais no comportamento das duas partes envolvidas no processo de produção. Ao mesmo tempo revela um certo esgotamento da pauta de reivindicação dos trabalhadores, na medida em que, praticamente em 10 anos, os avanços em suas conquistas foram restritos à tabela de preços, adicionais por trabalhos insalubres, transporte e ferramentas de trabalho. Há uma repetição das reivindicações. As mudanças verificadas em cada ano, ficam por conta do ganho ou da perda no preço da cana a ser pago. No mais temos uma Convenção anual dividida em três temas (econômico, social e sindical). As convenções não têm ajudado a modificar o conceito de ação sindical e tampouco sua forma organizativa. Podemos analisar que as repetições devem-se a dois fatores predominantes:

Primeiro, o avanço fica limitado porque os sindicatos não se estruturaram para se contrapor diante do processo de modernização, ao mesmo tempo que o desemprego provocado por esse processo, facilita a ação empresarial em se posicionar contrário a qualquer avanço, pressionando os trabalhadores a manterem suas conquistas em patamares aceitáveis ao capital.

E segundo, a correlação de forças favoráveis aos patrões em seus aspectos econômicos e políticos, mantém a ação sindical nos limites destas reivindicações.

Do processo mais recente de negociação podemos destacar que as questões econômicas sofreram alteração apenas na composição da tabela. Havia muita reclamação dos cortadores acerca da classificação de cada tipo de cana. Os fiscais diziam que era de um certo tipo de tonelagem, os trabalhadores outro. Para aproximarem-se da realidade, foram estabelecidos nove tipos de cana, com tonelagem variando de 40 a 140 por hectare, e seus respectivos preços. Acima ou abaixo destes índices, seria feita negociação direta entre os fiscais e os cortadores.

Em 1993, o grande destaque fica por conta da conquista do Piso Salarial. Este passou a ser superior em 25% do salário mínimo nacional. Nenhum trabalhador rural da área canavieira deverá receber valores inferiores a este patamar. O avanço merece registro porque antes não havia piso salarial que garantisse um ganho superior ao salário mínimo. Os trabalhadores que faziam serviços por diária não tinham parâmetros para definir salários a não ser o que os sindicatos tentavam negociar individualmente com cada usina, aquele valor por ela proposto. A partir daí o salário de um canavieiro-diarista passou a ter um patamar mínimo, pois as usinas passaram a ter obrigação legal em garantir este salário.

Nos itens das relações sociais do Acordo, houve pequenas variações. A jornada de trabalho estipulada passou a ser de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 16:00 horas e aos sábados encerrando-se às 11:00 horas, com o pagamento semanal ou quinzenal dos salários por produção e diária. Em casos especiais poderá haver trabalhos aos domingos, com remuneração prevista em lei, ou seja, pagamento de horas-extra em dobro. Para os que atuam com agrotóxicos a novidade é a exigência de exames médicos periódicos. Quanto às rescisões de contratos, após as safras, ficou a cargo dos STRs fazerem as homologações, com os devidos cálculos.

Nas relações sindicais foi mantida a taxa assistencial, visitas aos canaviais, direito de participar nas negociações. Houve também um pequeno acréscimo, dando direitos aos cortadores em participar de greves e outras manifestações para garantir o cumprimento das cláusulas. Finalmente, quando os fiscais forem suspender um cortador deverão fazê-lo por escrito, descrevendo os motivos que o levaram a penalizá-lo.

Para não nos alongarmos em demasia no resumo das Convenções Coletivas, registraremos apenas os itens considerados como avanços no ano de 1994. Em sua nota à imprensa sobre o final das negociações, a FETAEG, coordenadora do processo, diz que "nas cláusulas sociais, a negociação confirmou basicamente as determinações dos anos anteriores¹²". Os resultados mais importantes vieram das cláusulas econômicas. O piso salarial da categoria sofreu uma elevação de 8%, ficando para o ano de 94 em 1,35 salários mínimos contra os 1,25 de 93. Para o pagamento em produção houve uma reposição de 31,5% acima do que a legislação propunha para os salários corrigidos pela URV (Unidade Real de Valor), deixando a tabela de preços acima da negociada em São Paulo, que sempre serviu de base para as propostas dos trabalhadores de Goiás.

Os dois itens acima demonstram apenas os trâmites institucionais das negociações. Ficam alguns pontos em evidência:

De um lado os trabalhadores têm um instrumento que lhes garante direitos que antes não dispunham. Porém, sua ação sindical ainda está débil no que se refere à renovação das reivindicações. Como se viu no conteúdo das Convenções, há poucos avanços de um ano para outro. A organização sindical ainda não superou os modelos tradicionais de negociações. Ou seja, preparam-se as pautas, fazem-se assembleias e negocia-se. Durante o período das safras é feita uma fiscalização nos canaviais, ainda que precária, porém nas entre-safras fica um vazio na ação sindical. Podemos perceber ainda, que os sindicatos não estão acompanhando a construção de novas relações de trabalho nas usinas. O termo "parceria" não ficará limitado às mesas de negociação. Para que as usinas avancem em seus processos modernizantes, tentará implementar na organização do trabalho esta filosofia.

De outro lado os patrões agem de forma desigual. Isso porque a modernização das usinas acompanha um processo desigual. O gerenciamento da mão-de-obra e a mecanização atingiram os resultados esperados em produtividade, a Convenção é mais respeitada, onde o processo está atrasado ainda encontramos relações trabalhistas pautadas pelo descumprimento da Convenção.

Destaca-se ainda o discurso de modernização, seleção de pessoal e parceria utilizado pelos usineiros, em 1994, mesmo de forma desigual, logo atingirá a maioria das unidades de produção. É preciso que os

12. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás. Nota à imprensa "Canavieiros e Usineiros assinam nova Convenção Coletiva do Setor em Goiás", Goiânia, 31.03.94.

trabalhadores definam uma estratégia para garantir ganhos numa conjuntura que poderá ser desfavorável.

3. As visões sobre a Convenção.

3.1. A Visão Patronal

Na visão da gerência administrativa da Usina Jalles Machado, as Convenções servem para normatizar as relações entre capital e trabalho. Por isso a usina tem aceitado participar das mesas de negociação, pois estes mecanismos são constitucionais. Acham também que foi uma conquista dos trabalhadores, pois trazem garantias trabalhistas, igualando-os aos trabalhadores urbanos. Do ponto de vista dos três temas tratados, econômico, social e sindical, a visão é que, no geral, sempre tem cumprido os compromissos assumidos. Nas entrevistas de 16.06.93 e 26.01.94, os argumentos do cumprimento foram os mesmos. Não houve, nestes anos todos, qualquer ação judicial pelo não cumprimento da "Convenção Coletiva". Essa empresa afirma ter

*"maior satisfação do mundo em dizer que não temos uma ação trabalhista em andamento. Temos apenas contingências trabalhistas. Não queremos perder tempo com isso. Se estivermos errados pagaremos, caso contrário não"*¹³.

O que está em jogo não é tanto, o valor em dinheiro que se perde, mas sim, tramitações judiciais que gastam tempo, isto implica perda de produtividade de alguns funcionários.

Perguntado sobre as questões econômicas, a resposta veio de imediato: a convenção é cumprida; os salários são pagos garantindo o estabelecido. Além disso a usina tem gasto uma média de Us\$ 16.00 por mês com cada trabalhador em salário indireto nas áreas de saúde, educação e lazer. Os recursos são oriundos de 1% do faturamento com açúcar e 2% do álcool. Para os "rurícolas", cortadores de cana, o salário mínimo é acrescido de 25%, como piso na Convenção de 1993¹⁴.

As justificativas sobre estes salários indiretos são de que há um acréscimo com transporte gratuito, refeições em restaurantes que cada trabalhador industrial paga de acordo com o salário, e nunca chega ao

13. Entrevista realizada em 26.01.94 com o gerente administrativo Lucas de Paula, da Usina Jalles Machado.

14. A Convenção Coletiva de 1994 garantiu um piso salarial de 1,35 salários mínimos.

custo total. A usina ainda mantém uma farmácia com preços de apenas 40% do valor praticado no comércio local. Segundo a administração, apenas 20% do total de funcionários ganham o salário mínimo. Estes são os trabalhadores de limpeza e serviços não qualificados. Para esta área a empresa está estudando um processo de terceirização.

Na área social são apresentadas, pela empresa como um grande avanço, superando as cláusulas assinadas na Convenção, as questões do lazer do trabalhador. A usina criou uma Associação de funcionários que administra um clube com duas piscinas, churrasqueira, campo de futebol, quadras e sauna. Cada sócio paga mensalmente 3,14% do salário mínimo e tem direito de freqüentar o clube. Este espaço é administrado pelos próprios funcionários, dando uma sensação de que o trabalhador tem uma participação na vida da empresa.

Do ponto de vista da empresa, o avanço esta demarcado porque o movimento sindical não tem pensado em espaços de lazer para seus sócios, este espaço é então preenchido pelo empregador. Essa forma de "participação", dá ao trabalhador a ilusão de estar mais próximo da empresa. Passando para ele a idéia de que se tornou um "parceiro", que pode usufruir dos mesmos benefícios gerados para todos. Aqui não é o mesmo discurso de "parceiro" na produção, que foi usado na mesa de negociação, mas a pedagogia da cooptação é a mesma. A construção da relação é de que todos participam em iguais condições. Na verdade o empregado que passa a semana toda produzindo, na hora do lazer vai ao clube da empresa, fala sobre ela, vivencia todo tempo, até no lazer, suas relações de trabalho.

Na área de saúde, além da farmácia e do ambulatório médico-odontológico, funciona no interior da unidade industrial as CIPAs (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), dando explicações sobre uso de equipamentos. A educação dos filhos dos funcionários também é assistida através do repasse direto do "salário educação" de cada um dos contratados. O valor corresponde a 2,5% sobre seus salários, dentre aqueles que tenham filhos entre a 1ª e 8ª do primeiro grau, e estudam em escolas privadas na cidade. O MEC entrega um formulário próprio a este fim à empresa que faz o cadastramento de seus funcionários com direito ao recebimento deste benefício. A empresa desconta o valor repassado de sua contribuição à Previdência Social.

Outro exemplo de superação da Convenção, além do lazer, fica por conta da criação da Fundação Jalles Machado. A partir de uma deliberação da presidência e Conselho de Administração da usina, o

objetivo é construir e administrar uma escola de 1º grau para os filhos de todos os funcionários que estiverem em idade escolar.

O setor privado está propiciando a seus empregados benefícios nas principais áreas de atuação do Estado. No discurso da usina, saúde, lazer e educação recebem uma atenção complementar, pois estes elementos são de vital importância para manter o ritmo de produtividade desejado de cada trabalhador. Na verdade há uma substituição de papéis entre Estado e capital, onde o capital está criando novas formas de dominação e controle social a partir de relações de fora de linha de produção. Em certa medida o fato da empresa atender as necessidades individuais de seus empregados (lazer, educação, saúde), ajuda-a a moldá-los de acordo com as suas demandas técnicas e operacionais. Este processo de substituição de papéis desobriga o Estado de prestar estes serviços à sociedade como um todo, aumenta o controle do capital sobre as pessoas e, se houver beneficiados, estes serão apenas os contratados daquela empresa.

Duas questões chamam a atenção neste processo. Primeiro, a usina forma sua própria mão-de-obra, isto significa maior possibilidade de moldagem de seus futuros trabalhadores. A educação das crianças, direito dos cidadãos e obrigação do Estado passou a ser formação para atender as novas demandas do capital frente ao processo de modernização por ele iniciado. A nova formação adequa o trabalhador ao ritmo das máquinas. Ao mesmo tempo resta a este novo trabalhador o direito de se reproduzir enquanto tal. Agora moldado diretamente às necessidades do capital.

Segundo, frente à saúde do trabalhador, o que está em jogo não é apenas a situação física deste ser humano, mas a possibilidade do aproveitamento total de seu físico para o aumento da produtividade e diminuição de custos. A usina iniciou um estudo a pedido do gerente de produção sobre a quantidade de acidentes ocorridos na perna e no pé direito dos trabalhadores, para calcular os custos que a empresa teria com estes acidentes. O estudo considerou os custos dos quinze primeiros dias de licença dos acidentados. O objetivo era o de comparar custos com queda de produtividade e pagamento dos 15 dias, com os gastos na compra de mais caneleiras. Se se comprovasse a diminuição de custos, cada trabalhador receberia duas, em vez de apenas uma, evitando assim prejuízos do ritmo de produção e de recursos para pagamento dos atingidos.

Com relação à ação sindical, a usina reconhece que houve mudanças de comportamentos entre as partes com a realização das "Convenções" a partir de 1984. Hoje qualquer dirigente de sindicato pode entrar em qualquer usina ou lavoura canavieira. Basta comunicar à administração com antecedência. Esta prática não é comum em todos os STRs de cortadores no Estado de Goiás. Muitos não vão aos canaviais. No caso de Goianésia, as duas usinas dão total liberdade para os dirigentes sindicais entrarem nos canaviais e nas indústrias, seja para visitar os cortadores, seja para fiscalizar o cumprimento da Convenção. A única exigência é a comunicação com as sedes administrativas.

Na usina Jalles Machado as relações com o sindicato, no tocante às visitas ao campo, são entendidas como momento de acertar "coisas" pendentes com os tabalhadores. Por isso mantem a necessidade de comunicação entre STR e gerência nos casos de visitas. A administração da usina entende que se o sindicalista chega "*pode haver algum problema, a gente tem uma pessoa mais qualificada para tratar com o presidente do STR, ou até mesmo com o delegado sindical*".¹⁵

Quanto à organização sindical, apresentam a total concordância com as formas atuais de estruturas dos sindicatos. Acham melhor tratar separadamente as normatizações trabalhistas entre os vários tipos de trabalhadores da empresa (industriais, canavieiros, pessoal de administração). No caso dos trabalhadores da indústria, a Convenção é coordenada pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Goiás. Acham desnecessário haver sindicato único por ramo de produção, envolvendo todo o complexo canavieiro, e também acham desnecessário procurar o Sindicato Rural (patronal) para resolver pendências trabalhistas, pois a empresa tem um departamento jurídico que trabalha com estas questões.

Sobre as relações com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, responsável pela coordenação da ação sindical no cumprimento do "Acordo", dizem:

*"que a relação com o STR é a melhor que poderia existir, trocamos informações, opiniões. O presidente do STR frequenta bastante nosso ambiente de trabalho e a Usina. A gente conversa com ele. A relação é a melhor possível, não tem como ser melhor"*¹⁶.

15. Entrevista com Lucas de Paula, op.cit.

16. Entrevista com Lucas de Paula, op.cit.

Ouvindo estas afirmações parece que estamos voltando no tempo e vendo a criação da identidade da cidade de Goianésia. Não há conflitos, os lemas do Brasão são seguidos prontamente (a cor metal do Brasão significa: paz, trabalho, prosperidade. O azul é a justiça. nobreza); parece que as várias greves ocorridas desde 1984 foram obra de movimento extra-sindical. Há um constante discurso de ausência de conflito, de movimento para frente, rumo ao desenvolvimento. Está contida nesta formulação uma certa concepção de atividade sindical "consentida". Ela é administrável do ponto de vista da Usina.

Não temos a posição da Usina Monteiro de Barros sobre os possíveis descumprimentos da Convenção. Quanto à Usina Jalles Machado, quando foram questionados sobre reclamações de cortadores, que os fiscais não entregam comprovantes de medição diária, afirmam que como tudo foi informatizado, esta reclamação não é procedente. O computador solta os tickets diariamente. Se houver algum tipo de confirmação do problema, os encarregados resolvem a questão. Segundo a Usina "está na cultura, na cabeça do caipira, que o patrão quer sempre roubar dele".

Para a contratação da mão-de-obra, a atual postura das duas usinas, independentemente das Convenções, tem sido a de inovarem nas convocações. Começaram convocando os cortadores pelas rádios, para participarem da "seleção" e posterior contratação. Cada um passa por uma seleção, vinculada à experiência anterior, nível de produtividade e assiduidade no trabalho das safras anteriores. Cortador de cana não é mais um trabalhador desqualificado. É uma profissão que o mercado de trabalho vincula à sua potencialidade no acompanhamento dos ritmos das máquinas agrícolas.

3.2. Visão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais sobre a "Convenção".

Do ponto de vista do STR local a visão sobre a "Convenção" é muito confusa. Na entrevista feita em 26.01.94, o presidente do Sindicato de Goianésia disse que ela é um documento onde está registrado tudo aquilo que os patrões se comprometeram em cumprir. É ela "*que nos dá o direito de cobrar aquilo que eles prometeu... e também é um documento que não deixa a gente esquecer aquilo que eles prometeu*". Para o vice-presidente, o que conhece hoje deve-se aos "Acordos", "*tem que estar escrito no papel... que nos ajuda a lembrar o que foi negociado*"¹⁷.

17. Entrevista realizada no dia 26.01.94, na Sede do STR de Goianésia com os dirigentes: Francisco da Silva-presidente e Donel Venturini-Vice.

Várias confusões foram observadas nas falas dos sindicalistas nesta entrevista. Primeira, a Convenção é feita em conjunto pelos Sindicatos de Trabalhadores e sua Federação Estadual. Não é promessa do setor patronal. Segunda, o capital não promete nada ao trabalho. Esta relação é sempre conflitiva, com interesses opostos. O capital, só faz acordo com o trabalho, sendo pressionado. Este, no geral não segue qualquer regra que não seja a do lucro. Tudo, inclusive o aumento de produtividade, é subordinado ao objetivo de aumentar o seu ganho. Terceira, a primeira impressão que os sindicalistas dão, é que a Convenção não passa de um favor que os patrões concedem aos trabalhadores. Eles não a vêem como direitos conquistados, regras que beneficiam aos trabalhadores.

A compreensão da Convenção Coletiva, principalmente pelo presidente do STR, sofre variações no decorrer do tempo. Entrevistado novamente no dia 31.05.94, em plena mesa de negociação, a posição era mais dura frente ao capital, ao ponto de convocar assembléia da categoria e aprovar indicativo de greve se os patrões não atendessem as reivindicações salariais pretendidas. O que se observa é uma visão confusa do próprio papel de dirigente. Não há, a rigor, uma posição de rendição ao capital, mas sim falta de clareza dos objetivos da ação sindical. Em janeiro/94, data da primeira entrevista, era período de entre-safra na lavoura canavieira e sem muitas movimentações na sede sindical. A prática, comum em alguns sindicatos, é de pouca atividade, seguindo o ritmo das lavouras e dos cortadores que executam tarefas de corte de cana crua para plantio e capinam as plantações novas. Maio é o mês mais agitado nas relações capital X trabalho, por isso as contradições estão mais evidentes, provocando alteração nas posições do sindicalista. No decorrer do texto encontraremos outros momentos em que a posição do presidente do Sindicato se confunde entre, aceitação dos argumentos patronais e confronto com eles.

Num primeiro momento os sindicalistas nos transmitem uma idéia linear da história da cidade de Goianésia e das Convenções que eles mesmos assinaram. Nas entrevistas eles analisaram as relações com as usinas como se não existissem conflitos, as reivindicações dos trabalhadores viraram promessa patronal. Não foram feitas referências às greves de 1993, que aliás foram as responsáveis pelo pouco avanço que se teve naquele ano. Goianésia, no aspecto dos conflitos tem um particular. Ali aconteceram várias greves desde 1984, com pequenas

repercussões na cidade mas, estas greves, exercem pressões nas negociações estaduais, melhorando os ganhos dos trabalhadores.

No cotidiano dos trabalhadores, dirigentes sindicais e da administração da usina, não fica evidenciado a relação de conflito existente entre capital e trabalho. A "elite local" mantém na cidade aquela visão de harmonia apresentada em seu Brasão. Os conflitos não atingem as formas tradicionais verificadas em lutas sindicais urbanas, ou mesmo em lutas rurais como as ocorridas em Guariba-SP nos anos de 1984 a 1987. Ali há marcas nas suas histórias, seja de violências, seja de importância política demarcadoras de limites de interesses opostos.

Em relação às questões econômicas, os dirigentes acham que o acréscimo de 25% a mais no salário mínimo é pouco para cada cortador. Eles trabalham apenas sazonalmente, de 4 a 6 meses por ano, ficando sem trabalho e sem remuneração fixa nos outros meses. No geral estes trabalhadores fazem "bicos", serviços de curta duração e de várias naturezas. São pedreiros, serventes, varredores de rua. Na entre-safra o STR não faz ações organizativas. Acompanha o cumprimento da Convenção nas lavouras e passa a discutir as propostas da mesa de negociação do ano seguinte.

O cumprimento das cláusulas sociais, tem visões diferenciadas no STR local. O vice diz que não é cumprido o acordo. Ele dá como exemplo o desrespeito das usinas nas lavouras que estão sendo pulverizadas com agrotóxicos. Os cortadores de cana não recebem equipamento adequado. Diz ainda: *"nas outras áreas também eles nunca cumprem o acordo. Há alguns pontos que cumprem e outros não cumprem."* O presidente, por outro lado, coloca que o item Carteira Assinada é 100% cumprido. Nos problemas de saúde ele acha que não é obrigação das usinas assumirem esta demanda, pois nem mesmo na cidade há um atendimento do INSS para o assegurado. O dirigente sindical pouco percebe que esta reflexão reforça a prática comum das usinas em não cumprirem as Convenções. Ao mesmo tempo poderemos questionar a prática desta liderança sindical. Porque colocar na Convenção cláusulas sobre a saúde dos trabalhadores se não é para ser cumpridas? A fala entra em contradição com os argumentos da usina Jalles Machado. Ela apresenta o item saúde como sendo uma preocupação central da empresa, tendo em vista que o trabalhador doente não pode atingir as margem de produtividade desejada por ela.

Esta afirmação não coloca o presidente do STR no mesmo "lugar comum" do tradicional "pelego" sindical, tendo em vista que em casos

mais evidentes de descumprimento da Convenção (pagamento da tabela de preços, por exemplo), sua reação é imediata em defesa dos interesses dos trabalhadores. Falta-lhe clareza de suas tarefas de dirigente. Por outro lado, se o poder público não atende as demandas de saúde, se os patrões também não, os trabalhadores ficam a mercê da própria sorte. O sindicato deixa de exercer uma de suas funções: reivindicar dos poderes públicos e dos patrões direitos adquiridos dos trabalhadores na área da saúde.

O fornecimento de ferramentas de trabalho, que também é uma obrigação das empresas, não é feito regularmente na Usina Monteiro de Barros, segundo os trabalhadores entrevistados na safra de 1992 pelo Instituto de Formação e Assessoria Sindical-IFAS. Eles afirmaram que apenas na Jalles Machado recebiam corretamente os equipamentos. Para o presidente do sindicato, "com a crise do desemprego em Goianésia, Goiás e Brasil, nenhum trabalhador quer perder o emprego por causa de um podão ou foice". O trabalhador não exige o cumprimento do acordo porque tem medo de ficar desempregado.

O discurso do desemprego, comumente usado pelos trabalhadores e capitalistas, não revela o seu verdadeiro rosto. O senso comum diz que, com a falta de emprego, quem reclamar muito do patrão está despedido. Baseado nisso o trabalhador acaba aceitando situações desfavoráveis. No caso das unidades agro-industriais canavieiras, o desemprego tem outras causas e as mais significativas são as relacionadas com a modernização industrial e agrícola. Esse processo aumentou em muito a produtividade, por dois motivos principais: 1) Com as pesquisas na área das variedades da cana e com novas máquinas, os trabalhadores foram forçados a adaptarem seus esforços físicos ao ritmo das máquinas, puxando para cima os níveis de produtividade no trabalho e 2) o gerenciamento dos recursos humanos que vem desenvolvendo um processo de capacitação dos trabalhadores, selecionando os mais aptos de safra a safra. Nos dois motivos não se tem aumento na geração de emprego.

Na verdade é o modelo de modernização usado que vem gerando os altos índices de desemprego. Este movimento "denunciado" pelo sindicalista em Goianésia, é muito mais um padrão nacional e internacional de desenvolvimento, coordenado pelo capital, do que um problema surgido na Convenção Coletiva. Para o Professor José Barros Moura da Universidade de Coimbra-Portugal, as relações diretas entre trabalhadores e emprego vem diminuindo:

"Neste nível, a situação alterou-se profundamente. O trabalho deixou de ser a principal força produtiva e o tempo de trabalho não é mais a medida da riqueza. As empresas substituem o trabalho humano por máquinas e robôs, produzindo mais e com melhor qualidade. Se, há 25 anos, os efetivos da indústria nos países industrializados da Europa Ocidental representavam 40% da população ativa, hoje representa só 30% e a duração média do trabalho desceu de 1.850 para 1.600 horas por ano"¹⁸.

Para o caso brasileiro Roberto Schwarz, fala na apresentação do livro de Robert Kurz, que

"pela primeira vez o aumento de produtividade está significando dispensa de trabalhadores também em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho. A mão-de-obra barata e semiforçada com base na qual o Brasil ou a União Soviética contavam desenvolver uma indústria moderna ficou sem relevância e não terá comprador"¹⁹.

Se partirmos do pressuposto "modernização com novas relações de trabalho", não podemos aceitar o discurso corrente de que o desemprego é causado ou por lutas reivindicativas como diz o presidente do Sindicato, ou como resultado dessas lutas e a atual onda recessiva que vive o Brasil. Aliás, é este o argumento usado pelos patrões para demitir trabalhadores, sempre que seus lucros são atingidos por qualquer possibilidades de baixa.

Há, sem dúvida, a participação destas variáveis no problema do desemprego, mas o modelo de desenvolvimento adotado é o grande responsável pela massa de desempregados. Esta massa, por sua vez, está a mercê de outros tipos de exclusão.

"O aumento do desemprego possibilita aos patrões fazerem uma seleção de trabalhadores mais refinada, sendo priorizada, além da capacidade produtiva do trabalhador, sua "docilidade" para o trabalho"²⁰.

O vice-presidente do STR de Goianésia argumenta que os trabalhadores não conhecem os direitos que conquistaram através das Convenções, porque o "STR não conseguiu fazer um bom trabalho de conscientização". Esta argumentação é contestada pelo presidente, que

18. KURZ, Robert. *Barroco e Revolução*. (Respostas ao Movimento Sindical). In: *Revista "Textos para Debate"* da Comissão de Economia (CESE), São Paulo, vol. 1, nº 1, p. 127. Esta conferência foi produzida no VII encontro de Filosofia "Presença e Ausência de Deus no pensamento contemporâneo", da Associação de Professores de Filosofia de Coimbra - Portugal em 1975.

19. KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização - Da derrota do socialismo de guerra à crise da economia mundial*, 2ª edição, Paz e Terra, São Paulo, 1983, p. 14.

20. ALVES, Francisco J. *Mudanças nas Relações de Trabalho*. In: *Seminário sobre Condições de Trabalho e Condições de Existência*. CESE, Salvador-Bahia, p.22.

para ele todos os cortadores de cana sabem de seus direitos, mas não cobram por medo de perder o emprego por "picuinhas". Percebe-se uma constante variação de interpretação entre os sindicalistas, o que dificulta uma ação mais organizada no sindicato. Não se construiu a unidade de interpretação dos problemas enfrentados pelo STR. Os dirigentes ainda não construíram a unidade necessária para uma ação sindical mais eficaz. Com isso fica dificultada a construção de uma identidade de classe dos cortadores de cana.

Ao mesmo tempo também é constante a reprodução do discurso patronal, no meio da classe trabalhadora. O que fica no imaginário do cortador de cana é o discurso de demissão feito pelas usinas e repassado pelo STR, quando acontece as reivindicações dos trabalhadores. Os patrões conseguiram criar uma "ação" pedagógica em sua fala, ao ponto de transformá-la em argumentação corrente no meio dos trabalhadores. Com seus argumentos "educam", ou melhor, "disciplinam" os trabalhadores e seus dirigentes. O repasse do discurso de "perigo" de demissão, de empresa que constroi clube de lazer e de sindicalismo que atrapalha, é feito pelos fiscais, de turma ou produção. Eles estão todos os dias e durante todo o período de trabalho junto com cada trabalhador.

Seguindo uma dinâmica de visão diferenciada entre os dirigentes sindicais, o tema da estrutura sindical também não ajuda a uniformizar a visão desses líderes. O vice-presidente coloca que há medo nos cortadores em se dedicarem às tarefas do delegado sindical de base, pois poderão ficar sem o emprego na safra seguinte se "mexerem" com a ação sindical. Já o presidente afirma que é falta de consciência da categoria em não realizar assembléias para instituir o delegado de base. E vai mais longe. Afirma que o trabalhador não vê que, como delegado sindical, ele teria estabilidade no trabalho por três anos, representados pelo período de mandato do delegado. Se ele atuar dentro da legalidade nada poderá tirá-lo do emprego. Ao concluir a argumentação diz "Muitas vezes até não sabe lidar com seus superiores, da empresa, dificulta muito esta aceitação mas que o que a gente vê na realidade, é a falta de consciência no assunto.²¹"

Os dirigentes sindicais colocaram que, como as usinas "oferecem muito mais" aos trabalhadores que o STR, eles vêem os patrões com "bons olhos", e deixam de lado o sindicato. O caso do clube da usina

21. Entrevista realizada no dia 20.01.94 com Francisco da Silva, presidente do STR de Colaresia.

Jalles é um bom exemplo da aceitação das ofertas patronais frente à ausência de proposta de lazer do sindicato. Aliás, o STR não tem nada a oferecer neste campo de atividade. Segundo o sindicato, o clube está cheio todos os finais de semanas.

Estes movimentos e visões sobre a "Convenção Coletiva" da área de cana, a reorganização do trabalho nas usinas de Goianésia tem particularidades frente às experiências de São Paulo e Nordeste. Nestes lugares houve conflitos e enfrentamentos quase que incontroláveis. O assassinato de Margarida Alves²², presidenta do STR de Alagoa Grande, na Paraíba, declaradamente feito a mando dos usineiros, conforme noticiou a imprensa nacional; as greves de Guariba e Barrinha, região de Ribeirão Preto-SP, com a morte de dois trabalhadores, podem demonstrar que o enfrentamento entre capital e trabalho chegou a sua expressão máxima: a morte de trabalhadores. Os envolvidos, trabalho de um lado e capital de outro, transformaram as relações entre si num conflito explícito. A impossibilidade de se chegar a um acordo ou de uma das partes ceder, resultou na expressão máxima da disputa pela força.

Goianésia traz a marca da "participação consentida". Os trabalhadores fizeram paradesios e greves nos últimos três anos, mas nada que venha a ameaçar as relações de domínio político ou de mudanças no comportamento dos trabalhadores local. Continuam sendo uma classe em si, a serviço do capital. Existe a apropriação por parte das usinas do valor produzido por cada cortador de cana. Mas esta relação fica camuflada pela ação das empresas nas áreas de saúde, lazer, ou no discurso de bons provedores de empregos.

Por fim, as atividades sindicais de Goianésia ainda não conseguiram construir juntamente com seus representados a consciência de que somente no enfrentamento entre eles e o capital poderão obter ganhos e ameaçar o monopólio político-econômico e ideológico que os tem subjugados.

22. Margarida Maria Alves, presidenta de STR de Alagoa Grande, PE, foi assassinada em 12 de agosto de 1983, *op. cit.* LEME, Maria C. Vanucchi e PIETRAPUSA, Wânia M. Araujo, *Assassinatos no Campo - Crime e Impunidade 1964 a 1986*, 2ª edição, Global Editora, São Paulo-SP, 1987, p. 306.

4. A Ação Sindical

4.1. Movimento Sindical: Um panorama geral

Para entendermos a ação desenvolvida pelo STR de Goianésia faremos uma breve descrição do tema sindical. Ele terá um caráter bem geral por não ser o objeto central deste trabalho. Pretende dar ao leitor uma visão das várias situações vividas pela organização sindical no Brasil. Alertamos que a divisão temporal é para facilitar a descrição, pois entendemos que em todas as relações sociais, convivem temporariamente o novo e o velho de forma simultânea até que a superação venha e a nova realidade se imponha.

Destacamos num primeiro período sindical (aproximadamente de 1870 a 1930) a existência de organizações sindicais livres, autônomas frente ao Estado e aos patrões. Foram trazidas experiências da Europa, em particular do sindicalismo anarquista italiano e espanhol. Lutavam por questões de saúde e direitos mínimos como: salário, férias, horários e trabalho infantil. Os governos do período não reconheciam estas organizações, tratando-as como sendo um caso de polícia. A cada reivindicação dos trabalhadores transformadas em greves, havia uma repressão policial. Estas organizações atuavam apenas nas categorias industriais urbanas (ferroviários, gráficos, metalúrgicos...). Sobre o papel do movimento sindical Heloisa Martins diz:

"O sindicalismo exercia a sua função política na área das relações de produção, seja propugnando para melhorar as condições do trabalho assalariado, seja visando alterar a relação de forças existente entre o capital e o trabalho até a extinção do primeiro. Por isso, seus meios de ação privilegiados foram os da ação direta contra os empregadores, no sentido de mudar as relações empregatícias, sem a interferência do Estado. As reivindicações referentes às oito horas de trabalho, descanso semanal, trabalho da mulher, do menor e outras, eram apresentadas aos empresários, dos quais se pretendia o acordo e o compromisso pessoal de respeito ao combinado" (...) "Na Primeira República, o Estado não deixou de legislar a respeito do trabalho de mulheres e menores, higiene nos locais de trabalho e férias. No entanto, estes regulamentos permaneceram "letra morta" posto que o patronato não se dispunha a cumpri-los, chegando mesmo a ignorá-los completamente"²³.

Deste quadro ficam dois destaques importante. 1) A ação sindical era livre; 2) Estado ausente, querendo ser apenas legislador, mas sem

23. MARTINS, Heloisa H.T. de Souza. O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil. ed. Hucitec, São Paulo, 1979, p.17.

eficácia, pois os patrões não cumpriam a lei e, o mais grave, não havia penalidades sobre estes infratores.

Outro momento sindical pode ser identificado abrangendo os anos 30 até fins da década de 70. Com a Revolução de 30, o Estado canalizou as reivindicações dos trabalhadores, percebendo que os conflitos trabalhistas estavam tomando um caráter de conflito social mais geral, saindo das restritas áreas reivindicativas e trabalhistas. Também porque o próprio Estado tomou para si a tarefa de coordenar o progresso econômico do país, substituindo a elite capitalista e transformando-se em agente econômico e organizador das relações sociais daí decorrentes.

"Em pronunciamentos, já durante o Governo Provisório, Vargas apontara a "desorganização do trabalho" resultante da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, com conseqüências econômicas desastrosas, para a produção agrícola. Somente a organização do trabalho livre "sobre bases racionais" permitiria o restabelecimento da normalidade, com a "ordem social e política". A organização racional do trabalho, era, portanto, imposição da própria necessidade de desenvolvimento do sistema econômico capitalista. Para que isso se desse tornava-se necessário eliminar focos de perturbações, representados pelos conflitos coletivos de trabalho, que se verificavam na economia urbana e não na rural, onde os assalariados não tinham organização e força reivindicativa. Por isso, preparar canais legais para a ação sindical e a resolução de greves constituiu um dos objetivos da ação governamental, após 1930"²⁴.

Para dar garantias às "novas funções" sindicais, o Estado criou uma longa legislação. Destaca-se nestes instrumentos restritivos da ação sindical, uma visão corporativa estatal, onde cada setor social representaria uma parte do imenso corpo da nação e com esta visão, cada parte deveria lutar por seus interesses, mas sempre visando o bem geral do corpo que, no caso brasileiro era (e é) a estrutura capitalista de produção. Portanto o Estado:

- 1) transformou-se em instância superior de regulamentações entre o capital e o trabalho, ou seja fiscalizador da ação dos dois;
- 2) criou o sindicato único, por categoria profissional, eliminando a pluralidade das categorias e proibindo a ação política das organizações sindicais;
- 3) forçou os sindicatos a passarem pelo reconhecimento, que só podiam defender interesses dos trabalhadores após tal reconhecimento;
- 4) criou a Justiça do Trabalho, eliminando a autonomia das partes (capital x trabalho);
- 5) estabeleceu direito de intervir na administração dos sindicatos;

6) passou a definir as categorias profissionais;

7) criou uma estrutura sindical vertical e obrigatória: sindicatos-federações-confederações da mesma categoria, com estatuto padrão e registro no Ministério do Trabalho e, impediu a união de categorias na perspectiva da criação de Centrais Sindicais.

8) instituiu o imposto sindical, única forma de que o movimento sindical tem sobrevivido financeiramente. Este correspondia ao desconto de um dia de trabalho de todos os trabalhadores registrados no país. Este recursos eram repassados da seguinte forma: 5% do total para as confederações, 15% para as federações, 50% para os sindicatos e 20% para o Ministério do Trabalho.

Em contrapartida a esta legislação restritiva, o Estado brasileiro passou a legislar sobre as relações de trabalho e capital. Aceitou as reivindicações básicas do movimento sindical pré-revolução de 1930. Ou seja, criou leis para regulamentar as 8 horas de trabalho diário, horas extras, férias, 13º salário, contrato de trabalho. Porém

"a disciplina e organização das relações de trabalho consubstanciadas na legislação trabalhista era, pois, um dos instrumentos utilizados pelo Governo para conter a luta de classes. Se estas iniciativas de institucionalização das relações de trabalho eram em alguns momentos justificadas por argumentos de cunho trabalhista... ficou claro que a preocupação fundamental era de "substituir a luta de classes, negativista e estéril, pelo conceito orgânico e justo da colaboração entre as classes, com severa atenção às condições econômicas do país e aos reclamos da justiça. A legislação trabalhista, portanto, representa o ponto de encontro da ação política do sindicato e do Estado; isto é, ela é tratada neste trabalho como o resultado de relação política entre o sindicato, o Estado e o patronato"²⁵.

Para o Estado brasileiro, o movimento sindical deveria se comportar com sendo parte de um corpo, onde o Estado representava a cabeça pensante, tanto na perspectiva da legislação trabalhista como sindical. Esta idéia de corpo criou no movimento problemas que vêm rolando há décadas. É o corporativismo²⁶, criador de uma cultura sindical onde os dirigentes se fecham dentro de sua categoria, sendo difícil pensar ações políticas de ordem mais geral. Este isolamento por categoria também é verificado na forma de construção das estruturas sindicais. Os sindicatos organizam-se nos municípios, em Federações Estaduais e Confederações Nacionais, sempre da mesma categoria. Com o

25. MARTINS, Heloisa. *idem*, p.37.

26. Sobre o corporativismo sindical ver: MARTINS, Heloisa H.T. de Souza. *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1979; RODRIGUES, Roberto Martins: *O declínio do sindicalismo corporativo*. In: *Revista IUPERJ "Sindicalismo e Democracia"*, nº 3 e VIENA, Luiz Werneck, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, 3ª edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro-RJ, 1980.

imposto sindical não faltava dinheiro a estas entidades, encastelavam-se diretores por anos e anos. Esta dependência do imposto sindical criou uma casta de dirigentes profissionalizados que não deixavam o cargo para novas lideranças. Estes são os tradicionais "pelegos", amaciadores dos conflitos existentes entre trabalho e capital.

Os dirigentes acabariam fazendo tarefas do Estado (aposentadoria do trabalhador e mais tarde assistência médico-odontológica, por exemplo) e não o papel de defender os interesses de sua classe em conflito com o capital.

Ainda neste período, com o golpe militar de 1964, foi imposta ao sindicalismo brasileiro outra tarefa do Estado. Administrar postos de saúdes que eram de responsabilidade da previdência social. De 30 a 64 o movimento sindical transformou-se em colaborador de classe, através da ideologia da visão corporativa, e da manutenção financeira dos sindicatos através do imposto sindical. De 1964 até o final da década de 70, o regime militar impôs-lhe a tarefa de funcionar como posto de saúde. Os vários governos instalaram em sindicatos grandes e pequenos, urbanos e rurais, através de convênios, postos de atendimento médico - odontológico. O movimento sindical se ocupava da papelada burocrática para prestação de contas no Ministério do Trabalho e fichas médicas para o Ministério da Saúde. Transformou-se em braço do Estado nestes campos de políticas públicas.

As relações trabalho capital ficaram a cargo do Estado, ou de pequenas ações clandestinas em sindicatos que sobreviveram às intervenções. Foi um longo período de trabalho miúdo, feito pelos sindicatos urbanos. Reuniões clandestinas dentro de Igrejas e casas dos dirigentes até chegar a "hora" da grande greve dos Metalúrgicos no ABC paulista em 1978.

Com a conquista do direito de sindicalização em 1962, os trabalhadores rurais e alguns aliados (Ligas Camponesas, Partido Comunista e Igreja Católica) passaram a organizar os sindicatos de trabalhadores rurais-STRs por todo o Brasil. Em 1963 criaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG. Os militares cassaram seus líderes em 1964, que retornaram à atividade sindical somente em 1968. Houve um processo eleitoral em que o grupo de oposição sindical, liderados pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, ganhou as eleições e passou a fazer um trabalho nas bases sindicais dos Estados.

*"Mas o grande responsável pela formação de novas entidades, na década de 60, foi o meio rural. Nesses anos, foram criados nada menos do que 1.032 sindicatos rurais agrupando indistintamente pequenos proprietários e trabalhadores assalariados... e, ao contrário do que se poderia imaginar, prosseguiu aceleradamente na década de 70, durante o regime militar quando foram formados 1.211 novos sindicatos"*²⁷.

Os STRs expandiram sua ação em pleno regime militar repressivo. Um dos motivos foi a política adotada pelos militares em "dividir" tarefas com os dirigentes sindicais. Na verdade o regime estimulava a fundação destes sindicatos, utilizando funcionários do INCRA para incentivar os trabalhadores a este tipo de trabalho. Em seguida o governo instalava ambulatórios médico-odontológicos na maioria destas entidades, transformando-as em extensão assistencial. Um outro motivo foi a ação da Igreja Católica que absorveu parte dos militantes de esquerda que, com os agentes de pastoral, atuaram na fundação de novas entidades sindicais, buscando consolidar espaços de oposição à ação militar neste setor social.

Numa terceira fase temos

*"o reaparecimento do sindicato como um ator político importante, em fins da década de 70, com a eclosão de uma série de greves na região do ABC paulista. (...) Como em toda parte, o sindicalismo brasileiro dificilmente poderia afirmar-se fora de um contexto de rebeldia e conflito que se iniciou no final do governo Geisel. (...) A partir daí, durante toda a década de 80, a mobilização sindical prosseguiu quase ininterruptamente através da criação de novos organismos de coordenação e por uma pressão reivindicatória constante"*²⁸.

Nos anos 80 foram criadas centrais sindicais, coordenações nacionais de sindicatos, como, por exemplo, Comando Nacional das Classes Trabalhadoras-CONCLAT, Central Geral dos Trabalhadores-CGT, Central Latinoamericana dos Trabalhadores-CLAT, Força Sindical-FS e Central Única dos Trabalhadores-CUT. Não analisaremos cada uma dessas organizações, porque extrapolaria em muito os limites deste estudo. A referência porém, é importante para demonstrar a retomada organizativa e de caráter nacional do movimento sindical.

Destacamos a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, em agosto de 1983, pois foi a primeira a ser criada e enfrentou a perseguição dos militares. De um lado, o governo pressionava os patrões para não reconhecer a CUT como interlocutora dos trabalhadores. De

27. FERRETTI, Leoncio Martins: O declínio do sindicalismo corporativo. In: Revista IBASE, 'Sindicatos e Democracia', vol. 3, p. 18.

28. FERRETTI, Leoncio Martins. Idem, p. 13.

outro lado, o mesmo governo não reconhecia a Central como entidade sindical. Com isso procurava inviabilizar seu registro para trâmites administrativos, como por exemplo receber contribuições de filiados, abrir conta bancária, imprimir jornais e panfletos. Hoje ela é a maior Central da América Latina, com quase 3.000 sindicatos filiados, representando cerca de 17 milhões de trabalhadores em suas bases.

Com o processo de modernização tecnológica (automação, informatização, just-in-time, qualidade total, terceirização) e as novas formas de organização do trabalho (células de produção ou grupo de trabalho, trabalhador polivalente, sistemas participativos, círculos de controle de qualidade...) está havendo mudanças na qualidade das lutas sindicais. Podemos identificar estas mudanças como uma nova fase sindical. Esta ocorrendo um esvaziamento dos sindicatos devido às crises de atividades (sobre este esvaziamento ver cap. IV), falta de entendimento sobre os caminhos das relações entre o trabalho e o capital. Alguns dados e reflexões a este assunto trataremos no quarto capítulo deste estudo. Os sindicatos, com raras exceções, estão totalmente atrasados na reflexão de sua prática. As lideranças apresentam pautas de reivindicações em cima de salário. As empresas estão demitindo, selecionando, qualificando sua mão-de-obra para "participarem" do processo produtivo. Os sindicatos não sabem o que fazer com a massa de desempregados estruturais causadas por esse processo e pela recessão brasileira. Também o Estado não sabe o que fazer, deixando de intervir na economia como outrora, deixa de assistir a milhões de cidadãos.

Nesta quarta fase, o movimento sindical está numa encruzilhada. Deve enfrentar os problemas da modernização tecnológica ou estará superado enquanto organizador da ação do trabalho na luta com o capital.

É claro que estes movimentos mais avançados do capital não são ainda homogêneos. A totalidade das empresas do setor agropecuário, comércio, bancos, setores públicos, não estão dentro desta lógica "moderna". Os sindicatos vivem num momento em que o novo padrão convive com velhas estruturas produtivas. Sem dúvida, isto aumenta a situação de confusão sindical, dificultando a ação dos dirigentes.

4.2. Movimento Sindical: Ação sindical em Goianésia e Goiás

As atividades sindicais em Goianésia trazem as marcas do segundo período sindical brasileiro. Não conseguiu superar a visão burocrática e

legalista na sua ação. Os trabalhadores vêem a direção do STR como sendo o sindicato. Também os dirigentes vêem assim. A visão de que sindicato é a união da categoria para enfrentar o capital e reivindicar melhores condições de trabalho e vida, ainda não faz parte da ação do sindicato. Há uma forte tendência corporativa nestes atores sociais. Não buscam alianças com outras categorias nos momentos fortes de ação sindical, restringindo o trabalho aos canavieiros.

Ao mesmo tempo que temos um sindicato de cunho burocrático-assitencial, nas usinas há uma mistura de situações. Como vimos acima, lá convivem os novos modelos de gerenciamento de mão-de-obra, implantação de tecnologias avançadas e necessidade de trabalhadores braçais. Os dirigentes sindicais não sabem como lidar com esta complexidade e diversidade. Existem duas linhas de práticas bem distintas, seguindo a dicotomia da compreensão apresentada pelo presidente do sindicato. O tom marcante na sua reflexão em janeiro de 94 foi o da falta de consciência dos trabalhadores para a atuação no confronto com os patrões.

Em três itens o presidente do STR de Goianésia faz a mesma avaliação dos trabalhadores de sua base sindical: 1) perguntado sobre as delegacias sindicais nos canaviais, respondeu que, por falta de consciência, os trabalhadores não fazem as assembléias para a instituição do delegado; 2) sobre direitos trabalhistas, diz que não há reclamações pelo mesmo motivo; 3) os trabalhadores acreditam mais na empresa pelo que ela oferece, (o clube de lazer por exemplo) do que a consciência de que todos os trabalhadores são explorados por ela. Estas reflexões nos levam a pensar que quem tem uma prática anti-sindical são os trabalhadores por falta de clareza. Os sindicalistas estariam, portanto, isentos desse processo.

Na outra ponta da questão vêm as ações diretas e enfrentamentos, onde o instinto de sobrevivência fala mais alto. Não está em jogo a conquista da consciência política ou mesmo da construção da identidade de uma classe para si. Estamos no terreno da classe em si. É hora de negociação, de ganhar mais salário, de "garantir" a sobrevivência para o resto do ano, como trabalhadores safristas ou sazonais, mas é hora também de dizer onde estão os limites da exploração e perseguição.

A partir da última semana de abril até o final da safra em novembro, Goianésia conta com um contingente de aproximadamente 2.200 (dois mil e duzentos) cortadores de cana nas duas usinas. A circulação

de dinheiro é maior, conforme afirmou o gerente administrativo da Usina Jalles Machado. Também o STR recebe recursos advindos da taxa assistencial, cobrada de cada cortador de cana no ato do fechamento da Convenção Coletiva. Este período é marcado por uma movimentação grande no STR. Os canaviais são visitados e a fiscalização sobre cumprimento da Convenção é a tônica desta ação. Segundo o presidente do sindicato é nesta hora que o trabalhador vê a importância do movimento.

Nesta segunda forma de refletir a ação sindical, os dirigentes são pressionados pelas circunstâncias, provocando uma inserção mais agressiva. O discurso é garantir maiores salários, deliberar sobre greves, estar atentos aos mecanismos de seleção do pessoal, exigir ferramentas e equipamentos de qualidade para o trabalho.

Porém, estes conflitos não podem ser considerados como sendo de uma conquista de consciência de classê. Também não é uma ação renovadora da prática sindical. Nestes anos de existência das mesas de negociação e das Convenções Coletivas, não houve avanços institucionais importantes, como por exemplo mudanças das estruturas e práticas sindicais, como ocorreu em São Paulo. Ali, lutas já aconteciam antes mesmo de substituírem os tradicionais sindicatos dos trabalhadores rurais, (com base em duas categorias, os assalariados e os pequenos produtores) fundarem sindicatos de assalariados.

"O processo de lutas dos trabalhadores da região de Ribeirão, foi muito importante devido à construção da identidade política dos assalariados rurais, bem como às denúncias das condições de vida e trabalho... E no bojo das lutas, que ocorrem não apenas nos momentos de greve, que os trabalhadores rurais vão se identificando como uma categoria social, com reivindicações próprias, específicas que os tornam diferentes dos demais trabalhadores rurais"²⁹.

Este processo de organização e lutas levou os assalariados da cana a fundarem sindicatos próprios em vários municípios, chegando mesmo à criação da Federação Estadual Trabalhadores Assalariados no Estado de São Paulo - FERAESP.

Por enquanto, assistimos em Goianésia a realização de conflitos parciais e camuflados. Há uma incidência muito forte da história da cidade neste processo. Como vimos anteriormente, os conflitos surgidos

29. ALVES, Francisco J. da Costa. *Modernização da Agricultura e Sindicalismo: Lutas dos trabalhadores assalariados rurais da Região canavieira de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado, UNICAMP - Campinas - SP, 1991, p. 100.

desde a origem do povoado às margem do córrego "Calção de Couro" até recentemente, foram de divergências partidárias. Estes não chegaram a tornar-se, sequer de ordem política, pois a forma de entender as relações entre as famílias de Laurentino e Otavio Lage contra as famílias de Salvador Leite tinham a mesma matriz. Não havia oposição à estrutura social por parte de outros atores que colocassem em cheque o poder econômico destas famílias.

Por mais que tenham acontecido várias greves na cidade, elas estavam dentro do marco da "participação consentida", onde a ação dos trabalhadores não chegava a ameaçar qualquer projeto do capital local. Este fato evitava e evita a participação política dos trabalhadores na vida da cidade. Os conflitos se restringem à atividade sindical. Não criam consciência em um conjunto de trabalhadores e dirigentes que lhes possibilitem influenciar os rumos da economia e da política em Goianésia. Os conflitos, as vitórias por melhores salários e por vantagens sociais nas Convenções, propulsores de consciência, foram abafados ainda no limite da concessão empresarial, como se o fato das usinas aceitarem as Convenções e cumprirem-nas em parte fosse o suficiente para atender as demandas dos trabalhadores.

Como os dirigentes sindicais vivenciaram uma experiência de sindicato muito limitada, despolitizada, as greves e as ações sindicais estão no marco da "participação consentida". Há aqui uma grande coincidência. Tanto os patrões como os trabalhadores agem movidos pela necessidade de reprodução da mão-de-obra enquanto tal. Não há, ainda, projeto político que dê conta de superar esta reprodução que só beneficia o capital.

Nos dez anos de Convenções Coletivas no Estado de Goiás, pode-se perceber um conjunto de movimentos bastante disformes nas relações de trabalho das áreas de cana. A princípio as reivindicações dos cortadores correspondiam apenas a algumas exigências de cumprimento legal. No geral se compararmos os três temas das negociações, todos são garantidos na Constituição Federal e na CLT³⁰. As usinas de Goianésia, em especial a "Jalles Machado" criaram um método de relação entre capital e trabalho muito mais eficiente e moderno que a própria Convenção assinada. A construção do clube social, a farmácia interna, o preço das refeições escalonados de acordo com os salários, a seleção dos cortadores de uma safra para outra, deixou um campo aberto para o

30. Digamos que a ação sindical vai, a duras penas traduzindo em realidade para a vida dos trabalhadores o que antes era letra morta no texto da lei.

controle e domínio da usina sobre os trabalhadores. Este movimento não é um privilégio de Goianésia, há uma política nacional das usinas para conduzir o processo.

"No geral este conjunto de melhorias - implantação de postos médicos, escolas, clubes para lazer, alojamentos, agrovilas, alimentação - só pode ser entendido no contexto das transformações nas relações de trabalho da lavoura canavieira, da implantação de novos mecanismos de controle e gestão da força de trabalho, em busca da "eficiência" na produção. Entretanto, essas mudanças não atingem a todos o tempo todo, seguem a lógica da sazonalidade e da menor oferta de mão-de-obra especializada"³¹.

No ano de 1993 o processo de seleção de pessoal foi grande, onde poucas mulheres e menores foram selecionados. A seletividade está tomando um caminho mais refinado, não só as mulheres e crianças estão perdendo os seus empregos. Sobre este assunto o presidente do STR diz:

"a questão da assistência social, nós do STR, o que temos percebido é que a assistência que ela dá é somente para ficar com o "retrato" do trabalhador no fichário da empresa. Isto é, se o trabalhador começa a fazer muita consulta, como é contratado por tempo determinado, no próximo contrato a cara dele é a ficha dele no fichário. Então eles (a usina) vão ver a situação, talvez no campo de trabalho ele possa ser um humilde que correspondeu com as exigências da empresa, mas lá com o médico da empresa ele fez muita consulta. Eles não querem, e como tem muita mão-de-obra sobrando, então aí vem a dispensa na próxima safra (...). Quer dizer, eles estão fazendo uma seleção de dentro para fora da empresa, o que é uma questão muito séria".

O refinamento da seleção de pessoal está passando pelo controle da situação física de cada trabalhador. Como as fichas são feitas por computador é muito simples controlar a situação de milhares de cortadores de cana por safra. A lógica do capital é de que com os elevados investimentos em tecnologia agrícola e mecânica não se pode perder tempo na produção. Se alguns canavieiros estão com problemas físicos, eles podem fazer baixar o rendimento desejado em relação ao investimento feito. *"Após os elevados investimentos realizados para aumentar o rendimento agrícola, perdas provocadas pela desqualificação da mão-de-obra são inadmissíveis"*³².

A complexidade deste processo nos leva a ver nas relações criadas pelas usinas, nas mudanças de sua forma de produção, uma nova ordem "pedagógica", um novo tipo de poder e controle. Os trabalhadores vêm e

31. NOVAES, José Roberto P. Modernização, relações de trabalho e Poder. Um estudo das transformações recentes na agroindústria canavieira do Nordeste. Tese doutorado, UNICAMP - Campinas-SP, 1993, p. 181.

32. NOVAES, José R. op. cit, p. 176.

os sindicalistas percebem que há diferenças no trato das usinas com eles. As vantagens nas áreas de saúde, lazer e educação são analisadas, por eles, como forma de ampliar a exploração. Percebem que houve aumento de produtividade mas isso não está revertendo em ganho para os trabalhadores. Na verdade o capital reorganiza pedagogicamente o trabalho através da modernização técnica e da qualificação da mão-de-obra, controlando a qualidade do produto e ampliando a produtividade. De quebra, faz o discurso ideológico do "bom provedor" de benefícios. O sindicato não consegue criar alternativas para este processo. O capital criou um modelo de domínio e obediência que coopta os trabalhadores, não havendo necessidade de recorrer às tradicionais pressão "violentas" que ocorriam no passado mais recente (décadas de 70-80). Esta cooptação acontece porque os dirigentes e os trabalhadores não entendem o processo ou porque estão numa situação de correlação de forças muito desfavorável, de um lado e de outro a perspectiva de classe em si ainda é predominante entre eles.

O STR de Goianésia e mesmo a FETAEG, representantes dos trabalhadores, lêem as mudanças ocorridas nas relações de produção, porém vivenciam as aparências das relações entre capital e trabalho, como se a assinatura das Convenções fosse resolver as contradições inerentes ao processo.

As atividades do STR local frente ao cumprimento das cláusulas negociadas foram débeis, especialmente em relação à seleção de pessoal, o que não levou em conta a cláusula que proíbe a discriminação de pessoal por idade e sexo. Isto está ocorrendo na diminuição de contratação de mão-de-obra feminina. Este fato não é questionado pelo sindicato. Não existem, também, ações judiciais promovidas por trabalhadores contra as usinas. Isso poderia revelar que, pelo menos, a Convenção estava sendo cumprida. Destacamos as contradições apresentadas pelo próprio sindicato, onde o presidente afirma que há descumprimento deliberado das usinas e os trabalhadores não exigem seus direitos por medo de perderem o emprego ou por não encontrarem apoio no STR.

Há, porém, casos mais graves. O sr. Joeli dos Reis de Moura Ribeiro³³, trabalhou dois anos na usina "Jalles Machado" (89 e 90). Quando perguntado sobre o registro em carteira de trabalho, ele respondeu que não tinha. Sobre os direitos trabalhistas, disse que trabalhou numa safra de capina e em outra no corte de cana. Como não

33. Entrevista realizada na casa do trabalhador em 26.01.94 (ver também documentos anexos sobre o caso).

tinha "registro", quando foi dispensado, só recebeu as semanas que trabalhou. Nada de 130 salário proporcional, férias, FGTS. Apenas a produção feita. Depois disso trabalhou mais dois anos na usina Monteiro de Barros. Ali, no primeiro ano, foi sem registro, tendo assinado o contrato de trabalho no ano seguinte. Por problemas de saúde, teve que entrar com pedido de aposentadoria por invalidez. Foi diagnosticado como portador de chagas e bronquite. O médico pediu seu afastamento de trabalhos pesados. Após o diagnóstico médico, foi demitido. Porém, por sua própria iniciativa, não deixou que a usina desse "baixa" em seu documento de trabalho. Joeli procurou o STR de Goianésia, porém, não conseguiu nada em defesa de seus direitos. Segundo o cortador de cana, no STR local

"falaram que eu só tinha direito depois de um ano e meio de pagar o INSS, e como eu não pagava, não tinha direito a nada. Mas eu vinha pagando porque eles descontavam, mesmo sem ser "fichado".

O cumprimento das Convenções deve ser considerado em partes. Na fala dos dirigentes sindicais fica explícito o descumprimento. Francisco, presidente do STR de Goianésia, diz: *"a Convenção, se o STR não estiver de cima, cobrando aquilo que é prioritário, infelizmente não é respeitada"*. O vice-presidente da FETAEG, Alair Luiz dos Santos argumenta: *"O cumprimento não é sistemático, o patrão quando negocia, ele vem pensando em descumprir a Convenção. O STR é que tem que ficar cobrando"*. Percebe-se que as usinas respeitam as tabelas de preço. O restante da Convenção só é cumprida se houver fiscalização. Os tipos de cana, acordados nas Convenções, são definidos e classificados pelos fiscais ou gerentes e tem havido reclamações de que eles fixam preços de linhas de cana abaixo dos reais. Os cortadores apenas acompanham estes fatos.

O descumprimento da Convenção se torna ainda mais evidente quando, através dos Jornais vemos notícias de trabalho escravo e acidentes com caminhões de boias-fria. Em junho de 1993, a FETAEG denunciou a existência de 1.600 canavieiros em condições de escravos nas Usina Primavera, Destilaria Nova União e Destilaria Serranópolis, na região sudoeste do Estado³⁴. Os cortadores foram trazidos de outros Estados e não recebiam seus direitos assegurados nas Convenções. Em 1994, ocorreram dois graves acidentes de caminhões com bóias-fria. Um

34. Jornal "O Popular", dia 20.06.93 p. 1B.

em 28 de janeiro, no município de Rio Verde, no sudoeste goiano, que resultou na morte de 12 pessoas, e 37 ficaram feridas³⁵. O motorista não era habilitado e o caminhão estava sem freio em um dos lados. Outro, no dia 01 de março/94, no município de Edéalina, com saldo de um morto e 19 feridos³⁶. Apesar destes acidentes terem ocorrido com trabalhadores das lavouras de algodão, a referência se faz necessária, pois são os mesmos que cortam cana no período da safra desta cultura. Nesta região do Estado é comum o mesmo trabalhador ser encontrado em vários tipos de serviços rurais, entre o final de uma safra e o início de outra.

No algodão não existe, ainda, mesas de negociações. Mas os veículos de transportes são os mesmos que transportam parte dos cortadores de cana na safra desta cultura. Os riscos também são os mesmos. O pior fica por conta da ineficiência do STR local. Não desenvolveram ações contra esta prática criminosa de transporte de pessoas em condições inadequadas. A argumentação sindical foi de que os trabalhadores não estão organizados. No geral isto procede. Eles mesmos aceitam os riscos, aceitam que o transporte é mais uma "aventura" do dia-a-dia pela sobrevivência.

Vivemos uma situação dupla na questão do descumprimento das Convenções. De um lado as empresas usam alta tecnologia em relação ao desenvolvimento industrial e agrícola. De outro, trata a mão-de-obra rural como se os trabalhadores fossem animais de carga, ou escravos. Apesar da alta tecnologia o capital necessita do trabalho manual. Ainda não conseguiu substituí-lo na sua totalidade. Mas em alguns casos, relaciona-se com ele como se estivesse no período da acumulação primitiva. O velho sistema de exploração e atraso tecnológico está presente com novos modelos. Convivemos, por isso, com as conseqüências das relações velho-novo num mesmo espaço de tempo e mesma região geográfica.

Os trabalhadores e seus representantes sindicais, não conseguem ler nestas relações a criação pelas usinas de uma nova divisão do trabalho. Há três categorias distintas nas agroindústrias canavieiras. Trabalhadores da administração, indústria e lavouras. Um não tem relação com outro, não entende o trabalho do outro e internamente há hierarquias distintas entre elas. No entanto, cada setor domina a totalidade de seu trabalho. Como já vimos, na preparação de trabalhadores polivalentes, as usinas treinam os setores dando-lhes

35. Jornal "O Popular", dia 29.01.94 p. 6

36. Jornal "O Popular", dia 02.03.94 p. 6

conhecimento de todo o seu processo. A compreensão do processo total, até se chegar ao produto final, fica sob o controle do capital.

Com a superação de velhas relações de poder e compadrio o capital modifica métodos de escolha de contratação de mão-de-obra. Os que detêm conhecimentos científicos são procurados para chefiar setores de produção e de recursos humanos, estabelecem vínculos produtivos com os outros empregados. Os que detêm conhecimentos limitados, mas o suficiente para manusear máquinas, serão selecionados para a indústria. Finalmente quem consegue carregar um podão cortará cana. Uns pensam a organização do trabalho, outros cumprem as determinações destes. Esse processo que não é novidade pode até parecer totalmente superado nos centros urbanos industrializados. Em se tratando de áreas rurais do Brasil, mais especificamente no Centro-Oeste, é uma transformação de caráter estrutural. Se levarmos em conta que em municípios como Goianésia as duas usinas controlam quase 20% dos empregos diretos e que até o fim da década de 70 as relações se estabeleciam numa dinâmica de conhecimento pessoal e direto entre as partes, no apadrinhamento político ou compadrio, veremos o tamanho das mudanças na esfera cultural. Estamos, assistindo neste processo, como o capital está urbanizando o rural, onde se constroi, diferentemente do passado relações de domínio e obediência na vida das pessoas sob formas mais difusas e dissimuladas.

As novas relações exigem produtividade, discriminação sexual, pois a eficiência se relaciona com a força e esta com a idade e o sexo. Exigem também conhecimento técnico e relações impessoais. Há um deslocamento dos atores sociais da velha cultura de proprietários de terras e peões para divisão do trabalho a partir da tecnificação. Em vez de se ter um "feitor" ou um compadre, os complexos treinam administradores impessoais, geralmente são formados em universidades nas capitais, que voltam ao interior em cargos de chefias ou mesmo secundaristas, recém saídos do ensino médio, mais experientes que recebem cursos especializados em "Recursos Humanos".

Aquí reside uma novidade no tocante à organização do trabalho e ao seu rendimento. Com esse novo gerenciamento e relações impessoais aumenta-se a produtividade e a qualidade do trabalho, gerando ganhos maiores ao capital, diminuindo a quantidade necessária de trabalho e mão-de-obra.

O cortador de cana tem saudades do tempo em que os feriados de dias santos eram respeitados por todos. Fala dos tempos em que os

fazendeiros davam presentes aos filhos. O STR deposita sua esperança no cumprimento da Convenção com a argumentação de que este é um documento onde os patrões "prometeram" dar alguns favores aos trabalhadores. A realidade está invertida. As empresas rompem com tradições culturais, coletivizam a seleção de pessoal e a exigência de produtividade, enquanto o movimento sindical e os trabalhadores relembram velhas estruturas sociais baseadas na pequena produção, onde cada trabalhador era livre para definir os dias em que iam ou não ao trabalho. Com a modernização das unidades industriais, num primeiro momento, e da parte agrícola num segundo momento, o capital superou formas tradicionais de organização do trabalho.

A ação do STR de Goianésia pauta-se por dois caminhos bem distintos. De um lado, o sindicato tem uma diretoria pouco coesa, confundindo seus papéis. Ora age como dirigente de uma categoria profissional, lutando por salários e fazendo greves para isso, ora reproduz o discurso das usinas sobre o cumprimento da Convenção em seus aspectos mais gerais, onde os trabalhadores não lutam por direitos por medo de perderem o emprego. O sindicato de Goianésia ainda não percebeu que a ação organizativa das usinas já está num estágio superior ao que é estabelecido pela Convenção.

O outro lado diz respeito à construção de uma "identidade coletiva" de ação. Os cortadores de cana de Goianésia e as lideranças sindicais, não se libertaram da história passada da cidade e conseqüentemente não criaram sua própria história, seja através das greves surgidas nos períodos de negociação, seja nos enfrentamentos do dia-a-dia travados nos canaviais. É necessária a compreensão de que uma classe social se liberta da outra no momento em que ela se entende diferente da outra. Francisco J. Costa Alves, em sua tese de doutorado, analisa a constituição da classe dos assalariados na região de Ribeirão Preto da seguinte forma:

"não basta a afirmação genérica de que os trabalhadores assalariados volantes compõem a classe operária brasileira. É importante, aqui ir além desta afirmação para tentar entender como esta categoria vai tomando consciência deste fato, ou seja, que ela, juntamente com os demais segmentos de trabalhadores expropriados dos meios de produção, compõem a classe operária. Para esta finalidade, é necessária a introdução do conceito de identidade de classe. Isto porque consideramos que, assim como a existência do trabalho assalariado na região de Ribeirão é resultado do processo de modernização da agricultura, a identidade de classe destes trabalhadores assalariados também vai se constituindo em razão das lutas e

*dos enfrentamentos ao processo de modernização, dirigido pela classe capitalista, do qual a própria categoria é resultado*³⁷.

No caso de Goianésia, chamamos a atenção para um movimento que ainda não atingiu este estágio. A classe ainda não se identificou enquanto tal. Sua ação está quase nos "limites" da intuição. Melhores salários têm lhes dado apenas a possibilidade de se reproduzirem enquanto cortadores de cana. Porém, destaca-se que este processo não é uma expressão de desejos, e a partir daí tornar-se ou não uma classe para si. As relações entre trabalho e capital são demarcadas por determinantes de correlação de forças. Portanto, não basta querer ser uma classe é preciso criar as condições concretas para fazê-lo.

5. Conclusão:

1. Como foi destacado pelo movimento sindical e também pelas usinas, as Convenções Coletivas surgem para normatizar e disciplinar as relações de trabalho. Revê e melhora a legislação brasileira feita em 1943 através da CLT. Porém se não houver uma decidida fiscalização sindical, as usinas desrespeitam o compromisso assinado;

2. Durante dez anos o conteúdo das Convenções sofreu melhorias pontuais, por exemplo cláusulas sobre transporte, uso de agrotóxicos, ferramentas e equipamento de proteção. Ainda não houve mudanças estruturais. As cláusulas econômicas se mantêm as mesmas. O ganho por produção que coloca a força física do trabalhador como elemento central na contratação da mão-de-obra, é um dos exemplos. O movimento sindical não pôs na ordem do dia as discussões sobre: estabilidade no trabalho para os safristas; participação salarial por rendimento e produtividade;

3. O conteúdo geral da Convenção não contempla, ainda, as novas relações de trabalho. Ou seja, como as mudanças vem ocorrendo de forma veloz, porém não homogêneas, uma massa grande de trabalhadores está ficando sem trabalho. A questão seria: como evitar problemas de ordem social, num contexto de desemprego estrutural?

4. O modelo de desenvolvimento econômico adotado pelas usinas, mesmo que de forma desigual em várias unidades, é o responsável pela exclusão da mão-de-obra. Isso deveria ser tratado nas mesas de negociação. Os trabalhadores tomarem a iniciativa de exigir readequação

entre modernização tecnológicas/qualificação do trabalhador com níveis de emprego, ganho real;

5. O movimento sindical está preso às Convenções, como se elas possibilitassem a reprodução do canavieiro enquanto canavieiro. A ação sindical, em muitas áreas se restringiu a fiscalização, não superando os estreitos limites das cláusulas acordadas;

6. Sem a prática anual das mesas de negociação, a situação dos trabalhadores seria pior. Neste sentido a Convenção, apesar de seus limites trouxe benefícios aos canavieiros;

7. A experiência de ação sindical de Goianésia chama atenção por dois motivos: 1. reproduz, entre os trabalhadores, a experiência da história de poder local. Inexiste uma atuação claramente de confronto. A classe dominante consegue manter as ações sindicais dentro da "participação consentida". Isso é o marco, por enquanto, da história local; e 2. Ali encontramos bons índices de cumprimento da Convenção. Isso deve-se à atuação fiscalizadora do STR, ao mesmo tempo que também está ligado ao discurso geral da usina Jalles Machado em não querer baixar a produtividade geral por causa de questões trabalhistas ou acordadas nas Convenções;

8. Em Goianésia, a usina Jalles Machado vem criando espaços de lazer, educação e saúde que superam cláusulas da Convenção. Atua na linha de políticas públicas, atingindo um seletivo número de trabalhadores. Isso por um lado substitui o papel do Estado, nestas áreas, por outro neutraliza, em parte a ação sindical, e terceiro, vai aos poucos constituindo no interior da categoria dos canavieiros uma casta diferenciada, "um seletivo número de trabalhadores" que tem acesso aos serviços. O que é um respeitável obstáculo à consolidação de uma identidade de classe.

9. Apesar das empresas atingirem um pequeno número de indivíduos em suas "políticas públicas", e apesar do Estado passar por um processo de desmonte lento - campo em que os analistas sociais ainda não aprofundaram suas reflexões - é necessário um estudo sobre as causas de tal substituição, levando-se em conta que milhões de cidadãos estão fora destes "benefícios" empresariais, e poderão ficar fora do atendimento de um Estado projetado para ser pequeno. "Estado Mínimo".

CAPÍTULO IV

Alguns elementos de reflexão sobre as conseqüências do atual modelo de desenvolvimento e a ação sindical.

*Disse, e fitou o operário
Que olhava e que refletia
Mas o que via o operário
O patrão nunca veria.
O operário via as casas
E dentro das estruturas
Via coisas, objetos
Produtos, manufaturas.
Via tudo o que fazia
O lucro de seu patrão
Em cada coisa que via
Misteriosamente havia
A marca de sua mão.
E o operário disse: Não!
--Loucura! --gritou o patrão
Não vês o que te dou eu?
--Mentira! --disse o operário
Não podes dar-me o que é meu.
(Vinicius de Moraes)*

A modernização, retomada aqui enquanto processo de transformação do capital na agricultura em seus níveis de inovações mecânicas, físico-químicas e biológica e, está vinculada ao progresso técnico desenvolvido pelo capitalismo para subordinar o trabalho ao capital, bem como subordinar um conjunto de forças da natureza, para que elas não inibam ou atrazem o processo de valorização do capital¹. Ela está a serviço do capital desenvolvendo uma política de ampliação das possibilidades de exploração da mão-de-obra.

"Assim, é óbvio que a modernização não resulta em melhores condições de trabalho e de vida, mas as inovações tecnológicas aperfeiçoam e sofisticam as formas de dominação e intensificam as formas de exploração da força de trabalho"².

1. ALVES, Francisco Jose da Costa: *Modernização da Agricultura e Sindicalismo: Lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto-SP* - Tese de Doutorado, Unicamp - Campinas - SP, 1991. pp. 27/28

2. NUÑES, José Roberto: *Modernização, Relações de Trabalho e poder, Um estudo das transformações ocorridas no agronegócio da canavieira do Nordeste*, Unicamp - Campinas - SP, 1977. pp. 10/11.

Nessa perspectiva, o modelo de desenvolvimento agrícola age como fonte inibidora do desenvolvimento do trabalho, como valorização de capital e, conseqüentemente concentração de renda. A modernização está realizando modificações estruturais na forma de organizar o trabalho e isso tem criado novos tipos de atividades ao mesmo tempo em que diminui a necessidade de outras. Porém, no geral, o que assistimos por enquanto é uma lenta mas constante substituição do trabalho manual pelo mecânico. Uma mudança nas relações trabalhistas mediatizadas por amizades e influências políticas e de poder, para outra relação mais seletiva e "qualificada", ou seja, racionais. Há nestes movimentos uma adaptação dos trabalhadores, apropriada às demandas das máquinas, moldando seus ritmos de trabalho às exigências das novas demandas.

Fruto desta adaptação é o surgimento de uma massa de desempregados, que não atendem às exigências de qualidade e produtividade do mercado de trabalho. Dois motivos são predominantes neste processo:

1. seletividade feita a partir de novos padrões de relações pessoais. Percebe-se que:

"uma das áreas das usinas que mais se modernizou, a partir do Pro-álcool, e mais especificamente a partir da década de 80, foi o setor de recursos humanos, ou departamento de pessoal das usinas. Os usineiros perceberam a necessidade de ter trabalhadores mais controlados pelas empresas, como forma de aumentar a produtividade do trabalho e diminuir as possibilidades de conflitos internos"³.

Este argumento é apresentado por Francisco Alves para analisar os efeitos do desemprego em Ribeirão Preto-SP. Assistimos a mesma conduta na prática atual das contratações de canavieiros em Goianésia, onde os anúncios pela rádio eram de seleção de pessoal. Ao mesmo tempo, estavam (e estão) fazendo acompanhamento da saúde física dos trabalhadores para definir contratação na safra seguinte;

2. contratação de trabalhadores polivalentes que tem completado o ciclo de seleção. As usinas têm escolhidos apenas aqueles que têm em suas fichas apontamentos de produtividade média ou boa e são capazes de trabalhar no plantio, capina, aplicação de agrotóxicos e colheita e ainda acompanhar o ritmo das máquinas agrícolas.

As conseqüências deste processo não são apenas a mera exclusão do mercado de trabalho de milhares de cortadores de cana (homens,

3. ALVES, FRANCISCO JOSÉ DA COSTA: *idem*, p. 90.

mulheres e crianças), no Nordeste, São Paulo ou Goiás, como vimos no 3º capítulo, mas o surgimento de novos segmentos sociais, que adquirem um caráter estrutural. A massa de desempregados, transformados em não-consumidores e não-trabalhadores entram na vida social pelas portas da informalização de suas relações. Ou seja, estão por aí, nas ruas, vendendo dias de serviços de tipos variados, vendendo doces, fazendo pequenos furtos. O estrutural deste segmento, é a condição de sua sobrevivência ser sempre informal. Sua reintegração (já que foram excluídos) não passará necessariamente pelo mercado formal de trabalho, pois o capital está selecionando os que são mais produtivos. Este novo setor é despreparado para as atividades agrícolas e industriais que modernizaram sua organização produtiva. Esta situação estrutural de desemprego e abundância de mão-de-obra, permite ao capital não se preocupar com a reposição da força física dos trabalhadores. O capital não tem uma preocupação com a reprodução do fator trabalho dentro deste seu novo modelo de desenvolvimento.

Não devemos apostar na tese do "fim da história". O caminho liberal e capitalista não venceu a humanidade. Tampouco é a única forma de organização social do trabalho. Ele está numa posição de força superior aos interesses gerais da sociedade. E isso implica que devemos conhecer os rumos apontados por ele e sua revolução tecnológica, para buscarmos saídas alternativas. O processo não é uniforme em todos os setores da sociedade. Há inclusive diferenças no tempo e no espaço de um processo modernizante dentro do mesmo setor. Exemplo disso são as usinas de Goianésia. Desde a capacidade de produção, passando pelo controle do trabalho, até rendimento médio nas lavouras existem diferenças muito grandes. A reflexão sobre os efeitos da modernização tecnológica capitalista devem ser vistas também num contexto de diferenças e de disputas internas.

Tendo em vista que a situação desfavorável dos trabalhadores não é uma particularidade de Goiás ou do Brasil e também não se dá apenas na agricultura, mas parte da indústria para a lavoura, apontamos outras situações.

Na Alemanha a Mercedes Benz há anos vem implantando em suas fábricas as novas técnicas de organizar o trabalho. Em Mannheim iniciaram a experiência com "Trabalho em Grupo", onde a colaboração dos operários era fator incondicional. O grupo fazia todo o trabalho que antes era dividido por várias seções. Logo veio o resultado do investimento em gerenciamento de mão-de-obra e novas tecnologias.

"Entre 1980 e 1982, o setor empregava mais de 200 funcionários; hoje, restam menos de 100, enquanto a quantidade de peças/tempo permanece o mesmo. A metade dos postos de trabalho foi erradicada graças ao emprego de novas tecnologias - máquinas CNC, por exemplo. O futuro da linha é nada promissor: a produção de um novo modelo de virabrequim, a partir de 1996, será realizada com apenas 60% da mão-de-obra atual"⁴.

Vejamos outro exemplo para ilustrar este quadro, nada consolador. A Toyota, fábrica japonesa de carros, tida como modelo de reorganização do trabalho, vem enfrentando duas graves crises neste início dos anos 90. Uma delas é a recessão vivida no Japão e em muitos países industrializados, que vem diminuindo as suas vendas. A segunda é que seu modelo de organização, "a produção enxuta" tem chegado aos seus limites⁵.

A fábrica Toyota localizada em Tahara, sofreu uma completa mudança, sendo redesenhada em 1990/91 para se tornar mais "humana". Quando visitada por um grupo de pesquisadores percebeu-se três graves problemas neste processo de mudança:

1. o setores de peças com prensas de até 5.200 toneladas são operados por robôs. *"O setor de prensas e a montagem bruta são 100% automatizados. Trabalhos insalubres e perigosos foram eliminados"*⁶.

2. A seleção da mão-de-obra foi tão intensa que 70% dos que ficaram tinham menos de 40 anos de idade. Os mais velhos foram demitidos e ou transferidos para as empresas fornecedoras da Toyota, onde recebem salários mais baixos.

3. O modelo "just-in-time", produção enxuta, entrou em crise. *"O diretor de recursos humanos da fábrica falou que a gerência rompeu com o pai do kaizen e do just-in-time - Taiichi Ohno - reintroduzindo estoques na linha de montagem"*⁷.

Além disso, os pesquisadores perguntaram quais as formas de participação dos trabalhadores japoneses no processo implantado em 90/91. A resposta obtida foi que não participaram dele. O conceito de participação é outra grande argumentação empresarial para implantação

4. HESS, Dieter, : A liberdade da camisa-de-força. In: Revista Integração, ano 3 nº 13- jul/ago-94, p.19 - órgão de divulgação do TIE-Centro de Troca de Informações sobre Empresas Multinacionais-São Paulo, tradução do texto:Marten Henschel. (D.Hess é delegado sindical da fábrica da Mercedes Benz em Mannheim-Alemanha).

5. Sobre as várias terminologias da reestruturação produtiva ver em anexo o glossário do DIEESE.

6. MOODY, Kim. Enxugamento da Toyota chega a seus limites. In. Revista Integração, idem, p.22.

7. MOODY, Kim. idem, p.22.

do novos métodos de produção, porém no caso da Toyota isso não ocorreu.

Os três fatos acima (Goiás, Alemanha e Japão) nos colocam dentro de uma lógica de reestruturação macro-econômica de escala global, onde, por enquanto, as definições desta lógica estão dadas pelo capital. Os movimentos de recuo da implantação modernizante são para reajustes momentâneos. No campo do enfrentamento entre interesses diversos, capital e trabalho, o primeiro é que está dando uma nova composição técnica e política ao processo produtivo, onde o segundo entra com sua força física e colaboração.

No caso brasileiro o Estado, como não poderia deixar de ser, vem tendo uma intervenção na discussão do tema da modernização, através da criação do Comitê Nacional da Qualidade e Produtividade-CNQP (1990). *"A coordenação executiva ficou a cargo do Ministério da Economia e outros três membros governamentais e três empresários completam o comitê"*⁸. O governo definiu como projetos iniciais prioritários uma política de propaganda relacionada com o assunto. Abrange: Prêmio Nacional de Qualidade e Produtividade, Plano Diretor de Marketing e Jornal do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade-PBQP. Este projeto visava buscar o apoio do setor empresarial à uma política oficial para a implantação desse programa.

A participação dos trabalhadores no programa do governo se daria numa etapa posterior, após a definição dos subcomitês gerais e setoriais⁹. Segundo o DIEESE, as representações dos trabalhadores deveriam estar atentas ao quadro da composição do Comitê, antes de aceitarem participar, pois as regras já estavam definidas pelo Estado e patronato. Ao mesmo tempo alertava para a necessidade de se ampliar a discussão sobre produtividade e qualidade e redistribuição de renda. A argumentação demonstra que

*"Os trabalhadores, ao longo do tempo, têm mostrado seu interesse em debater amplamente a questão da competitividade da economia brasileira, e sua transformação visando o bem-estar do conjunto da população. Nesse sentido, cabe debater objetivos e estratégias, negociar mudanças, explicitar pontos de concordância e de discordância em relação a medidas propostas, mas não cabe a "adesão" a um programa já desenhado por governo e empresariado, sem qualquer participação do movimento sindical"*¹⁰.

8. Boletim DIEESE, nº 130, ano XI, janeiro de 1992, p.29.

9. São cinco subcomitês: 1. Conscientização e Motivação para a Qualidade; 2. Desenvolvimento e Difusão de Métodos de Gestão; 3. Capacitação de Recursos Humanos; 4. Adequação de Serviços Tecnológicos e 5. Articulação entre Instituições.

10. Boletim DIEESE, nº 130, idem, p.31.

A reflexão do DIEESE, mais uma vez, nos mostra que o Estado age em benefício de uma classe, a dos empresários. Fez um programa nacional de modernização sem consultar os trabalhadores. Estes são os que tem vivido os problemas de ajustes desse modelo de desenvolvimento. São os que podem ficar sem trabalho e sem a devida capacitação para lutar por uma vaga no mercado.

2. Volta a Goianésia: como ler o processo de desenvolvimento

"Na concepção mais antiga e mais rica, o desenvolvimento desigual dizia respeito aos descompassos e tempos desiguais que separavam e contrapunham o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social (a exploração e a alienação do trabalhador explorado, o trabalho social e a apropriação privada dos resultados do trabalho assalariado)"¹¹.

Se olharmos apenas os resultados imediatos e concretos das Convenções, parecerá que os trabalhadores em geral e os cortadores de cana em particular sempre foram os perdedores no processo de construção das relações de trabalho. Há, em grande medida, um acúmulo de perdas nestas relações conflitivas. Mas na história geral do Estado, em particular de Goianésia, inexisteram momentos em que o ato de reivindicar era um fato comum. Goianésia tem uma história de ocupação muito particular.

Deste o princípio "reinou" a hegemonia dos proprietários de terra. A cidade nasceu a partir desta premissa. A ocupação dos espaços e das propriedades tiveram a sina de serem desfrutadas por poucos que coordenaram o processo de construção das riquezas locais. Os enfrentamentos e as contradições apareciam em forma de disputas partidárias, puramente administrativas. Não se tem registro de quaisquer transformações político-sociais advindas de conflitos entre trabalhadores e proprietários. Os momentos de maior tensão e conflitos na cidade foram os assassinatos de Laurentino Martins (UDN) e de Salvador Leite (PSD) em 1962, motivados por ocupações de terras na fazenda São Carlos e as greves reivindicativas dos cortadores de cana nos períodos mais recentes da história local, já na metade da década de 1980. O capital geriu os bens privados e públicos desde sempre no município de Goianésia.

11. MARTINS, José de Souza: A chegada do Estranho, Editora Hucitec, São Paulo, 1993, p.108.

A história das usinas está diretamente ligada às mesmas pessoas que controlavam as relações de trabalho, seja nas lavouras de café iniciadas na década de 50, seja no assalariamento moderno da década de 80.

A concretização do desenvolvimento desigual (econômico x social), a apropriação das riquezas e do trabalho alheio, acompanhou de forma direta esta história de domínio e controle. Se partirmos da modernização das usinas, e principalmente da Usina Jalles Machado, teremos um desenho muito próximo da afirmação do Prof. José de Souza Martins. As famílias chegaram à região com capital e experiência em lavouras de café. Trouxeram os trabalhadores e tecnologia de Minas Gerais. No período em que esta atividade foi altamente lucrativa com remessas do café para o porto de Santos, os proprietários controlavam e coordenavam a produção, ficando privatizados os lucros obtidos. Os trabalhadores conquistaram o direito de se reproduzirem enquanto mão-de-obra. Na falência da cultura cafeeira poucos conquistaram a "liberdade" frente ao assalariamento. Os que adquiriram pequenas propriedades entraram no mercado enquanto produtores de alimentos para dar suporte à nova cultura hegemônica: plantações de arroz para exportar aos grandes centros urbanos e posteriormente alimentar os produtores e assalariados da pecuária.

A imensa massa de desempregados do café transferiram-se para atividades urbanas, construção civil e outros serviços que requeriam baixa qualificação e conhecimento. A usina Monteiro de Barros, absorveu pouco trabalho direto. Somente com a política do Pro-álcool, a partir de 75, é que se ampliam os níveis de emprego. E com esse programa, como já vimos, foi concretizada a usina Jalles Machado.

A modernização trazida pelo capital, o desenvolvimento econômico, propiciado pelas agroindústrias do álcool e açúcar não resultaram em distribuição de renda¹². O máximo que se atingiu para um cortador de cana, em Goiás e Goianésia, foi o piso salarial de 1,35 salários mínimos na Convenção de 1994. Além disso, direito de "ter" equipamentos de trabalho e usufruir de um clube. Porém, com a tecnificação e gerenciamento de recursos humanos, o mercado de trabalho hoje é mais reduzido que a

12. Para se ter uma idéia da gravidade dos problemas surgidos com a concentração de renda, promovida pelo modelo de desenvolvimento adotado, a OAB-Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Goiás, em sua Comissão da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e Pela Vida, denuncia a existência em Goianésia de 3.068 famílias de cidadãos vivendo na condição de indigentes. Para fazer esta denúncia a OAB-GO se baseia nos dados obtidos pelo IBGE em sua Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar-PNAD de 1990/91. Segundo este Instituto é considerada indigente aquela família cuja renda corresponde no máximo ao valor de aquisição de uma cesta básica de alimentos que atende aos requisitos nutricionais

alguns anos atrás. A ressalva que se faz necessário destacar é que estes "benefícios" atingem um número reduzido de famílias, pois apenas os contratados pela usina Jalles Machado usufruem desta conquista.

Poderemos identificar alguns funcionários da administração e da indústria com salários mais elevados, mas isso não lhes permite vir a se transformarem em proprietários de seus meios de subsistência.

No processo inicial de seleção de pessoal, em 1983, ano de sua criação, a usina Jalles Machado treinou seu pessoal de atividade industrial com técnicos do SENAI-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Os trabalhadores apropriaram-se de alguns conhecimentos, mas não do processo todo. Ou seja, o pessoal da área industrial aprendeu a manusear máquinas e equipamentos para o processamento da matéria-prima e transformá-la em álcool ou açúcar, mas não se relacionou com o pessoal do campo, ou mesmo não sabia como eram cultivados os canaviais, tipos de cana e as suas variedades.

Quanto aos cortadores de cana, estes só vieram a receber maiores atenções à sua qualificação a partir do início da década de 90. Essa demanda surgiu com a implantação das novas variedades de cana, adaptação dos canaviais em linhas e espaçamentos para facilitar o trabalho das novas máquinas, irrigação, manejo de corte e empilhamento da cana, e ainda para facilitar o corte manual dos talhões. O trabalhador precisava se adaptar às estas mudanças, ao mesmo tempo que os altos investimentos criaram exigências na linha do aumento da produtividade da mão-de-obra. Sobre a qualificação do cortador de cana, o presidente do STR de Goianésia diz:

"a gente tem aproximadamente 2.200 pessoas (canavieiros). Aumentou do ano passado para cá porque aumentaram as áreas de cana plantada (...) A gente sabe que o interesse deles, principalmente na usina Jalles Machado, como já citei, é que em 1997 tenha a produção dobrada frente a 85. Quer dizer, isso mostra que o crescimento da área de cana do município de Goianésia esta sendo muito elevado pelo que eles mesmo têm dito. Outra coisa importante que é bom ressaltar é a produção. A média de cada cortador: eles disseram que o trabalhador hoje corta em média 8 toneladas de cana. Eles consideram uma média muito boa. Isso mostra que realmente com a seleção de mão-de-obra que eles fizeram não tem mais a desculpa de dizer que tem o trabalhador ruim. Não! Lá tem de médio para cima. Não tem mais trabalhador ruim de serviço"¹³.

Ainda na usina Jalles Machado recentemente alguns setores da administração foram tercerizados. Os serviços de limpeza e segurança já

13. Entrevista realizada com Francisco da Silva, presidente do STR de Goianésia, no dia 31.05.94, durante as mesas de negociação da Convenção de 1994.

estão sob responsabilidade de terceiros. Durante o ano de 1994, esteve em estudo a terceirização do setor de alimentação e restaurantes.

Todos estes movimentos e momentos foram aplicados desigualmente. Tecnologia, conhecimento e saber foram passados para alguns especialistas e encarregados de setores. Qualificação do trabalho manual a outros. As ações e os tempos foram implementados de modo desencontrado. O processo revelá-se, portanto de forma desigual, mas combinado.

3. Uma revolução que exige repensar o sindicalismo

"Concretamente, as empresas tem adotado e adaptado uma série de elementos e princípios do chamado novo padrão de organização da empresa e da produção. Mas devemos ter claro que esta transformação ao mesmo tempo depende do trabalho e o modifica, depende do trabalhador e o modifica, e está relacionada à estrutura política, econômica e sócio-cultural, ao sistema de relações de trabalho, e também ao movimento sindical"¹⁴.

Quando se fala em reestruturação produtiva, ou terceira revolução industrial, segundo alguns autores, está-se falando em mudanças ocorridas nas indústrias do mundo inteiro, atingindo a maioria dos setores econômicos. Comércio, sistema financeiro e empresas de serviços também passaram a redimensionar suas organizações para serem mais produtivas e competitivas. Basta vermos todos os dias nos meios de comunicação de massas as propagandas do SEBRAE-Serviço Brasileiro às Micro e Pequenas Empresas sobre seus cursos de "Qualidade Total" ou de "Produtividade e Competividade".

Como vimos anteriormente no capítulo três, estes movimentos atingiram os trabalhadores de forma frontal. Milhares de empregos foram suprimidos, modificados, qualificados. Enfim, há uma conflitante mudança na relação entre capital e trabalho. Ela se realiza dentro de um processo de desenvolvimento que qualifica a "mercadoria" produzida, agregando a ela valores imbutidos nos novos equipamentos industriais, na qualificação da mão-de-obra, transformando-a em mercadoria mais competitiva no

14. BRESCIANI, Luis Paulo, Reestruturação industrial e negociação coletiva: o sindicalismo brasileiro na luta por Reestruturação industrial e negociação coletiva, mimeografado, pp. 198.

mercado. Ao mesmo tempo que penaliza o trabalho com horas extras, baixos salários, seletividade e desemprego.

O caráter global destas mudanças atinge também, globalmente os sindicatos de trabalhadores. Há uma crise nas organizações sindicais de dimensão internacional. Segundo o artigo de Bernardo Joffily, na Revista "De Fato", pode-se constatar quadros semelhantes entre os sindicatos na Itália, Alemanha, Inglaterra, Japão e Estados Unidos. Diz o artigo:

*"Desde o pós-guerra, o sindicalismo do primeiro mundo estava acostumado - e acomodado - a um tipo de pacto social. Não contestava a ordem capitalista, mas em compensação negociava numerosas cláusulas quanto a salário, emprego, jornada, qualificação, previdência. Isso acabou. O pacto foi rompido. Os sindicatos correm atrás do prejuízo, e sem alcançá-lo."*¹⁵

O rompimento deste pacto pode ser visto nos Estados Unidos a partir da General Motors-GM, onde os próprios sindicatos selecionavam trabalhadores e definiam empresas que receberiam serviços da GM. O movimento sindical vem colaborando com esta prática. Na Inglaterra, entre os anos de 1984 e 1985, os mineiros fizeram uma greve de 358 dias contrários a perdas de benefícios sociais. Perderam a disputa. Houve 718 demissões, 4 mil condenações, 10 mil prisões e quatro mineiros mortos. Na Itália, em 1992, o governo baixou um pacote cortando gastos com saúde, aumentando o tempo de trabalho para aposentadorias e acabando com a scala móbile. No Japão, a organização produtiva "toyotista" não é hostil aos sindicatos por empresa, onde é mais fácil fazer o jogo e o discurso da "parceria" produtiva.

Por enquanto as novas formas de enfrentamentos utilizados pelo sindicalismo do primeiro mundo tem vislumbrado três caminhos: 1. resistência e conflitos (caso inglês); 2. parcerias (caso americano e japonês); e 3. negociação e controle (alguns sindicatos italianos e alemães).

Ainda sobre os sindicatos dos países industrializados, temos situações nacionais de uma redução nos índices de sindicalização a partir da implementação das políticas modernizantes nos processos produtivos.

"Na França, a mudança começou em 1975: só neste ano os sindicatos perderam 1/4 (1 milhão) dos sindicalizados. Em 1985, a taxa não ultrapassava 14% e caiu para cerca de 10% no início dos anos 90. Na Holanda, a taxa de sindicalização não ultrapassava 25% em 1989, tendo os

15. JOFFILY, Bernardo: Uma revolução que desafia os sindicatos. In: Revista De Fato, nº 2, p. 20. CUI.

*sindicatos perdido, entre 1979 e 1986, 1/7 (260 mil) dos seus associados.*¹⁶.

Os fatores principais da atual "crise" sindical podem ser identificados de duas formas distintas. Tem alguns elementos de caráter estrutural e outros de caráter conjuntural. Destacamos alguns fatores estruturais.

1. a substituição do trabalho humano por máquinas cada vez mais complexas comandadas por computadores;

2. a mundialização dos mercados, com realocização de unidades produtivas de um país para outro ou dentro do mesmo país para regiões distintas;

3. disputa de vagas de trabalho entre homens e mulheres, onde elas entram no mercado exercendo os mesmos serviços que os homens, mas recebem salários inferiores;

4. individualização das relações de trabalho através dos grupos ou células pequenas e precarização dos vínculos trabalhistas através da terceirização;

5. o crescente desemprego como uma situação estrutural nas sociedades;

6. a ofensiva do patronato contra os direitos dos trabalhadores;

7. a falta de rumo do neoliberalismo e o domínio do conservadorismo econômico;

8. ação enérgica do Estado contra os trabalhadores.

Quanto aos fatores conjunturais pode-se vislumbrar alguns:

1. os atuais dirigentes sindicais não dominam os mecanismos de controle desenvolvidos pelo capital nas áreas de gerenciamento de mão-de-obra e de uso de tecnologia;

2. as bases sindicais (os sócios) estão pressionadas entre manter seus empregos capacitando-se ou participarem de lutas reivindicativas, onde o predominante são pautas de negociação repetitivas de um ano para outro;

3. as estruturas sindicais ainda não se libertaram do velho corporativismo que organizou o movimento por categorias e verticalizado;

4. não se criou espaços para discutir lazer, educação profissional e qualificativa dos trabalhadores;

Dr. MOUHA, Jose Barros: (Re)Pensar o sindicalismo, texto da conferência proferido no VIII Encontro de Filosofia "Presença e ausência de Marx no pensamento contemporâneo" - Coimbra - Portugal, Revista Textos para Debates (Internacional), nº 2, abril/94 - CUT-CFDT, São Paulo, p.31.

5. as demandas de saúde, antes assistidas pelo Estado e em alguma medida repassadas às entidades sindicais, agora estão concentradas e coordenadas pelas mãos dos capitalistas. Também as áreas do lazer e educação foram transferidas para o capital, seja porque o Estado não cumpre este papel de forma satisfatória (por despreparo de seus agentes, por corrupção e por uma política deliberada de desmonte de suas estruturas), seja por razões de adequação do social aos interesses do capital.

Com relação a este último ponto é necessário um pequeno comentário. Hoje, o capital está preparando seus quadros de funcionários com educação dirigida, bem como administrando a saúde desse quadro funcional para adequação a cada tipo de serviço. Estes mecanismos tenderão a criar uma nova mentalidade, onde o capital será visto como promotor das políticas públicas, forçando ainda mais a idéia de inoperância estatal e a fatal diminuição de seus serviços à sociedade. No limite desta possibilidade, restará ao Estado o papel de mediador social de relações humanas. A identificação enquanto representação global e de regulador social está, porém, perigosamente sendo transferida para as empresas.

Provavelmente os fatores responsáveis pela "crise" sindical não sejam apenas estes levantados acima. Porém, eles e outros não querem dizer que os sindicatos sejam dispensáveis. Sem eles as resistências dos trabalhadores seriam menores. Se atualmente o capital luta por tirar direitos sociais adquiridos, como estamos assistindo em alguns países da Europa, em especial a Itália, França, Alemanha e Inglaterra. Lá os governos querem rever todos os direitos sociais que os trabalhadores conquistaram no após-guerra. Sem os sindicatos esses direitos já não existiriam mais.

A organização sindical quando consegue agir com ações práticas revelam sua expressão de classe. É uma organização que representa os interesses de uma classe social (os trabalhadores) que está em confronto com outra (os patrões). Porém, destacamos que a expressão de classe que os sindicatos, em suas ações de enfrentamento com o capital, podem dar ao trabalhador individualizado, acontece

"somente do e no processo de luta. Fora deste, a existência de uma classe explorada não tem nenhum significado transformador. É a capacidade transformadora da classe, ao tomar consciência, que lhe configura a existência enquanto uma classe para si. Sem luta, a classe existe somente para a outra classe, isto é, para a classe capitalista, que necessita dos

*trabalhadores enquanto meros vendedores de força de trabalho: sem consciência de classe e sem luta*¹⁷.

É exatamente nesta questão que os sindicatos encontram sua expressão de força. Sua razão de ser enquanto representação de uma parte da sociedade. Pôr em evidência as contradições do capitalismo, da modernização capitalista e buscar alternativas a esta situação através do enfrentamento.

Na área das lavouras canavieiras os desafios a serem enfrentados caminham em três direções.

1. com a mecanização, o poder de barganha dos usineiros cresceu. Algumas máquinas substituíram muitos cortadores de cana, havendo uma troca de peso político-económico de categorias de trabalhadores. Hoje a categoria dos operadores de máquinas também passou a ser importante. Isto diminuiu o poder de pressão do sindicato de trabalhadores rurais, tendo em vista que a nova categoria não está sindicalizada, tampouco identificada enquanto classe. Ela não tem clareza das necessidades de somar-se aos cortadores de cana. Como ainda não há identidade de classe, não há atuação enquanto sujeito coletivo.

2. Não só a mecanização fez crescer o poder dos usineiros, também o gerenciamento da mão-de-obra. Após o processo seletivo e qualificativo (trabalhadores polivalentes) por que passou o trabalho, as usinas de Goiás fazem uma divisão de turma contemplando três tipos de trabalhadores: o bom, o médio e o ruim. Cada ônibus ou caminhão leva ao canavial estas turmas já selecionadas. Isso faz com que a velocidade média de cada cortador seja muito próxima e o corte de cada talhão de cana termine mais ou menos ao mesmo tempo, facilitando a remoção de cada grupo ao próximo talhão.

3. Como o STR não acompanhou as mudanças de mentalidade e organicidade empresarial, e mantém basicamente a mesma pauta de reivindicações, não se discute ganho de produtividade, capacitação dos trabalhadores considerados médios ou ruins. Falta a eles uma ação mais direta nos locais de trabalho, nas lavouras.

O movimento sindical fica dependente das atividades de seu presidente ou de dirigentes que tenham disponibilidade de ir a cada canavial constantemente. Como isso não ocorre de forma sistemática, nem no período da safra, os trabalhadores enfrentam os fiscais e gerentes das usinas de forma individual, enfraquecidos. Em Goianésia, perguntado

17. ALVES, Francisco José: *idem*, p.105.

se existe perseguição das usinas nos locais de trabalho o presidente do STR diz:

"quando a pessoa vai reclamar de alguma coisa, no outro dia, às vezes eles troca ele de serviço para ele ganhar menos. Outra coisa: pode ser que por qualquer motivo, só para pegar no pé, eles manda aquele camarada para o carreador. Ou seja, naquele dia ele foi suspenso. Ele perde dois dias. O descanso semanal. Isso eles negam, mas na prática existe e a gente pode provar."

Estes fatos, se por um lado, mostram a pressão das usinas, por outro, revela a fraqueza do STR na sua intervenção em defesa dos seus representados.

Durante as safras, as relações nos canaviais, são totalmente desfavoráveis aos trabalhadores. O capital estabelece os mecanismos de controle da produção e dos trabalhadores, como sempre procurou fazer. A diferença é que agora exerce isso com mais eficácia. A ineficiência das organizações sindicais em enfrentar estas novas demandas não estão restritas a Goianésia, o vice-presidente da FETAEG reflete que é muito difícil escolher os delegados sindicais em Goiás, mesmo sendo uma garantia assinada nas "Convenções Coletivas". Diz ele:

"Na área sindical, tem cláusula que diz sobre a criação das delegacias sindicais no campo, para poder cuidar dos interesses dos trabalhadores. Mas temos uma dificuldade muito grande, neste Estado, em constituir estes delegados. Cada grupo de 40-50 pessoas deveria ter um delegado sindical. Temos uma dificuldade muito grande de tirá-los" (...) "As empresas perseguem, nós temos casos no Estado, de trabalhadores serem demitidos por estarem participando do movimento sindical, de cobrança de direitos trabalhistas (...) Por causa disto o patrão persegue. O capital persegue o trabalhador, o movimento sindical. Neste caso houve pouco avanço nas relações".

Como acontece no processo de modernização, onde as usinas utilizam os sistemas racional e misto em sua produção, nas relações entre capital X trabalho e questões sindicais parece que também não há uma conduta homogênea. Dependendo da unidade produtiva do gerente ou fiscal, haverá maior ou menor possibilidade de exercer as atividades sindicais. A nova organização do trabalho, com as respectivas mudanças tecnológicas atua de forma desigual na produção de mercadorias e nas relações de trabalho. O novo e o velho se confundem. Quando é necessário haver relação de poder tradicional, perseguição por exemplo, o capital simplesmente executa esta tarefa. Quando é uma situação favorável a ele, faz o discurso da participação, parceria e liberdade sindical.

CONCLUSÃO

"Nunca me imaginei viver uma revolução, mas está acontecendo uma. Não é no Palácio de Inverno, não é a Tomada da Bastilha, não é a caída de uma monarquia. O mundo vive sob os mesmos poderes políticos, desgraçadamente os mesmos. Significativas mudanças estão confluindo no campo industrial e científico. Está se preparando um assalto tecnológico que transformará as economias das nações desenvolvidas e as que estão em vias de desenvolvimento. Na base, está a engenharia de um processo vital com fins comerciais: a biotecnologia."

E. Voxen, em *"The Gene Business. Who should control biotechnology?"* (1983).

"Todas as utopias humanas sempre falaram da superação do reino da necessidade. Da Utopia (Thomas More) a O Direito à Preguiça (Paul Lafargue), o ser humano sempre sonhou com um cenário social onde pudesse viver uma vida de felicidade, uma vez alcançado um padrão de desenvolvimento tecnológico suficiente que pusesse fim ao trabalho como fardo e punição e inaugurasse a era do trabalho como criação do ser humano livre."¹

Seguindo por um caminho quase que parecido com o "determinismo econômico" assumido neste trabalho, estamos vivendo em uma situação onde corremos o risco de padecermos de um "determinismo histórico". O sonho construído durante séculos de criarmos relações sociais prazerosas, onde o trabalho é apenas um elemento que supre necessidades humanas, mediatizadas por liberdade de criação, parece estar dando lugar a um futuro sombrio, quase que anti-utópico, onde o capital vem subjugando o trabalho, as relações sociais e transmitindo um "ar" de fim de história para as sociedades, onde o ponto final é expresso pelo mercado. A diferença é que dentro do determinismo econômico há espaço para as transformações advindas de contradições inerentes ao processo produtivo.

Para o capital que pretende, historicamente manter relações estáveis (de seu ponto de vista), as transformações só poderão existir se forem

1. DIAS, José Fernandes. Trabalho & Sindicalismo no Cenário da Terceira Revolução Industrial. Cadernos do CENAS-Centro de Estudos e Ação Social, Salvador-BA nº 155, março/abril 1995, p.19.

vinculadas à sua visão de mundo e domínio social. Neste aspecto a modernização do sistema produtivo e a nova gestão da mão-de-obra serve-lhes como argumento sólido para justificar o fim de velhas "utopias", pois as transformações que vem ocorrendo são apenas para atingir a um fim: "incrementar a produtividade", e não mudar as formas de organização sociais-econômicas-políticas e culturais. O argumento construído por ele, aparece com "ares" de troféu conquistado num perigoso jogo em que a ciência (instrumento criado pelos homens para desenvolver conhecimento e bem estar a todos) é tida como o campo ideal deste jogo. Separada das relações humanas, a ciência foi transformada em mercadoria e as regras do jogo são baseadas no mercado, onde quem tem capital tem a liberdade de participar dele. A ciência produz tecnologia, informática, biotecnologia, química fina. Quem tem capital poderá adquiri-la neste mercado. A ciência produz novos métodos de gerenciamento de mão-de-obra, quem tem capital poderá adquiri-los e implementá-los em suas unidades produtivas.

Esta lógica, que vincula as relações sociais e o avanço científico ao mercado não explica e tampouco procurar discutir e atender as demandas de milhões de trabalhadores excluídos dos mecanismos produtivos através de seleção e qualificação de pessoal. Apenas aponta o mercado como possibilidade de relações sociais.

Neste tempo em que me debrucei sobre este estudo foi nítida a percepção sobre os desafios que se impõem para a humanidade neste final de século. Um deles é sem dúvida, a exclusão social, acelerada com a transformação técnica-biológica, incluindo neste processo as mudanças de ritmos de elementos da natureza (tempo de maturação de lavouras, por exemplo). Hoje

"o mundo tornou-se um vasto mercado, um mercado cada vez mais sem fronteiras para a circulação de bens e serviços. Não obstante, tornou-se um mercado com crescentes fronteiras internas geradas pela expansão da exclusão e da apartação social, um mundo onde se aceleram os fluxos de mão-de-obra, deslocando-se de um ponto para outro em muitos países"...²

O espaço da produção deixa de existir, de forma localizada, dentro de uma nação com os "conceitos" atuais de reestruturação produtiva, qualificação de mão-de-obra com fins específicos de acompanhar a modernização tecnológica. Não é mais, simplesmente, o aprimoramento da produção, para se atingir maior prazer no trabalho e conquistar espaços

2. DIAS, José Fernandes, *op.cit.* p. 20.

de lazer, tempo livre para criação. É disputa de consumidores que são mais exigentes nas áreas de qualidade e preço das mercadorias e sem a preocupação de fronteiras nacionais.

O capital, conhecedor desse processo, tem se esforçado para manter seu domínio, reage à sua própria criação (revolução técnico-biológica) planejando o seu futuro, sua forma de expansão, sua relação com o Estado (agora ele quer um Estado "mínimo", mas ainda sob seu controle), com a mídia e com a sociedade. O novo discurso do capital acentua a "parceria" com o trabalho. Salienta que o trabalhador qualificado terá lugar certo no mercado, e será estimulado a participar do processo produtivo. Porém este conjunto de reações, relações estão voltados para os "cidadãos" que participam do mercado.

Como uma ação gera uma reação e neste movimento surge algo novo, diferente, a modernização agrícola brasileira (em especial à desenvolvida no setor sucroalcooleiro a partir do Pro-álcool) está, mais do que nunca, transformando a vida das pessoas envolvidas neste emaranhado de relações.

O diferente por sua vez é demarcado por um lado, de "semelhanças" na acumulação e concentração de capitais, e por outro lado, o movimento sindical de trabalhadores, que ao invés de agir coletivamente frente ao "moinho que o devora", como fez na década de 80, período de sua reorganização, está quase que seduzido pelo "canto da sereia" que o induz às negociações por fábricas, ou por empresas. O movimento sindical não tem criado alternativas ao individualismo pregado pelo neoliberalismo. Para se ter uma idéia do perigo que está correndo, nas Negociações Coletiva da área de cana de açúcar de Goiás a FETAEG poderá não contar com o STR de Goianésia, pois o presidente daquela entidade propôs negociar em separado, preparando uma Convenção de Trabalho municipal. Na assembléia da categoria para discutir o assunto, realizada no mês de abril de 1995, com a presença de aproximadamente oitenta (80) pessoas, aceitou-se a separação dando início a um processo de isolamento do local de outros municípios canavieiros. Após dez anos de negociações estaduais, estamos assistindo a volta das ações localizadas. E isso ocorre num momento em que o desafio a ser enfrentado pelos trabalhadores é a constante redução dos postos de trabalho ocasionados pela reestruturação das usinas.

E ainda, independente deste novo quadro sindical, se formos analisar detalhadamente o conteúdo das Convenções Coletivas deste período de dez anos, não será difícil perceber que as cláusulas

acordadas nelas dão conta de garantir apenas os direitos já conquistados pelos trabalhadores deste 1943 na CLT, depois na Constituição Federal de 1988. Se as Convenções fossem cumpridas na íntegra, ela possibilitaria a reprodução biológica do trabalhador, pois em dez anos eles conquistaram o direito de terem suas carteiras de trabalho assinadas, receberem um pouco acima do salário mínimo como renda mensal e serem transportados com mais segurança. As conquistas de direitos não ultrapassaram os limites de relações "pré-capitalistas" e subsistência. Como já dito, estas conquistas mantêm o trabalhador onde ele sempre esteve, na condição de vendedor de sua força física.

Todo este movimento conta com a participação do Estado, entendido aqui como "correlação de forças, que como vimos nos quatro capítulos deste estudo, age deliberadamente em favor do capital.

Por fim duas advertências.

A primeira: em alguns momentos foram feitas referências às experiências de outros países, notadamente do chamado mundo desenvolvido, cabe ressaltar, porém, que os exemplos dados (Toyota no Japão e Mercedes Bens na Alemanha) foram para relacionar as semelhanças dos processos de transformações que vêm ocorrendo nestes países e às desenvolvidas no Brasil. As semelhanças estão limitadas a este elemento. É preciso distinguir bem uma sociedade da outra. Nestes as estruturas do Estado, mesmo que atualmente, estejam sendo questionadas, dão cobertura aos desempregados. O Estado financia as grandes descobertas tecnológicas, as coloca a serviço do capital, estando inclusive dominado por sua visão de mundo, mas ao mesmo tempo cobra dos capitalistas os devidos impostos ou taxas sociais. No Brasil, não conseguimos, ainda, criar relações sociais que beiram à dignidade humana. Os dados oficiais sobre a miséria, mortalidade infantil, analfabetismo e, mais recentemente o desemprego estrutural, gerador da economia informal vem se desenvolvendo paralelamente ao modelo de desenvolvimento adotado pela elite capitalista hegemônica, e o Estado brasileiro coloca-se totalmente a serviço deste capital.

Para a consolidação deste modelo, busca-se muito mais que consolidar relações econômicas que beneficia alguns capitalistas, está se implantando uma visão que pretende ser predominante e implica atingir os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais de nosso povo.

A segunda diz respeito ao movimento sindical, não apenas o dos canavieiros, mas de modo geral. Está lançado na ordem-do-dia, a exigência de mudar as suas formas de organização e estrutura. No caso

do setor rural é impraticável a existência de STR único para as demandas dos assalariados e dos pequenos produtores. Pois são de naturezas diversas, um precisa de emprego, salário e direitos trabalhistas, o outro de crédito, preço mínimo para seus produtos. É preciso rever a ação sindical isolada em apenas um município, pois o capital age de forma organizada e ampla. Ao mesmo tempo que o STR, organizador da luta geral, precisa atuar nas esferas locais, lavouras, indústrias, fiscalizando a ação patronal, criando as delegacias sindicais.

Estas novas demandas sindicais adquirem um "ar" de importância para o conjunto da sociedade, pois coloca em cheque alguns pilares do modelo de desenvolvimento adotado pelo capital e seu suporte institucional, o Estado brasileiro. Provavelmente será, mais uma vez, para desespero dos anti-marxistas, nas relações de produção que se encontrará alternativas mais humanas para as relações sociais, culturais e até políticas.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Francisco José da Costa. **Modernização da Agricultura e sindicalismo: Lutas dos trabalhadores assalariados rurais da Região canavieira de Ribeirão Preto-SP**. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas-SP, 1991.
- ALVES, Neusa Maria Barbeiro. **Agricultura e Indústria: O Poder no Complexo Agroindustrial (estudo de caso da empresa Arisco)**, Dissertação de Mestrado-UFG, Goiânia-GO, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil**. Editora Autores Associados/Cortez. São Paulo-SP, 1982.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo-SP, 1988.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Zahar Ed. 2ª Edição, Rio de Janeiro-RJ.
- BUARQUE, Cristovam. **Da Modernidade-Técnica à Modernidade-Ética: A Revolução nas Prioridades**, Centro Gráfico do Senado Federal, 2ª Edição. Brasília-DF, 1993.
- CAMPANHOLI, Adriano. **Consolidação das Lei do Trabalho**, Editora Atlas, São Paulo-SP, 1995.
- D'INCAO, Maria Conceição. **O Bóia-fria Acumulação e Miséria**, Editora Vozes, 7ª Edição, Petrópolis-RJ, 1979.
- DAYRELL, Eliana Garcindo. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás- Análise de uma Política de Colonização na Expansão para o Oeste**. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo-SP. 1974.
- ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**, Obras Escolhidas, vol.2, Editora Alfa-Omega - São Paulo-SP, 1982.

- _____. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**, 8ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro-RJ, 1982.
- FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**, volume 2, 5ª Edição, Editora Globo, Porto Alegre-RS, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel a Política e o Estado Moderno**, 4ª Edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro-RJ, 1980.
- IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. Editora Brasiliense, São Paulo-SP, 1984.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Para Estudar o Trabalho como Princípio Educativo na Universidade: Categorias Teórico- Metodológicas**, Tese de concurso de professor titular, Curitiba-PR, 1992.
- KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**, 2ª Edição. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro-RJ, 1993.
- LEME, Maria C.Vannucchi e PIETRAFESA, Wânia M. Araujo. **Assassinatos no Campo - Crime e Impunidade - 1964 a 1986**, 2ª Edição, Global Editora, São Paulo-SP, 1987.
- LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. 2ª Edição, Ed. Papyrus. Campinas-SP, 1986.
- LENIN, V.I., **O Estado e a Revolução**, Hucitec, São Paulo-SP, 1984.
- LOUREIRO, Walderês Nunes. **O Aspecto Educativo da Prática Política**, Dissertação de Mestrado. Centro Editorial e Gráfico da UFG, Goiânia-GO, 1988.
- LOPES, José Sérgio Leite. **O Vapor do Diabo: O trabalho dos operários do açúcar**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro-RJ, 1976.
- LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise Marxista**, 7ª Edição, Cortez Editora, São Paulo-SP, 1991.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**, Cortes Editora e Editora Autores Associados. São Paulo-SP, 1991.

MARX, Karl. **O Capital, livro 1: O processo de produção do Capital**, vol.1, 7a Edição, DIFEL S/A, São Paulo-SP, 1982.

_____. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. Trad.(para o Inglês) por T.B.Bottomore, fotocópia sem data e editora.

_____. **Guerra Civil em França**, Obras Escolhidas, vol.1, Editora Alfa-Omega, São Paulo-SP, 1982.

_____. **O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte**, Obras Escolhidas, vol.2, Editora Alfa-Omega, São Paulo-SP, 1982.

_____. **Luta de Classe na França**, Obras Escolhidas, vol.2, Editora Alfa-Omega, São Paulo-SP, 1982.

MARX, K. ENGELS, F. e LENIN V. **Marx, Engels e o Marxismo**, 1o vol. Editora Calvino, Rio de Janeiro-RJ, 1945.

MARTINS. Carlos Estevam e CARDOSO, Fernando Henrique. **Estado e Capitalismo no Brasil**, Hucitec/Cebrap, São Paulo-SP, 1977.]

MARTINS. José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária do Brasil**, Ed. Vozes, Petrópolis-RJ, 1984.

_____. **Expropriação e Violência: A questão política no campo**. Hucitec, São Paulo-SP, 1980.

_____. **Sobre o Modo Capitalista de Pensar**. 3a Edição, Hucitec. São Paulo-SP, 1982.

_____. **A Chegada do Estranho**, Hucitec, São Paulo-SP, 1993

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil**, Hucitec, São Paulo-SP, 1979.

- MELO, Moacir Lázaro. *A História de Goianésia*, 1ª edição, Editora O Popular, Goiânia-GO, 1983.
- MIRANDA, Telma Guimarães. *Expropriação e Segregação: Trajetória de Vida e representações de um grupo migrante em Goiás*, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte-MG, 1984.
- MORAES, Vinicius de. *O operário em construção*, Editora Nova Fronteira, 3ª Edição, Rio de Janeiro-RJ, 1979.
- NOVAES, José Roberto Pereira. *Modernização, Relações de Trabalho e Poder. Um Estudo das transformações recentes na Agroindústria canavieira do Nordeste*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas-SP, 1993.
- PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *No coração do Canavial: Estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucro-álcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, 1994.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. 3ª edição. Editora Campus, Campinas-SP, 1990.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado o Poder, o Socialismo*. Editora Graal, Rio de Janeiro-RJ, 1981.
- RESENDE, Anita C. A. *Fetichismo e subjetividade*. Tese de Doutorado. PUC, São Paulo-SP, 1992.
- RIBEIRO, Paulo Rodrigues. *Agroindústria e Pequena Produção no Município de Itumbiara (1960-1980)*. Dissertação de Mestrado, UFG, Goiânia-GO, 1992.
- SMITH, Adam e RICARDO, David. *Os Pensadores*, Ed. Abril Cultural, São Paulo-SP, 1978.

VAZ, Eber. **A modernização da agricultura e as relações de trabalho no sudoeste goiano: A situação do trabalhador volante no corte da cana (1964-1989)**, Dissertação de Mestrado, UFG, Goiânia-GO, 1992.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3ª Edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro-RJ, 1989.

Vários autores, **Trabalho e Reestruturação Produtiva: 10 anos de Linha de Produção/DIEESE**, Editora Parma Ltda, São Paulo-SP, 1994.

PERIÓDICOS, FOLHETOS E OUTROS DOCUMENTOS

Centro de Troca de Informações sobre empresas Multinacionais-TIE, ano 3 nº 13, São Paulo-SP, julho/agosto/94.

CUT-Central Única dos Trabalhadores. De Fato, revista nº 2, ano 1-São Paulo-SP, Dezembro/93 a fevereiro/94.

_____. Proposta para Debates, CUT-Secretária de Política Sindical-1994. Modelo de Desenvolvimento, política industrial, e reestruturação produtiva as propostas da CUT.

_____. Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT - 19 a 22 de maio de 1994, São Paulo-SP.

_____. Propostas para Debates - Modelo de desenvolvimento, política industrial, e reestruturação produtiva: As propostas da CUT - Secretaria de Política Sindical - São Paulo-SP, 1994.

_____. Revista Textos para Debates (Internacional), nº 2, abril/94, São Paulo-SP.

IBASE-Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômico, Coleção Sindicalismo e democracia, nº 03, O Declínio do Sindicalismo Corporativo.

Pesquisa DIEESE, nº 7 - maio de 1993: Os trabalhadores frente à terceirização.

Boletim DIEESE, nº 130, ano XI - janeiro de 1992.

Setor Canavieiro Hoje: Dinâmica e Perspectivas, org. CESE, CEDI/
Koinonia e OXFAM - seminário realizado em Salvador-BA, agosto de 1993.

Reestruturação Produtiva e Sindicatos - Mario Sérgio Salerno - XVII
Encontro Anual da ANPOCS - GT 03 - Processo de Trabalho e
Reivindicações Sociais, 22 a 25 de outubro de 1993 - Caxambu-MG.

Mercado de Trabalho do Setor Sucroálcooleiro no Brasil, org. Rudá Ricci
- Estudos de Política Agrícola, nº 15 - IPEA - Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada - Projeto PNUD/BRA/91/014, março de 1994.

Reestruturação industrial e negociação coletiva: o sindicalismo brasileiro
vai à luta?, Luís Paulo Bresciani in: Reestruturação industrial e
negociação coletiva, mimeografado, sem data.

Trabalho & Sindicalismo no Cenário da Terceira Revolução Industrial José
Fernandes Dias, Cadernos do CEAS-Centro de Estudos e Ação Social,
Salvador-BA nº 156, março/abril 1995.

Jornal GAZETA MERCANTIL, São Paulo-SP, dia 10.08.94

Jornal GAZETA MERCANTIL, São Paulo-SP, dia 18.10.94

Jornal O POPULAR, Goiânia-GO, dia 20.06.93

Jornal O POPULAR, Goiânia-GO, dia 29.01.94

Jornal O POPULAR, Goiânia-GO, dia 02.03.94

Jornal do BRASIL, Rio de Janeiro-RJ, dia

Cadernos CEBRAP, nº 24, São Paulo-SP: Octavio Ianni, A classe operária
vai ao campo.

Lei Orgânica do Município de Goianésia, Gráfica Tânia, Goianésia-GO, abril
de 1990.

Revista da Prefeitura Municipal de Goianésia-GO: Goianésia 32 anos, a
pujança de um município, julho de 1985.

Goianésia: Plano de Ação Urbana - Prefeitura Municipal e Indur
(Fundação Inst. de Desenvolvimento Urbano e Regional).

Convenção Coletiva do setor canavieiro para o Estado de Goiás de 1984,
1989, 1993 e 1994.

JORNALCANA, série II, ano I, nº 5, Ribeirão Preto-SP. fevereiro de 1994.

ENTREVISTAS

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goianésia.

Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goianésia.

Trabalhadores assalariados das usinas de Goianésia.

Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
Estado de Goiás.

Gerente Administrativo da usina Jalles Machado.

Diretor da usina Jalles Machado e ex-governador do Estado de Goiás.

Gerente da Fazenda São Carlos, município de Goianésia, no período das
lavouras de café.

Relatório do IFAS com entrevistas feitas com canavieiros das usinas de
Goianésia, 1992.

OUTROS DOCUMENTOS

Goiás - Anuário Estatístico do Estado de Goiás, SEPLAN, 1988, 1989,
1990, 1991 e 1992.

Goiás - Fundação IBGE - Censo Agropecuário, 1970, 1980, 1985.

Goiás - Fundação IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (cana-de-açúcar e produção industrial de açúcar e álcool) 1991, 1992.

Notas à Imprensa feitas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás, durante o ano de 1994.

ANEXOS DO CAPÍTULO I

1. Tabela sobre a Evolução da área, produção e rendimento médio de Cana-de-Açúcar - Goiás e Brasil.

2. Tabela sobre a Evolução da Produção goiana de Cana-de-Açúcar. 1975 - 1992.

QUADRO 05 - EVOLUCAO DA AREA, PRODUCAO E RENDIMENTO DA CANA-DE-ACUCAR DE GOIAS/BRASIL, 1975-92.

ANOS	GOIAS			BRASIL			PARTI CLAS. GO/BR (%)	CLAS. GERAL
	AREA (ha)	PRODUCAO (t)	REND. (kg/ha)	AREA (ha)	PRODUCAO (t)	REND. (kg/ha)		
1975	15350	614000	40000	1969227	91524559	46477	0.67	15
1976	18870	754800	40000	2093483	103173449	49283	0.73	14
1977	18000	756000	42000	2270036	120081700	52899	0.63	16
1978	18500	937950	50700	2391455	129144950	54002	0.73	16
1979	20580	1111320	54000	2536976	138898082	54750	0.80	12
1980	20664	1218325	58959	2607628	148650563	57006	0.82	12
1981	21662	1335604	61657	2825879	155924109	55177	0.86	11
1982	29220	1785680	61112	3084297	186646607	60515	0.96	11
1983	53045	3510041	66171	3478785	216036958	62101	1.62	8
1984	72690	4960090	68236	3655810	222317847	60812	2.23	8
1985	90010	6025090	66938	3912042	247199474	63189	2.44	8
1986	102086	6930691	67891	3951742	239178319	60525	2.90	8
1987	107032	7323550	68424	4314146	268741069	62293	2.73	8
1988	96800	6711600	69335	4128865	258560233	62623	2.60	8
1989	94250	6640000	70451	4067696	252290181	62023	2.63	7
1990	97950	6896320	70407	4269314	263604425	61744	2.62	7
1991	101919	7136100	70017	4210937	260838788	61943	2.74	8
1992	99500	7321760	73586	4188891	270173564	64498	2.71	7

FONTE: IBGE, in Anuario Estatístico do Brasil, 1978, 1981, 1984, 1985, 1989;
CEPAGRO, 1988, 1989;
DEAGRO, 1990, 1992

GRÁFICO 05 - Evolução da produção golana de cana-de-açúcar

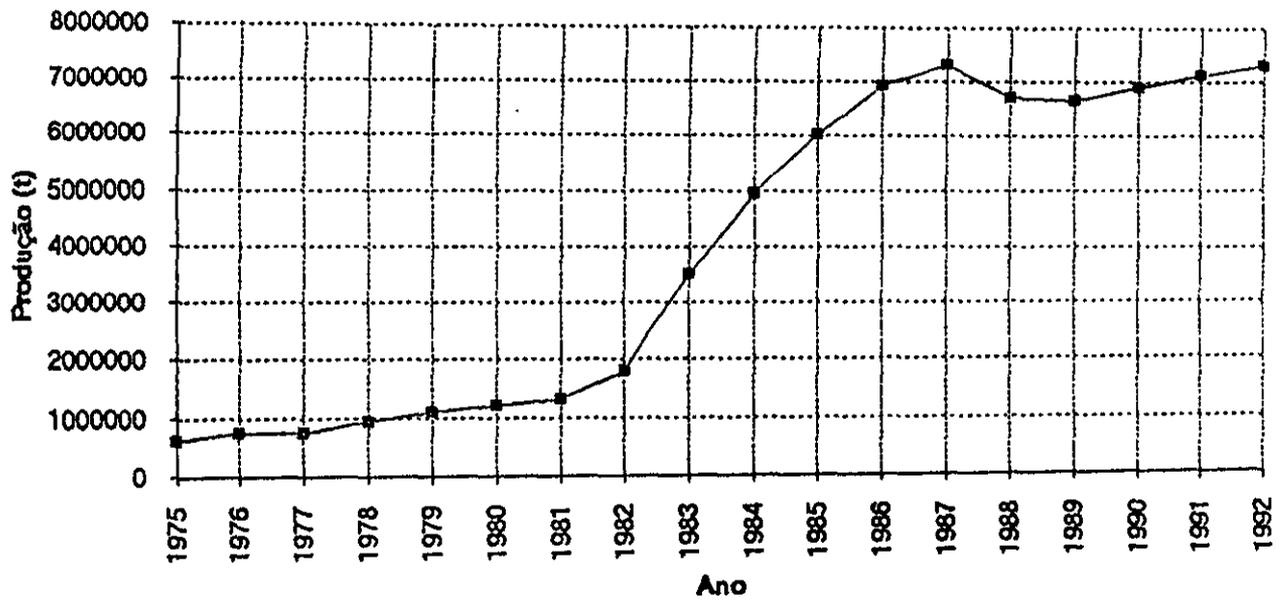


TABELA 05
DESTILARIAS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1988.

DESTILARIAS	MUNICÍPIOS	CANA MOÍDA (t)			açúcar CRISTAL (Sc 50Kg)	ÁLCOOL (m ³)					
		TOTAL	PARA AÇÚCAR	PARA ÁLCOOL	PRODUÇÃO REALIZADA	PRODUÇÃO REALIZADA			ESTOQUE		
						TOTAL	ANIDRO	HIDRATADO	TOTAL	ANIDRO	HIDRATA DO
TOTAL DO ESTADO		4.318.682	181.975	4136707	349.500	316.503	48.718	267.785	87.709	17.973	69.736
Filiadas à COPERSUCAR											
Brasil Central	Formosa	197.550	-	197550	-	16.200	-	16.200	2.392	-	2.392
Goianésia	Goianésia	129.900	-	129900	-	7.658	-	7.658	43	-	43
Filiadas à SOPRAL											
Alto Paraíso	Alto Paraíso de Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centroálcool (Cenasa)	Inhumas	259.845	-	259845	-	20.474	-	20.474	6.666	-	6.666
COASF	São Franc. de Goiás	142.310	-	142310	-	9.979	-	9.979	3.330	-	3.330
COAVE	Carmo do Rio Verde	103.645	-	103645	-	6.833	-	6.833	860	-	860
Goálcool	Serranópolis	201.703	-	201703	-	16.652	-	16.652	6.603	-	6.603
Jalles Machado	Goianésia	683.266	-	683266	-	57.229	23.201	34.028	20.657	9.368	11.289
Lago Azul	Ipameri	136.671	-	136671	-	11.878	-	11.878	3.478	-	3.478
Nova União	Jandaia	536.847	-	536847	-	43.559	-	43.559	17.063	-	17.063
Rubiataba	Rubiataba	243.716	-	243716	-	17.889	-	17.889	9	-	9
Santa Helena	Santa Helena de Goiás	534.784	181.975	352809	349.500	29.700	-	29.700	5.681	-	5.681
Vale do Verdão	Maurilândia	1.037.290	-	1037290	-	70.815	25.517	45.298	17.867	8.605	9.262
Canabrava	Porangatu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pite	Itapuranga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale do São Patrício	Itapaciá	110.655	-	110655	-	7.637	-	7.637	3.060	-	3.060

FORNTE: Instituto do Açúcar e do Alcool.
SEPLAN-GO/SEPIM/DESTAT - 1989.

TABELA 06
CANA MOÍDA NAS USINAS, PARA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ALCOOL NO ESTADO DE GOIÁS - 1985 - 87.

SAFRAS	CANA MOÍDA (t)						
	TOTAL	PARA AÇÚCAR			PARA ALCOOL		
		TOTAL	PRÓPRIA	DE FORNECEDORES	TOTAL	PRÓPRIA	DE FORNECEDORES
1985/86	4.187.688	147.380	100.173	47.207	4.040.308	3.021.113	1.019.195
1986/87	4.807.472	123.190	87.112	36.078	4.684.282	3.548.490	1.135.792

FORNTE: Instituto do Açúcar e do Alcool.
SEPLAN-GO/SEPIM/DESTAT - 1989.

ANEXOS DO CAPÍTULO III

- 1. Resumo das Convenções Coletivas dos anos de 1984, 1989 e 1993.**
- 2. Documentos de Joeli sobre seu estado de saúde, rescisão de contrato de trabalho e comprovantes de produção.**
- 3. Documentos da Fetaeg sobre as mesas de negociações e o cumprimento das Convenções.**
- 4. Recortes do Jornal O Popular sobre trabalho escravo e acidente de bóias-fria.**

Convenção coletiva - 1984 - Para o Município de Goianésia

(registrado e arquivado na DRT-GO)

(obs: este foi o primeiro acordo coletivo feito no Estado de Goiás, que a sua época era feito apenas para a cidade de Goianésia, entre o STR e as duas destilarias local).

QUESTÕES ECONÔMICAS

BASES SALARIAIS

CLAUSULA 1.ª SALARIO: pago por produção, com corte em cinco linhas, preço calculado por metro linear, com base na seguinte tabela:

- a) cana forte ou fechada-Caída.... Cr\$ 160,00
- b) cana média forte..... Cr\$ 140,00
- c) cana média..... Cr\$ 130,00
- d) cana rala..... Cr\$ 100,00
- e) cana fraca..... Cr\$ 70,00
- f) cana sapé..... Cr\$ 45,00

Parágrafo 1.º A critério do empregador, os trabalhadores amontoarão a cana, receberão um adicional de Cr\$ 10,00, por metro linear para este trabalho.

CLAUSULA 2.ª PEGA: Os preços serão da tabela serão fornecidos no início do trabalho.

CLAUSULA 3.ª MEDIÇÃO: será feita por compaso de 2 metros alferido pelo INPM.

CLAUSULA 4.ª COMPROVANTE: Cada trabalhador receberá um comprovante da produção diária, até o dia 18 de cada mês, contendo o nome do empregador e do empregado, sua produção.

CLAUSULA 5.ª DIARIA: assegurada diária mínima para serviços

diferentes na ordem de Cr\$ 3.240,00, Cr\$ 3.360,00, Cr\$

3.780,00 e Cr\$ 4.100,00.

CLAUSULA 7.ª A empresa continuará pagando os salários aos sábados às 15:00 horas, no local de trabalho.

CLAUSULA 16.ª 13.º SALARIO e FÉRIAS: assegurado o 13.º, férias e outras parcelas trabalhistas, em conformidades com a lei.

CLAUSULA 17.ª TRABALHO NOTURNO: terá adicional de 25% sobre o salário

QUESTÕES SOCIAIS

CLAUSULA 6.ª REPOUSO REMUNERADO: empresa pagará aos trabalhadores que trabalharem seis dias na semana, o repouso semanal remunerado, à base da média salarial da semana.

CLAUSULA 8.ª CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA: Todos os trabalhadores devem ter suas carteiras assinadas conforme artigo 29 da CLT.

CLAUSULA 9.ª AUXILIO DOENÇA: assegurado pagto. dos 15 primeiros dias de trabalho, aos que adoecerem, e apresnetarem atestado por médico credenciado pleo INAMPS, ou pelo médica da empresa. O pagto. será calculado pela média da produção dos últimos sete dias.

CLAUSULA 10.ª ADICIONAL DE INSALUBRIDADE: pagto a mais em 20% para trabalhos com agrotóxicos.

Parágrafo único: os empregadores se comprometem a fornecer os equipamentos necessários para este tipo de trabalho, e gratuitamente.

CLAUSULA 11.ª TRANSPORTE: as empresas fornecerão transporte seguro e gratuito, ficando proibido as superlotações, e o excesso de velocidade.

Parágrafo único: Os veículos deverão sair do ponto às 6:00 horas e retornar às 16:00 horas no mesmo local.

CLAUSULA 12.ª CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA: as empresas darão preferências na contratação de trabalhadores do próprio município ou dos vizinhos.

CLAUSULA 14.ª TRANSPORTE AO DOENTE: O empregador transportará gratuitamente o trabalhadores que adoecer o se acidentar em serviço, para o hospital mais próximo, e mantera posto ambulatorial na sede da indústria, para os primeiros socorros.

CLAUSULA 19.ª AGUA POTAVEL:os empregadores so comprometem a instalar água potável no local de trabalho, num prazo de trinta dias a contar da data de assinatura deste acordo.

QUESTÕES SINDICAIS

CLAUSULA 13.ª PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR: vedado às empresas dispensar qualquer trabalhador por motivo de ter participado pacificamente do movimento reivindicatório, ou desta negociação coletiva.

CLAUSULA 15.ª DELEGACIAS SINDICAIS: fica facultado aos STR instalar delegacias sindicais ou seções, tendo os delegados estabilidade trabalhista com a finalidade de: 1.melhorar as condições de trabalho; 2. prestar assistencia aos trabalhadores e 3 promover sindicalização.

CLAUSULA 18.ª TAXA ASSISTENCIAL: Os empregadores descontarão de um só vez, de cada trabalhador, a quantia de Cr\$ 2.000,00, no prazo máximo de 30 dias, a contar da assinatura do presente acordo, cabendo ao STR receber 50% deste valor e os outros 50% à FETAEG. Os repasses deverão ser feitos no prazo de 10 dias a contar da data do desconto.

Parágrafo primeiro: o trabalhador que não aceitar este desconto, deverá se comunicar, por escrito no prazo de 15 dias

Parágrafo Segundo: o empregador deverá enviar ao STR uma relação com os nomes dos trabalhadores que tiveram o referido desconto, num prazo de trinta dias após o desconto e repasse dos valores.

CLAUSULA 20.ª INFRAÇÕES; a parte acordante que infringir qualquer uma das cláusulas estará sujeita ao pagto. de uma multa de um salário mínimo por infração cometida.

CLAUSULA 21.ª FACTO ENTRE AS PARTES: as partes se comprometem a respeitarem este acordo como legítimo instrumento de pacificação do trabalho, e seu aprimoramento, SEM a participação de terceiros estranhos a este acordo.

CLAUSULA 22.ª PRAZO DE DURAÇÃO: o prazo de duração deste acordo será de doze meses. De 03.07.84 a 02.07.85.

Convenção coletiva - 1989 - Tem validade para todo o Estado de Goiás

QUESTÕES ECONÔMICAS

CLAUSULA 1.ª SALARIO: pago por produção, com corte em cinco linhas, preço calculado por metro linear. Nos eitos que tenham duas linhas sobre curva de nível ou terraços nos canaviais de até 2.º corte, o preço será superior em 25%, ou aquelas paralelas aos carregadores, que serão de quatro linhas, também terão seus preços superiores em 25%. O pagto. será segundo a tabela abaixo:

Classificação Demoninação da cana	Tonelagem	Preço/metro linear/ cana em pé	Cr\$/ cana caída
1) cana forte..	120 a 139	0,101	0,122
2) cana média..	100 a 119	0,091	0,106
3) cana rala...	80 a 99	0,074	0,086
4) cana fraca..	60 a 79	0,060	0,065
5) cana sapé...	40 a 59	0,040	0,045

Parágrafo 1.º A tonelagem não é para definir preços, e sim um referência para dirimir dúvidas sobre a classificação da cana;

Parágrafo 2.º O amontoamento será negociado em separado diretamente no local de trabalho;

Parágrafo 3.º O preço da tabela acima será reajustado em conformidade com a legislação vigente;

Parágrafo 4.º O preço será negociado em separado quando tiver capim colônia, ou outras ervas daninhas nas lavouras de cana;

Parágrafo 5.º Para as cas "bisada" e "extra", acima de 140 to/ha, o preço será negociado no local de trabalho.

CLAUSULA 2.ª ACRESCIMOS: Corte de cana crua para moagem, será acrescido em 20% ao preço normal da tabela acima, e de 35% para cana cortada para o plantio.

CLAUSULA 4.ª PEGA: Os preços serão estipulados para cada talhão, entre as partes interessadas, e fornecidos pelos gerentes ou fiscais da empresa, no início do "pega", ou até as 9:00 horas.

Parágrafo único: Medição será feita por compasso de 2 metros alferido pelo INPM, ou pelos próprios trabalhadores rurais.

CLAUSULA 5.ª COMPROVANTE: o comprovante deverá ser entregue a cada trabalhador, no início da jornada do dia seguinte ao corte, contendo o nome do trabalhador, do empregador, a produção feita, e o tipo de cana.

Parágrafo 1.º A cana só será retirada do canavial depois de feita a medição.

Parágrafo 2.º Se houver necessidade de retirada da cana, ela será medida antes, na presença do trabalhador.

CLAUSULA 6.ª DIARIA: Respeitando-se os acertos regionais, que garantem remuneração superior, a diária mínima será de NCr\$ 5,50, a partir de 1.º de julho.

Parágrafo Único: Os salários serão reajustados mensalmente de conformidade com a legislação salarial vigente.

QUESTÕES SOCIAIS

CLAUSULA 7.ª JORNADA DE TRABALHO: A jornada de trabalho aos sábados, no campo, se encerrará às 11:00 horas.

CLAUSULA 8.ª REPOUSO REMUNERADO: empresa pagará aos trabalhadores que trabalharem seis dias na semana, o repouso semanal remunerado, à base da média salarial da semana.

CLAUSULA 9.ª DIA E HORA DE PAGTO: Os empregadores pagarão, semanalmente ou quinzenalmente, os salários a seus trabalhadores, sempre aos sábados, a partir das 10:00 horas no local de trabalho.

Parágrafo 1.º: Os empregadores ficarão desobrigado a pagarem os trabalhadores que não estiverem em seus locais de trabalho, salvo aquele que estiverem de licença doença.

Parágrafo 2.º: respeitando-se as empresas que pagam na sexta feita às 15:00 horas.

Parágrafo 3.º: Pagto. mediante recibo ou folha de pagto., sendo em recibo, este deve ter duas vias.

Parágrafo 4.º: No recibo deverá constar: nome ou número do trabalhador, sua produção e o nome da empresa, bem como os dias trabalhados e sua produção, as horas extras.

CLAUSULA 10.ª CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA: Todos os trabalhadores devem ter suas carteiras assinadas, e devolvidas num prazo de 48 horas conforme artigo 29 da CLT.

CLAUSULA 11.ª AUXILIO DOENÇA: assegurado pagto. dos 15 primeiros dias de trabalho, aos que adoecerem, e apresentarem atestado por médico credenciado pelo INAMPS, ou pelo médico indicado pela empresa. O pagto. será calculado pela média da produção dos últimos sete dias.

Parágrafo Único: os empregadores ficarão desobrigados do cumprimento desta cláusula, quando o governo assumir as responsabilidades por esta obrigação.

CLAUSULA 12.ª TRANSPORTE AO DOENTE: O empregador transportará gratuitamente os trabalhadores que adoecer ou se acidentarem em serviço, para o hospital mais próximo, ou manterá posto ambulatorial na sede da indústria, ou próximo das lavouras para os primeiros socorros, ou ainda, manterá convênios com hospitais e clínicas.

CLAUSULA 13.ª AGROTÓXICO: Somente para trabalhadores com idade superior a 18 e inferior a 50 anos, proibido à gestantes, observando o receituário agrônomo, dosagem e condições de trabalho, e cuidados com a preservação do meio ambiente.

CLAUSULA 14.ª ADICIONAL DE INSALUBRIDADE: pagto a mais em 20% para trabalhos com agrotóxicos.

Parágrafo único: Os empregadores fornecerão equipamento adequado, gratuitamente, a este tipo de serviço.

CLAUSULA 15.ª EQUIPAMENTOS DE TRABALHO: Os empregadores fornecerão, gratuitamente, as ferramentas necessárias para o cumprimento de seus trabalhos (podão, enxada, foices)

CLAUSULA 16.ª TRANSPORTE: as empresas fornecerão transporte seguro e gratuito, ficando proibido as superlotações, e o excesso de velocidade.

Parágrafo 1.º: Os veículos deverão sair do ponto às 6:00 horas e retornar às 16:00 horas no mesmo local.

Parágrafo 2.º: Os trabalhadores cumprirão as normas de segurança do transporte.

CLAUSULA 17.ª CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA: as empresas darão preferências na contratação de trabalhadores do próprio município ou dos vizinhos, desde que estes retornem ao seu município ao final da jornada de trabalho.

Parágrafo único: Quando forem trazidos de outras localidades, não lhes serão pago salários inferiores aos dos trabalhadores da sede local.

CLAUSULA 20.ª AVISO PRÉVIO: Os trabalhadores só serão considerados demitidos se receberem aviso prévio legalmente formalizado.

Parágrafo único: fica assegurado o pagto. dos direitos previsto em lei, para casos de dispensa.

CLAUSULA 21.ª DISCRIMINAÇÃO: Será proibido qualquer discriminação por questões de sexo e idade.

CLAUSULA 22.ª AUSENCIA REMUNERADA: Fica assegurada pagto. salário ao trabalhador, quando este se ausentar do serviço, por motivo

alheio a sua vontade, desde que comprovada sua estada no ponto costumeiro.

CLAUSULA 24.ª AGUA POTAVEL: os empregadores so comprometem a instalar água potável no local de trabalho.

CLAUSULA 25.ª PROIBIDO O USO DE "GATO": Os empregadores não utilizarão "gato", para a contratação de trabalhadores, designarão um gerente para representá-lo.

CLAUSULA 27.ª AUSENCIA DE TRABALHADORAS: fica assegurada à trabalhadora rural, o direito de se ausentar dos serviços no período menstrual, sem receber remuneração.

CLAUSULA 28.ª CRECHES: Os empregadores deverão firmar convenios ou instalar creches para os filhos de seus trabalhadores.

QUESTÕES SINDICAIS

CLAUSULA 18.ª PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR: vedado às empresas dispensar qualquer trabalhador por motivo de ter participado dentro da legalidade, do movimento reivindicatório, ou de negociação coletiva.

CLAUSULA 19.ª DELEGACIAS SINDICAIS: fica facultado aos STR instalar delegacias sindicais ou seções, tendo os delegados estabilidade trabalhista, só podendo ser demitido por justa causa, com a finalidade de: 1. melhorar as condições de trabalho; 2. prestar assistência aos trabalhadores e 3 promover sindicalização.

CLAUSULA 23.ª TAXA ASSISTENCIAL: Os empregadores descontarão de um só vez, de cada trabalhador, a quantia de NCr\$ 5,00, no prazo máximo de 30 dias, a contar da assinatura do presente acordo, cabendo ao STR local receber 50% deste valor e os outros 50% à FETAEG. Os repasses deverão ser feitos no prazo de 10 dias a contar da data do desconto.

Parágrafo primeiro: Os descontos de trabalhador desorganizado em STR local, será repassado totalmente à FETAEG.

Parágrafo segundo: o trabalhador que não aceitar este desconto, deverá se comunicar, por escrito no prazo de 15 dias

Parágrafo terceiro: o empregador deverá enviar ao STR local e à FETAEG, uma relação com os nomes dos trabalhadores que tiveram o referido desconto, num prazo de trinta dias após o desconto e repasse dos valores.

CLAUSULA 26.ª ATIVIDADE SINDICAL: Os empregadores facultarão aos dirigentes sindicais (STR/FETAEG/CONTAG/) o comparecimento aos locais de trabalho, com igual oportunidades às entidades patronais (SR/FAEG/CNA).

CLAUSULA 30.ª INFRAÇÕES; a parte acordante que infringir qualquer uma das cláusulas estará sujeita ao pagto. de uma multa de 10% do salário de referência por infração e por trabalhador.

CLAUSULA 31.ª FACTO ENTRE AS PARTES; as partes se comprometem a respeitarem este acordo como legítimo instrumento de pacificação do trabalho, e seu aprimoramento, SEM a participação de terceiros estranhos a este pacto.

CLAUSULA 32.ª PRAZO DE DURAÇÃO; o prazo de duração deste acordo será de onze meses. De 22.06.89 a 21.05.90.

CLAUSULA 33.ª DIVERGENCIAS; Quando a solução amigável se tornar inviável, o conflito de interesses será solucionado pela justiça do trabalho, nos termos da lei.

CLAUSULA 34.ª PRORROGAÇÃO OU REVISÃO; o processo de prorrogação ou revisão será disciplinado pelo artigo 615 da CLT. Esta convenção uma vez assinada será registrada e arquivada na DRT-GO.

Convenção coletiva - 1993 - Tem validade para todo o Estado de Goiás

QUESTÕES ECONÔMICAS

CLAUSULA 1.ª SALARIO: idem 89, com acrescimo de: ... nos canaviais de até TERCEIRO corte.

Mudança na tabela de preço:

Classificação/ Demoninação da cana	Tolnelagem	Preço/metro linear/ Cr\$	
		cana em pé	cana caída
1) cana tipo 1.	120 a 139	3.156,78	3.945,98
2) cana tipo 2.	110 a 119	2.854,62	3.568,28
3) cana tipo 3	100 a 109	2.600,82	3.251,03
4) cana tipo 4.	90 a 99	2.358,22	2.947,78
5) cana tipo 5.	80 a 89	2.105,41	2.631,76
6) cana tipo 6.	70 a 79	1.861,67	2.327,09
7) cana tipo 7.	60 a 69	1.610,08	2.012,60
8) cana tipo 8.	50 a 59	1.365,38	1.706,73
9) cana tipo 9.	40 a 49	1.114,65	1.393,31

Parágrafo 1, 2, 3, 4 e 5: São iguais ao de 1989, com acrescimo no 5.ª: bem como para aquelas cuja tonelagem for inferior a 40 to/ha, os preços serão negociados no local de trabalho.

CLAUSULA 2.ª ACRESCIMOS: Corte de cana crua para moagem e plantio serão negociados no local de trabalho.

CLAUSULA 4.ª PEGA: Os preços serão estipulados para cada talhão, entre as partes interessadas, e fornecidos pelos gerentes ou fiscais da empresa, no inicio do "pega", ou até as 10:00 horas.

Parágrafo 1.ª Havendo outro "pega", os preços serão fornecidos até às 14:00 horas, ou no mesmo dia.

Parágrafo 2.ª Medição: idem 89.

CLAUSULA 5.ª COMPROVANTE: idem 89

Parágrafo 1, 2, 3: idem 89.

CLAUSULA 6.ª DIARIA: idem 89. Com valores Cr\$ 137.637,50 de 21 a 31.05.93 e de Cr\$ 154.154,50 de 01.06 a 30.06.93.

CLAUSULA 7.ª PISO SALARIAL: O salario da categoria na lavoura canavieira não será inferior ao valor de: Cr\$ 4.129.125,00 de 21 a 31.05 e de Cr\$ 4.624.635,00 de 01 a 30.06.93

Parágrafo único: os valres desta cláusula serão corrigidos em conformidade com a legislação vigente.

CLAUSULA 13.ª 13.º SALARIO e FÉRIAS: assegurado o 13.º, férias e outras parcelas trabalhistas, correspondente à média da remuneração nos últimos 12 meses, ou período equivalente ao trabalho realizado, convertendo o resultado em diárias.

CLAUSULA 32.ª PLANTIO/CAPINA: Preço será negociado diretamente entre empregados e trabalhadores no local de trabalho.

QUESTÕES SOCIAIS

CLAUSULA 8.ª JORNADA DE TRABALHO: A jornada de trabalho será de 2.ª a sábado. Sendo segunda e sexta das 7:00 às 16:00 horas e sábado encerrará às 11:00 horas.

CLAUSULA 9.ª REPOUSO REMUNERADO: empresa pagará aos trabalhadores que trabalharem seis dias na semana, o repouso semanal remunerado, à base da média salarial da semana.

Parágrafo Único: em casos especiais poderá haver trabalho aos domingo, remunerado de acordo com a lei.

CLAUSULA 10.ª DIA E HORA DE PAGTO: idem 89

Parágrafos 1, 2, 3 e 4: idem 89.

CLAUSULA 12.ª CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA: idem 89

CLAUSULA 14.ª AUXILIO DOENÇA: idem 89

CLAUSULA 15.ª TRANSPORTE AO DOENTE: idem 89

CLAUSULA 16.ª AGROTÓXICO: Caput idem 89

Parágrafo 1.º Os trabalhadores deste setor serão submetidos a exames médicos periódicos e gratuitos.

Parágrafo 2.º no fim da jornada diária, os trabalhadores terão um local apropriado para banho e troca de roupa.

Parágrafo 3.º Comprovada a inadequação, o trabalhador será transferido para outra atividade.

CLAUSULA 17.ª ADICIONAL DE INSALUBRIDADE: idem 89

CLAUSULA 18.ª EQUIPAMENTOS DE TRABALHO: idem 89

parágrafo Único: os empregadores adotarão equip. de proteção, botas, luvas e caneleiras, que serão devolvidos ao empregador.

CLAUSULA 19.ª TRANSPORTE: idem 89

CLAUSULA 20.ª CONTRATAÇÃO DE MAO-DE-OBRA: idem 89

CLAUSULA 23.ª AVISO PRÉVIO: idem 89

Parágrafo único: Rescisões serão quitadas em homologação nas sedes dos STRs locais.

CLAUSULA 24.ª DISCRIMINAÇÃO: idem 89

CLAUSULA 25.ª AUSENCIA DE TRABALHADORAS: idem 89

CLAUSULA 27.ª AUSENCIA REMUNERADA: idem 89

CLAUSULA 29.ª AGUA POTAVEL: idem 89, com acrescimo: em recipiente que garanta sua qualidade.

CLAUSULA 30.ª PROIBIDO O USO DE "GATO": idem 89

QUESTÕES SINDICAIS

CLAUSULA 11.ª TAXA ASSISTENCIAL: Os empregadores descontarão de um só vez, de cada trabalhador, a quantia equivalente a três diárias, no mês de junho/93, cabendo ao STR local receber 50% deste valor e os outros 50% à FETAEG. Os repasses deverão ser feitos no prazo de 15 dias a contar da data do desconto.

Parágrafo 1.º Aos que começar a trabalhar após esta data, o desconto será feito no primeiro mês de atividades, com os mesmos prazos para o recolhimento.

Parágrafos 2, 3, e 4: idem a 89

CLAUSULA 21.ª PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR: idem 89, com acrescimo de: ou greves, ocorrido em virtude desta negociação, pelo cumprimento das cláusulas aqui convencionadas, ou outro direito legal assegurado.

CLAUSULA 22.ª DELEGACIAS SINDICAIS: idem 89

Parágrafo único: fica vedada a transferencia do delegado sindical para local isolado dos demais trabalhadores.

CLAUSULA 26.ª PENA DE SUSPENÇÃO (nova) Pena deverá ser por escrito, relatando os motivos e com duas testemunhas.

CLAUSULA 33.ª INFRAÇÕES: a parte acordante que infringir qualquer uma das cláusulas estará sujeita ao pagto. de uma multa de 1/10 da diária vigente na categoria por trabalhador.

CLAUSULA 34.ª PACTO ENTRE AS PARTES: idem a 89

CLAUSULA 35.ª PRAZO: 12 meses, de 21.05 a 20.05.94

CLAUSULA 36.ª DIVERGENCIAS: idem 89

CLAUSULA 37.ª PRORROGAÇÃO OU REVISÃO: idem 89.



GOIANÉSIA - GO

Nome

AO INUS

Película película médica p/
Anis de cupo sentadela p/
Poli dor Anis de mauer
Pibruin, sem cauchier
p/ trabalho.

CD 42560

Dr. Antonio André Dias de Siqueira
Otorrinolaringologista - CRM 1000

130943.

CARIMBO - CRM



SECRETARIA DE SAÚDE
GOIANÉSIA - GO

Guamiba, 06.10.93

Nome _____ Adm. INH _____

Política abertamente de
convocação profissional R/
tratamento imediato, por 60 dias,
p/ juli em meio branco
Pituitária.

CD 42560
V0193

At. *Antônio Paulo*
CARIÓLOGA - CRM 5488

Data 01/12/93 Médico - CRM _____

Mãeida,

Senhor Relator do

Supl. Siselei es audeis

de matrícula: Jeli desheis

de Maura Ribeiro, e

que suz respeito aos

anos a 1989 a 1990.

A. mesmo Trabalho

em, os finais E. Justiça

e demais.

Costas informações e apu-

hora a mulher da apesin-
tória.

SINDICATO DOS TRABALHADORES
RURAIS DE GOIANÉSIA



SOC. AÇUC. MONTEIRO DE BARROS LTDA.
AÇÚCAR E ALCOOL

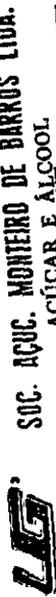
COMPROVANTE DE PRODUÇÃO Nº 263705

NOME Joeli dos Reis N.º

TALHÃO	PRODUÇÃO	VALOR UNIT.	TOTAL	HS.	FAZENDA
	98	1861.67		8	

Gráfica Colunênia - Fone 741-1578 - 300 bls. 58x2 de 255081 a 270000 05/93

Fiscal Luiz A. Data 9/16/93



SOC. AÇUC. MONTEIRO DE BARROS LTDA.
AÇÚCAR E ALCOOL

COMPROVANTE DE PRODUÇÃO Nº 262734

NOME Joeli dos Reis N.º

TALHÃO	PRODUÇÃO	VALOR UNIT.	TOTAL	HS.	FAZENDA
	47	2947.78		8	

Gráfica Colunênia - Fone 741-1578 - 300 bls. 58x2 de 255081 a 270000 05/93

Fiscal Luiz A. Data 26/15/93



SOC. AÇUC. MONTEIRO DE BARROS LTDA.
AÇÚCAR E ALCOOL

COMPROVANTE DE PRODUÇÃO Nº 298935

NOME Joeli dos Reis N.º

TALHÃO	PRODUÇÃO	VALOR UNIT.	TOTAL	HS.	FAZENDA
14	5115	27.00		8	
	1500	47.00			

GRÁFICA TÁRIA - FONE 741-1482 300 BLS. 50x2 DE 285.001 A 320.000 - 07/93

FISCAL João Salsai DATA 29/17/93



SOC. AÇUC. MONTEIRO DE BARROS LTDA.
AÇÚCAR E ALCOOL

COMPROVANTE DE PRODUÇÃO Nº 262759

NOME Joeli dos Reis N.º

TALHÃO	PRODUÇÃO	VALOR UNIT.	TOTAL	HS.	FAZENDA
	19	358.28			
	14	2600.82		8	

Gráfica Colunênia Fone 741-1578 - 300 bls. 50x2 de 255081 a 270000 05/93

Fiscal Luiz A. Data 27/15/93



SOC. AÇUC. MONTEIRO DE BARROS LTDA.
AÇÚCAR E ALCOOL

COMPROVANTE DE PRODUÇÃO Nº 241481

NOME Joeli dos Reis N.º

TALHÃO	PRODUÇÃO	VALOR UNIT.	TOTAL	HS.	FAZENDA
33		1660.42			
33		2050.51		8	

Gráfica Colunênia - Fone 741-1578 - 300 bls. 50x2 de 240.001 a 255.000 - 01/93

Fiscal Luiz A. Data 9/19/93

COMPROVANTE DE PRODUÇÃO Nº 245810

NOME Joeli dos Reis N.º

TALHÃO	PRODUÇÃO	VALOR UNIT.	TOTAL	HS.	FAZENDA
	1640	25.00			
	889	80.00		8	

Gráfica Colunênia - Fone 741-1578 - 300 bls. 60x2 de 240.001 a 255.000 - 01/93

Fiscal Luiz A. Data 13/15/93

RECIBO DE PAGAMENTO						
EMPRESA				PERÍODO		D.I.H.
SOC. ACUCAREIRA MONTEIRO DE BARROS LTDA				02/08/93 A 08/08/93		01
MATRÍCULA	FUNÇÃO	FISCAL	SALÁRIO - BASE	TIPO	D.S.F.	
201016853	JOELI DOS REIS DE M. RIBEIRO	009	230,66	3	01	

DIA	HISTÓRICO	VALOR UNITÁRIO	HORAS	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
QUA	FALTA N. JUSTIFICADA				
QUI	FALTA N. JUSTIFICADA				
QUI	CORTE DE CANA PLANTA	10,18	8,0	16,0	162,88
SEX	CORTE CANA QUEIMADA	3,52	3,0	36,0	126,72
SAB	CORTE CANA QUEIMADA	3,95	5,0	50,0	197,50
	CORTE CANA QUEIMADA	3,52	8,0	90,0	316,80
	ATESTADO MEDICO		8,0	230,5	230,56
	*** TOTAL DE PROVENTOS				1.034,46
	INSS				82,75
	ARREDONDAM. ANTERIOR				0,63
	*** TOTAL DE DESCONTOS				83,38
	ARREDONDAMENTO ATUAL				0,92
	*** LIQUIDO A RECEBER				952,00

RECIBO DE PAGAMENTO						
EMPRESA				PERÍODO		D.I.H.
SOC. ACUCAREIRA MONTEIRO DE BARROS LTDA				17/05/93 A 23/05/93		01
MATRÍCULA	FUNÇÃO	FISCAL	SALÁRIO - BASE	TIPO	D.S.F.	
201016853	JOELI DOS REIS DE M. RIBEIRO	031	137.637,50	3	01	

DIA	HISTÓRICO	VALOR UNITÁRIO	HORAS	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
SEG	CORTE CANA QUEIMADA	1.102,98	6,0	177,0	195.227,46
TER	CORTE CANA QUEIMADA	1.679,15	2,0	20,0	33.583,00
TER	CORTE DE CANA CRUA	1.378,69	6,0	94,0	129.596,86
QUA	CORTE DE CANA CRUA	2.608,65	2,0	17,0	44.347,05
SEX	CORTE CANA QUEIMADA	1.679,15	8,0	142,0	238.419,30
SAB	FALTA N. JUSTIFICADA				
	CORTE DE CANA PLANTA	3.000,00	8,0	26,0	78.000,00
	CORTE CANA QUEIMADA	3.221,44	4,0	37,0	119.193,28
	*** TOTAL DE PROVENTOS				838.386,95
	INSS				67.070,95
	ARREDONDAM. ANTERIOR				322,07
	*** TOTAL DE DESCONTOS				67.393,02
	ARREDONDAMENTO ATUAL				6,07
	*** LIQUIDO A RECEBER				771.000,00

RECIBO DE PAGAMENTO						
EMPRESA				PERÍODO		D.I.H.
SOC. ACUCAREIRA MONTEIRO DE BARROS LTDA				21/06/93 A 27/06/93		01
MATRÍCULA	FUNÇÃO	FISCAL	SALÁRIO - BASE	TIPO	D.S.F.	
201016853	JOELI DOS REIS DE M. RIBEIRO	031	154.154,50	3	01	

DIA	HISTÓRICO	VALOR UNITÁRIO	HORAS	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
SEG	CORTE CANA QUEIMADA	3.568,28	8,0	54,0	192.687,12
TER	CORTE CANA QUEIMADA	3.568,28	8,0	62,0	221.233,36
	FALTA N. JUSTIFICADA				
	FERIADO		8,0		0,00
	FALTA N. JUSTIFICADA				
	FALTA N. JUSTIFICADA				
	SALARIO FAMILIA				241.718,03
	*** TOTAL DE PROVENTOS				655.638,51
	MENSALIDADE SINDICAL				49.549,50
	INSS				33.113,64
	ARREDONDAM. ANTERIOR				141,29
	*** TOTAL DE DESCONTOS				82.804,43
	ARREDONDAMENTO ATUAL				165,92
	*** LIQUIDO A RECEBER				573.000,00

Obs.

F.G.T.S.: 33.113,63

RECEBI O VALOR LIQUIDO CONSTANTE DESTA DOCUMENTO, DO QUAL DOU PLENA E GERAL QUITAÇÃO.

DATA: _____

ASSINATURA: _____

POLEGAR DIREITO

FACULDADE

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

0649

PARA USO DO PROCESSAMENTO
IMPRESSÃO EM CRUZEIROS REAIS
00

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE CONTA ATIVA - APA
FGTS

BANCO/AGENCIA PAGADORA NUMERO DA APA DATA PREV. P/ PAGAMENTO
01 104/07922 02 2210930810649-7 03 22/10/93

BANCO/AGENCIA COO. EMPRESA COO. EMPREGADO NO. INSCR. EMPRESA
04 237/00850 05 6690000014430 06 00000425958 07 024609880000105

NOME DO TITULAR CARTEIRA DE TRABALHO
08 JOELI DOS REIS DE M RIBEIRO 09 038511-00020

IS/PASEP DT. NASC. DT. ADMISSAO DT. OPCAO DT. AFAST. CO. SAQ.
10 0000000000 11 25/01/60 12 03/05/93 13 03/05/93 14 20/09/93 15 04

----- DEPOSITO ----- JAM ----- TOTAL
16 *1.712,64 17 *1.877,60 18 *3.590,24

VALOR POR EXTENSO
19 TRES MIL, QUINHENTOS E NOVENTA CRUZEIROS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS

CM = 112,94

VALOR EM UFGTS DATA BASE CALCULO
20 *3.17548 21 22/10/93

NOVO TOTAL
22 3.703,18

NOME DO SACADOR
23 JOELI DOS REIS DE M RIBEIRO

OBSERVAÇÕES
24

25 ASSINATURA DO SACADOR

26 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL
1229146 / 0322382

CARIMBO CIEF NO. 047/74

DIGITAL SACADOR DIGITAL RESPONSÁVEL LEGAL

27 AUTENTICAÇÃO

28 A.VIA - AGENCIA 29 2A.VIA - SACADOR

CEF071 26OUT93 #3.703.18PG0242



FETAEG - Filiada à CUT

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás

Órgão de Representação do Trabalhador Rural

Canavieiros e Usineiros assinam nova Convenção Coletiva do Setor em Goiás, para o ano de 1994.

Informe preparado pelo IFAS - Instituto de Formação e Assessoria Sindical.

Em 31/05/94 foi assinada a Convenção Coletiva válida até 21 de maio de 1995.

A data-base da categoria dos trabalhadores goianos na lavoura canavieira é 21 de maio e as negociações começaram dia 17/05/94. Em Goiás, existe há 10 anos uma convenção coletiva a nível estadual entre os STR's (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais) e a FETAEG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás) de um lado e os Sindicatos Rurais e a FAEG (Federação da Agricultura do Estado de Goiás) do outro. Este ano, do lado patronal está também o SIFAEG (Sindicato das Indústrias Fabricantes de Alcool do Estado de Goiás). Neste período nunca houve dissídio, sempre conseguindo-se acordo entre as partes, mesmo que, em alguns anos, registraram-se greves e paradesiros durante as negociações. O acordo de Goiás é tido, em geral, como um dos melhores do País.

O diálogo, neste ano, começou com maiores dificuldades e as negociações, que geralmente não necessitavam mais do que uma semana, já tinham completado quase duas semanas, tendo-se abordado apenas as cláusulas econômicas. A dificuldade das discussões entre as partes explica-se pelo arrocho salarial consequente à conversão dos salários pela URV. Deste jeito, os salários dos canavieiros de Goiás, calculados em URV's pela média dos últimos meses, ficaram defasados em quase 35%, em relação aos valores negociados na data-base do ano passado. Outro fator que repercutiu negativamente para o bom andamento das negociações foram as péssimas negociações da categoria em São Paulo, onde o preço do corte da cana-de-açúcar foi negociado, somente 10% acima da média em URV's dos últimos meses. A tonelada de cana cortada é paga hoje em São Paulo a 0,7648 URV (ver Gazeta Mercantil, 04/05/94, p.7). As perdas para os cortadores de cana de São Paulo foram mais de 20% em relação aos valores negociados em 1993. O fato é que São Paulo, responsável por cerca de 60% da produção brasileira de cana-de-açúcar, constitui uma referência pelo setor canavieiro de Goiás, que produz apenas 3% do total nacional.

As negociações foram interrompidas na segunda semana para uma "consulta às bases". Em geral, as assembleias realizadas nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais demonstraram a insatisfação dos trabalhadores com as propostas patronais. Ocorreu também um paradesiro de 100% dos trabalhadores rurais da Usina de Santa Helena de Goiás, no Sudoeste do Estado. Em outros municípios ficaram marcados paradesiros para o dia 30/05/94 e isto também pressionou as empresas. Na volta à mesa das negociações, na sexta dia 27/05/94, as partes chegaram a um acordo sobre o preço do corte da cana. A tonelada da cana cortada em pé será paga ao trabalhador 1,15 URV. A cana caída terá um acréscimo de 25%. Isto significa uma reposição quase total da inflação dos últimos 12 meses, limitando as perdas salariais em 2,3%. O valor negociado em Goiás está 31,5% acima do valor mínimo garantido pela legislação que introduz a URV e está 50% acima do preço de São Paulo. O cortador de cana ganhou também com uma nova classificação da cana que menos o prejudica.

Um outro importante resultado da negociação foi a definição do novo piso salarial da categoria em 1,35 salários mínimos. Este valor representa um acréscimo de 8% sobre o antigo piso da categoria.

Nas cláusulas sociais, a negociação deste ano confirmou basicamente as determinações dos anos anteriores.

A Destilataria Nova União S.A. (DENUSA) de Jandaia (Goiás)
Ao Sindicato das Indústrias Fabricantes de Alcool de Goiás
(SIFAEG)

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaia-Indiara-Palminópolis e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) após terem realizado uma visita ao local de trabalho (canaviais) de sua destilataria, no dia 15/06/94, vem notificar, através deste, as irregularidades constatadas.

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E FERRAMENTAS

1- Os cortadores de cana-de-açúcar estão trabalhando ainda sem os equipamentos de segurança individual: caneleiras, luvas, botas (Cláusula 18ª-Parágrafo Único). A empresa alega que já teria encomendado tais equipamentos em São Paulo e pede paciência ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas é bom lembrar que esta justificativa foi dada repetidas vezes no decorrer dos anos passados, sem que a promessa da empresa fosse cumprida. Além do mais, esta exigência é de lei e já há vários anos faz parte das Convenções Coletivas do Setor. A justificativa fornecida pela DENUSA, portanto, não procede.

Além disso, os trabalhadores tiveram descontados em folha de pagamento, várias vezes durante a mesma safra, o custo das ferramentas de trabalho (podão, enxada, foice, afiadores) fornecidos pela empresa, contrariando o texto da Cláusula 18ª da Convenção Coletiva de trabalho.

A empresa tentou se justificar frente aos representantes dos trabalhadores, alegando não entender bem o texto da referida cláusula da Convenção, mas isto não constitui justificativa, pois está efetuando desconto indevidos dos trabalhadores rurais.

ÁGUA POTÁVEL

2- Apesar de repetidamente avisada e cobrada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela FETAEG, no decorrer dos anos passados, a DENUSA está ainda descumprindo a Convenção Coletiva do Setor Canavieiro de Goiás (Cláusula 29ª), ao não fornecer água potável aos trabalhadores rurais no local de trabalho (canavial).

HORAS EXTRAS

3- Em mais de uma oportunidade, a empresa obrigou os trabalhadores a trabalhar no canavial além do horário estabelecido pela Convenção Coletiva de trabalho, seja no dia de sábado seja no dias de segunda à sexta feira. Não se questiona a realização de horas extras de trabalho na forma definida em lei, desde que estas aconteçam com o consentimento do trabalhador, que, nestes casos, não foi nem consultado.

HORÁRIO DE DIVULGAR OS PREÇOS

4- Tivemos que constatar que a empresa não está cumprindo com sua obrigação de estabelecer previamente os preços dos serviços a serem executados na lavoura e de divulgá-los junto aos trabalhadores rurais no início do pega ou até 10:00 (dez) do dia de início do serviço. Esta prática da DENUSA desrespeita a Cláusula 4ª da Convenção Coletiva do Setor Canavieiro.

Exigimos que a empresa seja cumpridora mais fiel da Convenção Coletiva do Setor Canavieiro de Goiás e regularize as irregularidades citadas até o começo do mês de julho, sob pena da aplicação da cláusula 33ª desta Convenção e das outras medidas cabíveis

Fetaeag denuncia trabalho escravo

Documento revela que 1.600 canavieiros vivem em condições desumanas no Sudoeste de Goiás

Orlando Carmo Arantes

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás fez uma série de denúncias de irregularidades em três canaviais no Sudoeste do Estado, onde cortadores de cana estariam sendo submetidos a condições "quase análogas de escravos". De acordo com o documento enviado à Delegacia Regional do Trabalho, cerca de 1 mil 600 trabalhadores trazidos de várias partes do País para a safra de cana estão vivendo em condições desumanas e recebendo salários insuficientes para as despesas com alimentação e alojamento.

Alair Luis dos Santos, secretário da Fetaeag, apontou irregularidades em três grandes destilarias que, entre outras denúncias, submetem seus empregados a jornadas de trabalho de 10 horas diárias com pequeno intervalo para almoço, além da contratação de crianças entre 13 e 14 anos, afrontando a Convenção Coletiva do setor canavieiro. Alair pediu à DRT uma ampla fiscalização na Agropecuária Primavera (Maurilândia), Destilaria Serranópolis e Destilaria Nova União (Indiara).

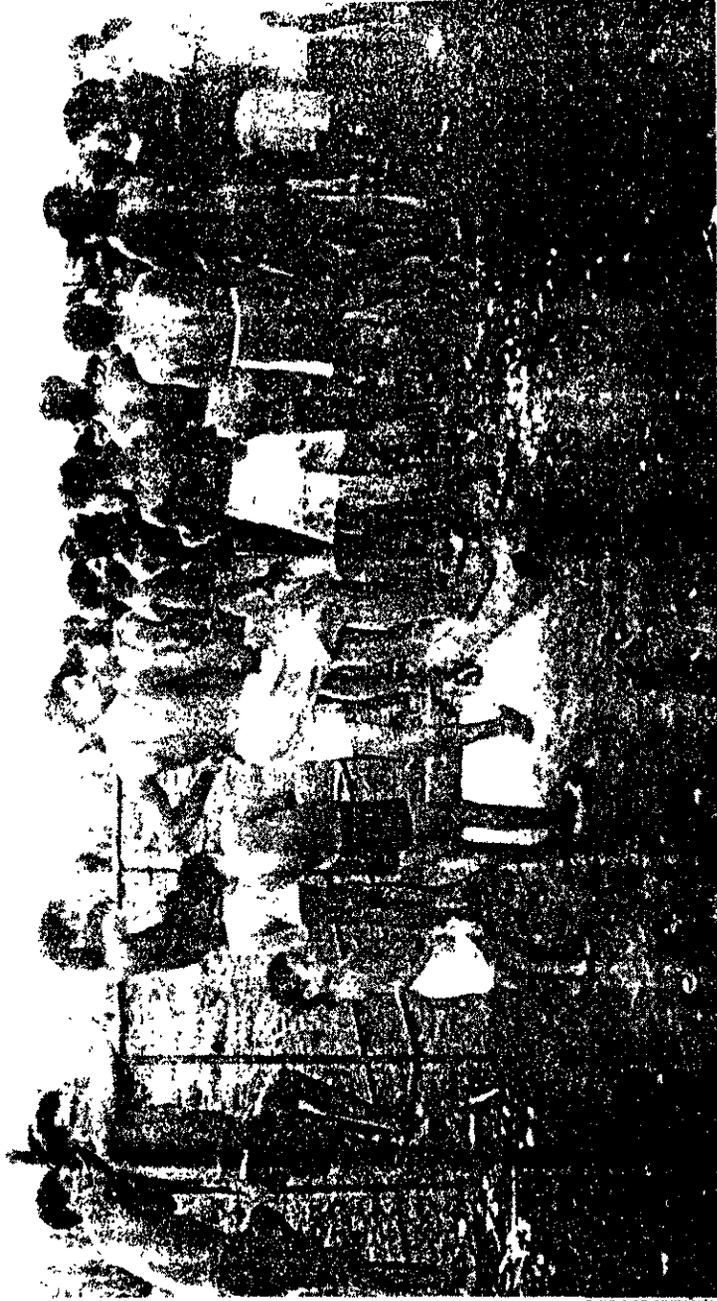
DENÚNCIAS

Ao contratar fora de Goiás cerca de 1 mil trabalhadores, a Agropecuária Primavera atropelou a convenção coletiva, que determina o aproveitamento da mão-de-obra do município para não gerar desemprego. Esses cortadores de cana, segundo a Fetaeag, não recebem o que ficou convencionado e ganham menos de um salário mínimo por mês, cuja maior parte fica para saldar despesas com alojamento e alimentação. Quem recla-

mas não o devido pagamento de horas-extras. O transporte dos trabalhadores até os canaviais, conforme a Fetaeag, é feito em caminhões abertos utilizados no transporte de cana, com excesso de lotação, contrariando as normas mais elementares de segurança.

Já a Destilaria Nova União, que repete as afrontas à convenção coletiva das outras duas usinas, está sendo acusada também de efetuar descontos que variam de 5 a 7% do salário do empregado a título de "convênio de saúde", desconto esse que, de acordo com Alair dos Santos, "não foi pactuado pelas entidades que representam patrões e empregados". A empresa é denunciada ainda por superestimar os valores do alojamento e da refeição, abocanhando quase todo o salário do trabalhador

No ofício encaminhado à Delegacia Regional do Trabalho, Alair Luis dos Santos pediu à delegada Odessa Martins Arruda Florêncio "o máximo empenho no sentido de fiscalizar e aplicar as sanções cabíveis para mudar a situação de miséria vivida por milhares de trabalhadores". Além do secretário da Fetaeag, assinaram o documento o presidente da entidade, Guilherme Pedro Neto, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena, Ismael Rodrigues dos Santos, que foi quem fez as denúncias na Federação.



Lotepaldo de Paula

Fiscais constatarum que trabalhadores recebem Cr\$ 300 mil líquidos ou ficam em débito com empregador no fim do mês

Jornal O POPULAR

DATA 20/06/93

PAG 1-6

ma do descumprimento da legislação ou das condições de trabalho é mantido à força no canavial até saldar suas dívidas, inclusive de viagem até a fazenda, e em seguida é despedido. Muitos não recebem dinheiro suficiente nem para retornar ao seu Estado de origem.

A Agropecuária Primavera, segundo a Fetaeg, tem por norma não fazer anotações nas carteiras dos trabalhadores e muitas vezes retém suas carteiras, impedindo, assim, que deixem o emprego. No final do contrato, os cortadores de cana não recebem as verbas rescisórias integralmente e não têm como reclamar seus direitos, uma vez que precisam voltar para seus municípios de origem", denuncia Alair dos Santos.

RISCOS

Além das mesmas irregularidades verificadas na Agropecuária Primavera na questão dos direitos trabalhistas, a Destilaria Serranópolis é acusada de estender sua jornada de trabalho por mais de 10

DRT multa usina em 420 milhões

Assim que recebeu as denúncias da Fetaeg, a delegada Regional do Trabalho, Odessa Martins Arruda Florêncio, enviou dois fiscais à região para apurar os fatos, acompanhados de três agentes da Polícia Federal. A primeira destilaria investigada foi a Agropecuária Primavera, que foi multada em Cr\$ 420 milhões. Dos 690 trabalhadores contratados pela usina, 136 estavam em situação irregular, sendo 40 sem registro e 96 com as carteiras retidas.

Os fiscais da DRT obrigaram o gerente da fazenda a devolver as carteiras de trabalho dos 96 cortadores de cana, que foram imediatamente dispensados para retornar aos seus locais de origem. Odessa Martins disse que o que seus fiscais viram na Agropecuária Primavera não chega a caracterizar trabalho escravo, mas adiantou que os trabalhadores vivem em condições degradantes de acomodação, higiene e trabalho.

A delegada informou que uma equipe da DRT retornará à fazenda para novas inspeções, inclusive para apurar as condições de segurança no transporte. Ela acrescentou que os patrões estão cobrando alimentação dos cortadores de cana, o que configura um desrespeito à convenção coletiva. Com isso, conforme apuraram os fiscais, muitos recebem pouco mais de Cr\$ 300 mil líquidos mensais e outros acabam em débito com o empregador no fim do mês.

Odessa Martins anunciou para os próximos dias uma ampla investigação em todos os canaviais do Estado, que vai mobilizar dezenas de fiscais e agentes da Polícia Federal. A empresa que for flagrada cometendo irregularidade será multada em 378 Ufirs, (cercade Cr\$ 10,5 milhões) por cada funcionário em situação ilegal. A delegada salientou que a fiscalização nos canaviais passa a ser "a prioridade número um da Delegacia Regional do Trabalho a partir de agora".



O acidente fez com que as pessoas se aglomerassem na tentativa de identificar os mortos. Entre os feridos, algumas crianças e adolescentes, que acabaram internados

Caminhão capota e mata 12 bóias-frias

Rio Verde (Correspondente) - Um caminhão de bóias-frias, com mais de 80 pessoas, capotou no km 35,2 da BR 527, entre Rio Verde e Santa Helena de Goiás, no Sudoeste do Estado, provocando a morte de 12 pessoas e deixando três adolescentes e doze crianças feridas. O acidente aconteceu por volta das 14h30, na estrada de terra, na fazenda de Santa Helena, onde há um outro veículo do mesmo tipo. Ele saiu da pista e chocou-se na altura da cabine de todos para trás.

Os policiais e jagatozinhos da Polícia Militar de Santa Helena e Santa Helena Seguros, um detetive e motorista e proprietário do caminhão, chamam de Delsion Silva Ribeiro e tem cerca de 30 anos de idade. Ele não sofreu ferimentos e contou aos policiais que o acidente aconteceu por culpa, quando ele se aproximava da ponte foi freado por um úpala A manobra iniciou o movimento do caminhão a entrar na contramão em sentido contrário. Delsion freou bruscamente e jogou o caminhão em direção ao acostamento, só que o veículo se desequilibrou, saiu da rodovia e capotou num barulho.

Os policiais militares disseram ainda que Delsion não possui autorização e a pedido da própria PM ele se retirou do local para evitar contatos com os familiares das vítimas. Porém a polícia já abriu um inquérito e a motoca foi apreendida por um homem culpado.

VÍTIMAS
Como o caminhão ficou com as rodas para o ar, a PM acionou o Corpo de Bombeiros de Rio Verde. Enquanto isso, as pessoas feridas levemente e as que eram possível retirar de baixo do caminhão eram levadas para os hospitais de Santa Helena. Ambulâncias, veículos das funerárias e até carros que passavam pelo local foram usados para transportar as pessoas. Em Santa Helena, foram dados os primeiros socorros e em seguida, os casos mais graves foram transferidos para o Hospital Evangélico de Rio Verde.

O socorro às vítimas só foi concluído por volta das nove horas quando o caminhão foi retirado do barranco, desafogando o tráfego no trecho da rodovia. A Polícia Rodoviária Federal teve muito trabalho para organizar o fluxo de veículos no local e o trânsito chegou a ficar interrompido por alguns minutos, provocando longas filas de carros e caminhões.

O Hospital Evangélico de Rio Verde atendeu 40 pessoas, incluindo as nove que faleceram. Até o início da tarde de ontem, outras nove vítimas do acidente já haviam sido liberadas, o restante continuou internado e recebendo medicamentos. Do grupo, dez estão na UTI e segundo o laudo médico, o qual não é possível requer cuidados. Outras quatro pessoas que tiveram fraturas internas nos membros e... ação. A tarde, o hospital atendeu uma lista dos pacientes internados na unidade. Atualmente...

IMPRUDÊNCIA
A versão do acidente divulgada pela polícia foi apresentada pelo próprio motorista do caminhão. Mas mesmo falando como base, os policiais desconfiam da história contada por Delsion. Para a PM, as características do acidente mostram que o caminhão passava pelo trecho - que tem a fama de ser perigoso - em alta velocidade. Algumas das vítimas, principalmente os mais jovens, lembram que o caminhão balançava muito e nitidamente dava para perceber que estava a mais de 100 km/h.

Se não bastasse a imprudência na condução do veículo, os trabalhadores estavam sendo transportados sem qualquer proteção e não tinham sequer bancos para se sentarem, contaram as vítimas. O pior é que as feridas, sendo transportadas juntamente com os trabalhadores. Um fato que o sindicato da categoria constantemente tem denunciado às autoridades, sem, contudo, sentirem algum efeito.

A maioria das bóias-frias eram moradores do distrito de Laguna, de Baurzinho, no município de Rio Verde, e tinham acionado antes das 5 horas para encontrar o caminhão que deveria levá-los a uma fazenda no município de Santa Helena, para capinarem uma roça de algodão. Segundo uma das vítimas, um garoto de 12 anos de idade, ele ganharia um mil e quinhentos cruzeiros pelo serviço.

O Populma/02/03/84.

Acidente mata 1 e fere 19 bóias-frias

Edéia - Um morto e 19 feridos. Este foi o saldo do capotamento do caminhão Chévrolet D-60, placa NG-2258, de Acreúna, conduzido por Francisco Felipe dos Santos, no quilômetro 56 da GO-320, próximo a Edéia, na altura da ponte sobre o Rio dos Bois. A vítima fatal do acidente é o menor Josimar Estevão Assis, 15 anos. Os feridos eram todos trabalhadores rurais, que estavam sendo levados para uma fazenda perto de Vicentinópolis. Segundo o motorista Francisco Felipe dos Santos, o acidente aconteceu porque o caminhão abriu o capô e ele ficou sem visão. Quanto tentava parar o autocarga, a roda dianteira direita

escapou, fazendo o veículo sair da pista e capotar, caindo em uma ribanceira com aproximadamente cinco metros. Na carroceria do caminhão estavam sendo conduzidas 25 pessoas. Os 19 feridos foram levados para o hospital de Edéia.

Josimar Estevão Assis foi transportado para o Hospital de Urgências de Goiânia, mas morreu próximo a Guapó. A delegacia da Polícia de Edéia iniciou ontem mesmo a sindicância para apurar as circunstâncias do acidente. O primeiro passo foi enviar uma equipe até o local, para realizar uma perícia técnica. Entre os passageiros do caminhão estavam vários menores.

Desocupação - Vianópolis - Cerca de 15 famílias que invadiram a Fazenda São Martins, neste município, começaram a ser retiradas ontem por policiais militares que foram designados para cumprir uma decisão judicial que determina a imediata desocupação do local. Os posseiros estão na região há seis meses. Eles ocuparam as terras depois de tomar conhecimento que o proprietário, Alcides de Souza, teve o imóvel penhorado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária por não haver efetuado o pagamento de impostos.

ANEXOS DO CAPÍTULO IV

- 1. Glossário sobre " Tecnologia, Qualidade, Produtividade - Dieese.**

TECNOLOGIA, QUALIDADE, PRODUTIVIDADE
GLOSSÁRIO

AUTOMAÇÃO: diz respeito à substituição ou apoio ao esforço mental do homem para a realização de uma determinada série de operações, está relacionada, portanto, à realização de um conjunto de operações, sem a interferência imediata do homem.

AUTOMAÇÃO FIXA: diz respeito à execução de uma série padronizada de operações, sem a interferência imediata do homem (ex. máquinas-transfer).

AUTOMAÇÃO FLEXÍVEL: diz respeito à execução de séries automáticas variadas de operações pelo mesmo equipamento ou sistema (ex. máquinas CNC, centros de usinagem). Além de deslocar ferramentas e atuar automaticamente sobre a matéria-prima ou o objeto de trabalho, o equipamento embute funções de informação e correção sobre as próprias operações. Também chamada "automação programável" ou "microeletrônica", pelo uso de microprocessadores eletrônicos acoplados às máquinas.

CCQ (CÍRCULOS DE CONTROLE DE QUALIDADE: grupos teoricamente voluntários, que se reúnem com o objetivo de resolver problemas da produção, descobrir ou propor a adoção de novos procedimentos padrão para determinada atividade.

CÉLULAS DE PRODUÇÃO: tipo de arranjo físico da produção (organização da produção) onde máquinas de diferentes tipos (tornos, frezas, furadeiras etc), dispostas em linha ou em forma de "U". Cada célula produz uma família de peças similares, pela geometria ou pelo processo. São também chamadas "ILHAS DE PRODUÇÃO".

CEP (CONTROLE ESTATÍSTICO DE PROCESSO): método preventivo para garantia de qualidade, através de comparação contínua das informações sobre o andamento do processo com padrões anteriormente definidos. isto possibilita identificar tendências para variações em relação ao padrão, que devam imediatamente ser corrigidas. utiliza como instrumentos uma série de técnicas estatísticas: gráficos de controle, histogramas, diagramas causa-efeito etc.

ERGONOMIA: dedica-se à análise do homem em atividade de trabalho. Suas bases científicas vêm da fisiologia do trabalho e de parte da psicologia, mas recebe influências de outras disciplinas como a antropologia e a sociologia. A Análise Ergonômica do Trabalho considera o trabalhador direto como sujeito integrante do processo de análise e de concepção das transformações do seu trabalho.



FORDISMO: ampliou a aplicação dos princípios tayloristas através da produção em grande escala e da linha de montagem, que incorpora na própria maquinaria o controle sobre os tempos de execução das tarefas. Difundiu-se como paradigma produtivo tendo como princípios a produtividade, a eliminação das decisões no chão da fábrica, a economia de material e trabalho e a padronização de produtos e processos.

GRUPO SEMI-AUTÔNOMO (GSA): deriva da proposta sócio-técnica para organização do trabalho. É uma equipe de trabalhadores que executa, de forma cooperativa, as tarefas que são designadas ao grupo, sem que haja uma definição prévia de funções para os trabalhadores do grupo. O trabalho deve ser organizado de acordo com as tarefas a serem desenvolvidas e com as características dos trabalhadores que a realizam.

ILHAS DE PRODUÇÃO - ver CÉLULAS DE PRODUÇÃO

INFORMÁTICA: conceitualmente, diz respeito ao "tratamento automático de informações", estejam elas na forma de dados, textos, imagens ou mesmo vozes. As informações são processadas por computadores, e transmitidas ou recebidas também por eles, ou por uma série de outros equipamentos (centrais telefônicas, fax etc). A transmissão automática de dados, por meios eletrônicos, é denominada "TELEMÁTICA".

JUST-IN-TIME/KANBAN: sistema de organização da produção orientado para fabricar determinado produto apenas na quantidade e no momento exatos. A produção é puxada por vendas, e internamente o mesmo ocorre, com os processos finais "pedindo" componentes para os processos anteriores. A expressão inglesa pode ser traduzida por "na hora certa". Ver também "Kanban".

KANBAN: é o sistema de informação que alimenta o funcionamento da produção "just-in-time". Originalmente se compõe de cartões coloridos, sua presença define a necessidade de determinado produto. Entretanto, esta sinalização pode ser feita VISUALMENTE por meio de uma série de instrumentos bastante simples (anéis, plaquinhas etc). Algumas empresas usam porém relatórios emitidos pelo sistema de computadores que interliga seus diversos departamentos, ou mesmo seus clientes e fornecedores.

MECANIZAÇÃO: diz respeito à substituição ou apoio ao esforço físico do homem, ou de uma outra força animal que executa uma série de operações (ex. tratores, máquinas automáticas convencionais etc).



ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: de forma simplificada, diz respeito ao conjunto formado pelo arranjo físico e tipo dos equipamentos, pelos fluxos de materiais e pela organização do trabalho que compõem um sistema de produção.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: diz respeito aos métodos, conteúdos do trabalho e relações entre os ocupantes de cargos em um determinado sistema de produção.

QUALIDADE TOTAL: de forma ampla, é uma filosofia de organização da produção orientada para produzir com a máxima qualidade, eliminando a propagação de defeitos. Na prática, é composta por uma série de subprogramas, entre os quais se destacam os CCQ e o CEP (ver).

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: processo de mudanças tecnológicas (informática, automação microeletrônica) e organizacionais (na relação entre empresas, na organização do trabalho e da produção) que visa alcançar maior flexibilidade e integração. Deriva de um ambiente social, político e econômico marcado pelas crises dos anos 60/70: as empresas começam a se reestruturar não somente pelo acirramento da concorrência mas também por conflitos sociais relacionados às formas tradicionais de organização do trabalho e da produção. A maior integração e flexibilidade das empresas surge como uma forma de aumentar a produtividade num mercado instável e pouco previsível e de reagir à crise social, no âmbito da produção e distribuição de renda.

SET UP: tempo de preparação das máquinas.

SISTEMAS PARTICIPATIVOS: métodos de organização da produção onde cabe aos próprios trabalhadores a coordenação (no todo ou em parte) das atividades de um sistema produtivo. Concretamente, surgem programas que buscam "envolver" os trabalhadores para levantar sugestões ou agilizar a tomada de decisões necessárias ao andamento da produção. Exemplos são os programas denominados CCQ (ver), TRABALHO PARTICIPATIVO, QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO etc. Também faz parte desta categoria o recurso às COMISSÕES DE FÁBRICA como canal de comunicação que ajuda a solucionar problemas da produção.

TAYLORISMO: modelo de produção que procura estabelecer o controle gerencial e a intensificação dos ritmos de trabalho a partir da prescrição de tarefas aos trabalhadores da produção, através da separação completa entre as tarefas de planejamento/concepção e as tarefas de execução; e da divisão funcional, técnica e social do trabalho, com redução das tarefas à sua expressão mais simples, especialização dos diversos setores (produção, controle de qualidade, manutenção, etc) e rígida estrutura hierárquica de controle e supervisão.



DIEESE

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

TECNOLOGIA: conjunto de conhecimentos registrados e disponíveis para a fabricação de determinado produto. Resumidamente, as diversas formas de se fabricar uma coisa ou prestar um serviço. **NÃO** se relaciona somente aos equipamentos!

TERCEIRIZAÇÃO: o processo de terceirização se caracteriza quando uma determinada atividade deixa de ser desenvolvida pelos trabalhadores de uma empresa e é transferida para uma outra empresa, chamada de terceira.

TOYOTISMO: um dos nomes do modelo japonês, que também é conhecido como *ohnismo*, *sonysmo*, *fujitsuismo*. O modelo japonês tem por fim combinar as exigências de qualidade e quantidade, contrapondo-se à divisão do trabalho e à especialização proposta pelo taylorismo, através da polivalência, da rotação de tarefas e do trabalho em grupo. Termos como *just-in-time/kanban*, *CCQ*, *CEP*, *CQT*, *kaisen* estão relacionados ao toyotismo.

TRABALHO EM GRUPO: organização do trabalho alternativa à fordista-taylorista. Vale destacar dois modelos que adotam este tipo de organização: o sócio-técnico (com ênfase na valorização do trabalhador, na autonomia e integração do coletivo) e o toyotismo (com ênfase na flexibilidade dos trabalhadores e no processo de melhorias contínuas).

TRABALHO POLIVALENTE: diz respeito à atribuição de múltiplas atividades para um mesmo trabalhador, de mesmo tipo (ex. operação simultânea de diversas máquinas), ou não (ex. operação, programação, preparação, limpeza e inspeção numa máquina ou célula).